

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Ciências e Letras

Campus de Araraquara - SP

RICARDO LIMA DA SILVA

**INTERPRETAÇÕES DA AMAZÔNIA: O PENSAMENTO CONSERVADOR EM
ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS E LEANDRO TOCANTINS**



Araraquara – S.P.

2020

RICARDO LIMA DA SILVA

**INTERPRETAÇÕES DA AMAZÔNIA: O PENSAMENTO CONSERVADOR EM
ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS E LEANDRO TOCANTINS**

Tese de Doutorado, apresentado ao Conselho, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras - Unesp/Araraquara, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Cultura, Democracia e Pensamento Social

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno

Araraquara – S.P.

2020

S586i

Silva, Ricardo Lima da

Interpretações da Amazônia: O Pensamento Conservador em Arthur Cézár Ferreira Reis e Leandro Tocantins / Ricardo Lima da Silva. -- Araraquara, 2020
278 f. : fotos

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara
Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno

1. Arthur Cézár Ferreira Reis. 2. Leandro Góes Tocantins. 3. Amazônia. 4. Pensamento Conservador. 5. Pensamento Político e Social no Brasil. I. Título.

Ricardo Lima da Silva

**INTERPRETAÇÕES DA AMAZÔNIA: O PENSAMENTO CONSERVADOR EM
ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS E LEANDRO TOCANTINS**

Tese de Doutorado apresentada ao Conselho,
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da
Faculdade de Ciências e Letras –
UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção
do título de Doutor em Ciências Sociais.

**Linha de pesquisa: Cultura, Democracia e
Pensamento Social**

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno

Data da defesa: 28/02/2020

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno
UNESP

Membro Titular: Prof.^a Dr.^a Luciléia Aparecida Colombo
UFAL

Membro Titular: Prof. Dr. Moacir de Freitas Junior
UFAL

Membro Titular: Prof. Dr. Luiz Fernando de Souza Santos
UFAM

Membro Titular: Prof. Dr. José Antonio Segatto
UNESP

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Dedicado à Memória de Cristiano Silva (1975-2020)

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Carlos Henrique Gileno, cujo apoio, orientações e dicas foram indispensáveis para a consecução do trabalho; à minha esposa, Ana Paula, companheira e amiga; ao Instituto Federal do Amazonas, que permitiu dedicar-me integralmente ao desenvolvimento da pesquisa; aos colegas de Instituto, Fábio Lima, Gilder Branches, Alciane Paiva e Laerte Júnior, que me auxiliaram nos caminhos para pedir o afastamento integral perante a instituição; aos professores da UNESP, Maria Tereza Kerbauy, Carla Martelli, José Antônio Segatto e Augusto Caccia-Bava, cujas aulas foram importantes para a reflexão sobre o objeto de pesquisa; aos amigos da pós-graduação, Eder, Mauro, Breno, Piva, Jonas, Luana e Matheus; à República PNB, que me acolheu no primeiro mês em Araraquara; Luiz Fernando, mestre e amigo; aos pesquisadores Hélio Dantas e Tereza Ramos, pelas entrevistas concedidas para esta pesquisa; à historiadora Denise Gama, da Universidade Federal do Acre, por ter me auxiliado no manejo dos arquivos pessoais de Leandro Tocantins na Biblioteca da Floresta, em Rio Branco, Acre; Venâncio Marinho, sociólogo e colega de banda, pelo auxílio com o acervo pessoal de Arthur Reis no Centro Cultural Povos da Amazônia, em Manaus, Amazonas.

A todos, meu eterno obrigado.

Escreve com sangue e aprenderás que sangue é espírito.
Friedrich Nietzsche

Contra as ideias da força a força das ideias.
Florestan Fernandes

A história, esse quadro terrível dos crimes, das perversidades e das desgraças do gênero humano.
Edward Gibbon

RESUMO

A presente tese de doutorado se insere dentro das pesquisas sobre o pensamento político e social, sua temática é o estudo do conservadorismo e seu objetivo é compreender e interpretar as principais ideias do conservantismo na Amazônia através de dois dos mais relevantes escritores e homens de Estado da região, o historiador, professor e político Arthur César Ferreira Reis (Manaus, 1906 – Rio de Janeiro, 1993) e Leandro Góes Tocantins (Belém, 1919 – Rio de Janeiro, 2004), cujos livros, ideias e atuação política tiveram grande influência nos destinos da região durante o século XX.

Palavras-chave: Arthur César Ferreira Reis. Leandro Góes Tocantins. Amazônia. Pensamento Conservador. Pensamento Político e Social no Brasil.

ABSTRACT

The present doctoral thesis is part of research on political and social thought, its theme is the study of conservatism and its objective is to understand and interpret the main ideas of conservatism in the Amazon through two of the most relevant writers and Statesmen of the region, the historian, professor and politician Arthur César Ferreira Reis (Manaus, 1906 - Rio de Janeiro, 1993) and Leandro Góes Tocantins (Belém, 1919 - Rio de Janeiro, 2004), whose books, ideas and the political performance had a great influence on destinations in the region during the 20th century.

Keywords: Arthur César Ferreira Reis. Leandro Góes Tocantins. Amazon. Conservative Thought. Political and Social Thought in Brazil.

Sumário

Introdução	09
As Raízes Intelectuais e Sociais do Pensamento Conservador	23
O fim da ordem feudal e o surgimento da Modernidade	23
O nascimento e o significado do conservadorismo	34
O Surgimento do Conservadorismo no Brasil	48
Gênese do pensamento conservador no Brasil do século XIX	48
O pensamento conservador no Brasil do século XX	67
Contradições da Modernização no Século XX.....	84
Decadência do liberalismo no Brasil	84
Ruptura autoritária e Modernização Conservadora	94
A Região Amazônica e os Processos Macro-Históricos	100
A integração da Amazônia ao Mundo Moderno	100
A crise do extrativismo e os dilemas da modernização amazônica	106
Arthur Cézár Ferreira Reis e Leandro Tocantins: o Debate Intelectual e a Questão Amazônica no Século XX.....	119
Arthur Cézár Ferreira Reis: “O Brasil Não Tem Querido Tomar Consciência Do Que Representa ou Pode Representar a Amazônia”	128
Perfil do Pensamento	128
O Brasil visto da Amazônia	135
Arthur Cézár Ferreira Reis e a Formação da Amazônia	155
Apologia da Modernização Conservadora	174
Leandro Góes Tocantins: “A Amazônia Plasmará Seu Próprio Modelo de Civilização”	198
Perfil do Pensamento	198
Visões do Brasil	203
Aspectos da Sociedade Amazônica	209
Região, Tradição e Conciliação: uma proposta para a Modernidade	228
O Conservadorismo Amazônida	253
Considerações Finais	272
Referências	276
Anexos.....	288

INTRODUÇÃO

A presente Tese de Doutorado se insere dentro das pesquisas sobre o pensamento político e social e sua temática é o estudo do conservadorismo, com o objetivo de compreender e interpretar as principais ideias do conservantismo na Amazônia através de dois dos mais relevantes escritores e homens de Estado da região: o historiador, professor e político Arthur Cézár Ferreira Reis (Manaus, 1906 – Rio de Janeiro, 1993); e Leandro Góes Tocantins (Belém, 1919 – Rio de Janeiro, 2004), cujos livros, ideias e atuação política tiveram grande influência nos destinos da região durante o século XX.

A Amazônia, assim como a América Latina, formou-se com a expansão das civilizações europeias sobre o Novo Mundo. Incorporada dentro do fluxo e refluxo da modernidade, a transformação cultural, social e política desse território redimensionou povos, realocou populações, impôs novos idiomas, recriou relações de poder e estabeleceu outras formas de dominação. O Tempo, entendido como processo histórico, forjou novas funções para a região: fornecedora de drogas do sertão para a metrópole, exportadora de látex para a indústria moderna e lugar de conformação de grandes projetos de planejamento econômico estatal.

Além de estar submetida ao mundo concreto de relações econômicas e formas de dominação, a região está inserida igualmente em um mundo abstrato de ideias que formam um arcabouço de conceitos e de linguagens que, ao se adaptarem às modulações do Tempo, nos ajudam a refletir racionalmente sobre os problemas da comunidade humana. Em outras palavras, a região também foi o *locus* de reprodução das ideias políticas do mundo pós-tradicional, as quais impactaram o seu processo de formação histórica no território brasileiro.

Rugai Bastos e Freitas Pinto (2014) demonstram que, no Brasil, houve a preeminência da região na formação nacional. Assim, no pensamento social brasileiro, o regionalismo¹ ganha uma importância fundamental, pois se torna a base para a criação de projetos políticos e culturais. Tomando como base essa premissa, entende-se que as ideias são forças socialmente relevantes: exercem influência sobre os indivíduos e grupos que, postos em relações entre si,

1 O regionalismo é um movimento cultural e político que valoriza as especificidades regionais sobre o nacional. Para o pensamento regionalista, a unidade do Brasil se forma a partir da diversidade de suas regiões. A cultura, os costumes e as tradições que surgem da adaptação do homem aos mais diversos lugares do Brasil são o substrato que dá sentido à existência social. Valorizar o regional seria a valorização do nacional, pois o germe da nacionalidade se forma com a unidade do diverso. Chaguri (2016), ao estudar o regionalismo literário do nordeste e do sul do país, aponta que o regionalismo toma a região como ponto de vista para analisar o processo de mudança social criado pela modernidade: “Uma construção que passa pelo modo como tempo e espaço se qualificam mutuamente, ou seja, uma temporalidade espacialmente localizada e um tempo e um espaço tomado não como um lugar geográfico, mas como uma síntese de práticas sociais” (CHAGURI, 2016, p. 420).

utilizam-nas para justificar suas ações perante os outros à sua volta ou ainda para interpretar o meio circundante.

Ao lado das estruturas econômicas e das relações de produção, as ideias também são determinações sociais que mudam conforme os contextos históricos, influenciando os processos sociais. Em outros termos, as ideias podem definir os rumos das políticas públicas, da atuação das instituições e proporcionar a autoconsciência social necessária para os grupos sociais que compõem a sociedade. Em resumo, as ideias podem servir tanto para a mudança social quanto para a manutenção de determinados aspectos do *status quo*.

Pensar as ideias como forças sociais implica considerá-las não como formulação de indivíduos iluminados, mas como resultado de um período da história que se insere em um contexto maior no tempo e no espaço (RUGAI BASTOS; FREITAS PINTO, 2014). Essa questão se tornou clara com a emergência da modernidade e com a decadência da antiga ordem feudal, desanuviando todos os mitos que tornavam os homens unidos em comunidade. Desse modo, os valores são vistos agora como produtos da atividade concreta dos próprios homens, e não trazidos por uma divindade superior.

Pensar a partir dessa perspectiva significa ter a consciência de que não existe uma autonomia entre os diferentes campos sociais - o cultural, o político e o econômico -, mas que se entrecruzam e se influenciam. As ideias se desenvolvem na comunidade humana ao gerarem consequências sociais e políticas, obrigando o pesquisador a estudar o movimento existente radicado na estrutura dessa sociedade, os problemas que ela enfrenta e como são racionalizados na forma de ideologia e/ou pensamento político. Eis porque é importante estudar as interpretações e os seus intelectuais para entender aspectos significativos de como a sociedade interpreta a si mesma (RUGAI BASTOS; FREITAS PINTO, 2014).

O pesquisador político e social necessita - quando se propõe a estudar as origens sociais e políticas das ideias - equacionar a relação entre as ideias e a sociedade. Assim, é preciso averiguar o reflexo que as formulações de um autor tiveram na sociedade e seu grau de institucionalização através de políticas públicas e projetos de desenvolvimento. Da mesma maneira, é preciso pesquisar como foram pensadas a questão do atraso, da unidade e da identidade nacional, da democracia representativa e do autoritarismo, das possibilidades da política, do papel das elites políticas e culturais e do regionalismo como movimento cultural e ideológico na formação do Brasil (BASTOS, 2007).

Apesar de não existir determinismo entre as ideias e o mundo social, é preciso levar em conta que a sociedade coloca os seus problemas fundamentais no debate entre as formulações

políticas e sociais, bem como os meios institucionais e sociais de resolvê-los; o espírito do tempo e do espaço perpassa todos os autores que se propuseram a responder quais deveriam ser os caminhos a serem trilhados: regionalismo ou cosmopolitismo, revolução ou conservadorismo, industrialismo ou agrarismo, modernização ou tradicionalismo (BASTOS, 2007).

Christian Edward Lynch (2016) conceitua o pensamento político brasileiro como uma coleção de obras emblemáticas de caráter ideológico da vida social brasileira. Por seu fôlego, também são consideradas como obras que acabam descrevendo a realidade política nacional com maior precisão, fazendo com que elas se insiram no cânone de clássicos do pensamento político brasileiro e acabem servindo de base para análise, interpretação e ressignificação do Brasil.

Em sentido amplo, para entender as vicissitudes do pensamento político brasileiro é preciso notar que a política surge e se reproduz a partir da pluralidade das relações humanas; é pela política que os grupos e indivíduos negociam e procuram fazer valer seus interesses no mundo social. Em contrapartida, a cultura política está corporificada nas práticas que oferecem validade à atuação dos atores na disputa para definir as posições a partir das quais podem reivindicar suas demandas e interesses. A cultura política é formada por discursos, convenções, valores e ideologias, orientando a forma como os fatos políticos são interpretados. Ao classificar o passado, o presente e o futuro da nação, a cultura política orienta os indivíduos e os grupos à compreensão do mundo e à conquista e manutenção do poder político e, mais do que isso, não é estática, mas se adapta ao contexto histórico, ao mesmo tempo em que se insere na tradição das obras clássicas que a fundaram. Em linhas gerais, todo país tem sua modalidade de pensamento político e de intelectuais que procuraram interpretar as relações de poder institucional e político (LYNCH, 2016).

Christian Lynch (2016) afirma ainda que a posição específica do Brasil determinou algumas características do seu pensamento político, consubstanciadas na consciência da subalternidade do país em relação às nações europeias ocidentais. Assim, há uma forte tendência no diagnóstico do atraso, do subdesenvolvimento e dos meios necessários para atingir a civilização e superar a barbárie. Nesse contexto, o imperativo modernizador deve ser direcionado no sentido de superar as estruturas arcaicas recebidas pela colonização.

Esse lugar específico do Brasil na história mundial definiu um estilo próprio de pensamento, caracterizado por um maior sentido prático das interpretações e menor preocupação na criação de generalizações teóricas, aponta Lynch (2016). Esse pragmatismo

herdado dos portugueses reforça o maior uso da autoridade, recorrendo às obras de autores da Europa para comprovar suas teses sobre o país. Outra característica é os autores se apresentarem como os pioneiros da modernidade, desprezando nomes do passado e negando fazerem parte de uma tradição peculiar do pensamento nacional. Finalmente, o autor aponta para o fato de que a maior diluição das posições políticas deixa pouco espaço para extremos políticos, o que torna possível pela ausência de uma forte tradição feudal e católica.

Para o PPB, o passado deve ser superado pelo futuro, que é entendido como elemento de superação dos problemas nacionais. É nesse horizonte de eventos que emergem os projetos nacionais que dialogam com modelos surgidos nos países centrais: o unitarismo, o federalismo, o liberalismo, a república, o presidencialismo e o judiciarismo. Por último, Christian Lynch aponta para o pedagogismo, ou seja, a necessidade das elites esclarecidas de educar o povo com a intenção de integrá-lo à civilização do ocidente moderno (LYNCH, 2016).

Portanto, as ideias são forças que exercem influência em várias dimensões da vida política e social. O pensamento político, sendo uma das expressões dessas ideias, pode ser configurado como um conjunto de representações que tenta ordenar a função do Estado e a relação estabelecida entre o poder e a sociedade, além de apontar os elementos que devem ser conservados ou modificados pela ação política. No Brasil, o pensamento político adquiriu feição própria ao procurar a transformação do presente a partir das reflexões e adaptações dos modelos teóricos norte-americanos e europeus ao contexto nacional, abrindo espaço para nossas elites intelectuais e políticas arrogarem para si a necessidade de tutelar uma população “inculta” rumo aos estágios mais avançados da moderna civilização ocidental.

É um caminho profícuo compreender as raízes políticas e sociais das ideologias e as suas adaptações no tempo e no espaço, condicionadas por suas principais influências intelectuais. A nossa principal preocupação é compreender como uma matriz de pensamento, no caso em questão, o conservadorismo, se adaptou em uma região periférica do processo de modernização, a Amazônia, a partir de dois dos mais importantes autores amazônidas do século XX, Arthur César Ferreira Reis e Leandro Góes Tocantins. Esses dois autores pertencem à vertente do pensamento conservador e pensaram as relações de poder político na região amazônica, a função do Estado e a sua relação com a sociedade civil e interpretaram a questão da integração da Amazônia à dinâmica nacional, que era considerada estratégia fundamental para as elites regionais. Portanto, a escolha se deveu por serem autores chave provindos dos maiores e mais importantes estados da região norte: Arthur Reis, do Amazonas, e Leandro Tocantins, do Pará.

Arthur Cézár Ferreira Reis iniciou sua atuação política e intelectual ainda na década de 1930, quando participou da ruptura oligárquica de Getúlio Vargas ao agir ativamente para o sucesso da chamada Revolução de 30 no Amazonas. Em 1931, lançou seu primeiro livro, *História do Amazonas* (1931), considerado um marco para a historiografia amazonense. Com a ditadura civil/militar foi governador interventor do Estado do Amazonas entre os anos de 1964 a 1966. Em seu livro de memórias políticas, *Como Governei o Amazonas* (1967), defende o Regime de 1964, além de ter implementado medidas que, a nível estadual, estavam em sintonia com o que a modernização conservadora do período autoritário exerceria no Brasil e especialmente na região Norte com a Operação Amazônia. Na década de setenta foi diretor do Conselho Nacional de Cultura, onde defendeu o legado lusitano na formação do Brasil.

Filho do empresário e jornalista Vicente Torres da Silva Reis, dono do Jornal do Comércio, e de Emília Ferreira Reis, desde criança foi estimulado pelo pai a se dedicar à vida intelectual, fato que teve grande impacto sobre suas escolhas profissionais. Após terminar os estudos colegiais, foi para o Rio de Janeiro e retornou em 1927 após se formar em direito. Em seguida, passa a lecionar disciplinas de história em várias escolas da capital amazonense e colaborar como articulista no órgão de imprensa do seu pai, o Jornal do Comércio. Também lecionou história na Universidade Federal Fluminense.

Exerceu grande influência sobre a juventude e a vida intelectual tanto do Estado quanto da região Norte, chegando a ser chamado em Manaus de *Mestre dos Moços*. Integrou diversas instituições, como a Academia Amazonense de Letras (AAL), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas (IHGA). Profundamente influenciado pelas vertentes teóricas do Instituto e por nomes da historiografia como Francisco Adolfo de Varnhagen e Capistrano de Abreu, seus estudos eram imbuídos pela missão de criar um sentimento cívico na juventude amazonense em relação ao Amazonas e despertar o nacionalismo a respeito da necessidade do Brasil integrar e desenvolver a Amazônia; missão cívica e patriótica que aprendera com seu mentor no Amazonas, o escritor e político Álvaro Maia². Seu pensamento também possui profundos ecos do autoritarismo político, Oliveira Vianna e do conservadorismo culturalista, Gilberto Freyre, de quem era amigo e admirador.

Foi um dos protagonistas da política de Getúlio Vargas para a Amazônia, onde chegou a ser um dos assessores do Plano de Valorização da Amazônia e integrou a Superintendência de Valorização da Amazônia (SPVEA). Também foi presidente do Instituto de Pesquisas da

² Álvaro Botelho Maia (1893-1969) foi jornalista e político amazonense. Nascido em Humaitá, interior do Estado, governou o Amazonas entre os anos de 1930-1933, 1935-1945 e 1951-1955. Escreveu obras como *Na Vanguarda da Retaguarda* (1943), *Beiradão* (1958) e *Defumadores e Porongas* (1966).

Amazônia (INPA), do qual foi um dos principais defensores da sua criação. Atuou como delegado em várias missões brasileiras no exterior, sempre defendendo a Amazônia e o Brasil, e escrevendo dezenas de obras em que tratava da questão dos aspectos históricos, sociológicos, econômicos e políticos do Trópico Úmido brasileiro.

As ideias de Reis giram em torno da tentativa de compreensão da região Amazônica e da proposição de alternativas para tirá-la do subdesenvolvimento. Escolheu a via conservadora e autoritária para resolver a questão regional, tendo como parâmetro a atuação de um Estado forte e tecnocrático que desenvolvesse a região a partir de um capitalismo industrial associado a capitais nacionais e internacionais. O povo é visto como uma massa desorganizada que deveria ser guiada por uma elite esclarecida capaz de encaminhar o processo de dinamização social e impedir o surgimento da desordem e da anomia. Sua visão de mudança histórica está relacionada aos grandes movimentos políticos e administrativos do Estado, seja ele o português ou o brasileiro, e na atuação dos grandes estadistas do passado que, por sua capacidade ímpar de governo, conseguiram fomentar processos de mudança social.

Leandro Tocantins iniciou sua carreira intelectual em 1952 com o lançamento de *O Rio Comanda a Vida*. Foi historiador, poeta, ensaísta e tecnocrata. Refletiu sobre a história, a cultura e o lugar da Amazônia na formação brasileira. As suas obras tiveram grande impacto nas formulações teóricas referentes àquela região, além de atuar politicamente durante o regime militar na criação de políticas de desenvolvimento regional.

Leandro Tocantins pertencia a uma tradicional família paraense, dona da Casa Aviadora Barbosa e Tocantins, que faliu durante a crise da economia do látex. Essa insolvência forçou a família a se mudar para o Acre, no Rio Tarauacá, quando o autor ainda era criança. As lembranças da família a respeito do auge do extrativismo, bem como da vida no sítio no interior do Acre, causaram grande influência nos seus estudos sobre a formação histórica do modo de vida amazônico.

Aluno da Universidade Federal do Rio de Janeiro, teve duas graduações: direito e jornalismo. Também exerceu cargos em diversos órgãos de Estado: Ministério da Justiça, representante do Governo do Amazonas no Rio de Janeiro durante a gestão de Arthur Reis e integrou o Conselho Federal de Cultura. Teve também uma forte atuação diplomática como funcionário na embaixada brasileira em Portugal durante a ditadura civil/militar.

A sua obra foi influenciada pelo método genético e ecológico de Gilberto Freyre e pelo pensamento conservador de Arthur César Ferreira Reis, com quem dividia várias concepções históricas a respeito da Amazônia. Foi um intelectual ativista, que não se limitou a lançar livros

e proferir palestras, mas teve atuação destacada no poder, onde se esforçou, com bastante êxito, para fazer com que as suas teses sobre a Amazônia se materializassem em políticas públicas.

Todo o pensamento de Leandro Tocantins representa uma tentativa de conciliar a modernidade do mundo atual e a tradição da cultura amazônica, defendida pelo autor como a única forma de estabelecer um progresso criterioso, sem caos moral e social e que respeitasse as peculiaridades regionais. A grande preocupação do autor era a defesa de uma modernidade controlada, que conciliasse a cultura regional com o desenvolvimento capitalista. A sua proposta de desenvolvimento regional, amparada em uma nova ciência fundada por ele e batizada de Amazonotropologia, é uma tentativa de encontrar um lugar da tradição na dinâmica da ordem social moderna; é o tradicionalismo consciente propondo uma via de modernização.

Assim como Arthur Cézár Ferreira Reis, Leandro Tocantins estava inserido em um contexto intelectual de busca por soluções aos impasses e contradições referentes ao atraso da Amazônia em relação às outras regiões brasileiras. Assim como outros de sua época, sentia-se imbuído de uma missão na busca por valorizar as peculiaridades do modo de vida da região, que se sustentavam na miscigenação entre o português e o índio. Nesse projeto de futuro, Leandro Tocantins propunha formas de modernização do espaço amazônico que estivessem de acordo com a sua cultura e tradição.

Dessa forma, como os mencionados autores conservadores regionais do século XX interpretaram a região Amazônica e a tornaram problema para o pensamento político e social das suas épocas? A principal hipótese pode indicar que aquele pensamento conservador despontou ao tomar como referência de análise o uso das categorias região e nação, com as quais passou a problematizar e interpretar as peculiaridades amazônicas. O problema político e social fundamental para aqueles teóricos conservadores e para os grupos sociais que lhes davam sustentação era a integração da Amazônia ao Brasil por intermédio da modernização, ao mesmo tempo em que procuravam manter determinadas tradições, valores e relações sociais considerados típicos da formação histórica amazonense. Para alcançar esse objetivo, analisamos como esses autores pensaram a relação entre o Estado e a sociedade, os caminhos a serem trilhados pela modernização e o papel desempenhado pelo poder político naquela região.

Cabe explicitar que ambos os autores estiveram vinculados a uma vertente de conservadorismo autoritária, cuja característica reside na conservação da ordem e do progresso social, bem como da valorização dos costumes e da tradição a partir de uma ordem draconiana, onde o Estado seria uma dimensão privilegiada do processo de organização e desenvolvimento

da sociedade e único capaz de resolver o grande problema político que estes autores se defrontavam: o equacionamento dos desníveis regionais e da reposição da região amazônica como espaço privilegiado de reprodução de um capitalismo industrial e racional, em oposição à decadente sociedade extrativista.

O autoritarismo é uma vertente do pensamento político cuja ideia principal reside na noção de que o progresso social apenas é possível sob uma ordem ditatorial. Ele se opõe às instituições da democracia liberal, por considerá-las como fonte de lutas particularistas que desviam a atenção dos problemas nacionais, e às noções de democracia participativa ou deliberativa, transferindo para o líder ou para o Estado a prerrogativa de organização de cima para baixo do sistema societário. Se apresenta em duas vertentes principais. 1) O autoritarismo orgânico, que vê a ordem ditatorial como um fim em si mesma, não havendo possibilidade de outra formação social além desta. 2) O autoritarismo instrumental, onde a ditadura é tomada como uma ordem transitória, cuja meta é o desenvolvimento ordeiro das sociedades, libertando o povo da tirania das oligarquias locais. Findo o seu objetivo, a abertura democrática aparece como um movimento natural.

Ele está presente em todos os espectros ideológicos. Cabe lembrar que liberais adotaram o autoritarismo quando apoiaram a ditadura civil e militar brasileira e o regime ditatorial de Pinochet no Chile. O legado democrático das instituições liberais é jogado para segundo plano e o desenvolvimento do subsistema econômico é colocado como meta única. Na esquerda, o autoritarismo tomou forma no stalinismo, hipertrofiando a questão do fortalecimento político do partido ou do líder revolucionário e deixando para escanteio as dimensões da autogestão e da democracia participativa, tão caras ao pensamento de esquerda.

O conservadorismo dos autores se materializa nas ideias de culturalismo conservador: valorização da sociedade surgida com a colonização lusitana na Amazônia; no conservantismo estatista: quando transfere para o Estado a tarefa de agente civilizador do espaço amazônico; e no reformismo ilustrado: ao defender mudanças sociais lentas e graduais amparadas por uma elite esclarecida.

A importância do tema pode revelar como determinado estilo de pensamento originário da Europa ocidental se adaptou à região amazônica, tornando-se um problema proeminente para o pensamento social e político no Brasil; é uma forma de compreender como a modernidade se comporta em regiões distantes. O estudo das ideias de Arthur Cezar Ferreira Reis e Leandro Góes Tocantins é imprescindível para a análise política e social da Amazônia, pois foram

autores cujas ações práticas influenciaram as políticas públicas e a própria maneira como os habitantes do Norte enxergam a si mesmos.

A temporalidade da análise do objeto de estudo vai da década de trinta à década de oitenta do século XX, pois foi nesta janela de tempo que Arthur Cézár Ferreira Reis e Leandro Tocantins lançaram suas obras e atuaram politicamente de forma mais destacada no Estado e na sociedade civil.

Esses intelectuais e políticos atuaram intensamente na vida pública, dialogando com outros pensadores e com instituições, ao estarem presentes nos principais debates acerca dos destinos da região. Estamos diante de intelectuais cujas ideias políticas e sociais se institucionalizaram: examinar a origem das suas ideias e as matrizes intelectuais e institucionais que estavam em diálogo e em oposição, bem como elucidar algumas das particularidades sociais que tornaram possíveis as suas concretizações, é um caminho para apresentar aspectos importantes do movimento das ideias e das práticas políticas na região amazônica.

Outro motivo se deve ao fato de que nos últimos anos o pensamento conservador tem experimentado maior influência no palco das discussões da sociedade civil. Assim, é necessário compreender cientificamente como se estruturam os principais elementos do pensamento conservador e a sua adaptação à particularidade da região amazônica brasileira.

O objetivo geral é identificar as características do pensamento político conservador na Amazônia para analisar as interpretações das questões políticas e sociais mais relevantes para a região em meados do século XX, dentre elas, a relevante problemática da integração regional.

Os objetivos específicos são: 1) Analisar as interpretações de Arthur Cezar Ferreira Reis e Leandro Góes Tocantins sobre a integração regional da Amazônia à esfera nacional; 2) Refletir teoricamente sobre as concepções dos autores referentes às relações estabelecidas entre o Estado e a sociedade civil e a função do poder institucional e político na organização social do Amazonas; 3) A partir do estudo dos autores, realizar um panorama das teorias e práticas do pensamento conservador na região em meados do século XX.

Os procedimentos de pesquisa são de caráter documental, a saber: 1) serão tomadas como fontes primárias as obras dos referidos autores: *A política de Portugal no Vale Amazônico*, *A Amazônia e a cobiça internacional*, *História do Amazonas*, *O Seringal e o Seringueiro*, *Um mundo em mudança*, *O impacto amazônico na Civilização Brasileira*, *A Amazônia e a integridade do Brasil*, *Como governei o Amazonas*, *Épocas e Visões Regionais do Brasil* e *Aspectos da formação brasileira*, de Arthur Cézár Ferreira Reis; *O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia*, *Vida, Cultura e Ação*, *Amazônia: Natureza, Homem e Tempo*;

Brasil: alguns valores essenciais e Formação Histórica do Acre de Leandro Góes Tocantins, privilegiando os temas elencados na justificativa e nos objetivos. Tais obras representam a fase mais madura da produção bibliográfica dos autores, sintetizando o pensamento político sobre o tema da questão amazônica, motivo pelo qual foram privilegiadas no presente trabalho; 2) Pesquisas nos acervos pessoais dos autores, situados na Biblioteca da Floresta, em Rio Branco, Acre e na Biblioteca Arthur Reis, em Manaus, Amazonas. 3) Artigos, dissertações e teses sobre o objeto de estudo comporão o conjunto de fontes secundárias; 4) Entrevistas com autores e pesquisadores que lidaram com a temática 5) O estudo de obras que possam permitir a reconstrução do contexto econômico, intelectual, político e sociológico daquele período histórico.

Em relação às questões metodológicas, Max Weber ponderava que alcançar o conhecimento com total objetividade é impossível, pois a sociologia se guia pela conexão entre os conceitos e não pela conexão entre as coisas. As ciências do espírito voltam-se para dados de natureza qualitativa, cuja definição não depende da objetividade em si, mas da subjetividade do agente pesquisador. Além do mais, para o mencionado sociólogo alemão, a complexidade da realidade social não pode ser esgotada somente a partir de explicações objetivas. A realidade está repleta de nuances e descontinuidades. A imposição de leis gerais não esgota toda a realidade, que é complexa e repleta de relações (WEBER, 2003; 2001a; 2001b).

Florestan Fernandes (2004) demonstra que o importante na pesquisa é aquilo que é visto com o olhar disciplinado do método. Uma das fases mais importantes da observação nas ciências sociais é quando o tratamento analítico dos dados permite passar para uma fase de olhar mais aprofundada, quando o pesquisador consegue enxergar as partes constituintes dos fenômenos e as condições em que são produzidos. Florestan Fernandes aponta para a importância de observar a realidade fenomênica com método que permita a mais correta análise possível dos fatos sociais estudados, decompondo as suas partes e mostrando como eles se formam. Embora muitos fenômenos sociais tenham caráter universal, operam dentro de horizontes de eventos concretos pertencentes aos sistemas sociais integrados e descontínuos. Dessa maneira, torna-se necessário estabelecer, no estudo da realidade social, quais fatos possuem relevância empírica, ou seja, que respondem à necessidade reflexiva de reconstrução científica da realidade. Para isso, a pesquisa de campo é fator fundamental.

Florestan Fernandes aproxima-se de Max Weber ao afirmar que a própria estrutura da pesquisa - identificada à seleção, ao modo de levantar e analisar os dados tidos como relevantes - depende do quadro de referência escolhido pelo pesquisador. Em outras palavras, o olhar

direcionado para a pesquisa e a forma de interpretar os dados dependem da matriz teórica utilizada. Efetivamente, o sistema de referência metodológico determina os alvos da pesquisa e como os dados serão apresentados.

A realidade concreta é obscura, caótica e inexaurível. Nesse âmbito, as proposições da pesquisa estabelecem um recorte que determina quais são os problemas relevantes e quais os aspectos da realidade devem ser estudados e como devem ser abordados metodologicamente:

Isso significa que certos elementos subjetivos, essenciais para a organização da experiência do sujeito-investigador, são dados de antemão e orientam suas atividades cognitivas de caráter exploratório. (FERNANDES, 2004, p. 142).

O historiador britânico John Pocock (2013) mostrou como os discursos são proferidos dentro de um quadro definido historicamente. É preciso estar atento tanto ao contexto quanto à linguagem. O primeiro se refere à necessidade de estudar o texto político dentro da sua própria época, bem como às discussões que estavam em voga quando da sua escrita. O segundo seria tratar a ideia como discurso proferido em prol de um objetivo; ao procurar responder aos dilemas e contradições do seu tempo, as ideias se transformam em atos para modificar o mundo.

John Pocock defende que se deve ligar o autor às vicissitudes, questões, problemas e dramas do seu tempo, compreendendo como o próprio se coloca na história e como a interroga para encontrar as soluções para os impasses que o cerca. Desse modo, as ideias teriam uma dinâmica própria que seria diretamente influenciada pelo momento histórico, contudo, sem ser sua mera expressão. John Pocock afirma que a inserção dos indivíduos na história não se restringe à sua estrutura material, mas diz respeito também à sua estrutura abstrata, que é o grande corpo de ideias que fazem parte do tempo e do espaço (ARAÚJO, 2017).

A linguagem que um autor emprega já está em uso. Foi utilizada e está sendo utilizada para enunciar intenções outras que não as suas. Sob esse aspecto, um autor é tanto um expropriador, tomando a linguagem de outros e usando-a para seus próprios fins, quanto um inovador que atua sobre a linguagem de maneira a induzir momentâneas ou duradouras mudanças na forma como ela é usada. (POCOCK, 2013, p. 29).

As ideias fornecem formas de expressar e encontrar os problemas do tempo histórico, sendo modificadas pela cosmologia do próprio tempo, isto é, pelas suas peculiaridades e especificidades dadas pelo espaço. Essas abstrações possuem o poder de unir indivíduos e grupos em torno de um vocabulário compartilhado ao permitirem a expressão dos seus anseios políticos. O ser humano, influenciado por linguagens construídas pela história, se propõe a

resolver os problemas da sua comunidade, transformando seus discursos em atos, ou seja, ações sociais com relação a fins.

John Pocock também estabelece a diferença entre *parole*, *langue* e *lance*. A *parole* é o conjunto de atos que os indivíduos fazem em prol da realização de um objetivo. A *langue* é o contexto linguístico de uma sociedade, onde há várias linguagens que juntas compõem a estrutura linguística. A última significa as inovações que os indivíduos efetuam com sua performance, resultando em uma inovação da linguagem que passa a ser usada por outros homens. Assim, seu método consiste na afirmação de que as várias linguagens com seus significados sobrevivem ao tempo e são sempre apropriadas por grupos e indivíduos através da história. Perpassando todo esse processo, elas não são puras, mas sim constantemente combinadas e recombinadas por um autor determinado. Isso faz com que aquele que use as ideias políticas mescle-as com outras linguagens e ideias (ARAÚJO, 2017; POCOOCK, 2013).

Tanto Arthur Cézár Ferreira Reis quanto Leandro Góes Tocantins foram historiadores bastante profícuos e procuraram compreender os processos históricos e sociais particulares que formaram a Amazônia. Por isso, o estudo sobre as interpretações que o conservadorismo nortenho produziu sobre a região não pode dispensar uma análise da formação regional, da cultura e das características sociais. A estrutura institucional de poder, a modernização e a integração têm relação com as noções de formação social. Antes de se deter sobre as categorias que a pesquisa tomou como análise, é importante realizar uma discussão prévia sobre como os dois autores interpretavam a formação social e histórica da Amazônia.

Como todo objeto de estudo das ciências sociais, o pensamento político e social deve ser investigado levando-se em consideração alguns cuidados. Muitas das noções podem se metamorfosear dependendo das nuances do tempo histórico, eis porque é fundamental não analisar rigidamente ideias, noções e categorias, mas colocá-las em contato com as relações materiais e simbólicas do tempo e do espaço particular em que se desenvolveram. Por conseguinte, as estruturas sociais - vistas como uma gama de normas e recursos - não apenas restringem a ação de atores e grupos sociais, mas direcionam e criam possibilidades de ação, influenciando as ideias políticas e sociais. O pensamento conservador na Amazônia ofereceu grande importância à integração nacional, fenômeno que só pode ser analisado dentro de uma conjuntura específica. A hipótese da presente tese indica que as elites políticas e econômicas regionais pretendiam recuperar o prestígio perdido com a decadência da borracha por meio da integração nacional. Assim, a pauta da modernização conservadora teve seu centro nas atenções

dos intelectuais que produziram as ideias destes grupos. Em suma, a pesquisa foi efetuada em dois níveis, a partir da compreensão das ideias e da sua relação com o meio envolvente.

Na primeira sessão serão abordados os fatores que levaram ao fim da ordem pré-moderna e o surgimento da modernidade. Também analisaremos como surgiu o conservadorismo, suas principais ideias, autores e portadores sociais. Procura-se estabelecer as relações deste estilo de pensamento com a modernidade, sua preocupação com a preservação dos costumes, tradições e a ênfase na mudança social lenta e gradual.

Na segunda sessão abordaremos a gênese do pensamento conservador no Brasil, apresentando as principais características que ele adquiriu no século XIX e XX, bem como seus principais intelectuais e suas formulações sobre a questão da mudança social e a relação entre Estado e Sociedade. Procuramos os principais autores e ideais conservadores para realizar um panorama intelectual que pudesse tornar inteligível as peculiaridades do pensamento conservador brasileiro no século XIX e primeira metade do século XX.

Em seguida, será abordado os movimentos históricos que acompanharam a entrada do Brasil e do mundo no século XX, a conseqüente decadência do liberalismo como ideologia predominante do ocidente a partir da década de trinta, as contradições do pós-guerra que levaram à ruptura autoritária, à modernização conservadora de 1964 e as conseqüências para a sociedade brasileira.

Na quarta sessão falaremos sobre os processos macro-históricos que cercam a formação da Amazônia, sua integração forçada ao esquema societário ocidental e as contradições que envolveram sua história desde então. Mostraremos como este processo desembocou na crise do modo de produção extrativista, mobilizando as elites regionais a formularem um discurso sobre a região e discutir estratégias de integração da Amazônia ao Brasil.

Passando adiante, apresentaremos as discussões intelectuais a respeito da questão amazônica no século XX. O que se pretende é apresentar como se dava o debate intelectual na época com os principais autores, ideias e o lugar das Instituições, como as Academias de Letras e os Institutos Históricos e Geográficos enquanto lugares de legitimação e formação de uma elite intelectual apta a discutir o lugar da Amazônia no Brasil.

A próxima sessão terá como objetivo mostrar as ideias de Arthur César Ferreira Reis. Estudaremos sua visão sobre a formação do Brasil, sobre a história da Amazônia e suas formulações a respeito da função do Estado como agente organizador da sociedade e como ente civilizador capaz de equacionar a problemática dos desníveis regionais.

Na sessão seguinte as ideias de Leandro Tocantins serão analisadas. Vamos focar nesta sessão sua relação com o tradicionalismo, sua adesão ao projeto de modernização conservadora, sua defesa de uma tradição amazônica como referencial social e moral para as populações regionais e, por fim, sua proposta científica, a Amazonotropicalogia, como alternativa para criação de projetos de desenvolvimento regional amparados na cultura local.

Na próxima sessão serão apresentadas as sínteses teórica e interpretativa da tese onde desenvolveremos nossos argumentos e hipóteses. Por fim, mostraremos nossas considerações finais com algumas informações complementares.

AS RAÍZES INTELLECTUAIS E SOCIAIS DO PENSAMENTO CONSERVADOR

1.1 O Fim da ordem feudal e o início da Modernidade

A decadência da Idade Média ocasionada pela emergência da modernidade modificou radicalmente todas as esferas da vida social. O surgimento do capitalismo moderno, com o enfraquecimento da economia feudal e com a força gradativa que as cidades passaram a adquirir como centro político e econômico, impulsionou o surgimento de uma nova subjetividade baseada na ação social racionalmente orientada. Nesse contexto, a organização dos Estados Nacionais impôs um processo intensivo de homogeneização social sobre determinado território e, por fim, a complexificação crescente das funções sociais representou grandes rupturas para a história ocidental.

Ao contrário de épocas anteriores, onde a expansão de um modelo civilizacional só poderia se dar até um determinado ponto, caso contrário, entraria em colapso, o modo de produção capitalista faz da própria expansão a sua característica fundamental. Para se manter vivo, o capitalismo moderno precisa expandir-se, procurando sempre novos lugares onde possa se reproduzir. Nas formas pré-capitalistas de produção, o sistema é finito até um ponto em que não pode ultrapassar sem se autodestruir; sua barreira é sempre a barreira ambiental que pressupõe a ligação dos homens à terra, o que permitia a sua expansão até determinado limite. O Capital, ao contrário, derruba todas as barreiras externas colocando-as em seu próprio interior. Em outras palavras, o capital é infinito: seus pressupostos não possuem limite, pois todas as relações, processos e estruturas são abarcados pelo desenvolvimento da sua historicidade (CHAUI, 2006).

Dessa forma, são necessárias quatro dissoluções sociais para que o capitalismo possa emergir. A primeira é a dissociação entre o sujeito e a propriedade territorial, o fim do “[...] relacionamento com a terra enquanto corpo inorgânico de trabalho [...]” (CHAUI, 2006, p. 146). A segunda é a decadência das relações de trabalho onde o indivíduo é o proprietário dos meios de produção. A terceira é o fim do amparo da comunidade que dava ensejo ao indivíduo durante o processo de trabalho. Por último, temos a dissolução das condições de trabalho onde o sujeito, sendo escravo ou servo, estava intimamente ligado às condições de produção. Todas essas formas sociais pré-capitalistas, ao entrarem em decadência e se dissolverem, tornaram possível o surgimento do modo de produção capitalista.

Sendo revolucionária em sua essência, a modernidade mudou radicalmente a forma como os grupos sociais se relacionavam culturalmente, economicamente e politicamente. Antes, essas sociedades eram pensadas por seus membros de maneira a-histórica: tendo um início mítico, onde um deus, herói ou outra figura mitológica fundara uma comunidade, os homens ficavam impedidos de mudar as regras sociais, pois consideravam que as leis tinham origens extraterrenas. Todavia, com o advento dos eventos históricos que impulsionaram o início do processo de constituição do capitalismo moderno a partir do século XVI, a forma como essas sociedades passaram a se interpretar mudou radicalmente; começam a pensar os seus princípios dentro da história ao refletirem sobre as suas fundações no tempo e no espaço: como frutos da ação humana em uma data determinada, os seus membros puderam analisar as leis, os costumes e a organização do poder vigentes na comunidade (BAUMAN, 2000). Nesses termos, o extraterreno cedeu espaço ao terreno, e a gênese da comunidade passou a ser entendida como a luta e a cooperação entre diferentes grupos e interesses que direcionavam os caminhos da organização social.

Em épocas pré-modernas, as relações sociais estavam localizadas no tempo histórico e espacial mais próximo (GIDDENS, 1992). As relações de parentesco eram um dispositivo para tornar estáveis as comunidades, enquanto as cosmologias religiosas forneciam visão providencial da vida e da natureza, com a tradição tornando-se o elo conector entre passado, presente e futuro. A ameaça à vida estava consubstanciada nos exércitos de pilhadores, bandidos e outros salteadores. Por outro lado, as comunidades preocupavam-se com a perda da graça religiosa ao ficarem sob a influência maligna, fato que resultaria em calamidades naturais ou sociais.

No contexto da modernidade, as relações sociais se baseiam em sistemas abstratos e desencaixados, ou seja, baseados na alta tecnologia, em conjuntos de elementos concretos que organizam as relações sociais, colocando a influência da comunicação em todas as diferentes regiões do globo. Assim, o mundo passa a ser regido por sistemas de alta tecnologia, baseados no *conhecimento perito*, que significa a capacidade de determinados indivíduos controlar e aplicar no mundo social estas tecnologias (GIDDENS, 1991).

As ameaças se originam do processo de reflexividade da modernidade, na sua capacidade de criar cada vez mais conhecimento que produz fissuras e consequências imprevistas no tecido social. Essa circularidade do conhecimento social é uma das características principais da Era Pós-Tradicional. A ameaça à vida humana vem por meio da industrialização da guerra, da catástrofe nuclear ou da tragédia ambiental. Embora as ameaças

às comunidades humanas por meio de desastres ambientais ou guerras existissem em condições pré-modernas, com o advento da modernidade os desastres e conflitos passam a ter dimensão global, capaz de afetar toda a vida na terra.

Da mesma forma, a ameaça da perda do sentido pessoal que conduz ao niilismo é consequência do processo de reflexividade e individualização que fomentam a falta de senso de comunidade (GIDDENS, 1991). Esse processo de valorização da individualidade dissolveu os antigos laços sociais que amparavam os homens e os deixou à deriva no mundo social, pois a dimensão anômica da modernidade valorizava a atomização dos indivíduos para competirem em uma sociedade em constante mudança. De outro modo, o sociólogo britânico Anthony Giddens observa que a valorização do individualismo na modernidade gera a construção da própria biografia: a afirmação da personalidade e da criação dos próprios valores em uma realidade social onde cada indivíduo fica responsável por construir o seu “paraíso” ou seu “inferno”.

Giddens (2008) aposta em uma interpretação descontínua da modernidade. Rompe com o evolucionismo parsoniano³ ao propor que a Era Pós-Tradicional representa uma ruptura com períodos anteriores e não um ponto alto de um lento processo de desenvolvimento, ou seja, recusa a percepção da história como mudança social. A consequência dessa ruptura foi o surgimento de um modelo de sociedade radicalmente novo. Na maior parte da história da humanidade, a experiência humana foi mais de estagnação do que de transformação e os processos de desenvolvimento que houveram até a ruptura moderna, quando existiram, foram irrelevantes se comparados com as sociedades industriais. Não significa negar a importância das transições macro-históricas dos períodos anteriores, mas propor que os processos que se originaram na Europa ocidental e se espalharam por todo o globo se baseiam em uma experiência radicalmente nova de sociedade (GIDDENS, 2008).

A modernidade é um processo que transforma as antigas certezas ao inserir homens, mulheres, grupos e nações em um movimento de mudança ininterrupta. O escritor e filósofo estadunidense Marshall Berman (1940-2013) - baseado em Karl Marx e Friedrich Engels - investigou o potencial dialético e diluidor da modernidade ao refletir sobre a emergência de um

³ Partindo de uma perspectiva estrutural funcionalista, Talcott Parsons apostou em uma via evolutiva para explicar o surgimento da modernidade (DOMINGUES, 2008). Assim, a capacidade adaptativa para lidar com fatores ambientais e o *domínio da incerteza* resultam na chegada das sociedades à nova ordem. Desse processo surgiria a diferenciação crescente do organismo social e da divisão de vários sistemas e subsistemas em outros sistemas e subsistemas, diferindo em estrutura, funcionalidade e aumentando a performance do sistema social. O tipo moderno de sociedades, aponta Parsons (1974), nasceu na Europa ocidental, na área onde existiu o Império Romano, dando a base do que se constituiu como modernidade.

mercado mundial que se expande, absorve e destrói todos os outros mercados regionais: aquele mercado em contínua expansão converte ao cosmopolitismo as necessidades humanas. Nesse contexto, as indústrias locais entram em colapso, pois não podiam atender a todas as demandas dos mercados regionais (BERMAN, 2007).

Simultaneamente, as comunicações se tornam mundiais ao organizarem uma mídia de massa de alta tecnologia. Na esfera econômica, a concentração de capital força os pequenos comerciantes e artesãos a deixar as suas propriedades e se dirigir para ocupar a função de proletários nos centros urbanos. A produção rural e as indústrias se automatizam ao mesmo tempo em que os estados nacionais centralizam o poder com a intenção precípua de organizar mundialmente a acumulação de capital. Efetivamente, a modernidade promoveu rupturas e novas formas de sociabilidade que orientariam a organização do poder e as ideias políticas dos mais variados grupos sociais.

O pensamento moderno é orientado para o futuro, determinando assim o presente e o passado. As tradições - que nas sociedades pré-capitalistas funcionavam como determinante das formas de organização política e social - eram sempre direcionadas por um passado considerado mítico e imutável. Esse fato não exclui as mudanças sociais naquelas sociedades, mas as suas bases sociais e políticas eram tributárias de uma forma civilizacional que era determinada pela tradição. Todavia, em tempos pós-tradicionais, a condição social mudou completamente. Não é mais o passado que integra o horizonte intelectual das civilizações, mas sim o futuro e a sua ênfase no progresso em virtude da reflexividade do conhecimento e do caráter expansionista do capitalismo.

Ianni (1978) aponta como a escravidão esteve no centro da formação do modo de produção capitalista. Isso gerava uma situação paradoxal: ao mesmo tempo em que era gestado na Europa o trabalho livre com o esfacelamento das formações sociais de caráter feudal, nos espaços invadidos e dominados pelas potências europeias se desenvolvia o trabalho compulsório do negro, aberto, e do indígena, disfarçado. O trabalho escravo era a base desse tipo de formação. O tripé Europa – África – América, com o primeiro consumindo matérias primas e processando produtos manufaturados, o segundo fornecendo mão-de-obra abundante e barata e o terceiro consumindo a produção manufaturada do primeiro ao mesmo tempo em que se especializava na produção primária, esteve no centro dessa configuração de caráter eminentemente mercantil.

Porém, o capitalismo possui um ethos basicamente expansivo, ou seja, apenas se mantém vivo na medida em que está se expandindo e, ao fazê-lo, engendra o processo de

destruição – criação – destruição. Ao se tornar a forma de produção hegemônica, descreve Ianni (1978), destruiu o feudalismo e entrou em sua fase mercantil, onde a dominação colonial e o trabalho compulsório nas Américas eram determinantes. Ao entrar em sua fase industrial, o escravismo e todas as relações sociais criadas com ele perdem importância, se esvaem no devir da história e criam outras formações sociais como a relação patrão – empregado, o nascimento de uma nova classe social e a preponderância das cidades sobre o rural.

Entre os acontecimentos que moldaram o mundo atual, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial Inglesa tiveram papel preponderante. O primeiro delineou o imaginário das lutas políticas entre forças progressistas e conservadoras, o segundo serviu como baliza fundamental de organização do mundo sob a lógica da solidariedade orgânica do capitalismo mundializado. Ambos forneceram as bases para a modernidade-mundo.

Os acontecimentos de 1789 na França forneceram o vocabulário da política liberal e radical, e a noção de nacionalismo se espalhariam como a ideologia do mundo moderno para todo o globo, chegando até mesmo a civilizações que resistiam às ideias francesas, adaptando a influência daquelas ideias, inclusive no processo de independência atlântica durante o século XIX. A modernidade foi também levante social de caráter claramente massivo e mais radical do que qualquer outro até então; consequência direta das contradições existentes entre a estrutura e os interesses da monarquia absolutista, que viria a cair logo depois, e as novas forças sociais que surgiram: a burguesia (HOBSBAWN, 2008).

Havia entre a grande burguesia um consenso de ideias baseado no liberalismo clássico e na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), um documento contra a sociedade estamental e os privilégios dos nobres e da Igreja. Entretanto, não necessariamente a favor de uma sociedade igualitária:

A declaração afirmava (...) que todos os cidadãos têm direito a colaborar na elaboração das leis; mas pessoalmente ou através dos seus representantes. E a assembleia representativa que ela vislumbrava como órgão fundamental não era necessariamente de uma assembleia democraticamente eleita, nem o regime nela implícito pretendia eliminar os reis. Uma monarquia constitucional baseada em uma oligarquia possuidora de terras era mais adequada a maioria dos liberais burgueses do que a república democrática poderia ter parecido uma expressão mais lógica de suas aspirações teóricas. (HOBSBAWM, 2008, p. 91).

O liberal clássico da Revolução Francesa era adepto do constitucionalismo fundado no Estado secular, nas liberdades individuais, na segurança jurídica para empreender e em um governo formado por proprietários (HOBSBAWN, 2008). Esse regime de governo, segundo os seus partidários, seria a expressão última e máxima da vontade do povo, e não apenas de uma

parte da sociedade. Os reis não seriam mais coroados pela Graça de Deus, mas pelo direito constitucional do Estado; a fonte da soberania deixava de ser o direito divino para ser a própria Nação.

A Revolução Industrial, por sua vez, ditou a organização econômica do capitalismo ao retirar as amarras produtivas da humanidade, tornando ilimitada a capacidade de produção de produtos e serviços. As condições mais adequadas para essa distensão estavam na Inglaterra, onde o lucro privado tinha deixado de ser considerado um pecado e o desenvolvimento econômico adotado como objetivo governamental, a mão de obra evadida das áreas rurais seria utilizada nas indústrias e uma relativa quantidade de proprietários voltados para o comércio usufruíam da terra; com a agricultura direcionada ao mercado e as manufaturas se espalhando pelo país, ela estaria apta a exercer seu papel crucial dentro do processo de industrialização do modo de produção: fornecer trabalhadores para as cidades industriais e produzir cada vez mais alimentos para uma população cada vez mais numerosa:

Um considerável volume de capital social elevado - o caro equipamento geral necessário para toda a economia progredir suavemente - já estava sendo criado, principalmente na construção de uma frota mercante e de facilidades portuárias e na melhoria das estradas e vias navegáveis. A política já estava engatada ao lucro [...] o dinheiro não só falava como governava. Tudo que os industriais precisavam para serem aceitos entre os governantes da sociedade era bastante dinheiro. (HOBSBAWM, 2008, p. 55).

Nessa época, a Inglaterra possuía economia dinâmica e um Estado nacional forte o bastante para derrotar todos os seus competidores a nível internacional, como ocorreu durante as guerras de 1738 e 1815⁴ e com as conquistas coloniais durante a expansão imperial, tornando impossível dissociar atividade política da atividade econômica. Todos os planos de desenvolvimento do Estado moderno estariam acoplados ao desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

É importante destacar a íntima relação entre o industrialismo do século XIX e a escravidão moderna, mais especificamente a ligação dessa forma de trabalho compulsório com as indústrias de algodão (HOBSBAWN, 2008). As plantações das Índias Ocidentais - destino da maioria dos escravos africanos - eram as principais fornecedoras de algodão para as fábricas britânicas. Em troca, os grandes produtores compravam os produtos manufaturados em grandes quantidades, e depois de 1790 os campos produtores foram aumentados pela demanda crescente das indústrias inglesas. Aquele era um marco na história mundial, uma vez que transformava as

4 Guerra de sucessão austríaca (1740-1748); Guerra dos Sete anos (1756-1763); Guerra de Independência dos Estados Unidos (1775-1783); Guerras Napoleônicas (1803-1815); Guerra Peninsular (1807-1814).

relações comerciais, políticas e culturais estabelecidas entre o Ocidente e o Oriente. Historicamente, o Ocidente sempre importou produtos do Oriente: especiarias, joias e seda, entre outros. Contudo, naquele momento histórico, a dinâmica das relações comerciais entre Ocidente e Oriente se invertia: auxiliado pela guerra, revoluções e por uma ofensiva política internacional, o Ocidente passou a exportar muito mais para o Oriente.

Outra inovação que teve grande impacto na economia, no imaginário e na política global foi a invenção da ferrovia, que se tornou o símbolo de velocidade da nova Era Moderna ao abrir países e continentes inteiros à comunicação, aos transportes de pessoas e ao comércio (HOBSBAWN, 2008). Por intermédio do transporte ferroviário, exércitos, produtos, postais e pessoas deslocavam-se até o seu destino de forma mais eficaz e rápida. Nesse momento, houve forte empenho na construção de ferrovias: em 1840, contavam-se cerca de 7 mil quilômetros de ferrovias construídas em todo o mundo; em 1850, os números já ultrapassavam os 50 mil.

Essa ideologia secularizada e orientada para o progresso é corporificada no Iluminismo do século XVIII, cuja força-motriz é a crença de que a Humanidade se move em um crescente aperfeiçoamento a partir da razão embasada pelo conhecimento científico e pelo controle técnico do homem sobre a natureza. Aquela ideologia almejava libertar o homem das amarras da tradição e da superstição e levá-lo a um novo patamar de bem-estar e independência. Os pontos anelares de secularismo eram o materialismo e o empirismo, tributários da revolução científica do século XVII. A compreensão a respeito do homem era marcada a partir de uma perspectiva individualista, segundo a qual os homens eram átomos individualizados que procuravam satisfazer as suas necessidades mais primárias: buscar a vida, a liberdade e a felicidade. Para atingir tais fins intentavam se associar a outros homens na forma de um contrato. A vontade geral, ou social, era a soma das vontades individuais, oferecendo os contornos teóricos gerais do liberalismo clássico:

É verdade que a humanidade consistia essencialmente de indivíduos soberanos de certa constituição psicológica, que buscavam seus próprios interesses através da competição com os outros. Mas poderia ser demonstrado que essas atividades, quando deixadas tanto quanto possível fora de controle, produziam não só uma ordem social natural (distinta da artificial imposta pelos interesses estabelecidos, o obscurantismo, a tradição ou a intromissão ignorante da aristocracia), mas também o rápido aumento da riqueza das nações quer dizer, do conforto e bem-estar, e portanto, da felicidade de todos os homens. Podia ser cientificamente provado que a existência de uma classe de capitalistas donos dos meios de produção beneficiava a todos. (HOBSBAWM, 2008, p. 330).

O socialismo, outra ideologia da modernidade e que faria contraposição ao liberalismo e ao conservadorismo, passou a ter como portadores sociais os operários das fábricas surgidos durante a revolução industrial (HOBSBAWN, 2008). Progressista em seu âmago, o socialismo via a dinâmica do capitalismo como portadora de contradições entre a classe produtora de riqueza e a classe que detinha os instrumentos da produção, que inevitavelmente o levaria ao colapso. Contra os conservadores, as ideias socialistas apontavam que as antigas tradições eram formas de controle político de uma elite sobre a grande maioria da população, embora estivessem de acordo no que concerne à desumanização que a sociedade industrial e burguesa fazia com os homens. Igualmente, aquelas ideias indicavam que a humanidade não era essencialmente individualista, mas baseada na vida em comunidade. Assim como o liberalismo, o socialismo arrogava a si o domínio da razão e do progresso científico ao demonstrar que a sociedade era um ser histórico, isto é, teve um início em algum ponto determinado e que poderia ser modificado conforme a vontade dos homens, vistos como sujeitos da história. Isso significa que a sociedade poderia ser projetada rumo a um futuro de igualdade material e política, e o poder político poderia ser usado para redimir a sociedade.

O surgimento das nações é outro ponto importante na constituição da ordem social moderna, sendo um fruto direto do liberalismo em finais do século XVIII. Hobsbawm (2016) entende o nacionalismo como um princípio coeso que sustenta a fidelidade e determina a organização política. A nação não é um ente imutável na história, estando relacionada a uma forma determinada de dominação política, cujas características residem na invenção de mitos, de tradições e de um destino nacional em que ressalta certas culturas preexistentes ao mesmo tempo em que anula outras também preexistentes.

Além dessa ligação a uma forma determinada de Estado, a questão nacional está inserida num estágio do desenvolvimento tecnológico e econômico. As línguas padronizadas das nações, tanto escrita quanto falada, por exemplo, só se tornaram possíveis com o surgimento da imprensa e da alfabetização em massa. Portanto, as nações são entes sociais e históricos diretamente ligados às condições econômicas, políticas, administrativas e técnicas:

[...] por essa razão as nações são, do meu ponto de vista, fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalista. (HOBSBAWM, 2016, p. 19).

Só se pode compreender o surgimento dos Estados nacionais e dos nacionalismos, aponta Hobsbawm, se levarmos em conta tanto a perspectiva das elites dirigentes e dos

governos quanto das pessoas comuns. Primeiro, porque as grandes ideologias e as orientações dos Estados muitas vezes diferem das aspirações e demandas dos cidadãos da parte mais baixa da pirâmide. Segundo, porque a identificação a um Estado nacional muitas vezes não se coloca acima de outras identificações do ser social como um todo. Isso se deve ao fato de que o nacionalismo se desenvolve de forma desigual entre diferentes grupos e regiões de um território — as diferenças culturais entre as regiões são gradativamente apagadas e deixadas no passado.

Há três fases na formação da nacionalidade e do Estado nacional. A primeira ocorreu no século XIX e teve implicações puramente literárias e culturais, estando circunscrita a uma elite intelectual formada por músicos, escritores e pensadores. Na segunda fase surge a primeira geração de militantes com as primeiras consequências políticas do nacionalismo. Na terceira fase, há o processo de massificação da ideia de nação e sua força se torna cada vez maior no embate político. É preciso levar em conta também que as classes populares são as últimas a se deixarem convencer com a ideologia do nacionalismo (HOBSBAWM, 2016).

O cerne da ideia de nação é político, cujo sentido está ligado às Revoluções Francesa e Americana, unindo Estado e Povo em uma mesma formação social. Assim, na Era das Revoluções, aponta Hobsbawm, o conceito de nação logo se transformaria em algo uno e indiviso, tornando-a um corpo de cidadãos soberanos constituintes de um Estado como expressão máxima da sua soberania política. Portanto, a equação formada pelo Estado, Nação e Povo ligou este último a um território.

As concepções de nação e de nacionalismo tomaram dois caminhos diferentes: o revolucionário-democrático e o nacionalista. A vinculação de um povo a um território se ajustava as duas, mas com a diferença de que para o primeiro predominava a noção de soberania do povo, entendido como cidadão; para o segundo, havia uma ênfase maior sobre a distinção de uma sociedade em relação a outras, processo derivado de algumas comunidades políticas anteriores que se tornaram os embriões da pátria. Nos dois casos predomina o reconhecimento do seu povo como sujeito, pois as Revoluções Americana e Francesa significaram o fim da época em que as pessoas acreditavam que os Reis governavam por vontade divina (HOBSBAWM, 2016).

Definido como um território e exercendo a dominação sobre todos os habitantes que ali moravam, o Estado nacional exercia sua supremacia diretamente por meio da sua administração e não mais a partir de sistemas intermediários como era na época pré-moderna, aponta Hobsbawm. O Estado procurava impor a obediência por meio de leis e dispositivos burocráticos e não com ideologias religiosas ou de uma nobreza territorial. A partir de agora, todos os

cidadãos estariam ligados por laços diários de uma solidariedade social complexa e racional, o que criou dois tipos de problemas. O primeiro concerne às questões técnico-administrativas sobre como seria mais adequado instaurar uma forma de governo onde todos os habitantes adultos estariam ligados pela administração estatal. O segundo diz respeito à lealdade e identificação dos cidadãos ao regime vigente. Os anos conturbados das Revoluções destruíram os antigos laços de solidariedade social que uniam as populações, como a Igreja, a nobreza, a monarquia e autonomia das pequenas comunidades. Era preciso criar novas forma de lealdade.

Alguns padrões que tradicionalmente haviam garantido a lealdade, como a legitimidade dinástica, a ordenação divina, o direito histórico e a continuidade da dominação, ou a coesão religiosa, estavam seriamente enfraquecidos. Finalmente, todas essas tradicionais legitimações da autoridade estatal estavam, desde 1789, sob permanente desafio. (HOBSBAWM, 2016, p. 119-120).

O liberalismo clássico encontrou uma saída para as questões da lealdade e da participação dos cidadãos na política ao restringir os direitos políticos para uma pequena parcela populacional — homens com posses e educação. Contudo, nos últimos anos do século XIX, começou a ficar óbvio que a democratização era uma via impossível de ser parada. Também ficou explícito que onde houve a expansão dos direitos políticos a lealdade do homem comum ao Estado não seria automática, principalmente se a classe a que ele pertencesse fosse nova e não tivesse um lugar no esquema das sociedades tradicionais. Dessa forma, a classe trabalhadora, os movimentos socialistas, trabalhistas e comunistas passaram a se tornar de interesse prioritário para as políticas de dominação do Estado (HOBSBAWM, 2016).

Anthony Giddens (2008), por sua vez, coloca o surgimento dos Estados-Nação, ao lado do desenvolvimento da produção material, como um dos pilares do surgimento da modernidade. Tendo como fundamento a importância do capitalismo racionalmente orientado e de uma organização social de solidariedade orgânica baseada no industrialismo, põe em questão a emergência de um grande aparato de dominação capaz de coordenar grandes populações em um determinado território.

Além do desenvolvimento das forças produtivas, Giddens mostra como o armazenamento de informações para monitoração das populações se tornou também um fator importante para o Estado moderno, alcançando níveis nunca antes vistos em épocas anteriores. A vigilância, por sua vez, se caracteriza no controle de informações de alguns grupos sobre outros e atinge, em condições de modernidade, grandes extensões no tempo e no espaço,

colocando-se ao lado do controle legítimo do uso da violência como fatores determinantes para a manutenção do Estado.

Ao analisar a relação entre poder e dominação, Giddens conceitua o primeiro com a capacidade de intervir em determinados cenários e transformá-los. Ele está ligado aos recursos que os agentes empregam nas suas ações — são os recursos materiais e políticos. O primeiro refere-se aos bens materiais e ambientais que podem ser empregados na produção. O segundo concerne ao domínio sobre as atividades humanas. Ambos dependem do gerenciamento no tempo e no espaço.

Para o sociólogo inglês, todos os sistemas sociais podem ser estudados a partir das suas formas de dominação. Todas os sistemas que têm alguma continuidade são formas de poder, expressando-se por meio tanto das suas instituições quanto do controle por onde alguns agentes sociais procuram monitorar a atividade de determinados grupos e ter o consentimento destes. Em linhas gerais, a dominação é controle e hegemonia.

Em todos os tipos de domínios na história o controle social se estabelecia por meio de mediações institucionais. Ele varia no alcance e intensidade. O primeiro reside na capacidade do Poder em impor sua vontade sobre amplas áreas sob sua jurisdição. O segundo se refere à capacidade de mover sanções quando necessárias, sendo a mais extrema o poder de vida e de morte sobre populações submetidas (GIDDENS, 2008).

Nos modernos Estados nacionais o monitoramento dos sistemas de reprodução social é muito mais eficaz do que em qualquer outro período da história. Para isso se tornar possível, alguns locais formam o que Giddens chama de *compartimentos de poder*, que “são arenas delimitadas para a geração de poder administrativo” (p.39), permitindo a concentração tanto de recursos materiais quanto de recursos políticos — universidades, escolas, delegacias, setores de inteligência, prisões, entre outros. Tais instâncias tornam-se a principal fonte deste poder concentrado e compartimentado.

A vigilância sobre populações permite a acumulação de informação codificada; não basta apenas produzir informação, mas também armazená-la. Há também a possibilidade de agrupamento de um grande número de indivíduos especializados em uma determinada atividade que não esteja vinculada à produção material, o que torna possível o surgimento de uma burocracia especializada. Assim, a capacidade de impor sanções e controlar um território ganha muito mais amplitude na era Pós-Traducional (GIDDENS, 2008).

Todas as organizações têm um perfil político, que o autor define como toda interação humana onde envolve a comunicação de significado, uso de recursos (poder) e formas de sanção

(ameaça de força física ou equivalentes). O aspecto político de todas as organizações, incluindo o Estado, envolve a capacidade de organizar seus recursos. Contudo, apenas ele é capaz de lançar mão de um aparato militar para legitimar seu domínio sobre um determinado território.

A emergência das ideologias políticas, como um dos frutos da ruptura que foi a modernidade, só pôde ser possível com a ocorrência de um fenômeno que Reinhart Koselleck, citado por Christian Edward Cyril Lynch (2015), classificou de *Sattelzeit*⁵ e que teria surgido entre os anos de 1750 a 1850; nesta temporalidade teriam ocorrido a decadência do antigo regime e a emergência do constitucionalismo liberal.

Acompanhando as transformações socioeconômicas ocorridas na Europa ocidental, os conceitos políticos teriam sofrido durante aquele século quatro grandes processos: a democratização (alargamento do seu campo de uso por camadas até então alijadas); temporalização (os conceitos passaram a ter o futuro e não mais o passado como referência); ideologização (os conceitos perdem sua dimensão concreta para se tornarem cada vez mais abstratos) e politização (os conceitos passam a adquirir acentuada polissemia por seu emprego por diversos setores na arena política). (LYNCH, p. 315, 2015).

Portanto, a emergência da modernidade criou relações sociais ao romper com os pressupostos, estruturas e processos da ordem tradicional e impôs outro, baseado no individualismo, no progresso econômico, no Estado como monopolizador da violência legítima e em uma ordem política amparada por dispositivos legais e racionais. Tais mudanças tiveram grandes consequências na forma como homens e mulheres vão interpretar o meio à sua volta.

Depois que analisamos o processo de dissolução da ordem antiga e o surgimento do mundo moderno, imprescindível para a compreensão das ideologias políticas, podemos agora estudar de maneira mais aprofundada a gênese e a dinâmica do conservadorismo histórico, suas características intelectuais e suas origens sociais e políticas. Em seguida, serão descritas algumas características particulares do pensamento conservador no Brasil.

1.2 O nascimento e o significado do conservadorismo

Os indivíduos e os grupos sociais, ao interpretarem a realidade e o sentido das suas ações políticas, formulam ideologias, doutrinas e teorias políticas. As principais ideias políticas do

⁵ Em alemão, Tempo de Cela ou Tempo Liminar. Este termo representa o período histórico em que ocorre a dissolução da sociedade estamental e o surgimento do mundo moderno na Alemanha, entre os séculos XVIII e XIX.

mundo moderno - conservadorismo, liberalismo e socialismo - são fruto das mudanças estruturais da modernidade e das lutas dos grupos sociais para direcionar as suas atuações políticas e refletir sobre a relação entre poder e sociedade.

A princípio, é necessária a demonstração da diferença conceitual entre tradicionalismo e conservadorismo. Enquanto o primeiro é um apego intuitivo aos padrões antigos dos modos de vida tradicionais, sendo uma reação perante às tendências reformistas, o conservadorismo moderno é produzido por circunstâncias históricas determinadas. É uma crítica consciente às mudanças intensas e extensas representadas pela modernidade e pelo pensamento progressista: sua teoria e prática política são sempre dependentes da particularidade histórica concreta onde está situado. Assim, se o tradicionalismo é reativo, o conservadorismo é coerente em relação às circunstâncias do meio em que atua teórica e politicamente. Portanto, o pensamento conservador pode ser considerado uma estrutura mental objetiva, pois é resultado de um contexto histórico determinado pela modernidade: aquela estrutura mental representa o processo de desenvolvimento da sociedade onde está inserida, sendo dependente dos seus portadores coletivos, ou seja, “sobrevive aos seus portadores individuais” (MANNHEIM, 1982, p.109).

Essa estrutura mental objetiva nasce, cresce e declina conforme o destino dos grupos históricos que a portam: é dinâmica e condicionada historicamente, em contínua mudança conforme o desenvolvimento do processo histórico. O surgimento do movimento conservador indica que o mundo intelectual moderno abarca várias tendências teóricas e práticas políticas em interação: algumas progressistas, que estimulam a mudança social, e outras reacionárias, que buscam retardá-la. A história do pensamento não é mera história da sucessão de ideias, mas análise de diferentes estilos de pensamento que surgem, se desenvolvem e desaparecem:

É preciso levar em conta que o pensamento conservador é aquilo que Mannheim chama de estilo de pensamento: um conjunto de ideias articuladas que eram produto não de um determinado indivíduo, mas fruto da dinâmica social, formada coletivamente por fatores extra teóricos. Os estilos de pensamento não surgem no vácuo social, são produtos dos grupos sociais e são por eles sustentados. O conservadorismo, portanto, não foi fruto de uma gama de circunstâncias sociais que tornaram possível um grupo específico formular a sua própria ideologia em oposição a outros estilos de pensamento, outros grupos sociais e à maneira de ser; no caso, a antiga elite nobiliárquica e a igreja católica, que começavam a perder privilégios e a hegemonia na condução da vida a partir do começo da modernidade e, principalmente, com a revolução francesa. (SILVA; GILENO, 2017, p. 3).

Isso significa que a sociedade atingiu nova unidade dinâmica, onde as antigas e dispersas unidades autônomas feudais vão sendo aglutinadas pela nova dinâmica do Estado Nacional (MANNHEIM, 1982). Nessa disposição, é possível perceber os principais problemas estruturais que cercam o surgimento dos Estados modernos: “1) desenvolvimento da unidade nacional; 2) participação do povo no governo do país; 3) incorporação do Estado na ordem econômica mundial e; 4) solução da questão social” (MANNHEIM, 1986, p. 113).

O surgimento do conservadorismo moderno - diferente do tradicionalismo, considerado forma natural dos homens se apegarem ao que já é estabelecido e se tornou costume - deve ser entendido como consequência da dinâmica da modernidade, baseada na diferenciação social, onde os grupos sociais criam suas ideias e formulam seus estilos de pensamento diferentes e muitas vezes antagônicos entre si. Assim, o tradicionalismo só pode se transformar em conservadorismo, isto é, em uma estrutura de pensamento consciente e com portadores sociais, em um determinado contexto de sociedade de classes (MANNHEIM, 1982).

Para compreender a dinâmica interna do pensamento conservador, é preciso refletir sobre o conceito de Karl Mannheim de *intenção básica*: o ponto de partida do desenvolvimento do pensamento conservador relacionado à questão política e social que lhe oferece unidade e possibilita a sua decifração. O pensamento conservador prioriza o concreto, a experiência e a realidade imediata, afastando-se da especulação teórica. Para esta forma de pensamento, o presente e o futuro são a continuação do passado — o passado está no presente, assim como este estará no futuro. Em contrapartida, o pensamento conservador se opõe ao uso da Razão dominante do pensamento iluminista ao antepor conceitos de História, Vida e Nação. Ademais, o pensamento conservador realiza a crítica à filosofia dedutiva⁶ do direito natural⁷ e preconiza a irracionalidade da realidade⁸.

Em contraposição à universalidade dos valores liberais, o pensamento conservador incorpora o problema da individualidade de cada comunidade, colocando-se contra a aplicação universal de todas as inovações sociais e políticas. Afirma ser impossível a transposição arbitrária de instituições sociais. Para este estilo de pensamento, o todo não é apenas a soma das partes, ele pensa em “nós”, enquanto o liberal pensa em termos do “eu” (MANNHEIM,

6 Corrente filosófica de caráter abstrato, a qual se propõe a compreender a realidade a partir de premissas consideradas corretas do ponto de vista lógico.

7 Baseado no liberalismo de John Locke, preconiza que todos os homens teriam direitos naturais e inalienáveis, como o direito à propriedade, o direito à busca pela felicidade e o direitos de gozar dos seus bens.

Segundo o conservantismo, é impossível compreender a realidade a partir de proposições abstratas e lógicas. Os costumes e as tradições que vão se formando e sendo testadas pelo tempo não são resultados de abstrações, mas dos modos como as comunidades de todo o mundo encontram um meio concreto de vida em comunidade.

1982, p.135-136). A vida social não pode ser resumida a uma junção mecânica do indivíduo, Estado, mercado e outras esferas. O pensamento conservador considera que a comunidade abarca o indivíduo, visto que se materializa na forma de costumes e usos testados pela história. Em outra direção, o pensamento liberal compreende a realidade social em termos do indivíduo cosmopolita capaz de produzir riqueza pela sua ação individual.

O conservadorismo surgiu como forma de se opor ao pensamento revolucionário, do racionalismo⁹, do contrato social, da soberania popular e dos direitos inalienáveis, ao propor mudanças sociais lentas e que preservassem determinadas tradições importantes para a vida em sociedade, pois engendram o critério testado pelo tempo.

O sociólogo estadunidense Robert Alexander Nisbet (1986) - em seus estudos sobre as grandes ideologias da modernidade - demonstrou que a particularidade do pensamento liberal é a valorização do indivíduo e dos seus direitos civis, políticos e sociais. O pensamento conservador, por sua vez, valoriza a tradição que personifica usos, costumes e maneiras de pensar que se perpetuam no tempo e no espaço. Por fim, para o “radical” - palavra com que Robert Nisbet denomina socialistas, comunistas e anarquistas - o seu elemento aglutinador é a capacidade redentora do uso do poder político na reabilitação virtuosa dos homens e das instituições. Em outras palavras, o ethos da ideologia conservadora é a tradição, principalmente a tradição medieval. Eis a razão, segundo Robert Nisbet, da ênfase em valores como os de comunidade, nação, religião, hierarquia.

Nesse horizonte teórico, o pensamento conservador valoriza determinados aspectos da ordem social, institucional e política legados pela história. Em outros termos, o ordenamento social proposto pela razão pura e abstrata dos iluministas revolucionários franceses não tem legitimidade porque é desprovido de teste histórico e tampouco se sustentava nos costumes permanentes da sociedade. Ao seguir esse raciocínio, o pensamento conservador concede primazia às instituições tradicionais sobre o indivíduo: as defesas da família, da escola, da igreja, da vizinhança e das associações ocupacionais - entre outras formas de solidariedade grupal - são empregadas como elementos críticos das ideias defendidas pelo iluminismo. Acima de tudo, essa ideologia é “um ataque amplo ao modernismo e seus elementos políticos, econômicos e culturais” (NISBET, 1986, p. 53). Sem embargo, a modernidade era entendida pelo pensamento conservador - do ponto de vista histórico e simbólico - como a culminância de processos de longo prazo, que são a substituição dos impedimentos da tradição por normas impessoais,

⁹ Tipologia do pensamento surgido com o Iluminismo e que tinha como principal característica o uso da razão e a crítica aos privilégios da nobreza e oposição ao Antigo Regime.

decadência da autoridade tanto religiosa quanto social e “degradação da cultura como consequência da disseminação em massa” (NISBET, 1986, p. 54).

Para este estilo de pensamento, a sociedade não é um aglomerado mecânico de indivíduos que podem ser manipulados e administrados por planejadores governamentais. A sociedade é um todo orgânico com suas próprias leis e suas próprias relações institucionais e pessoais; suas raízes estão no próprio passado, das quais o presente é tributário, assim como será o futuro. O pensamento conservador enfatiza a primazia da sociedade sobre o indivíduo.

Sendo a sociedade orgânica, existe relação estreita entre crença, hábito, costume e instituição social ou política. Desse modo, o pensamento conservador valoriza a importância do irracional e do sagrado para a existência humana, pois os homens não podem viver exclusivamente da razão. Os esforços dos planejadores governamentais em desmembrar ou refazer todo esse conjunto de crenças guiados somente pela “razão” resultaria em desorganização da sociedade. Disso resulta outro paradigma: todos esses arcabouços testados historicamente têm sua função e foram criados por alguma necessidade histórica coletiva. Caso se retire dos indivíduos - como defendem liberais, radicais e planejadores sociais baseados na razão abstrata - todo esse arcabouço social e político legado pela história, ficariam desprotegidos e se tornariam apenas uma massa amorfa e incoerente, uma massa vítima de um Estado centralizador e totalitário. Em outros termos, o pensamento conservador salienta a relevância da hierarquia e do status para oferecer estabilidade política e social, sendo a autoridade autêntica apenas quando derivada dos costumes e das tradições (NISBET, 1986, p. 65-70).

Eric Hobsbawm (2008), ao refletir sobre o nascimento do conflito ideológico entre os anos de 1789-1848, demonstra que a maior crítica que o liberalismo recebia do conservadorismo era como aquele destruía os alicerces essenciais para a vida humana ao fomentar competições econômicas, políticas e sociais anárquicas e desenfreadas. O pensamento conservador considera o elemento da ordem lugar privilegiado da convivência em sociedade, já que possui direitos e deveres definidos pelos costumes e hábitos de um povo, os quais são garantia de proteção da população contra os interesses particulares das elites econômicas, intelectuais e políticas.

O pensamento conservador asseverava a ideia de que Deus criou os seres humanos, que seriam naturalmente desiguais. Sob outra perspectiva, o pensamento conservador rejeitava a ideia de que os indivíduos deveriam ser encarados como mercadorias. O elemento essencial para o pensamento conservador é que os indivíduos vivem juntos em comunidade ao formar

uma organização social estabelecida historicamente pelas tradições e costumes. O principal oponente do pensamento conservador foi o racionalismo do século XVIII, que estava a propor mudanças sociais sem levar em consideração as tradições e costumes herdados secularmente, com o objetivo de criar uma nova ordem social baseada na razão¹⁰.

Os indivíduos não refletem ou criticam as situações concretas de existência quando estão bem integrados a uma ordem social de caráter tradicional. Assim, o ambiente social é visto como sagrado ou como extensão da natureza, sendo impossível que as situações reais de existência sejam postas em discussão. Os ventos da modernidade abalaram todas as antigas estruturas de “certezas tradicionais” que as sociedades e os indivíduos tinham de si. Portanto, o pensamento conservador não retorna ao passado de forma estática, mas o reinterpreta colocando-o dentro do contexto de mudanças fomentadas pelo novo período histórico ocasionado pela expansão do capitalismo moderno. O contexto da reação conservadora, materializado na crítica ao liberalismo e ao socialismo, é representativo desta nova ordem social (TRINDADE, 1978).

Diversamente do caso francês, o pensamento conservador na Inglaterra reconhecia que a mudança social deveria ocorrer de forma gradual, pois os estratos conservadores tinham grande adaptabilidade diante da mudança histórica, tornando possível para a aristocracia conservar o seu poder ao mesmo tempo em que o repartia com outros grupos sociais em ascensão (TRINDADE, 1978). Ao contrário da França, onde havia grandes barreiras entre a burguesia, a aristocracia e os camponeses, na Inglaterra aqueles que escreviam sobre o poder também eram os que o exerciam, permitindo a introdução institucional e política de novas ideias e práticas. Na França havia a falta de comunicação entre aqueles que exerciam as tarefas administrativas e governamentais e os intelectuais que procuravam estabelecer os princípios teóricos do governo.

A nobreza procurou na interpretação de um passado idealizado a legitimação do seu domínio cultural, político e social. Dessa forma, a consciência do seu lugar no mundo - a consciência de si - só apareceu ao sentir-se ameaçada pelo grupo social emergente representado pela burguesia. Se antes a nobreza aceitava o mundo como uma ordem natural, agora era necessário justificar o seu lugar no mundo de maneira racional por intermédio da luta das ideias no seio da sociedade civil e no palco da política. Consequentemente, surgiu entre a nobreza a reflexão histórica e filosófica concernente ao pensamento conservador, onde o presente e o futuro adquirem sentido quando relacionados ao passado (TRINDADE, 1978).

¹⁰ Ver nota de rodapé número 8.

Na Alemanha, o pensamento conservador tomou uma forma diferente dos seus congêneres francês e inglês, através do idealismo romântico alemão, que era o pensamento da contrarrevolução opositora do pensamento revolucionário-liberal (MANNHEIM, 1986). Como não houve revolução liberal na Alemanha, controle social e desenvolvimento gradual eram mantidos por uma aristocracia que reprimia violentamente as camadas mais baixas da sociedade, sendo que o principal agente daquele controle era o estrato militar que se constituía no núcleo do corpo social alemão. Assim, sob a pressão social e histórica da Revolução Francesa, o país do escritor romântico e estadista Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) desenvolveu um contra movimento liberal de caráter basicamente intelectual, atingindo o ápice do conservadorismo. Pode-se atribuir esse fenômeno à inexistência de uma classe média forte e independente capaz de formular visão de mundo própria, com um dependente estrato médio se desenvolvendo dentro da estrutura do conservadorismo.

Um fundamento básico desse romantismo alemão é o seu pessimismo cultural¹¹ (*kulturpessimismus*) caracterizado como desconfiança em relação à modernidade, ao industrialismo, ao capitalismo e às suas consequências (LÖWY, 2014). O romantismo alemão produziu um olhar desencantado diante das mudanças da Era Moderna e uma manifestação favorável aos valores tradicionais — em detrimento das mudanças incessantes desencadeadas pela moderna sociedade capitalista. Essa manifestação propunha a oposição entre *Kultur*, “um conjunto de valores culturais, éticos e religiosos” e *Zivilisation*, “o universo da técnica dos negócios e da burocracia” (LÖWY, 2014, p. 43). Em outras palavras, a oposição entre a comunidade orgânica do passado idealizado e a sociedade moderna baseada no contrato e na impessoalidade.

O pensamento conservador considera que a valorização da tradição não deve ser vista como resgate de algo puro perdido no tempo com vistas a uma adaptação para o contexto atual. Essa ideia advém do fato de que as antigas hierarquias sempre tendem a ter menos importância em uma sociedade orientada para o futuro e que menospreza as instituições legadas pelas tradições e costumes do passado aprovadas pelas gerações anteriores. Por isso, para esta tradição não perder completamente o sentido, há uma reinterpretação do seu conteúdo em um horizonte de mudanças.

Nesse sentido, conservar aquelas heranças é a garantia da sua manutenção no presente e no futuro. A modernidade foi pródiga na criação de tradições que, em face de situações de

11 Löwy demonstra que o pessimismo cultural assumira duas formas na Alemanha. A primeira era formada pelos passadistas ou tradicionalistas, defensores da volta a um passado pré-capitalista e os utopistas, que configuram projetam sua nostalgia em um num projeto direcionado para o futuro (p.45, 2014, p.45).

rápida mudança social, tendem a surgir como reação a situações novas. Existem três categorias de tradições: 1) Aquelas que simbolizam a coesão social; 2) As tradições que legitimam instituições, formas de status ou autoridade; 3) As que representam formas de socialização, introjeção de valores e formas de comportamento (HOBSBAWN, 2014).

Nas condições de modernidade e de emergência dos Estados nacionais também ocorre o fenômeno de criação de tradições, cuja finalidade é atribuir sentido à determinada configuração social. Essas tradições inventadas devem inculcar valores e formas de comportamento através de sua repetição, devendo ter suposta ligação em relação ao passado, que não precisa necessariamente ser de um período distante. Até mesmo a Revolução Russa, a Revolução Francesa e os grandes movimentos progressistas, como o movimento operário ou o movimento feminista, têm criado e cultivado suas tradições (HOBSBAWN, 2014). Entretanto, é preciso frisar que as tradições inventadas, tão comuns no mundo pós-tradicional, possuem ligação artificial com o passado:

Elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória. É contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a invenção da tradição um assunto tão interessante para os estudiosos da história contemporânea. (HOBSBAWM, 2014, p. 8).

As invenções das tradições são respostas das sociedades para estruturar de forma estável aspectos da vida social considerados essenciais em um mundo em constante mudança. Nesse âmbito teórico, a principal característica das tradições é a invariabilidade. O passado, real ou inventado, propaga-se na memória coletiva por intermédio da repetição. Em condições de vida pós-tradicional, todas as sociedades se tornaram obrigadas a elaborar esse arsenal de ritos ligados ao passado: exigência necessária para firmar a estabilidade em uma época de rápidas mudanças, de racionalização constante e de maior especialização do trabalho.

Contudo, os conflitos de classe, as disputas ideológicas e de hegemonia do contrato social tornam difícil unir com a mesma universalidade sociedades tão complexas sob tradições que antes ligavam comunidades e outras formas de desigualdades em hierarquias determinadas. A consequência é que as tradições não poderiam agir de forma livre e aberta, pois na modernidade - onde se pressupõe teoricamente que os indivíduos são livres e iguais - a tradição só poderia ficar circunscrita a um limitado escopo da vida social.

Podemos observar que, obviamente apesar de todas as invenções, as novas tradições não preencheram mais do que uma pequena parte do espaço cedido pela decadência secular das velhas tradições e antigos costumes; aliás, isso já poderia ser esperado em sociedades nas quais o passado torna-se cada vez menos importante como modelo ou precedente para a maioria das formas de comportamento humano. (HOBSBAWM, 2014, p. 19).

Mesmo que as tradições continuem existindo ou sendo inventadas para uma função determinada, as suas influências são muito restritas se comparadas às sociedades tradicionais de caráter basicamente agrário, agravando-se as limitações nas sociedades modernas, onde as influências da economia, da política, da burocracia, da tecnologia e da luta de classes são mais intensas. Em tempos modernos, as tradições, tanto as que são resultado da prática cotidiana quanto as que foram deliberadamente criadas para um fim específico, tornam-se coadjuvantes ao invés de protagonistas e se modificam continuamente perante os fluxos culturais, econômicos, políticos e sociais.

Rodrigo Caldeira (2012), ao citar Samuel Huntington¹² e seu livro *Conservadorismo como Ideologia* (1957), mostra que existem três teorias para compreender o conservadorismo. A primeira é a teoria aristocrática, defensora de que o conservantismo é a ideologia de uma classe, a aristocracia. A segunda é a teoria autônoma, que defende ser este estilo de pensamento um conjunto de ideias que não se limita a um grupo específico. Por fim, na terceira teoria, defendida por Samuel Huntington, o conservadorismo deve ser entendido a partir de uma perspectiva situacional, ou seja, surge no momento em que as instituições que sobreviveram ao longo da história ficam sob a ameaça da mudança histórica, tornando-se ideologia reativa. Rodrigo Caldeira levanta a hipótese de que o pensamento conservador se coloca contra as abstrações modernas, defensoras da autossuficiência humana surgida do humanismo ocidental: as críticas do conservadorismo se dirigem às respostas levantadas pelos engenheiros sociais e por pregadores da “felicidade fácil” que desprezam a complexidade das relações sociais (CALDEIRA, 2012, p. 28).

A inauguração do conservadorismo, segundo o historiador estadunidense Russell Kirk (1918-1994), se deve ao político e publicista irlandês Edmund Burke (1729-1797), que publicou *Reflexões sobre a Revolução em França* no final do século XVIII (KIRK, 2014)¹³. Neste ensaio, o autor se opõe aos eventos de 1789, os quais edificaram sob bases autoritárias reformas

12 Samuel Huntington (1927-2008) foi um cientista político estadunidense.

13 Lynch (2017) aponta que Burke histórico era bem menos conservador do que aquele descrito por Kirk; o uso do autor irlandês como patrono do movimento conservador foi forjado na guerra fria com propósitos políticos. Lynch afirma que Burke era um moderado, tendo fundado, na verdade, uma versão mais conservadora de liberalismo Whig, fileira política ao qual pertencia.

baseadas em princípios abstratos que desconsideravam o legado cultural da civilização francesa. Essa intolerância com o tradicional e com o testado historicamente em favor de abstrações levou à criação do mundo antagonista, que procura destruir tudo que há de virtuoso na humanidade (BURKE, 1982).

O historiador neozelandês John Pocock (2013), ao interpretar o caráter multifacetado da obra de Edmund Burke, demonstra como o publicista irlandês estava ideologicamente ligado à defesa das ideias *Whig* que se formaram na primeira metade do século XVIII. Esse regime estava fundamentado na ligação entre propriedade agrária e um sistema de crédito público, onde o investimento de capital em papéis do governo incentivava a prosperidade comercial, a estabilidade da ordem política e a expansão imperial.

Para a ideologia *Whig*, em oposição aos *Tories*, que defendiam o fortalecimento da coroa, o incentivo ao comércio era um ponto crucial. O ideal de cidadão vinculado ao mundo antigo, baseado na posse de terras, era considerado subdesenvolvido, pois obrigava o indivíduo a explorar escravos e servos, além de não estar envolvido em uma complexa rede social propiciada pelo comércio, que seria a única forma de refinar suas maneiras e coibir as paixões. Edmund Burke defendia uma visão onde a sociedade, por meio do comércio e da diversificação do trabalho, gerava uma riqueza e bem-estar crescentes (POCOCK, 2013).

Edmund Burke presumia que a Revolução Francesa era um acontecimento histórico que confiscou as terras da Igreja em favor da criação de empréstimos para o financiamento do novo e ilegítimo regime (POCOCK, 2013). A Revolução Francesa representou o declínio da fidalguia e das boas maneiras, central para o surgimento e manutenção do comércio e do sucesso de sofistas e calculistas. As boas maneiras são interpretadas como tendo origem ainda no período do feudalismo com os ideais da cavalaria, que teriam propiciado uma revolução nas maneiras e, portando, sido essenciais para o surgimento do comércio. Para Edmund Burke, as maneiras vinham antes do comércio e não o contrário; a civilização é pré-requisito para as relações de troca. Destruir todas essas maneiras que precisam da existência da religião e da tradição era a ruína do comércio.

Burke era um *Whig*, defensor da ordem aristocrática e mercantilista que podia ser caracterizada, ao mesmo tempo, como natural e progressista, e defendia por referência a um sistema de maneiras civilizadas. “Maneiras” escreveu ele, “são mais importantes do que leis [...]. Conforme sua qualidade, elas ajudam a moral, servem a ela ou a destroem totalmente. Diante disso os novos legisladores franceses estavam conscientes”, e tinham a imprimir um novo sistema de maneiras, completamente contrário à natureza. A revolução era o crime à sociedade, mais do que contra Deus. Os sentimentos cristãos de Burke

eram autênticos, mas não espirituais — tinham nascido, declara Burke certa vez, “em grande parte de convicção, porém mais de afeição” —, e ele tendia a ver a religião como principalmente a sacralização da natureza social do homem. (POCOCK, 2013, p. 264).

Se a religião era justamente a transformação da sociabilidade humana em sagrado, então deveria ser preservada junto com outros costumes e tradições, pois nela reside os freios morais que tornam a vida possível. A Revolução de 1789 fez justamente o contrário ao destruir todo o legado de séculos da França. Esse é um dos pontos cardeais do conservadorismo, a valorização de um legado construído através de séculos que não poderia ser substituído pelo planejamento da razão abstrata.

O pensador conservador francês Joseph de Maistre (1753-1821), leitor de Edmund Burke, ao se opor ao iluminismo e à Revolução Francesa, defende que a providência divina aparece na origem de todas as associações humanas e critica Hobbes e Rousseau por defenderem a ideia de que a sociedade é um constructo artificial (TRINDADE, 1978). Para o defensor da contrarrevolução, a sociabilidade é uma característica natural e instintiva de todo ser humano; cada sociedade cresce e se desenvolve de maneira própria, como um organismo vivo, e possui uma missão própria a desempenhar.

O indivíduo, para Joseph de Maistre, só pode ser compreendido dentro desse todo orgânico que é a sociedade. A religião é posta como depositária de todas as tradições gerais da comunidade humana e o catolicismo seria o detentor de verdades eternas e gerais (TRINDADE, 1978). Joseph de Maistre procurava reabilitar as instituições tradicionais ao dizer que um governo só é bom quando está apoiado nestas tradições, já o poder político, por sua vez, deve estar coadunado com as formas de sociabilidade de uma nação.

Joseph de Maistre concebia o poder absoluto do Estado apenas quando ele está amparado na consciência nacional. Um regime fortemente centralizado é o único capaz de manter a paz, promover o interesse e a grandeza de uma nação. Ao defender que o governo deve ser livre para seguir uma política de interesse, procurava direcionar a opinião pública e evitar o surgimento de um espírito individualista e revolucionário. A Constituição de uma nação é o resultado de sua unidade moral e social e de sua evolução gradual, aos quais chama de Constituições Naturais baseadas no direito costumeiro, que são flexíveis e se adaptam à mudança social. Os homens podem construir regulamentos e instituições, mas nunca as leis essenciais de seu país, eis porque é impossível criar do nada a Constituição, apenas formalizar uma situação já existente. Nesse ponto, surge a oposição de Joseph de Maistre às constituições

revolucionárias, geradas da abstração pura e artificial, com tendências à universalidade e à generalização (TRINDADE, 1978).

Segundo Joseph de Maistre, na obra *Considerações Sobre a França* (1989) a grave perturbação pública é a derrocada da Ordem, ou seja, a vitória do individualismo que destrói a unidade social (TRINDADE, 1978). A ideologia da Ilustração, com sua valorização desmedida do individualismo e da razão pura, desmembra a sociedade e a desorganiza. O pensador afirma que a Revolução Francesa foi o castigo de Deus para expiar os crimes da humanidade engendrados pelo racionalismo cartesiano e pelo espírito protestante. Portanto, o autor também se opõe às correntes religiosas nascidas da Reforma Protestante.

Para o historiador e ativista conservador norte-americano Russell Kirk (2014), o conservadorismo é a defesa das coisas permanentes contra os erros ideológicos da modernidade. Por ideologia, o autor entende um conjunto de ideias surgidas da razão pura, produtos da abstração, cuja intenção é devastar todo legado da humanidade e criar um paraíso na terra. Em oposição a essa política ideológica propõe uma política prudente, baseada na justiça, na ordem e na liberdade. Russell Kirk (2014) afirma que há uma ordem moral duradoura e permanente feita para o homem viver em sociedade: a ordem moral oferece aos homens e mulheres as noções de certo e errado, de bom e mal, de justiça e honra. Também defende o uso dos costumes, da convenção e da continuidade, pois, é por meio deles que as comunidades humanas conseguem viver evitando disputas entre direitos e deveres.

O princípio da consagração pelo uso é outra característica conservadora: o uso de algo que resistiu ao teste do tempo, sua permanência seria a prova de sua utilidade para a convivência humana. Os conservadores também sentem afeição pelo princípio da variedade, ou seja, pela complexidade das instituições humanas, opondo-se ao igualitarismo e ao totalitarismo. Segundo o autor de *A Política da Prudência*, os conservadores teriam consciência da imperfectibilidade humana; as sociedades humanas sempre serão imperfeitas e, em virtude dessa inquietação, a humanidade pode acabar sendo presa fácil de ilusões utópicas que inevitavelmente acabariam em desastre.

Russell Kirk defende o princípio liberal de que a liberdade está umbilicalmente ligada à manutenção da propriedade privada, pois sobre essa propriedade foram erigidas as grandes civilizações. Quanto mais difundida for a propriedade privada, mais produtiva e estável será uma sociedade. Os conservadores defendem o princípio das organizações voluntárias, como associações de bairro, igrejas, agrupamentos de pais e mestres ou de qualquer organização que

faça os indivíduos tomarem decisões localmente benéficas: se essa capacidade de tomar decisões for efetivada pelo poder central a comunidade poderia ser prejudicada.

O conservador defende freios prudentes às paixões humanas ao limitar o poder político de forma que a tirania e o caos não pudessem surgir. Outro ponto valorizado pelo militante conservador é a conciliação entre a tradição e a modernidade, ou seja, propor um equilíbrio entre as forças da mudança e as forças da permanência: enquanto as primeiras detêm a propriedade da continuidade, as segundas detêm a prerrogativa da estabilidade - a mudança prudente e saudável nas comunidades humanas provém da articulação entre esses dois vetores. Vê com maus olhos o que ele chama de “perspectiva do proletariado”, ao considerar como imprudente e ressentida a maneira como os proletários enxergam o processo político. Também combate a democracia como um fim em si mesma que retira os freios prudentes da tradição, já que o autor considera que a democracia se torna simples ditadura da maioria e instrumento de governos ditatoriais para arrasar a pluralidade social (KIRK, 2014).

O filósofo britânico Roger Scrutton (2015) se aproxima de algumas das conclusões de Russell Kirk quando defende uma política que esteja cotejada com os costumes e tradições de cada país e comunidade. As relações sociais surgem de maneira espontânea e não podem ser fruto de um planejador estatal. Por isso defende a Lei Comum Inglesa como exemplo de tradição: ao ser testada pela tradição aquela função seria primordial para a sociedade inglesa. A mudança social deve ser controlada por dispositivos institucionais e tradicionais que foram testados e sobreviveram ao tempo, tornando-se parâmetros seguros aos quais as sociedades devem se referenciar.

Não se trata da mudança social em si, mas da forma como essa mudança se opera. Se colocando contra as mudanças bruscas, que causariam desordem social, o conservantismo defende mudanças lentas e graduais baseadas no texto do tempo e da experiência. O presente não é livre, mas é fruto do passado, assim como o futuro. Cabem aos vivos respeitar o legado dos mortos e passá-lo às gerações futuras: o que caracteriza a vida do homem é essa coexistência entre os tempos históricos.

O conservantismo é um estilo de pensamento que possui grande preocupação com a ordem e com a mudança gradual, cujo objetivo é impedir a entropia social ao manter formas de sociabilidade consideradas úteis à convivência social. Nascido com a modernidade, o pensamento conservador procura conciliar as tradições dentro de um contexto dinâmico e realça a ordem legada pela história como um dos seus pontos mais caros em oposição ao individualismo liberal e ao igualitarismo socialista.

Depois que estudamos a forma como o conservantismo surgiu no mundo e suas intenções básicas, agora será possível fazer uma descrição do surgimento do pensamento conservador no Brasil, seus autores, principais problemas e ideias.

O SURGIMENTO DO CONSERVADORISMO NO BRASIL

2.1 Gênese do pensamento conservador no Brasil do século XIX

Vimos anteriormente que as ideologias políticas impulsionadas pela expansão da sociabilidade e das instituições modernas se espalharam por todo o mundo, tornando-se ideias universais. Contudo, para além do seu conteúdo global, as ideologias políticas não se instalam nas diversas nações do mundo de maneira mecânica, mas se adaptam às peculiaridades do meio envolvente, necessitando lidar com questões como ordem e caos, tradição e modernidade, centralização e federação, democracia e representação política: contradições do processo social e político que se apresentam com diferentes matizes em diversos contextos geográficos e históricos. A questão referente ao surgimento e adaptação do conservantismo no Brasil não será diferente.

Após a Independência política de 1822, o discurso adotado pelo pensamento conservador apresentou como positiva a formação do Império, defendendo uma espécie de conservadorismo liberal, onde os males e atrasos da formação brasileira seriam frutos da sua imaturidade política, escreve Lynch (2010). Diante disso, a saída para corrigir essas distorções seria um Estado forte, tutelar e centralizado, capaz de modelar e guiar uma sociedade ainda em estado embrionário.

Dois questões se impunham: a independência do Brasil e a organização de uma monarquia constitucional parlamentar. Assim, duas vertentes surgiram com o debate acerca da organização institucional que a jovem nação deveria seguir. A vertente dos realistas, aliados da Coroa, defendia um Estado centralizado, estando as províncias subordinadas ao poder central com uma burocracia forte e autônoma; a segunda vertente, das elites provinciais, defendia um Estado federativo com o poder distribuído entre as elites locais. Essas formulações nasceram a partir de duas interpretações distintas da constituição de 1824: os realistas propunham um governo com separação de poderes e autonomia de uma coroa ativa; já os brasileiros ou liberais argumentavam por um governo com parlamento forte (LYNCH, 2010).

A formação política e social dos realistas provinha da antiga burocracia luso-brasileira, pertencente ao governo de Dom João VI, prossegue o autor. Para os realistas, influenciados pelo despotismo ilustrado, o Imperador deveria ser o centro do governo e motor de um processo de modernização pelo alto onde estavam incluídas a abolição da escravidão, programada para

alguma data futura e um governo constitucional à moda inglesa com grande poder à Coroa, capaz de estar acima da luta dos partidos, defender o bem comum e conciliar a liberdade do governo constitucional com a ordem e autoridade necessárias ao progresso.

Por sua vez, os grandes proprietários de terras defendiam um governo oligárquico brasileiro. O poder deveria estar organizado em um modelo federativo, com uma monarquia descentralizada com pouco poder e o governo submetido aos interesses econômicos e políticos da elite escravagista. A centralidade dos seus interesses estava no parlamento como principal esfera de representação. A influência ideológica deste grupo provinha dos liberais radicais da Revolução do Porto, que esperavam com a Independência a possibilidade do autogoverno das capitâneas (LYNCH, 2010).

As contradições entre o parlamento, a grande lavoura e as tendências centralizadoras de Dom Pedro I levaram à sua abdicação em 1831, iniciando o período regencial que acabaria em 1840 e que se caracterizou por uma descentralização administrativa que, ao tirar a capacidade do poder central de mediar os conflitos, redundou em violentas disputas provinciais:

Essa desarticulação, em nome da liberdade da aristocracia provincial contra o poder de cima, do pouco que havia sido criado de Estado brasileiro, que era seu maior pesadelo em relação aos de baixo. Circunscritos às cidades e liderados pela elite letrada [...] os conflitos se alastraram para o campo, envolvendo pobres, índios e escravos [...] justamente aqueles segmentos sociais que, como partícipes de uma sociedade atrasada, os coimbrãos queriam integrar de forma tutelada, e que, por não considerarem parte do povo ou nação, os brasileiros queriam excluir. Com o país à beira do precipício, quase metade da câmara já julgava digno de consideração, em 1835, um projeto de extinção da monarquia, leia-se, do Brasil como entidade política. (LYNCH, 2010, p. 32).

Diante desse impasse, os membros da elite política nacional, defensores da centralização, aliaram-se aos realistas, organizados em torno do Partido da Ordem ou saquarema, para combater o federalismo da ala à esquerda do partido moderado. Diante da formação do Partido Conservador, a facção moderada funda o partido liberal, em defesa do presidencialismo e da autonomia das províncias. É feita uma interpretação do Ato Adicional e uma política de conciliação é feita: a Coroa manteria as prerrogativas do Poder Moderador, o poder seria centralizado e os interesses da grande lavoura escravagista preservados. Embora a escravatura não fosse uma das bandeiras dos conservadores, ela era vista como um mal necessário, um recurso para manter a economia funcionando diante das necessidades de mão-de-obra barata para os latifúndios. Essa aliança entre a grande burocracia e os latifundiários forneceu um firme

pacto social e político sobre o qual seria erigido o Segundo Império. A Coroa forneceria a paz social e a lavoura liberal seria fiel ao regime (LYNCH, 2010).

A linguagem política do Partido Conservador era baseada principalmente em Edmund Burke e David Hume¹⁴, de resistência às políticas da esquerda radical. Seriam os hábitos, costumes e tradições os responsáveis por limitar as paixões individuais e tornar possível o convívio social. Não era recomendável aos homens, usando de ideias abstratas que nada tinham a ver com a realidade, desprezarem instituições que garantiam as liberdades civis. O modo como justificavam seus atos políticos na disputa parlamentar era a partir de um modelo de conservadorismo inspirado na Monarquia Francesa de Julho de 1830 (LYNCH, 2010).

O intento desses conservadores era manter as conquistas do liberalismo, visto com bons olhos com a ascensão da burguesia. O Estado era o protagonista na construção nacional, deveria trazer para a sua esfera os indivíduos mais brilhantes da sociedade para moldá-la conforme sua política esclarecida; era o governo dos espíritos, isto é, a sociedade governada pela sua elite espiritual. Esse estatocentrismo impunha à grande lavoura a regulação de suas atividades pelo Estado, pois, o ideal conservador acreditava que os grandes senhores de terras liberais não tinham compromisso com as instituições: a sobrevivência do Império, portanto, era um problema basicamente de hegemonia política. Quanto à legitimidade do Imperador, esta não era derivada da Constituição, mas do fato de ser o *Defensor Perpétuo* do Brasil e sua coroação fruto de aclamação popular — a Coroa vinha antes da Carta Magna (LYNCH 2010).

O modelo político parlamentar dos saquaremas respondia ao parlamentarismo tutelado fundido com centralização política, pois o povo brasileiro, na visão dos seus defensores, era atrasado, disperso pelo território, oprimidos pelas oligarquias provinciais e sem capacidade para se autogovernar:

[...] os conservadores das décadas de 1850 e 1860 elaboraram um modelo de governo parlamentar crítico da própria representação que deveriam justificar [...]. Enfatizando a necessidade de uma administração imparcial, proba e pacificadora, o tanto quanto possível apartada da política [...] os saquaremas minimizavam o papel diretor da Câmara dos Deputados, que deveria se limitar a uma função pedagógica e coadjuvante. Ela constituía o recinto no qual, respeitadas as formalidades parlamentares, os representantes das parciaisidades se reuniam para entrar em contato com o Estado, assimilar seus valores e, dando maioria ao ministério, auxiliar o governo imperial na promoção da civilização nacional. Daí porque, com sua imparcialidade a autoridade, o imperador se mostrasse sempre a testa dos negócios públicos [...]. (LYNCH, 2010, p. 47).

14 David Hume (1711-1776), ensaísta e pensador britânico.

No Brasil, o discurso tradicionalista, de oposição ao racionalismo das luzes, à filosofia do progresso e de pretensão de retomada às raízes católicas e absolutistas, supostamente instituídas por Deus, foi extremamente moderado. Isso se deve à falta de uma alternativa dinástica no Brasil que pudesse viabilizar o absolutismo. A legitimidade incontestada da dinastia Bragança com a independência, a identificação do absolutismo político com a época da colônia e o liberalismo diretamente relacionado com a autonomia brasileira tornaram esta ideologia frágil demais para ser assimilada no jovem país. Assim, ocorreu no Brasil uma conciliação entre o discurso tradicionalista e o liberalismo. Os bens da Igreja seriam mantidos, embora esta ficasse subordinada ao Estado, que afirmaria a liberdade religiosa, o governo representativo e a ordem constitucional de 1824¹⁵. Portanto, o que sobrou para o discurso legitimista e tradicionalista no Brasil foi a defesa da monarquia, união entre catolicismo e Estado e a postura oposicionista em relação ao casamento civil. O resultado no Brasil foi que sua ideologia conservadora se transformou em um liberalismo monárquico (LYNCH, 2008a).

Essa posição em relação à centralidade da coroa está ligada à função que a noção de Poder Moderador teve no Império. A doutrina francesa de Benjamin Constant, formulador deste poder político, de colocar um poder acima do Estado para que possa direcioná-lo, correspondia aos interesses dos conservadores brasileiros em justificar a existência de um Imperador Constitucional e um Estado forte capaz de guiar o processo de formação da civilização brasileira. Era o que correspondia de forma mais adequada às exigências políticas da alta burocracia brasileira, segundo Lynch (2005), com um ideal de modernização ordeira e evitado de despotismo esclarecido. Os conservadores pretendiam se opor aos liberais e radicais, que defendiam uma visão de assembleia única colocada acima da realeza. Para os defensores da monarquia, o rei era o cerne da soberania nacional.

O projeto dos coimbrãos caracterizava-se por ser mais centralizador do que federativo, mais monárquico do que parlamentar e mais estatizante do que aquele de seus adversários. Por outro lado, dada a sua maior proximidade da Coroa, o menor peso dos interesses particulares na visão de mundo dos coimbrãos conferia-lhes maior sensibilidade quanto a temas estratégicos da construção do novo Império, o que se refletia na conveniência de abolir o tráfico de escravos e induzir a imigração européia. A elite coimbrã via no escravismo um obstáculo à modernização do Brasil, que poderia ocorrer apenas com trabalho metódico, disciplinado e assalariado. (LYNCH, 2005, p. 619).

15 As prerrogativas de interferência no poder espiritual vão perdurar durante o Império Brasileiro, mas não será uma relação sempre harmônica. O direito do governo de agir em caso de disciplina eclesiástica criaria tensões. Um dos exemplos mais representativos foi a prisão dos bispos Dom Vital e Dom Macedo Costa, pois estes entrariam em conflito com o Estado ao insistirem em seguir a Encíclica de Pio IX, de caráter conservador, que fazia várias condenações à modernidade (ALENCAR JÚNIOR, 2018).

Carlos Henrique Gileno (2016), ao estudar a relação entre a Carta Constitucional de 1824 e a organização do Poder no Brasil pós-independência, afirma que o acontecimento de 1822 foi resultado de um amplo processo de origem interna e externa. No plano externo, as Revoluções Americana (1776) e Francesa (1789) criaram instituições políticas que se adequavam à nova etapa de desenvolvimento do capitalismo, que demandava novas formas de organização política.

Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846), filósofo e político lisboeta, foi um dos pensadores que se debruçou sobre as reformas que poderiam fazer com que o Brasil e Portugal entrassem na nova fase que o mundo ocidental estava inserido. Defendia o liberalismo econômico e, do ponto de vista de interpretação do Poder, estava alinhado com o pensamento do francês Benjamin Constant, procurando combater a influência do latifúndio na ex-colônia e advogando a implantação do chamado Poder Conservador, como uma chave para a organização do Estado no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (GILENO, 2016).

Entre as características da Carta Constitucional de 1824 estão a outorga de Pedro I sobre a mesma e a sua influência nas reflexões da intelectualidade luso-brasileira a respeito de como contemporizar tradição e modernidade, isto é, liberalismo político e econômico com a monarquia. Consolidou o chamado Poder Moderador, um poder acima das facções políticas que pudesse coordenar o funcionamento do Estado. O Poder Moderador em sua gênese e função passou a incorporar uma parte essencial do debate político brasileiro no século XIX. Nomes como Visconde do Uruguai, Tavares Bastos e Zacarias de Vasconcelos foram alguns que se ocuparam em discutir a utilidade dessa Instituição no Império brasileiro (GILENO, 2016).

Há determinado consenso de que a organização do poder político nacional foi semelhante ao de repúblicas coroadas, como a Inglaterra, a Holanda e a Noruega. O Rei, segundo a Constituição de 1824, é uma figura sagrada, inviolável e irresponsável perante os ministros (GILENO, 2016). Ele é o primeiro representante da Nação e sua função é manter a harmonia entre os Poderes. O Poder Executivo, nos atos dos ministros, é responsável perante a nação, enquanto o Poder Moderador é neutro e intocável. Foi Benjamin Constant a principal fonte para legitimação do Poder Real:

A Constituição [francesa] de 1814, ao estabelecer as responsabilidades dos ministros, separa claramente o poder do ministério do poder real. O fato do monarca ser inviolável e os ministros responsabilizáveis evidencia esta separação. Não se pode negar que os ministros detenham um poder que, até

certo ponto, lhes pertence. Se fossem considerados unicamente como agentes passivos e servis sua responsabilização seria absurda e injusta, além do que somente seriam responsabilizáveis pela estrita execução das ordens do monarca. Mas a Constituição admite que sejam responsabilizados perante a nação e que, em certos casos, não possam servir-lhes de escusas as ordens do monarca [...]. É, pois, evidente que são algo mais que agentes passivos. O poder ministerial ainda que emane do poder, tem, não obstante, uma existência verdadeiramente independente. Todavia, é essencial e fundamental a diferença que existe entre autoridade responsabilizável e autoridade inviolável. (CONSTANT, 1989, p. 74).

Conforme destaca o trecho acima, o poder ministerial é ativo, enquanto o poder do Rei é neutro, acima das facções ideológicas e da luta política. Seu dever é preservar a organismo político, impedindo que ocorram práticas hostis contra qualquer grupo político ou contra o Estado. A Monarquia Constitucional tem como prerrogativas fazer com que todos se apoiem e se unam em prol da Nação e impedir que um poder destrua o outro. O Rei não pode usar sua prerrogativa para agir segundo seu capricho pessoal, pois seus atos são limitados pela Constituição. O chefe de estado, portanto, é neutro:

A teoria do poder neutro de Benjamin Constant defende que aquele poder se adaptaria melhor à forma monárquica, pois seria exercido por um monarca que estava amparado na tradição e, talvez, o único capaz de sustentar-se como árbitro independente e acima das disputas das facções políticas na vida pública. Um dos pontos fundamentais da tese de Benjamin Constant era o afastamento da Coroa da função de poder executivo. Portanto, autoridade régia reformulada e poder executivo também reformulado, destacando-se o novo poder neutro. (GILENO, p. 18, 2016).

Conforme afirmara o Marquês de Caravelas, um dos artífices da nossa primeira Constituição, o Poder Moderador era o direito que a Nação possuía de ser protegida pelo soberano quando estivesse desprovida de meios diante dos particularismos da luta facciosa. Quando o povo soberano não pudesse se defender diante da disputa política que pudesse desagregar o país, deveria haver este Poder que fosse capaz de frear as conturbações de um país recém formado, frágil, sem tradições e carente de legitimidade. Cabia ao Poder Moderador, em casos excepcionais, exercer seu direito de veto e dissolver a câmara, com vistas a impedir a dissolução do Estado (GILENO, 2016).

Conforme demonstra Lynch (2005), nossa primeira constituição defendia a soberania nacional, a divisão de poderes, o bicameralismo, o sufrágio e uma série de direitos fundamentais. A ação discricionária do príncipe deveria ocorrer apenas pontualmente para manter a união do Estado e as regras da Constituição funcionando. Sendo o monarca detentor do Poder Moderador, ele era o primeiro representante da nação:

[...] a possibilidade permanente de se ativar a chave institucional monarquiana conferiria à Coroa a capacidade de eventualmente governar de modo autônomo, descolado dos interesses oligárquicos representados no Parlamento, podendo desencadear ações políticas a elas estranhas em nome de um interesse superior. A ameaça de um processo de abolição da escravatura deflagrado pela Coroa pairaria, assim, por exemplo, sob a cabeça dos interesses escravocratas durante o Primeiro Reinado (...); da mesma forma, seria por pressão da Coroa que ambos os partidos tentariam sanar o problema das fraudes eleitorais por meio de reformas do sistema, cujos maiores exemplos foram a Lei dos Círculos (1856) e a Lei Saraiva (1881). Como os atributos do Poder Moderador passaram a ser identificados como sendo os do próprio Estado brasileiro, seja como realidade, discurso ou aspiração, este último passou a ser reivindicado como uma força acima da política partidária, fora do alcance e árbitra das facções, garantidora do sistema representativo e construtora da unidade nacional. (LYNCH, p. 35, 2005).

Dentro dessa centralidade da coroa e seu lugar na construção nacional, o Império brasileiro enfrentou o dilema entre o autoritarismo modernizador e o liberalismo oligárquico, defensor dos interesses da lavoura escravagista. O discurso monarquiano, defensor do papel da coroa no processo civilizador da nação e de matiz despótica esclarecida, exerceu um impacto na vida nacional equiparado ao do republicanismo cívico na sociedade norte-americana (LYNCH, 2005).

Inserido neste debate de construção nacional em torno do papel da Coroa e a conciliação entre ordem e liberdade, um dos principais líderes conservadores e principal ideólogo do conservadorismo brasileiro da primeira metade do século XIX foi Paulino José Soares de Souza, o Visconde do Uruguai, para quem prevalece a razão do interesse geral sobre os interesses particulares. Um dos exemplos está no esforço do autor em demonstrar a necessidade de funcionários da justiça treinados, com dedicação exclusiva à profissão e desprendidos dos interesses provinciais. Para Uruguai, a debilidade da administração pública brasileira deriva do fato de se ter funcionários amadores recrutados através de eleições. Sem ter tempo para dedicar-se de forma completa ao exercício da justiça, também seriam presos aos interesses provinciais (COSER, 2008).

A centralização administrativa, para o pensador político do Império, ganha um novo significado ao defender a integração do centro político às partes afastadas da nação. Em outras palavras, era levar a civilização aos locais mais afastados e fazer valer o interesse geral por meio da ação do Estado. Consequentemente, o interesse geral superaria os interesses particulares e provinciais. Quanto à relação civilização x sertão, o Visconde tinha uma posição pouco positiva com relação aos homens pobres e livres provenientes das cidades e dos sertões,

aponta Coser (2008). Marcados pela barbárie, o exercício da liberdade por esses grupos ameaçaria a ordem social. Ao mesmo tempo, o exercício da justiça pelas elites provinciais, tornado possível pela descentralização do período regencial, era uma ameaça à paz e ao cidadão comum. O exercício da liberdade pelos pobres colocava em risco a ordem social e as elites locais usavam o aparelho de justiça como instrumento de perseguição.

Visconde do Uruguai se opunha ao argumento dos partidários da federação de que a organização política brasileira deveria ser regida pela lógica do mercado, onde as províncias competiriam entre si e aquelas mais fracas ficariam para trás no processo civilizatório — o pacto federativo deveria ser a materialização dos entes federados mais desenvolvidos. Para Uruguai, o esqueleto político do Brasil não deveria ser pensado a partir dos interesses das regiões mais desenvolvidas, classificados como interesses meramente provinciais ou interesses particulares, tendo em vista que o que deveria predominar contra esses interesses era a razão nacional (COSER, 2008).

O interesse nacional não nasce dos interesses particulares, mas das necessidades gerais corporificadas nos anseios do Brasil. Não eram os interesses particulares que conferiam legitimidade à ação do Estado, mas o fato de serem o reflexo dos interesses gerais. Para Uruguai, a questão não estava nos debates entre as liberdades negativa e positiva, mas dentro da noção de que a liberdade só poderia existir dentro da civilização — e quem deveria ser o seu portador era o Estado. O pensamento conservador nacional também pode ser focado a partir da relação entre leis e costumes, conforme Gabriela Nunes Ferreira (2010). O segundo visto como as condições naturais e culturais de um povo, bem como seu nível de educação cívica; já o primeiro pode ser entendido como o ordenamento jurídico e político em determinado estágio de desenvolvimento. Tal problema pode ser remetido à relação entre costumes e política ou entre Estado e Sociedade no processo das Revoluções Atlânticas. As elites dirigentes tinham diante de si o encargo de construir uma nação a partir de espaços, culturas e povos cujas histórias tinham sido marcadas pela colonização e, para enfrentarem o processo de construção nacional, precisavam lançar mão de modelos políticos estrangeiros.

Há duas linhas de interpretação deste dilema no Brasil. Uma delas dá ênfase aos grandes proprietários de terras e a outra lança um olhar para o suposto peso do Estado na formação nacional. Os dois principais fundadores destas vertentes são Visconde do Uruguai e Tavares Bastos. O primeiro defende um Estado unitário com uma Coroa forte capaz de ser o protagonista do processo civilizatório, já o segundo prefere um amplo leque de reformas liberais amparadas em um pacto federativo que desse autonomia política e administrativa às províncias e às cidades.

Os dois concordam quanto à importância dos costumes, da educação, do caráter nacional do povo para o bom funcionamento do ordenamento jurídico-político do país. Convergem também em um diagnóstico básico sobre a realidade brasileira: a ausência, no Brasil, de uma tradição de autogoverno, e da educação cívica, que normalmente acompanha tal tradição. Na origem desse fato, ambos apontam para a herança colonial [...] para o fato de o Brasil ter sido colonizado pela monarquia absolutista portuguesa, que teria impedido o desenvolvimento dessa tradição de autogoverno. Os dois autores tomam, como contraponto a essa realidade, os exemplos inglês e norte-americano; elogiam o exercício do autogoverno nas instituições locais desses países como fonte de virtudes públicas, exercício que é uma espécie de escola de liberdade. (FERREIRA, 2010, p. 59-60).

No caso do pensamento conservador brasileiro, do qual o Visconde é um dos seus fundadores e maiores representantes, os costumes ganham precedência sobre a lei, ou seja, o caráter nacional tem uma maior importância explicativa sobre a realidade. Uruguai tece pesadas críticas aos liberais brasileiros, acusando-os de achar que o despotismo vem sempre de cima, do Poder, e nunca da sociedade, do povo, de baixo. Para embasar sua crítica ele aponta as consequências da descentralização durante a Regência, que teria deixado o Poder Central sem qualquer prerrogativa diante das oligarquias provinciais, resultando em caos político e ameaça de secessão.

Nunes Ferreira demonstra como, para o político do Império, era preciso que as leis se encaixassem ao caráter nacional. O exercício dos direitos políticos apenas é benéfico se não entrar em conflito com a ordem social; os direitos aqui são postos não do ponto de vista abstrato e universal, mas a partir de uma ótica concreta, da qualidade dos cidadãos de uma dada sociedade. Em outras palavras, a ordem prevalece sobre a liberdade.

Paulo Mercadante (1980) afirma que o conservadorismo brasileiro surgiu com a Independência, cujo pano de fundo era o choque entre as ideias do liberalismo proveniente da Revolução Francesa, o absolutismo monárquico que estava em plena decadência no início do século XIX e as ideias da Restauração, que tentavam conciliar o liberalismo com a tradição monarquiana da Europa. No plano econômico existia a dualidade do modo de produção, materializada na tentativa de a aristocracia rural combinar o liberalismo nas relações externas, vendendo sua produção agrícola para o mercado internacional, e a manutenção de relações não-capitalistas no plano interno, com o trabalho escravo dando sustentação à grande propriedade rural.

A independência de 1822, como assinala Mercadante, foi uma conciliação entre os ideais progressistas de autodeterminação dos povos e os ideais da Restauração, que pregavam

a manutenção de uma suposta tradição baseada na Monarquia e na liderança das elites agrárias. O elemento Monárquico funcionava como aglutinador da união nacional, prevenindo a secessão territorial e o imperador, chefe supremo da nação e detentor do Poder Moderador, estaria acima dos partidos e das disputas facciosas, exercendo seu papel de defensor perpétuo da nação.

Após as lutas entre as variadas facções políticas que levaram à abdicação de D. Pedro I em 1831, e as muitas guerras civis que eclodiram durante o período da regência até 1841, as elites políticas e econômicas se acomodaram em torno de um projeto comum em que a conciliação era sua característica principal: centralização administrativa, manutenção da grande propriedade rural com sua escravatura e preservação de uma monarquia constitucional. Mercadante afirma que todo o clima político e intelectual da época era propício à conciliação e a preferência por reformas lentas era vista como uma forma de preservar a estabilidade das instituições e, assim, a liberdade criada pela ordem constitucional. A escravidão, embora considerada um mal, deveria ser tolerada e sua abolição seria gradual, levando em consideração os interesses da classe proprietária, sob o risco de que seu fim abrupto levasse à dissolução da economia nacional. Outro fator a ser levado em conta era o risco de que as reformas implementadas de maneira imprudente, sob o capricho dos enciclopedistas e dos filantropos, resultassem em desordem social, moral e política, transformando o Brasil em um novo Haiti¹⁶(MERCADANTE, 1980).

Florestan Fernandes, conforme aponta Renan Freitas Pinto (2008), afirma que é preciso ver a independência tanto pelo traço revolucionário quanto pelo traço conservador. Revolucionário porque marca o início da sociedade nacional. Conservador porque foi um processo controlado pelo alto, por grupos do topo da pirâmide social cujos objetivos eram a internalização da esfera de poder e o controle dos círculos sociais nacionais, com a resistência às mudanças em curso no mundo e a manutenção de formas de trabalho e propriedade privada típicas da colônia. O estatuto político foi superado, mas não o estatuto social e econômico, que foi importante até fins do século XIX.

Florestan também aponta para a importância do liberalismo no que diz respeito à mentalidade das elites nacionais. De um lado, esse pensamento estava ligado a processos de autonomia nacional. Em outro aspecto, tinha a função de servir de esteio na definição de um projeto de nação que fosse aceitável para a elite nativa, isto é, as relações de dependência em relação ao mercado externo se manteriam mesmo com a emancipação política. O liberalismo

16 A independência do Haiti, ocorrida entre os anos de 1781 e 1801, decorreu de uma luta brutal com a consequente abolição da escravatura. Tal evento despertou a apreensão das classes proprietárias americanas que temiam em seus países rebeliões de escravos como as ocorridas no país caribenho.

como ideologia foi imprescindível na formação do Estado nacional, com a sua instrumentalização pelos grupos dirigentes no sentido de ser adaptado à realidade nacional. Em outras palavras, ocorre a vinculação da vida econômica nacional às pressões externas e, além disso, o desenvolvimento de um mercado capitalista que se opõe ao antigo sistema colonial atlântico em desagregação (FREITAS PINTO, 2008).

Apesar disso, Florestan afirma que o processo de independência, mesmo levando em conta sua contradição e conservadorismo, inaugurou a Era Moderna no Brasil. As instituições modernas foram absorvidas de maneira abrupta e desordenada, adaptando-se às condições concretas da nova nação. O poder político passou a exercer uma função edificadora, enquanto mediador de uma economia integrada tanto em escala internacional quanto como lugar privilegiado de construção nacional. Modernizar-se nesse período significava importar técnicas de produção econômica e formas de organização de poder político que foram inicialmente gestadas na Europa — o liberalismo econômico, a monarquia constitucional, a separação entre os poderes, o parlamentarismo e a ideologia do progresso. Portanto, a modernização vinha através da importação de paradigmas e padrões de comportamentos que orientavam a ação social com relações a fins dos agentes sociais. Entretanto, o sociólogo alerta para o caráter problemático desse fenômeno contraditório, citando como exemplo o liberalismo econômico e político que, se na Europa era um pensamento político de forte teor progressista e contestatório, em nosso contexto de emancipação nacional servia como racionalização e legitimação dos laços de escravidão, formas de dominação patrimonialista e de concentração política e econômica nas mãos da aristocracia agrária, em outras palavras, de manutenção do arcaico em condições modernas (FERNANDES, 2008).

A organização política das sociedades colonial e imperial, ainda conforme Florestan Fernandes, funcionava sob uma complicada engrenagem onde o indivíduo, em uma posição social determinada, caso quisesse atuar na política, deveria obedecer a uma rede de solidariedades e obrigações reconhecidas coletivamente, cujo funcionamento era regulado pela tradição em um sistema estamental. Os laços de solidariedade eram fortes nos seios dos grupos familiares e no interior das castas, o que se refletia no exercício do poder. Fora desse círculo, o sistema de relações assumia um caráter de personalismo e patrimonialismo para com agregados, escravos, subalternos e outros. Nesse contexto de rigidez, as relações de dominação assumiam uma forma em que os direitos daquele que manda e daquele que obedece estavam bem delimitados, com o poder concentrado nas mãos de um número restrito de pessoas.

Como a maior parte da população estava alheada dos sistemas de poder, ocorria um duplo fenômeno: a grande maioria da população se desinteressava da política e aquele restrito número que detinha o monopólio do exercício político acreditava que esse era uma prerrogativa natural e intransmissível por integrar um setor supostamente esclarecido e responsável pela nação (FERNANDES, 2008). Nesse aspecto, ocorria uma separação cada vez maior entre aqueles que acreditavam serem os *detentores legítimos do poder político e econômico* e a maioria desagregada de qualquer participação ou prática democrática — *os de baixo*, para quem a política e o poder eram coisas estranhas e inatingíveis.

A escravidão teve um papel crucial no processo de construção do Estado brasileiro, aponta Octavio Ianni (1978). Dos quase nove milhões de escravizados trazidos para as Américas, sem mencionar os que morreram no trajeto, cerca de quatro milhões vieram para o Brasil, contribuindo compulsoriamente para a formação de um novo tipo de sociedade nas Américas. Nesse país em que a sociedade foi se formando por dentro do escravismo, será o pacto entre Escravismo e Estado que dará o sustentáculo para a vigência da sociedade nacional e para uma relativa estabilidade institucional que durará até finais do século XIX. A estratégia tomada pelo Imperador e por seus ministros, de ir debilitando aos poucos o elemento servil, sempre conciliando com a Lavoura, acabou se tornando um dos principais motivos para a duração do trabalho compulsório até o final do século XIX.

Aos poucos, o capital antes investido nas grandes propriedades vai sendo direcionado para novos empreendimentos urbanos, como atividades fabris, artesanais e financeiras. O desenvolvimento de grandes cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Recife gerará interesses que irão se opor aos interesses da lavoura; a imigração europeia, a pressão inglesa sobre o tráfico e as dificuldades financeiras advindas com a Guerra do Paraguai irão exercer também uma pressão forte sobre a sociedade escravista, expondo suas fraquezas, atrasos e minando suas bases (IANNI, 1978).

Conforme aponta Elisa Reis (1998), o nacionalismo envolve um determinado projeto político de como a comunidade societária deve ser organizada e qual deve ser a relação entre Estado e sociedade. No Brasil, essa ideologia surgiu antes da construção da nação e esteve presente nas preocupações de uma elite intelectual que, prevendo a quebra do estatuto colonial, se propusera a pensar em novas formas de organização social. Entretanto, foi só com o advento da República que o projeto de construção nacional ganhou maior força, especificamente a partir de 1930, com a Era Vargas.

Na época do Império, a especificidade do território brasileiro, constituído por um amplo espaço com uma população escassa e dispersa, tornava a questão da estabilização de um domínio do Estado sobre o território muito mais urgente. Além disso, conforme aponta a autora, os latifúndios funcionavam com características quase autárquicas, com uma população muito mais identificada com os laços de solidariedade local do que com o centro administrativo do Império e tais aspectos davam muito mais urgência à questão da construção de um Estado baseado na aliança com a elite rural.

Foi a partir da estrutura herdada do pacto colonial, com claras características patrimonialistas, que foi erigido o Estado brasileiro:

[...] o poder do centro burocrático era principalmente uma afirmação simbólica da ordem pública, uma vez que na prática a população continuava a prestar sua lealdade básica aos detentores privados do poder, os proprietários rurais. Não eram apenas os escravos, na condição de propriedade privada, que permaneciam fora da arena política. A ampla maioria da população livre não tinha qualquer identificação com uma unidade territorial mais ampla que os domínios de um potentado rural. (REIS, 1998, p. 75).

Diante desse horizonte de eventos, o Estado brasileiro surgiu antes da sociedade. Foi um projeto criado pelo alto, tomando como ponto de partida a herança colonial portuguesa, que só aos poucos foi aglutinando as regiões em torno de um centro comum de mando e de um projeto de desenvolvimento econômico determinado. Somente a partir de 1930 que esse processo se radicalizou e ganhou contornos mais específicos.

José Murilo de Carvalho (2008) aponta que a consolidação da ordem e a redução de conflitos no Brasil, ao contrário do que ocorria nas ex-colônias espanholas, se fundamentava em razão da maior unidade ideológica das elites brasileiras do Império. A chave para entender a importância das elites no processo de forja nacional reside no protagonismo do Estado na construção da nacionalidade. A inexistência de uma burguesia capaz de construir relações sociais próprias, baseadas na impessoalidade do mercado, deixou para o Estado o papel de construtor da sociedade brasileira.

O papel das elites dirigentes, aponta Carvalho, se torna relevante em países de capitalismo retardatário ou em ex-colônias, onde há um peso maior do Estado na gestação e criação de nações recém independentes. Assim, coube à esfera estatal a homogeneização administrativa, regulação de mercados e destruição dos privilégios feudais. Desse modo, a burocracia teria um papel importante, pois é por meio dela que o Estado age regulando o tecido

social. Isso era um reflexo da debilidade das classes sociais e das esferas de representação política, resultando em uma fusão parcial entre elites políticas e alta burocracia.

A elite política que ficou no poder com a independência do Brasil apresentava uma unidade ideológica e um nível de treinamento raro de serem vistos em outros países, continua Carvalho (2008). A formação por burocratas treinados no mercantilismo e na ideologia do absolutismo monárquico contribuiu para criar nesse grupo um consenso mais ou menos básico em torno das opções políticas disponíveis. Por sua formação e origem, essa elite não representava o resto da população do país. É preciso mencionar que ela não era uma elite monolítica. Durante o primeiro Império era formada basicamente por militares e magistrados. A partir de 1831 houve uma predominância maior de padres. Posteriormente, profissionais liberais, principalmente advogados, foram ganhando cada vez mais importância na direção do Estado Imperial e substituindo os quadros anteriores (CARVALHO, 2008).

Havia também uma relação umbilical do Estado Imperial com a agricultura escravista. Sendo a agricultura responsável por 70% das rendas nacionais, não era possível, segundo Carvalho, em contraposição a Raymundo Faoro, falar em um Estado separado e dominando a nação. Havia uma união clara entre o Império e os interesses privados da lavoura. Não havia possibilidade de manutenção da ordem política e social sem um acordo com os grandes proprietários escravagistas.

Assim, a manutenção de um arranjo sociopolítico estável foi possível, por mais injusto que ele fosse. Esse arranjo gerava uma ambiguidade, exemplificada por Carvalho na ideia de que as elites agrárias tinham um grau de coesão baixo, apenas se unindo quando interesses mais básicos eram contrariados. Do ponto de vista do Estado e da alta burocracia, isso fazia com que estes não pudessem desistir do apoio da lavoura, embora por várias vezes se vissem livres para contrariar os seus interesses, como ocorreu com a aprovação da Lei do Vinte Livre, que irritou os setores agrários e iniciou a decadência de legitimidade do regime monárquico (CARVALHO, 2008).

Daí resulta a ideia de *dialética da ambiguidade*, comenta Carvalho, pois o Estado Imperial se tornava ao mesmo tempo instrumento de permanência e de dinamização da sociedade brasileira. Em outras palavras, os liberais criticavam o poder moderador, a centralização da economia e clamavam pela liberalização da sociedade, mas era pelo Estado que se procurava resolver os problemas da economia, da imigração, da indústria e dos contratos de trabalho, ou seja, se construía uma sociedade liberal, libertada da ação estatal, por meio do poder político e do Estado.

Havia uma situação de desajuste social entre a elite dirigente e o povo brasileiro. Éramos uma sociedade escravocrata, governada por instituições liberais representativas e lideradas por grupos sociais letrados e cosmopolitas, cujo modelo de civilização era a Europa. A Constituição de 1824 conferia a representação tanto ao Rei quanto ao parlamento. Isso resultava no fato de que o soberano poderia competir com o parlamento pela representatividade da nação. Também era dado ao Imperador a prerrogativa de arbitrar conflitos dos grupos dominantes e ao mesmo tempo contrariar os interesses desses mesmos grupos. Consequentemente, a representação dos interesses refletidos no parlamento muitas vezes se chocava com aquela exercida pelo Rei. Se, em situação de normalidade predominava o pacto entre a Coroa e os barões escravagistas, em condições de conflito esse arranjo tendia a desaparecer, e o que brotava era a sensação de que o Imperador controlava e centralizava todo o regime político (CARVALHO, 2008).

A história do Brasil está repleta dessas situações de *dialética da ambiguidade*, onde o passado parecia definir e influir diretamente os rumos do futuro, tanto que Luiz Werneck Vianna (1996) define que o Brasil não passou por nenhuma revolução, mas sofreu com todos os movimentos contrarrevolucionários da história. Todos os movimentos de mudança institucional ocorreram como uma tentativa de evitar que alterações mais amplas na arquitetura política e social brasileira se consumassem. A história brasileira apresenta uma ampla gama de exemplos onde a modernização se processa compromissada com o passado.

O rompimento com o pacto colonial ocorreu com a transmigração da família real portuguesa para os trópicos e com a atuação do príncipe herdeiro, aponta Vianna. O liberalismo revolucionário e nativista cede lugar à lógica de conservar mudando, e as antigas lideranças radicais vão sendo cooptadas pela ação do futuro Imperador. A independência foi uma solução sem revolução. O Estado nacional que nasce desse arranjo combina instituições liberais modeladas à lavoura escravista, torando-se ela um suporte necessário do antigo regime brasileiro, herdeiro direto das estruturas arcaicas coloniais:

A radical ambigüidade do Estado —entre o liberalismo e a escravidão— devia se resolver nele mesmo, instituição tensa, arquiteto de uma obra a reclamar a cumplicidade do tempo, delegando-se ao futuro a tarefa de vencer a barbárie de uma sociedade fragmentária e invertebrada, até que ela viesse a corresponder e atender às exigências dos ideais civilizatórios dos quais ele seria o único portador. Com a decapitação política do nativismo revolucionário, em quem havia a vocação do empreendimento econômico, como entre os homens da Inconfidência [...], o Estado-nação, inspirado no liberalismo, nascia sem uma economia que se apresentasse em homologia a ele. Se, na sociedade civil, o liberalismo atuava como "fermento revolucionário", induzindo rupturas moleculares na ordem senhorial-escravocrata, ele não poderia se comportar como o princípio da sua

organização, sem acarretar com isso o desmonte da estrutura econômica, fundada no trabalho escravo e no exclusivo agrário e que assegurava ao Estado uma forma de inscrição no mercado mundial e presença internacional. Ademais, o patriciado rural se comportava como um coadjuvante insubstituível, da perspectiva das elites políticas, para o controle de variáveis-chave como território e população. O liberalismo devia consistir em uma teoria confinada nas elites políticas, que saberiam administrá-lo com contagens, sob o registro de um tempo de longa duração, a uma sociedade que ainda não estaria preparada para ele, sob pena da balcanização do território, da exposição ao caudilhismo e à barbárie. (VIANNA, 1996, p. 2).

Entre nós a modernidade e o liberalismo se fariam presentes aos poucos: cidadania apenas para uma pequena parcela de letrados e cosmopolitas em meio a um grande contingente de analfabetos, miseráveis e escravos. Para esta elite prevaleceria uma forma de razão política baseada no controle da população e na preservação e expansão territoriais¹⁷:

[...] se o Estado é moderno no seu liberalismo, essa sua condição deve ser reprimida, apenas vivenciada no plano da consciência das suas elites, constrangido, inclusive por sua índole constitutivamente territorialista, a consagrar o patrimonialismo e a estrutura anacrônica do sistema produtivo que herdou da Colônia. No Estado e na sociedade nacionais [...]. Autocontido, sem mobilizar a política como instrumento de mudança econômica, esse Estado, que aparenta cultivar o quietismo, quer ser o administrador metafísico do tempo, fator que estaria dotado, em si, da inteligência de produzir, por movimentos quase imperceptíveis, a mudança que viesse a reparar a irremediável incompletude e rusticidade da sociedade e do homem brasileiros. Um e outro, como vieram ao mundo, não lhe poderiam servir como ponto de partida para sua obra civilizatória. (VIANNA, 1996, p. 3).

É possível traçar quatro formas de conservadorismo no século XIX em solo brasileiro a partir da recepção da obra de Edmundo Burke no Brasil, conforme efetuado por Lynch (2017). O caso brasileiro apresenta certas peculiaridades — uma sociedade periférica em relação ao centro do capitalismo e altamente estratificada, cuja maioria da população era composta de escravos que serviam como mão-de-obra barata. A esfera pública, bem como a vida intelectual, era limitada e os poucos cidadãos pobres que eram livres também tinham escravos e compartilhavam a mesma visão de mundo dos grandes proprietários que, por sua vez, estavam mais interessados em manter o poder econômico e político com o processo de independência.

A primeira vertente desse conservantismo é a do *Conservadorismo Estatista*, cujo principal representante foi Visconde de Cairu, que defendia a promoção de reformas lentas, dentro da ordem instituída e que não abalasses o Status Quo. Defendia uma monarquia que

¹⁷ Nascia aí a ideologia do Brasil Grande que viria a ser manuseado por vários regimes ao longo da história política nacional: um país com um vasto território destinado a ser a grande potência do hemisfério sul.

soubesse equilibrar as conquistas do liberalismo e a estabilidade da tradição, ou seja, Rei Constitucional e liberdades individuais controladas e purificadas de qualquer espírito jacobino¹⁸. Era preciso olhar para a história e dela tirar todas as lições de sabedoria deixadas pelos antigos. Cairu interpretava Burke não como um reacionário, mas como um pensador que sabia o momento e a dose certa de reformar as instituições políticas. Por isso, condenava a escravidão e defendia as reformas moderadas combinadas com centralismo monárquico. É preciso ressaltar que o conservadorismo do Visconde não pode se limitar à defesa do Status Quo, mas à concepção que implicava na importância crucial das instituições políticas para civilizar o Brasil (LYNCH, 2017).

Por sua vez, Bernardo Pereira de Vasconcelos se aproxima de Cairu ao defender reformas lentas e cuidadosas, sem romper com a ordem constitucional, escreve Lynch (2017). A ênfase na modernização sem saltos ou rompimentos revolucionários foi a saída que o conservadorismo brasileiro no século XIX encontrou para se equacionar na jovem nação. Ao contrário dos seus congêneres europeus, que podiam se voltar para uma tradição medieval, voltar-se para o passado no caso latino-americano significava olhar para a colonização e para uma relação de dominação sob os mandos da Metrópole. Assim, o destino das novas nações não poderia retornar ao passado, considerado de atraso e de heteronomia, mas olhar em direção ao futuro em favor da superação da dominação estrangeira. Assim, o Burke conservador e defensor do passado era substituído por uma versão reformista gradual. Era preciso combater o espírito revolucionário e o liberalismo cosmopolita que pretendiam fazer do Brasil tábula rasa e levar à desordem social e ao caos político, pois não levavam em conta as condições concretas do país. O espírito de transação deveria acomodar as ideias abstratas de liberdade, vindas da Europa e dos Estados Unidos, com a realidade concreta do caso brasileiro. A solução para Vasconcelos seria um Estado forte, regulador e capaz de impor a ordem à jovem nação, que acabou dando a tônica durante a primeira metade do Segundo Império. Em suma, defendia o *Reformismo Ilustrado*.

Lynch também apresenta o *Conservadorismo Culturalista* de José de Alencar, baseado em uma interpretação de defesa da sociedade criada pelo regime escravista. O pacto conservador, o Estado forte e a Monarquia unitária haviam impedido a desagregação do território chegado em seus auge no ano de 1860. A partir de então, começou a se tornar consensual entre as elites políticas e econômicas que o conservadorismo deveria ser alterado

18 O espírito jacobino era identificado como radicalismo revolucionário.

com uma tonalidade mais liberal, menos estatista e mais próximo de uma versão tory inglesa¹⁹, isto é, distante do modelo defendido pela elite saquarema. Não era possível terminar com a escravidão por decreto, pois seria uma medida artificial, mas deixar que a sociedade evoluísse gradualmente até que o escravismo se tornasse obsoleto. A modernização não poderia ser tão abrupta a ponto de deformar uma sociedade que, por sua vez, já estava edificada com suas tradições e costumes, se tornando desnecessário o centralismo e o dirigismo estatal. Alencar defendia que os partidos políticos surgissem da própria sociedade, com o partido liberal vindo das classes urbanas e o partido conservador edificado a partir das elites agrárias.

O *Liberalismo Conservador*, por sua vez, aparecia nas figuras de Rui Barbosa e Joaquim Nabuco, opositores do jacobinismo e das políticas autoritárias pretensamente científicas de Floriano Peixoto da Primeira República. Defendiam o liberalismo de raiz inglesa que floresceu durante o Segundo Império como antídoto contra os radicalismos de esquerda e de direita. Barbosa tinha uma percepção jurídica e formal dos problemas brasileiros, reduzindo seus dilemas a uma questão da forma de governo que geraria as bases para uma sociedade ideal. Inspirado no modelo federalista e republicano norte-americano, foi um dos engenheiros políticos do regime que se ergueu após o fim do Império. Nabuco, por sua vez, tinha uma compreensão mais sociológica da realidade brasileira, advogando a preservação da monarquia e do Poder Moderador como instâncias capazes de modernizar uma sociedade incapaz de fazê-la por si mesma. Previsivelmente, foi contra o fim da Monarquia e um dos principais críticos da Primeira República (LYNCH, 2008b). Já Juremir Machado da Silva (2017) aponta que o conservadorismo brasileiro está ligado à mentalidade das elites brasileiras de ver como ameaça qualquer tipo de avanço social. O exemplo mais emblemático refere-se às lutas pela abolição e a resistência que os grupos escravocratas possuíam em relação a ela. O autor demonstra, ao analisar matérias de jornais e discursos políticos do século XIX, o autor demonstra como os grandes proprietários usavam tanto o discurso do legalismo quanto a dimensão da prudência e da moderação política para preservar a coisificação do homem pelo homem e, assim, defender um modelo de dominação onde os proprietários eram os favorecidos. Para eles, acabar com a instituição da escravatura significaria o caos da produção nacional e abalaria os alicerces do Império²⁰.

19 Facção conservadora da política inglesa.

20 Juremir Silva cita o caso do Visconde do Uruguai que, em meados do século XIX, lutou contra a diplomacia inglesa, que se opunha ao tráfico, e se colocou a favor de um suposto direito do Brasil de importar escravos africanos por se tratar, na visão do nobre brasileiro, de uma questão de interesse nacional. Na década de oitenta do mesmo século, seu filho, José Paulino, também foi um destacado político escravocrata que se opôs até o fim à Abolição, caracterizada por ele como uma medida antieconômica e desumana.

O temor pela liberdade dos escravos era tão grande, escreve Silva, que logo após a abolição os políticos escravocratas e a imprensa alinhada a eles passaram a defender medidas drásticas contra os negros libertos, vistos logo após a promulgação da Lei Áurea como vagabundos. Era preciso, na visão dos defensores das elites, conter os negros vadios e manter a ordem social por quaisquer meios possíveis, nem que isso significasse o uso da força.

Portanto, os apelos à prudência e à moderação eram subterfúgios para justificar um modelo de sociedade desigual e injusta. Juremir Machado aponta que, caso a justificativa dos conservadores tivesse sido levada em conta, de que a escravidão era um mal necessário pela sua importância econômica e que os contratos jurídicos deveriam ser respeitados, o Brasil teria entrado no século XX ainda sendo escravocrata.

O conservadorismo, ao lado do liberalismo, foi a ideologia predominante durante o processo de independência política brasileira e no decorrer de todo o século XIX. Sua presença se aclimatou levando em conta as nuances, os contextos, as aspirações e as contradições das elites dirigentes do período. O debate entre ordem e liberdade e as disputas dos diferentes grupos levaram tanto à ruptura liberal, que culminou com a abdicação de D. Pedro I, como à interpretação do Ato Adicional, que levou a uma centralização do corpo político. A queda da ordem imperial e a ascensão da República, por sua vez, sinalizaram a descentralização nacional e a instituição de um pacto federativo oligárquico.

Sem uma tradição de séculos que pudesse lançar mão para honrar e tomar como parâmetro, pois o passado brasileiro equivalia a uma relação de dominação, essa espécie de pensamento político teve de fazer algumas adaptações e dar ênfase sobre a conciliação, isto é, a mudança lenta e gradual, bem como ao processo de construção nacional. Em outras palavras, nossos defensores da conservação procuraram focar seus esforços sobre a modernização brasileira, que deveria ocorrer de maneira consensual e sem conflito: o modelo monárquico do Segundo Império e o Imperador D. Pedro II foram o quadro fiel desse modelo.

Após a análise das principais características do conservantismo histórico no Brasil do século XIX, relacionando-o com o horizonte de eventos mais amplos das formações políticas e dinâmicas sociais, no próximo item poderemos apresentar algumas características desta ideologia política no Brasil do século XX e as diferenças do conservantismo estatista e tradicionalista.

2.2 O pensamento conservador no Brasil do século XX

Deixando o modelo centralizador e adotando o federativo de inspiração norte-americana, o Brasil entra no século XX como uma república oligárquica de matriz econômica basicamente rural. Os problemas de desagregação e os caminhos para manter um país com tão vasto território unido, tão comuns a países recém-formados, pareciam superados. O processo de formação e fortalecimento das cidades, com a gestação aos poucos de atores sociais urbanos²¹ que não se viam representados na Primeira República, aliado às crises econômicas, à crise do liberalismo, às guerras mundiais e à ascensão do comunismo na Rússia trarão novos problemas para o pensamento político brasileiro.

As visões do passado e sua força sobre o presente e o futuro são um dos pontos mais sensíveis do pensamento conservador. Segundo Villas Bôas (2006), o intelectual pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987) desponta como uma das figuras mais proeminentes daquele pensamento. Em seu trabalho *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*, o autor descreve uma sociedade escravocrata localizada nos trópicos que viveu vários anos de paz, decoro e prosperidade. Gilberto Freyre interpreta a relação entre senhores e escravos para demonstrar que os cativos eram mais bem tratados que os operários europeus. Fala das relações de gênero e a dupla moralidade que existia entre os homens que podiam ter relações com várias mulheres e as esposas que deviam ser fiéis aos maridos:

Porque o Império no Brasil foi notável por uma combinação muito sua de métodos politicamente aristocráticos com maneiras e costumes tão democráticos como os de qualquer república mais adiantada que tivesse então no continente. Foi notável o império brasileiro por sua tendência para uma verdadeira democracia social e étnica: não somente uma remota tradição brasileira mas também uma tradição portuguesa. E essa tradição nunca será excessivo dizer que tem sido uma das características principais do desenvolvimento social e cultural brasileiro. (FREYRE, 1947, p.159).

Foi em *Casa-Grande & Senzala* que Gilberto Freyre demonstrou o *ethos* do brasileiro, que é o arcabouço de valores determinantes do seu ritmo de vida.

Os valores próprios dos brasileiros conformam-se no âmbito mesmo das relações sociais primordiais que marcam a sociedade escravocrata, cujo aparecimento está associado à edificação dos primeiros engenhos de açúcar, sob comando dos portugueses, na geografia dos trópicos. A possibilidade de existência - permanência – dessa sociedade resulta do controle equilibrado das ambiguidades e contradições geradas pelo encontro de homens e mulheres de

21 Trabalhadores, empreendedores e profissionais liberais.

diferentes origens e posições sociais, raças e culturas. (VILLAS BÔAS, 2006, p. 34).

Logo acima mencionamos que o *ethos* moderno está sempre direcionado para o futuro, entendido como a superação do passado e do presente, em franca oposição ao *ethos* tradicional, cujo valor do passado e da tradição moldam a experiência do presente assim como moldará o futuro. É a partir dessa forma tradicional de ver o passado que Freyre compreende a sociedade brasileira, pois o tempo passado permanece influenciando as relações sociais e as formas de pensar e agir de homens e mulheres. O complexo social gerado pela Casa Grande e a Senzala, com seu sistema de trocas entre dominadores e dominados, sob o protagonismo dos primeiros, resulta em uma sociedade rica culturalmente e etnicamente, predominando o equilíbrio de antagonismos e um ritmo de mudança lento e gradual.

Para Gilberto Freyre, a modernidade teria gerado uma reação considerável frente ao movimento universalizante e homogeneizador., Essa reação vem das sociedades que se articulam para guardar seu passado e suas tradições:

A disputa pela direção em que flui o tempo - se do passado para o futuro, se do futuro para o passado - é, pois, parte integrante da modernidade. Porém, há que se perguntar pelas consequências práticas da adoção de uma ou outra concepção [...] se partirmos do princípio de que constituem formas de controle político das coletividades. (VILLAS BÔAS, 2006, p. 38).

Desse modo, Gilberto Freyre tem uma visão positiva da vida social e da cultura brasileira ao destacar a ação favorável do sistema patriarcal de dominação capaz de equilibrar as contradições e os conflitos. Há um vetor autoritário nesse tipo de relação. A miscigenação seria uma forma de trocas de vantagens que equilibra as posições entre os dominadores e os dominados, arrefecendo as diferenças e dando estabilidade à família patriarcal. Entrelaçando diferentes atores em posições distintas do sistema social, torna possível a sobrevivência do sistema. Importa ao autor buscar as origens no tempo e no espaço desse fenômeno. Nas suas origens estariam a essência dos fatos sociais que dão sentido à vida social brasileira. Captar esse *tempo perdido* permite saber as origens de formas de sociabilidade que se reatualizam no tempo e no espaço e são formas eficazes de controle social (VILLAS BÔAS, 2006).

O *ethos* brasileiro não obedeceria à racionalidade europeia. Villas Bôas procura demonstrar como Gilberto Freyre buscou sintetizar as duas ordens sociais que conviveriam no Brasil: racional/irracional, europeia/não-europeia e histórica/não-histórica. A grande originalidade da sociabilidade brasileira estaria nesse sistema onde a dominação é benéfica,

pois arrefece as contradições sociais ao integrar o intercâmbio cultural entre dominadores e dominados.

Considerada como uma forma de dominação benéfica, a família patriarcal, segundo Rugai Bastos (2006), foi resultado da aclimatabilidade do português aos trópicos, a capacidade de se adaptar à nova terra, amalgamando interesses divergentes entre liberais e conservadores:

Não se pode generalizar a respeito do Brasil [...] afirmando que a aristocracia rural, entre nós consolidada principalmente, até o meado do século XIX, nas casa-grandes de engenho, e só subsidiariamente nas da fazenda de café ou nas de estância, encarnou sempre os interesses conservadores e de ordem, enquanto as cidades, os sobrados burgueses, as próprias ruas, teriam sido sempre focos de revoluções democráticas e de movimentos liberais [...]. É verdade que durante certa fase do império, o Engenho do açúcar e principalmente a Fazenda de Café viviam a ligar-se de maneira efetiva com certos interesses conservadores da ordem, às vezes contra a demagogia das cidades, isto é, das ruas, das praças e dos mucambos. Mas mesmo durante essa fase de maior união com o Império, a casa-grande de engenho defrontou-se às vezes com o Imperador, com o chefe de polícia da capital, com o bispo da diocese. (FREYRE, 1936, p. 13).

Essa capacidade de adaptação do patriarcalismo levou-o a se reestruturar diante das várias exigências da mudança social, política e econômica, congregando tanto interesses tradicionais quanto liberais, prossegue Bastos. Capacidade da adaptação que permite a transformação social sem rupturas, demonstrando que o patriarca foi mais sábio que o Estado impessoal, pois só o primeiro é capaz de compreender as relações tradicionais de mando e obediência.

Gilberto Freyre observa a modernidade como um processo universalizador que apaga as particularidades e o sentido contemporizador de cada região. As regiões encontraram cada uma as respostas para seus problemas e tentar apagar isso seria como criar um desequilíbrio na sociedade nacional. Nesse sentido, era preciso retomar a dimensão conciliatória da vida regional, pois é nela que se encontra a solução para nossos problemas e a chave para dar sentido à nossa vida comum (BASTOS, 2006).

Gilberto Freyre passa a criticar o que ele chama de *monotonia cultural* causada pela modernidade:

O perigo na monotonia cultural ou da excessiva unificação de cultura do continente americano provém da influência do industrialismo capitalista norte-americano, largamente dominado pela ideia de que o que é bom para o norte-americano deve ser bom para todos os outros povos da América. (FREYRE, 1947, p. 145).

Era preciso levar em conta as peculiaridades sociais e culturais das regiões brasileiras vistas como ilhas culturais que são:

Uma população cujos valores e padrões de vida são predominantes de origem portuguesa, em contraste com valores e padrões espanhóis, holandeses, ingleses e franceses dos seus vizinhos americanos. (FREYRE, 1947, p. 149).

A questão a ser desdobrada da sua crítica é a demasiada centralização cultural e política brasileira realizada pelo Estado, em contraste com o seu elogio à relação entre as dimensões estatais e sociais existentes durante o Império:

“Unionismo” ou “centralismo” não é uma inovação no Brasil. O Império brasileiro [...] assinalou-se pela centralização, que foi um dos seus defeitos. Mas provavelmente fazendo menos mal à diversidade cultural e regional brasileira que o atual sistema, isto é, o “estadofortismo”. Porque no Império o poder centralizado estava nas mãos, não somente de um imperador constitucional, cujos abusos e tentativas de abusos eram agudamente criticados pelo Parlamento e pela imprensa livre, mas nas mãos daqueles homens públicos do Brasil mais proeminentes do ponto de vista intelectual e moral. Bem diferente, nisto, do atual “Estado Forte”. (FREYRE, 1947, p. 158).

Os setores agrários e tradicionalistas tiveram em Gilberto Freyre um grande ideólogo, pois sua obra legitimou o processo de dominação agrária operada por esses atores no Brasil. Em oposição à vertente crítica do processo de colonização, Freyre demonstra a positividade do mesmo, criador de formas de ser e estar no mundo tipicamente brasileiras. Ao mesmo tempo, passa a indicar a mudança desses atores sociais diante das conjunturas operadas com a industrialização brasileira que começava a juntar tanto a agricultura com a indústria, o patriarcal com o burguês, o tradicional com o moderno. A elegia de uma forma cultural apontada como tipicamente brasileira e cuja existência é indispensável para a sociedade, encaixa o autor pernambucano na vertente de *conservadorismo tradicionalista*, cuja gênese está no século XIX.

Se Gilberto Freyre está situado na vertente do conservadorismo brasileiro cuja ênfase está na valorização das relações sociais e nas tradições surgidas no passado, e que servem de parâmetro para a vida nacional, Alberto Torres pode estar situado em uma outra versão do conservantismo, cujo foco recai sobre a importância do Estado para como dirigente da vida social e capaz de pôr ordem à desorganizada sociedade brasileira.

O político carioca Alberto Torres (1865-1917), segundo estudo de Maria Fernanda Lombardi Fernandes (2010), como muitos outros da sua geração no início do século XX, estava desencantado com as consequências da República e propôs um amplo programa de reformas

constitucionais que visavam fortalecer o papel do Estado como ator principal na organização social. A República era vista como um regime artificial que trouxe mais problemas que benefícios²². No Império, a produção econômica era organizada e a abolição apenas jogou os negros na rua sem qualquer auxílio; também havia o êxodo desenfreado para as cidades que criou caos nas áreas urbanas. Portanto, a República tinha um duplo problema: economia desorganizada e aparato institucional fonte de anarquia. Sua forma federativa oligárquica era deficiente quando comparada ao Estado centralizado do Império.

Para analisar e interpretar essa vertente do conservadorismo, de caráter autoritário e centrado na ação Estatal, Maria Fernanda Lombardi Fernandes cita o estudo *Ideologia de Estado*, de Bolívar Lamounier (1985):

1) predomínio do princípio estatal sobre o de mercado (relações políticas); 2) visão orgânico corporativa da sociedade (a sociedade é um todo orgânico que necessita de um cérebro [...] a orientá-la.); 3) objetivismo tecnocrático (julgam-se os portadores da única análise válida da realidade nacional e única solução aplicável); 4) não organização da sociedade civil e não mobilização política (conflitos devem ser resolvidos dentro do Estado e não em partidos políticos facciosos); 5) crença num voluntarismo elitista como fator de mudança; 6) defesa de um Estado paternalista que corrigiria e guiaria a sociedade. (FERNANDES,2010, p. 102).

Bolívar Lamounier (2014) aponta que a ideologia autoritária brasileira surgiu com a crítica à Constituição de 1891 e com a ascensão de um antiliberalismo que, na visão do autor, se aproxima do fascismo. No plano externo, aponta para a força do marxismo após a Revolução Russa e a difusão de ideologias fascistas. Internamente, destaca a crítica ao modelo federado e descentralizado da Primeira República e a defesa de uma alternativa centralizada.

Define o autoritarismo como protofascismo, apresentando-o com as seguintes características. 1) Holismo totalizador, onde o todo se impõe sobre as partes. 2) Divinação do Estado, visto como uma entidade capaz de combater o mal das partes e dos grupos que, ao lutarem pelo seu próprio interesse, prejudicam a nação. 3) O Estado é tomado como um ser vivo cuja gênese já carrega tudo o que importa ao seu desenvolvimento: eis o motivo da crítica dos defensores do autoritarismo à transplantação de modelos estrangeiros. 4) O Estado é visto como acima da sociedade. Ele não negocia e nem tergiversa com outros grupos sociais, simplesmente impõe aquilo que entende como sendo a vontade geral.

²² Na perspectiva do pesquisador, toda organização política é artificial.

Alberto Torres (1978) defende em sua obra a necessidade de construção da nação, incompletude que foi fruto da exploração colonial e que se perpetuou durante o Império. Apenas o Estado forte e centralizador poderia corrigir essa distorção:

[...] o estado é, no Brasil, um fator de dissolução. A influência deletéria dos interesses antissociais, criados e alimentados em torno do poder público, desde os municípios até a União, sobre a vida brasileira, é um fato cujo alcance ainda não foi atingido pelos observadores das nossas coisas públicas. Esse regime deve ser substituído por outro, capaz de levar a termo o encargo da geração presente para com o futuro do Brasil. (TORRES, 1978, p. 23).

Alberto Torres efetua uma crítica ao regime republicano que destruiu o pouco de organização institucional e econômica que havia durante o Império. A forma republicana federativa, copiada do modelo norte-americano, teve um efeito deletério sobre o país, transformando-o em uma *federação da caudilhagem*, onde o Estado era apenas o reflexo de grupos facciosos que se apropriavam da máquina pública em proveito próprio. Contudo, é necessário assinalar que Alberto Torres não era um saudosista do Império, visto que o considerava contrário à índole nacional, postulando assim a necessidade de reformar a República. Era preciso corrigir o federalismo e o excesso de localismo, onde a União seria o elo de união nacional.

Defendia a necessidade de criar poder constitucional que harmonizasse a atuação entre o executivo, o judiciário e o parlamento, que seria o Poder Coordenador, cuja prerrogativa precípua era ser a chave do equilíbrio entre os poderes para o aperfeiçoamento da democracia. Embora também defendesse a importância do sufrágio universal, Alberto Torres propunha sua reformulação, pois não deveria ser o único método para escolher a direção dos governos, ou seja, apontava a necessidade da organização de uma elite esclarecida capaz de ver os problemas brasileiros. Em outras palavras, de uma elite realista que não pensasse os problemas nacionais sob a ótica partidária (FERNANDES, 2010).

O governo só pode ser função de capazes, e a capacidade governamental é uma das mais raras. Não porque os problemas da política sejam necessariamente os mais difíceis, mas porque a aptidão e o preparo para as funções públicas dependem de condições que não estão ao alcance de muitos [...]. O governo do povo pelo povo é uma ficção, que é tempo de substituir pelo governo do povo para o povo [...]. Se há uma verdade solidamente conquistada pela nossa inteligência é a da incapacidade das massas para o governo; e um dos mais graves fenômenos das sociedades contemporâneas é o da insuficiência dos seus governos. (TORRES, 1978, p. 250).

Apesar das críticas à democracia liberal brasileira, Alberto Torres mantém a base liberal do seu pensamento: defesa do habeas corpus, da liberdade e da igualdade dos indivíduos perante a lei, liberdade de imprensa e liberdade política, além da garantia da separação dos poderes e de um judiciário independente. Essas defesas de instituições basicamente liberais levam o autor a ser muitas vezes chamado de *liberal nacional conservador* (FERNANDES, 2010).

O intelectual fluminense Oliveira Vianna (1883-1951) é outro representante do pensamento conservador que se concentra na ação dirigente do Estado como organizador da sociedade ao criticar o liberalismo da Primeira República. Para ele, é incorreto reproduzir aqui o parlamentarismo inglês ou o federalismo americano. Segundo ele, os liberais brasileiros:

Jamais perceberam que as instituições políticas engendradas por essa história de quatro séculos nos fazem distintos dos europeus e anglo-saxões. E que, por mais bem-intencionadas que sejam, todas as tentativas de transplantar aquelas instituições para um meio que lhes é decididamente hostil, apenas reforçaram nossas características mais negativas - anarquia branca, o domínio das oligarquias, o risco de fragmentação do país. (BRANDÃO, 2007, p. 68).

Era preciso usar um novo método para construir o país, primeiro conhecendo nossos costumes, cultura e formas de sociabilidade e lutar para dar consciência a essa *grande massa ganglionar* que é hoje o povo brasileiro. Em outras palavras, criar uma identidade nacional e integrar a nação a partir de um soberano Estado Centralizado que levasse à frente a missão de construção do Brasil. Oliveira Vianna privilegia em sua análise a peculiaridade da colonização brasileira, baseada nos grandes latifúndios e na dispersão territorial. Essa particularidade conduziu o povo a não criar quaisquer vínculos sociais, vivendo sem qualquer garantia civil ou política, ao ser dominado pelas oligarquias locais. As consequências do domínio rural sobre o urbano são o raquitismo das cidades, o que acabou impedindo o nascimento de uma solidariedade pacífica promotora do bem comum:

[...] é a falta de justiça, a arbitrariedade dos magistrados e a impunidade dos poderosos que impelem a plebe rural a se colocar sob o domínio do senhor. Não havia [...] outra alternativa para o homem simples. (BRANDÃO, 2007, p. 94).

Para Oliveira Vianna, é a vinda da família real portuguesa que quebra essa lógica de predominância do rural sobre o urbano. D. João VI evita o desmembramento do país na época da independência e mantém a hegemonia do Rio de Janeiro sobre as outras províncias. O Imperador Pedro II, por sua vez, garante a alternância de poder entre as oligarquias

conservadoras e liberais e se torna o grande controlador dos clãs rurais. O autor, nesse sentido, faz-se um grande defensor do poder pessoal do Imperador como controlador da vida política brasileira; já o Conselho de Estado e o Senado são interpretados como instituições que selecionam entre a elite rural os indivíduos mais hábeis para auxiliar o Poder Central na luta contra o poder nas oligarquias rurais (BRANDÃO, 2007).

Oliveira Vianna afirma que não há democracia no Brasil em virtude da ausência de instituições que em outros países eram sólidas, como a solidariedade comunal, a autonomia local, o senso de independência e a capacidade de organização das populações das cidades (BRANDÃO, 2007). Essa organização política e social fragmenta o país ao gerar uma sociedade sem laços de solidariedade e refém das elites regionais. O homem comum só teria chance de integrar a modernidade se houvesse Estado forte e centralizado capaz de romper esse ciclo de dominação. Por isso, Oliveira Vianna é um crítico dos liberais brasileiros: transplantar instituições alienígenas era uma grande ilusão, pois o aparato institucional pesado e lento do Estado era um instrumento para os interesses particularistas das “curriolas e sumidades de aldeia”. Se, nos Estados Unidos, um Estado forte ameaçaria os direitos civis, no Brasil, a centralização do poder no Estado era a única garantia de concretização dos direitos civis.

Mas como efetuar o processo de reconstrução nacional? A resposta encontra-se em retomar a obra centralizadora dos conservadores do império:

Dar prioridade à construção da ordem sobre a liberdade, dar autonomia à Justiça, organizar o povo e educá-lo, construir uma sociedade civil por meio da ação racional de um novo Estado Centralizado. Paradoxalmente, valia aqui, contra os liberais e contra a liberdade política, a boa ordem europeia: só depois de conquistada a liberdade civil é que deveríamos nos lançar à construção da política. (BRANDÃO, 2007, p. 101).

A justificativa para a predominância dos direitos civis sobre outros direitos se dá em virtude da falta de organicidade da sociedade nacional, que sucumbiu sem uma máquina pública forte capaz de subordinar os interesses privados aos interesses gerais. O autoritarismo do Estado como criador de uma nova ordem social era puramente instrumental: apenas deveria ser usado durante um tempo determinado da história para arrumar uma sociedade desorganizada, porém, logo que ela conquistasse a solidariedade, o autoritarismo centralizador deveria dar lugar à democracia.

O autoritarismo instrumental difere-se de outra vertente política do período, o chamado autoritarismo estrutural ou orgânico, cuja característica básica é a diminuição do consenso político, colocando a autoridade sob o mando de uma pessoa ou órgão, em detrimento das

instituições representativas (BOBBIO, 1992). Para essa vertente, a preservação satisfatória do social se daria mediante um pacto autoritário onde a sociedade, por não conseguir se autogovernar, concedia sua soberania a um líder autocrático²³.

Em linhas gerais, o realismo autoritário de Vianna estabelece uma dicotomia entre os idealistas utópicos e os idealistas orgânicos. Os primeiros não levariam em conta a experiência concreta da vida social, se apegando a fórmulas e teorias estrangeiras que nada teriam a ver com a experiência social brasileira; estes seriam identificados com os liberais brasileiros da Primeira República. Os segundos, por sua vez, estariam calcados na observação realista da civilização nacional e mais aptos a reformar a condição amorfa da sociedade e fundar um novo contrato baseado em um Estado Forte — capaz de tutelar e agregar uma comunidade em estágio ganglionar (HOLLANDA; COSER, 2016).

A característica principal dos idealistas orgânicos estaria na atenção para a evolução orgânica da sociedade e a capacidade de prever um cenário futuro dessa evolução. Tal característica diz respeito à observação realística do panorama nacional e ao diagnóstico plausível do vir a ser brasileiro:

A sintonia com a “evolução futura” exibe um sentido teleológico da história, fixado no ideal de modernidade, que fornece o conteúdo para a ação. Para alcançar a condição moderna, o programa político dos idealistas orgânicos – entre os quais se inclui o próprio Oliveira Vianna – inclui a centralização administrativa, a primazia dos direitos civis sobre os políticos, a solidariedade social, a precedência do interesse nacional sobre os interesses particulares e do Poder Executivo sobre o Legislativo. Ao escrutinar a história política nacional, Vianna identifica apenas duas gerações de políticos comprometidos com ideias orgânicas ou plausíveis: “o pequeníssimo núcleo” que efetuou a reação conservadora no Império e os autores da Carta Constitucional de 1937. (HOLLANDA; COSER, 2016, p. 910).

Na perspectiva conservadora e autoritária de Vianna, a modernidade no Brasil só seria possível através de uma via estatista e ditatorial, com o fortalecimento do executivo sobre o parlamento, ênfase na unidade nacional, na centralização do aparato administrativo e na primazia dos direitos civis sobre os políticos. Exatamente o oposto defendido pelos liberais, como Rui Barbosa e Teófilo Otoni, diretamente inspirados no modelo norte-americano: descentralização administrativa, direitos individuais, fortalecimento dos partidos políticos, expansão dos direitos políticos e maior protagonismo do legislativo. Segundo Vianna, esse

23 Thomas Hobbes, em sua defesa do absolutismo monárquico, foi sem dúvida um dos primeiros a conceder o argumento filosófico para a formação do pensamento autoritário.

programa de matiz liberal-democrático acarretaria no predomínio das oligarquias, conflitos entre grupos de elites e desorganização da solidariedade social²⁴.

Outro representante do autoritarismo no Brasil ainda na primeira metade do século XX foi o escritor carioca Azevedo Amaral (1881-1942), defensor da militarização do Estado, onde o exército funcionasse como fator de consolidação da ideologia de segurança nacional (MENDONÇA, 2010). A sociedade deveria ser indivisa, homogênea e controlada: uma identificação entre público, privado, Estado, Igreja e Sociedade. As mudanças sociais deveriam ser guiadas de cima para baixo, pelo Estado forte e centralizado capaz de direcionar a dinâmica social para que a tradição não desemboque em desordem. Não se pode confundir o autoritarismo estrutural de Azevedo Amaral com o pensamento conservador, ou mesmo com o autoritarismo instrumental e conservador de Oliveira Vianna. O autoritarismo estrutural tem sua própria dinâmica e não é apegado à tradição, como faz o conservadorismo, mas defende a modernização e homogeneização da sociedade guiada por um Estado centralizado e ditatorial:

[...] não se pode perder de vista que o seu discurso “funciona” muito mais como “técnica” de exclusão à participação nos exercícios de poder. Inse- se, portanto, em uma racionalidade organizadora dos processos de monopolização do Estado no qual se produzem variadas espécies de consenso que, inclusive, justificam afirmações do tipo “democracia de força”. (MENDONÇA, 2010, p. 91).

O século XX era visto pelo autor como um período conturbado de guerras, revoluções e contrarrevoluções, um período de “revolucionismo”, distinto do que tinha sido o século XIX, caracterizado pelo evolucionismo. O século XX era momento de crise da política e da economia liberal, na medida em que a democracia teria arrastado o mundo a uma situação de anarquia e caos. Azevedo Amaral desprezava o parlamento e valorizava métodos de ação direta conduzidos por um executivo forte. Afirmava a necessidade de modernização para que os países mais atrasados alcançassem os mais adiantados. Portanto, era preciso reorganizar todas as atividades da nação em direção a um novo programa de modernização (MENDONÇA, 2010).

Para Azevedo Amaral, a ditadura era aposta válida na defesa da ordem nacional ameaçada pelos vícios do liberalismo e do socialismo. O estado ditatorial, a meio caminho do

24 Werneck Vianna (1991), ao estudar os nexos do pensamento social e político brasileiro, demonstra que houve duas vertentes no nosso debate político, sendo elas o americanismo e o iberizo. O primeiro se caracteriza pela defesa de um modelo liberal de sociedade, livre mercado, educação técnica orientada para a produção, crítica ao suposto esmagamento do estado sobre a sociedade que colocaria limites ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil; Tavares Bastos seria a primeira expressão dessa vertente. O segundo, o iberismo, é caracterizado pelo pensamento autoritário e estatista. Oliveira Vianna foi um dos principais representantes e, segundo essa concepção, o Brasil não teria povo, seria preciso que um Estado forte e centralizado realizasse a obra de construção nacional.

liberal e do totalitário, era a resposta, pois só a ditadura era capaz de impor vigilância policial sobre a sociedade. Em outras palavras, a ordem deveria se sobressair sobre a liberdade: para Azevedo Amaral esse era o modelo ideal de Estado Moderno. O Estado deveria ser apolítico e neutro:

No curso que teremos que seguir para aumentar a eficiência do Estado, como instrumento solucionador dos problemas concretos que nos defrontam com vários ramos da atividade administrativa, teremos provavelmente de reforçar ainda certos aspectos da autoridade executiva e sobretudo de preparar os meios de afastar a influência perturbadora de agitações políticas. (AZEVEDO AMARAL, 1930, p. 244).

Autoritarismo e intervencionismo eram as formas encontradas para corrigir tecnicamente os problemas das populações advindos das oligarquias que haviam se apoderado do Estado Liberal (MENDONÇA, 2010). Assim, o autoritarismo também seria democrático, mas em novo sentido, sem a demagogia ou a anarquia das sociedades liberais. Esse autoritarismo deveria estar ancorado na força carismática e política do Líder, onde seria depositada a liberdade e os destinos da nação. A liberdade seria colhida através dos frutos benéficos do exercício da autoridade, pois o poder emana de quem governa e não de quem é governado²⁵. O governado deposita a sua confiança na força dirigente das elites e na autoridade do presidente como fator moderador das paixões humanas e capaz de orientar o processo de mudança societária, fazendo com que a reconstrução do país ocorra sem perda do laço com as tradições nacionais. Dessa forma, estavam postos na mesa os principais pilares da sua proposta política: ordem, hierarquia e autoridade. A verdadeira democracia era obediência à autoridade suprema.

A política era colocada não como lugar de debate de ideias e ideologias que espelhavam projetos de poder e visões de mundo de diferentes grupos sociais, mas lugar do determinismo técnico. Todos os conflitos sociais poderiam ser resolvidos pela vontade tecnocrática e neutra da máquina pública. A chave para resolver os problemas nacionais passava por amplo programa de industrialização e pela valorização de uma educação técnica:

A questão imediata que se apresenta hoje no país, reclamando pronta solução, é a do desenvolvimento intensivo das nossas atividades produtoras e a coordenação destas, de modo que possamos passar antes a um nível econômico superior. E os problemas que se inserem na ordem espiritual, o aperfeiçoamento educacional, cultura e social das massas e o próprio saneamento das nossas populações. (AZEVEDO AMARAL, 1981, p. 223).

25 Aqui, a afinidade com a visão de poder indiviso de Thomas Hobbes é explícita.

Assim, Azevedo Amaral delegou ao Estado a tarefa de anular os conflitos de classe. Imaginava também que a liberdade de expressão não deveria ser dada a todos os grupos sociais, pois considerava ingênuas as a tentativa de ligar educação com democracia, emancipação, liberdade e igualdade; a educação deveria estar subordinada à necessidade técnica propiciada pela industrialização e pela ideologia de segurança nacional.; Em outras palavras, tecnicismo e militarismo (MENDONÇA, 2010).

A crise de 1929 no Brasil, segundo Azevedo Amaral, estaria fazendo com que o país vivenciasse uma crise orgânica e, desse modo, era preciso restabelecer o equilíbrio para que ele pudesse percorrer o caminho do progresso (MENDES, 1995). Amaral seguiria a perspectiva evolucionista, onde o país vai passando de esquemas sociais mais simples para os mais complexos. Enfatiza na sua linha de pensamento o caráter voluntarista do líder capaz de direcionar o progresso do país. Esse seria o estadista, cuja função seria elevar o Estado à condição da Razão, unificando-o à Nação, sendo desnecessária a representação liberal democrática. A aspiração ao Estado Autoritário seria um dos desejos das massas e cabia ao presidente torná-la real. Portanto, abandonar o Estado Liberal, predominante durante a Primeira República, organizando um Estado com capacidade de regulação e intervenção era a única forma de fazer o país atingir seu destino histórico.

O pensamento autoritário busca dar sentido à modernização brasileira que estaria inscrita tanto no ato da independência quanto na formação da República, mas que fora interrompida em sua trajetória política. Dessa forma, o sentimento que toma conta do autoritário é um sentimento de fracasso e de trajetória incompleta (MENDES, 1995). Esse diagnóstico refere-se a uma sociedade incapaz do exercício da democracia e de uma Nação tomada como um projeto inacabado. Predomina a crítica ao liberalismo e ao seu modelo político, corporificado no Brasil da Primeira República. A crise de hegemonia criada em 1929 comprovou, para o pensamento político autoritário, a necessidade de uma ação do Estado para organizar e civilizar a partir de cima. O que seria legítimo para sua ação transformadora é a Nação e o que ela tem de único e incompleto. Azevedo Amaral recusa os valores de mercado, interesse privado e indivíduo. Em oposição, afirma os valores da comunidade autêntica, avessa ao pensamento burguês e a outras ideias estrangeiras como o federalismo. Também repudia a Carta Constitucional de 1891, responsável por ter levado o país ao caos.

O pensamento autoritário é uma forma de estratégia de desenvolvimento calcada na industrialização intensiva e extensiva, protagonizada pelo poder público. Essa via de

modernização liderada pelo Estado vai definir profundamente o ingresso do Brasil na Era Industrial. Os temas presentes nesse estilo de pensamento vão ter relevância política durante mais de cinquenta anos e vão reverberar no Golpe Civil e Militar de 1964 (MENDES, 1995).

A decadência do liberalismo no final da década de 1920 dava o ensejo para o surgimento de ideias políticas autoritárias, cujo epicentro estava na valorização do Estado como dimensão organizativa da sociedade. Os intelectuais defensores do autoritarismo instrumental ou permanente se concentravam na construção de um Estado corporativo, militarizado e ditatorial capaz de direcionar a industrialização por intermédio de um extenso planejamento e intervencionismo político sobre o mundo social:

[...] este enaltecimento da ação civilizadora do Estado ganhou novo significado: a dimensão de crítica ao modelo liberal de Estado. Ainda no decorrer da chamada República Velha, as teses do pensamento autoritário condenavam explicitamente o liberalismo político e propunham um projeto alternativo de organização social. A contestação do status quo se fundamentava na constatação de que os princípios liberais tinham sua efetivação estorvada pela força das práticas oligárquicas. Os intelectuais do pensamento autoritário também acreditavam que eles poderiam orientar as elites e a Nação no contexto da crise do liberalismo desencadeada em 1929. A nova ordem interna que apregoavam seria firmada sob o signo de um Estado forte. (SILVA LOBATO, 2009, p. 637).

Marcos Pansardi (2009) analisando alguns dos mais representativos autores conservadores e reacionários, demonstra que, na primeira parte do século XX, esse pensamento misturava-se com traços tradicionalistas, monarquistas e autoritários. O caso típico é o de Amoroso Lima, para quem a crise que se instaurou no Brasil a partir de 1930 era basicamente uma crise de autoridade, onde a sociedade tinha substituído a religião pelo secularismo e pelo comunismo ateu. A Constituição de 1891, de matriz liberal e positivista, seria a raiz dos nossos problemas. Isso gerou um colapso da ordem, pois derrubou uma monarquia que era baseada no direito divino e a substituiu por um regime sem espiritualidade, ou seja, o presidencialismo liberal. A República foi dominada por uma oligarquia que tinha sede de poder econômico e separou o governo do povo, resultando em toda sorte de desmandos sobre a população. As revoluções seriam decorrentes da luta contra a autoridade e fruto do iluminismo, portanto, são antirreligiosas, pois o homem brinca com deus tentando criar uma sociedade à sua semelhança em nome da liberdade, esquecendo que toda autoridade tem uma origem extraterrena.

Pansardi (2009) também cita o caso de Afonso Arinos de Mello Franco, para quem a crise que redundou no regime pós 1930 poderia ter sido resolvida dentro do esquema político da Primeira República. Ele não acreditava que a raiz dos problemas nacionais estava na

industrialização e no surgimento de novas classes sociais, mas em uma crise de valores e ideias. As ideias fundamentais da ordem social são os valores de ordem e hierarquia que foram solapados com a ruína do Império, cujo regime conseguia combinar dimensão da ordem com a dimensão da liberdade. Aponta que a desordem e o espírito revolucionário tomaram conta do regime de 1891. Franco também assinala para uma falta de consciência crítica das nossas massas, tornando-as presa fácil para aqueles que detêm a força das ideias.

Já para Octávio Farias, outro conservador da Primeira República, a ascensão das massas, que foi o problema posto pela modernidade, acabou por colocar o povo acima de todas as coisas, o que resultou em caos e barbárie. Era preciso criar um novo regime que controlasse as massas e as colocasse em equilíbrio com a burguesia. Acreditava que o remédio para corrigir esse caos seria uma reforma moral da elite, programas governamentais que dessem bem-estar ao povo e um Estado forte o suficiente para controlá-lo (PANSARDI, 2009).

A luta pela reconstrução da autoridade, o apelo à hierarquia e ao nacionalismo seriam a tônica de autores conservadores que desembocariam no surgimento do integralismo. Pansardi (2009) demonstra que o integralismo não procurava recompor as elites decadentes, mas criar uma nova ordem social onde as massas seriam integradas ordeiramente a partir de um Estado forte e nacionalista capaz de fomentar o equilíbrio e a ordem. Nesse sentido, ele se apresentava como uma terceira via diante do comunismo e do liberalismo. Era um movimento nascido da insatisfação com a política partidária tradicional e com o liberalismo da Primeira República e propunha o realismo político, isto é, conhecer o país real contra as mistificações e instituições alienígenas do liberalismo:

A proposta de mudança, então, combina o antiliberalismo com reforma social, cria um novo Estado, autoritário sem totalitário ou liberal, constrói um regime corporativista sob bases democráticas, incorpora as massas de maneira permanente e geral, promove o desenvolvimento econômico, combatendo o capitalismo e o imperialismo, e por fim consagra o espiritualismo contra o materialismo liberal ou comunista. (PANSARDI, 2009, p. 80).

Outra versão do conservadorismo que está presente no século XX é aquilo que Marcos Paulo dos Reis Quadros (2017) chama de Conservadorismo Coroado. De caráter restauracionista, é um movimento tradicionalista cujo objetivo é a restauração da monarquia brasileira. Surgido logo depois do fim do Império, em 1889, defende que a República é uma forma de governo antinatural, sem qualquer relação com as tradições políticas brasileiras e responsável por todas as nossas mazelas políticas. Segundo o autor, esse movimento teria duas

tendências: uma mais secular e baseada na monarquia parlamentarista e outra de caráter mais religioso e católico baseado no direito divino dos reis²⁶.

Similar ao movimento monárquico, o tradicionalismo católico teve papel importante durante a primeira metade do século XX²⁷, sendo um desdobramento do Legitimismo do século XIX. No século XX, a Revolução Russa trouxe mais uma preocupação para os católicos, segundo Alencar Júnior (2018). A partir de 1920, as ideias comunistas começaram a chegar no Brasil e fizeram a Igreja Católica reaver sua importância dentro da sociedade, afirmando um processo de cristianização frente à modernidade, à laicidade e ao caráter considerado subversivo dessas ideologias. É nesse contexto que surge o intelectual católico Plínio Corrêa de Oliveira, que representou de maneira mais acabada o tradicionalismo católico do período. Teve uma formação monarquista e ultramontana, com claras influências do bispo Dom Vital e do advogado e ativista católico Jackson Figueiredo, além de conservador e contrarrevolucionário.

Moacir Alencar Júnior (2018) postula que estes intelectuais como Plínio Corrêa se encaixam em uma vertente bonaldiana²⁸. Defendem a ordem, posicionam-se contra todas as formas de revolução por serem supostamente desagregadoras da vida em sociedade, sustentam uma suposta tradição brasileira com medidas de valorização em relação à família, à defesa do corporativismo, à luta contra o comunismo e à defesa da recristianização do Brasil, ameaçado pelo laicismo e pelo individualismo.

Plínio de Oliveira achava que o Estado não deveria desprezar a religião, pois a fé tinha um lugar central na vida de uma nação:

Se o Estado fechar os olhos ao problema religioso, não poderá ele proporcionar a felicidade à maioria, pois que, enquanto o Estado busca um ideal independente de qualquer solução em matéria religiosa, não pode atingir a felicidade ambicionada pela maioria, felicidade está subordinada, toda ela, a uma concepção religiosa ou irreligiosa qualquer. Logo, o Estado agnóstico, indiferente, como o Brasil de hoje, não se admite cientificamente. Admite-se, isto sim, o Estado protestante, judeu ou ateu, tanto quanto o católico. O que não se compreende é o Estado indiferente. (OLIVEIRA, 1930).

A união entre Igreja e Estado seria fundamental para a manutenção da moralidade pública. Também seria importante para os Católicos, segundo Oliveira, que o Estado, por meio

26 A vertente reacionária e ultra católica, defensora do Direito divino dos Reis, está representada nos descendentes da família real brasileira do ramo de Vassouras. A vertente defensora de um modelo democrático liberal é o ramo de Petrópolis.

27 Embora não sejam iguais, o monarquismo e o tradicionalismo têm vários pontos em comum, como a defesa de uma ordem social baseada na tradição e nos costumes, em oposição à racionalidade da república. Muitos monarquistas são tradicionalistas e vice-versa, embora não todos.

28 Visconde Luís de Bonald (1754-1840), intelectual antirrevolucionário e anti-individualista.

de uma ditadura transitória, preparasse a nação para uma ordem estável, disciplinando a produção intelectual brasileira e preparando terreno para a criação de um legítimo pensamento nacional. Plínio Corrêa de Oliveira se integrou na linha de pensamento tradicionalista que se propunha a defender os chamados valores tradicionais, criticar o liberalismo, o laicismo, o comunismo, lutar pelo renascimento religioso no Brasil e pela pureza da ortodoxia católica (ALENCAR JÚNIOR, 2018).

Bernardo Ricupero (2010) demonstra como o pensamento conservador latino-americano e brasileiro, em particular, teve grandes dificuldades para se adaptar à nova realidade criada pelas Revoluções Atlânticas. Essa vertente de pensamento é reativa às mudanças sociais bruscas, às revoluções políticas do mundo moderno e defensor das tradições e costumes vindos do passado. Ele se coloca como crítico de processos como a industrialização, que é considerada uma das culpadas pela perda de laços sociais que unem os homens. Então se cria um impasse: como esse estilo de pensamento pôde florescer em um contexto onde o passado, a dominação colonial, era algo para ser superado?

A mudança intelectual feita pelos conservadores foi enxergar a emancipação política não como uma revolução ou ruptura, mas como uma evolução natural da história feita pelos povos em direção à civilização. Em contexto brasileiro isso se torna mais candente, pois o processo de emancipação política foi resultado de um amplo movimento conciliatório cujo resultado foi a coroação de um príncipe português como soberano. Não por acaso, isso levou o historiador Paulo Mercadante (1980) a mostrar como o processo de emancipação nacional foi resultado da conciliação entre os valores progressistas de autonomia dos povos e os valores conservadores da Restauração, com sua defesa da ordem e da tradição.

Ricupero aprofunda-se na discussão ao afirmar que nosso passado rural criou uma ambiguidade entre os principais nomes do pensamento político. Se em Oliveira Vianna há o elogio da grande propriedade rural como fator de adaptabilidade do colono ao novo território, esse elogio acaba quando essa mesma ruralidade se torna um obstáculo ao processo de unificação nacional. Ambiguidade não existe em Freyre, pois ele procura provar a positividade do nosso passado rural e das relações patriarcais e pré-capitalistas; o passado brasileiro teria criado uma sociedade alternativa à burguesa, de cunho superior, pois ela seria consequência da adaptação dos homens aos trópicos e não de uma maré universalizante da modernidade.

Para se adaptar ao solo brasileiro, o conservadorismo teve que realizar uma releitura do período colonial e do processo de independência, bem com valorizar a ação do Estado como protagonista na construção de uma sociedade inarticulada e ainda por se construir. Prevalece a

Ordem sobre a Liberdade, sendo esta controlada por dispositivos institucionais, um Estado forte para manter paz social e a defesa dos costumes e das tradições brasileiras. Prevalece a dimensão da conciliação quanto à mudança social. Em outras palavras, mudança lenta e gradual. Sendo uma ideologia política essencialmente modernizadora, em virtude da sua missão de construção nacional, teve de lidar com questões como modernidade/tradição, ordem/liberdade, universal/local e costumes/leis.

Depois que estudamos as formas como o conservantismo nacional se adaptou no Brasil nos séculos XIX e XX, podemos abordar as características sociais e políticas da Primeira República, as razões da sua crise que levaram ao Regime de 1930 e, por fim, as contradições da sociedade brasileira que redundaram na ruptura autoritária de 1964, algo imprescindível para entender o momento que a Amazônia estava vivendo na primeira metade do século XX e as preocupações da intelectualidade regional do período.

CONTRADIÇÕES DA MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA NO SÉCULO XX

3.1 A Decadência do liberalismo no Brasil

O século XIX pode ser dividido em três partes. A primeira vai até 1848, com as várias convulsões sociais que assolam as civilizações modernas, as revoluções atlânticas e a expansão do liberalismo por todo o globo, tendo a Inglaterra como seu modelo econômico e a Revolução Francesa de 1789 como base da organização política do Ocidente (HOBSBAWM, 2008). A segunda parte vai de 1848 até 1873 que, conforme escreveu Hobsbawm (2014), foi um período de expansão da economia capitalista. As revoluções sociais tinham sido contidas e o modelo liberal se consolidou em todo o mundo. Nações subdesenvolvidas forneciam produtos primários para as nações da vanguarda do mundo moderno que, por sua vez, revendiam produtos industrializados para as primeiras; esta parecia ser a única ordem possível. Todos os países sentiam-se em situação favorável dentro deste esquema. A dimensão das vantagens comparativas de Adam Smith alcançava seu auge de prestígio econômico e acadêmico. Era ponto comum em quase todos os observadores, com exceção dos comunistas e socialistas, que o mundo caminhava na trilha de um progresso constante e linear. A terceira etapa vai de 1875 até 1914, onde o liberalismo da época anterior se transformou em Imperialismo — os estados-nação passaram a proteger tanto suas indústrias quanto suas colônias fornecedoras de matérias-primas. O mundo fora dividido em áreas de influência entre as potências europeias:

Essa repartição do mundo [...] foi a expressão espetacular da crescente divisão do planeta entre fortes e fracos, em avançados e atrasados, que já observamos. [...] Entre 1876 e 1915 cerca de um quarto da superfície do globo foi distribuído ou redistribuído, como colônia, entre meia dúzia de estados. A Grã-Bretanha aumentou seus territórios em dez milhões de quilômetros quadrados, a França cerca de nove, a Alemanha conquistou mais dois milhões e meio. A Bélgica e a Itália pouco menos que essa extensão cada uma. Os EUA conquistaram cerca de 250 mil, principalmente da Espanha, e o Japão algo em torno da mesma quantidade as custas da Rússia, China e Coreia. (HOBSBAWM, 2003, p. 93).

O mundo entrava em uma fase radicalmente nova, onde a política e a economia caminhavam juntas. A diplomacia dos canhões e o poder econômico se juntavam de tal forma que criaram uma nova fase no desenvolvimento do capitalismo mundial. Lenin (2012) mostra que o mundo entrava em uma fase onde as áreas mais vulneráveis eram divididas em esferas de

influência entre as grandes potências imperialistas. Uma das suas mais importantes características está no monopólio sobre todas as fontes de matérias-primas do globo terrestre. Assim, a estrutura política e ideológica da época legitimava a dominação colonial. Portanto, a política imperialista é produto da concentração das forças produtivas em um elevado grau de desenvolvimento. Elas tornaram mais acirrada a luta pela conquista das fontes de matérias-primas no mundo.

Desse acirrado processo de concentração de poder econômico e político e do acirramento da concorrência entre as nações por zonas de influência é que surge o século XX. Hobsbawm (1995) demonstra como esse período tem como característica a destruição do passado, ou seja, a destruição do vínculo orgânico que unia as pessoas a um passado comum. Martin Gilbert (2016), por outro lado, mostra como esse século foi tanto de um avançado progresso nas condições de vida de milhões de pessoas como também um período de destruição em dezenas de outras partes do planeta. Para ele, o elevado valor dado à vida pela tradição estava em pleno contraste com a selvageria dos conflitos mundiais. Foi o século do *homem comum*, pois foi ele quem mais sofreu e ao mesmo tempo quem mais procurou perseverar pelos direitos iguais contra o fardo da tirania. Foi também a época em que, segundo o autor de *A História do Século XX*, as tentativas de criar uma nova ordem social baseada na igualdade resultaram em formas de opressão ainda mais brutais e impiedosas do que as de sociedades precedentes²⁹.

Desse conturbado século XX, a luta dos imperialismos alcança seu auge com a Primeira Guerra Mundial; seu desenlace redundava em um período de decadência do liberalismo, ascensão de ideologias autoritárias (fascismo, nazismo e stalinismo), da grande crise de 1929 e da quebra da bolsa de Nova York. Esse cenário de descrença das instituições, de devastação pós-guerra e de estagnação econômica se torna um momento histórico fértil para a adoção de governos autoritários ou totalitários. Um Estado Demiurgo, supostamente neutro, capaz de acabar com a desordem e colocar todos os grupos sociais em seus lugares parecia uma alternativa válida para o mundo naquele período.

A confusão causada pela Grande Depressão pegou os tomadores de decisão de surpresa. Não havia uma solução dentro do esquema liberal para dar fim à crise, cuja consequência foi a queda dos preços agrícolas e um exército infindável de desempregados sem a proteção de políticas de seguridade social. Isso obrigou os Estados nacionais a terem considerações sociais a respeito das consequências de suas políticas, que passaram a desenvolver toda uma rede de

29 O autor refere-se ao nazismo, fascismo e stalinismo.

amparo aos mais pobres, passando a fazer o inverso do que pregava o liberalismo ortodoxo, intervindo na economia por meio de empresas públicas e agências reguladoras³⁰.

A crise e decadência do liberalismo clássico e a expansão de regimes totalitários, aliados à necessidade de desforra das nações derrotadas durante a Primeira Guerra Mundial resultaram na Segunda Grande Guerra. As consequências foram a devastação da Europa e a ascensão de duas super- potências, Estados Unidos e União Soviética, que passarão boa parte do século XX lutando pela hegemonia do Globo.

No contexto nacional, o fim da escravidão será, conforme aponta Sérgio Buarque de Holanda (2008), o fim do predomínio agrário na sociedade brasileira. Um novo sistema estava se formando, em que o centro de gravidade não seria mais a grande propriedade rural, mas as cidades. O desaparecimento dessa sociedade agrária e a emergência de uma nova forma social significam o fim de nossas raízes ibéricas. As cidades que outrora tinham sido apenas o complemento do domínio agrário agora se hipertrofiaram e se colocam como guias econômicos, políticos e sociais do Brasil.

Como aponta Sérgio Buarque, o antigo senhor de engenho sofre uma transformação. Ele se solta da grande propriedade rural para ir morar nas cidades. O engenho de açúcar e o latifúndio de café deixam de ser um lugar autônomo, produzindo todos os itens de que se precisa. A indústria caseira e a produção para subsistência caem progressivamente. As cidades se tornam lugares de distribuição de mantimentos. O domínio agrário, anteriormente funcionando como um baronato, passa a ter uma feição mais industrial e racionalizada. O fazendeiro torna-se um tipo mais citadino do que rural e sua propriedade muito mais meio de vida e lugar de veraneio. Sérgio Buarque, amparado nos romances de José Lins do Rêgo, mostra como a nova situação criada pela abolição forçou os senhores de engenho de açúcar do nordeste a se modernizarem. Os velhos hábitos patriarcais foram desaparecendo e as propriedades foram se industrializando, enquanto os proprietários se converteram em donos de empresas.

A emergência da República, aponta o historiador brasileiro, não criou um patriciado novo, mas apenas uma plutocracia:

Daí o melancólico silêncio a que ficou reduzida a casta de homens que no tempo do império dirigira e animava as instituições, assegurando ao conjunto nacional certa harmonia que nunca mais foi restaurada. Essa situação não é mais efeito do regime monárquico do que da estrutura em que este se assentava e que desapareceu para sempre. A urbanização contínua, progressiva, avassaladora, fenômeno social de que as instituições republicanas deviam representar a forma exterior complementar, destruiu esse esteio rural, que faria

30 O Economista Jhon Maynard Keynes (1886-1946) foi o mais célebre defensor de políticas de Estado para reaquecer a economia. Segundo ele, o problema do desemprego era tanto político quanto econômico.

a força do regime decaído sem lograr substituí-lo, até agora, por nada de novo. (HOLANDA, 2008, p. 176).

Essa urbanização constante vai destruir o domínio rural e em seu lugar emergirão as cidades como lócus na nova sociedade brasileira em fins do século XIX e início do século XX. As formas tradicionais, se ainda existem, passam a ter uma vida sem o esteio que as sustentava. O café será o principal produto durante toda a Primeira República, tendo a borracha amazônica o segundo lugar nas exportações até a eclosão de Primeira Guerra Mundial. Será um período de decadência dos valores e práticas patriarcais, sem que nada seja colocado em seu lugar, conforme relata Mendes (1995). A Carta Constitucional de 1891 não vai alterar as hierarquias sociais, preservando uma sociedade extremamente desigual e pobre. Logo após os governos dos Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, a oligarquia agrária voltará a tomar conta do país, como sempre foi desde 1822. O Brasil permanecia uma imensidão rural, baseada na monocultura, com uma população em estado de abandono, e as cidades, onde vivia essa aristocracia agrária, com ganhos que vinham do comércio exportador.

Na República, a velha ordem patriarcal condicionou a forma do moderno, impondo-lhe limitações que lhe alteraram a específica substância. De um momento privilegiado para a superação do sistema de dominação que havia se estruturado sobre o trabalho escravo, recusou-se para uma situação sob hegemonia do latifúndio, com um jogo político oligárquico e exclusivista, condicionado por imperativos regionalistas [...]. Esta implica num padrão de conciliação entre os que exercem o poder, num esquema que torna a política um negócio de cúpulas, verdadeira transação entre os de cima à revelia do povo. Este aliás, era só um detalhe no liberalismo de fachada que recobria a ideia republicana. (MENDES, 1995, p. 38-39).

A política dos governadores funcionava em um esquema verticalizado, onde havia um acordo entre presidente e governadores, e entre estes e os municípios. O apoio era dado em troca de autonomia local. Assim, forma-se um bloco monolítico onde não há possibilidade de oposição. Em uma sociedade desassistida, esses chefes locais emergem como única fonte de auxílio para os mais necessitados. Nasce o mandonismo, típico de uma sociedade autoritária em que a cidadania é apenas uma teoria (MENDES, 1995).

Vitor Nunes Leal (2012) aponta que o coronelismo se tornou o fenômeno mais típico da Primeira República. Atuando no cenário local, principalmente em municípios do interior e de caráter rural, sua força se deve ao isolamento de pequenas cidades e baixa expressividade de atividades urbanas, como a indústria. Ele surge em um contexto de compromisso entre o poder privado em decadência e a esfera pública. A abolição do regime servil e o aumento do sufrágio

fizeram com que os trabalhadores rurais, agora eleitores, se tornassem dependentes dos grandes proprietários:

A libertação jurídica do trabalho não chegou a modificar profundamente esse arcabouço, dominado, ainda hoje, grosso modo, pela grande propriedade e caracterizado, quanto à composição de classe, pela sujeição de uma gigantesca massa de assalariados, parceiros, posseiros e ínfimos proprietários à pequena minoria de fazendeiros, poderosa em relação aos seus dependentes, embora de posição cada vez mais precária no conjunto da economia nacional. (LEAL, 2012, p. 123).

O Coronelismo, Portanto, o Coronelismo surge com a sobreposição de uma estrutura política sobre uma base completamente inadequada, com uma grande quantidade de pessoas dotadas agora de direitos políticos, mas incapacitadas para exercê-los:

Eis aí a debilidade particular do poder constituído, que o levou a compor-se com o remanescente poder privado dos donos de terras no peculiar compromisso do “coronelismo”. Despejando seus votos nos candidatos governistas nas eleições estaduais e federais, os dirigentes políticos do interior fazem-se credores de especial recompensa, que consiste em ficarem com as mãos livres para consolidarem sua dominação no município. (LEAL, 2013, p. 123).

Vitor Nunes Leal aponta também para a contribuição do regime federativo na produção desse fato social, tendo em vista que a desconcentração de poder permitiu a criação nos Estados de sólidas máquinas eleitorais e do surgimento da política dos governadores:

Essa ascendência dos dirigentes do Estado resulta naturalmente do fortalecimento do poder público, mas tem sido consolidada pelo [...] emprego desse poder para fins de política partidária. A precariedade das garantias da magistratura e do Ministério Público (ou sua ausência) e a livre disponibilidade do aparelho policial sempre desempenharam a esse respeito saliente papel, de manifesta influência no falseamento do voto, e essa prática. (LEAL, 2012, p. 124).

Sem verbas suficientes para implementar suas políticas, esse quadro resulta na submissão do município aos governadores. Não tendo qualquer outra alternativa, a cidade deveria apoiar o grupo político no poder sob o risco deste usar contra aquele a estrutura do Estado para eventuais represarias. No contexto do coronelismo, o poder público era usado para esmagar rivais e beneficiar aliados. Isso não apaga de todo as rivalidades locais, pois havia

também coronéis na oposição, contudo, os oposicionistas estavam muito mais propensos a sofrer a violência de Estado (LEAL, 2012).

A grande crise de 1929 abalou essa organização institucional e social em voga na Primeira República, dando lugar à ruptura autoritária de Getúlio Vargas, que procurava inserir dentro do jogo político os trabalhadores, empresários e as classes médias; atores sociais que foram se tornando cada vez mais maduros conforme a sociedade brasileira saía de um arcabouço rural e se tornava mais urbana. Conforme afirma Odenei de Souza Ribeiro (2015), estava em curso no Brasil uma série de eventos que demonstram as contradições do modelo agro exportador que predominava desde a independência.

De acordo com Florestan Fernandes (FREITAS PINTO, 2008), o desencadeamento do capitalismo competitivo no Brasil está relacionado a vários processos: o mercado interno se forma, o acréscimo de uma sociedade urbana, a emergência do trabalho livre combinado com o ideal de liberdade da utopia liberal, a instituição da República, os efeitos da migração e a modernização do setor agrário são sintomas de uma sociedade em mudança. O imigrante tornou-se um agente de mudança social ao introduzir novos valores éticos e culturais e participar dos movimentos de integração de toda sociedade nacional. São traços que se combinam de maneira peculiar, onde o arcaico e o moderno se cruzam: *modernização do arcaico e arcaização do moderno*.

Ainda segundo o autor, a ordem social competitiva no Brasil não criou transformações capazes de desvanecer a ordem antiga e suas estruturas arcaicas para criar um dinamismo social de fato democrático, com um sistema capitalista autônomo em bases nacionais. Sem um sistema aberto, a ordem social, em vez de funcionar de forma competitiva, limita-se apenas para a pequena parcela da população que detém o monopólio do poder, do status e da riqueza. Embora essa ordem propicie um forte dinamismo, a forma como este se processa é pelo topo, sem redefinir as relações entre as classes e grupos sociais, fortalecendo o uso autocrático e conservador do poder. A ordem social competitiva se esvazia de seu conteúdo histórico, tornando-se rígida e satisfazendo apenas as expectativas dos detentores da ordem. Correções democráticas que fossem capazes de romper esse controle pelo alto da ordem social só seriam possíveis de ocorrer se a ordem fosse libertada da tutela da autocracia conservadora por meio de pressões anticonformistas, denominadas por Florestan de revolução dentro da ordem, ou por uma rebelião das massas, chamada por ele de revolução contra a ordem. (FERNANDES, 2008).

O ritmo e a dinâmica da mudança social no Brasil, aponta ainda Florestan Fernandes (2008), dá-se a partir de uma dialética de múltiplas causas. As transições históricas não

operavam a ponto de gerar uma dinamização forte o suficiente para romper com os traços arcaicos. A modernidade no Brasil não encontraria base social e política para desenvolver a pluralidade social e os fluxos de desençaixe. De um lado, o patrimonialismo e o personalismo da ordem estamental cuidavam para preservar as estruturas herdadas do mundo colonial. No plano externo, as mudanças do capitalismo mundial forçavam a sociedade nacional a diferenciar cada vez mais sua divisão social do trabalho e adotar formas políticas e de relações de produção cada vez mais racionais e plurais.

Do ponto de vista da formação política do regime democrático brasileiro, Florestan Fernandes (2008) demonstra uma tendência do país em assimilar modelos políticos produzidos no centro do mundo capitalista, como Estados Unidos e Europa. Tidas como inevitáveis diante da condição colonial da formação nacional, essas instituições trazidas de fora tendem a se adaptar ao contexto nacional e acabam por apreender funções profundamente diferentes daquelas onde tinham sido originalmente formadas.

Vera Alves Cepêda (2010) demonstra como a escolha do modelo de substituição de importações a partir de 1930 foi resultado de ferrenha disputa ideológica entre aqueles que defendiam a vocação agrária e entre aqueles que defendiam o industrialismo. A justificativa da primeira tem ligação com a defesa do liberalismo clássico, com influências da teoria de Smith e Ricardo, na divisão internacional do trabalho e na teoria das vantagens comparativas propiciadas pelo comércio internacional. O liberalismo está baseado na economia como fundadora do social, ou seja, na capacidade do mercado em criar e distribuir riqueza, bem como em conceder equilíbrio à sociedade. Dentro do debate da primeira metade do século XX, a aceitação dessa concepção vinda da economia clássica tornara hegemônica a tese de que o Brasil deveria explorar sua vocação agrária, como exportador de matérias primas para o mercado internacional. Nessa perspectiva, o incentivo à industrialização tornava-se desnecessário.

O segundo modelo, de verniz industrializante, tem com marco a criação da CIESP em 1928. O que dava sustentação a esse movimento era seu alinhamento à expansão da indústria nacional, a grave crise econômica de 1929 que fragilizou a economia do café e o crescimento na mentalidade média de que a resolução dos graves problemas sociais que se avolumavam não poderia ser resolvida pelo aparato econômico e político vigente. Conforme sinaliza Cepêda,

essa nova agenda colocava em pauta o fim da herança colonial e a instalação de outra forma de sociabilidade mais moderna, baseada na indústria³¹.

A legitimidade do novo paradigma de cunho industrializante era posta a partir da visão de que o uso do Estado era justificado em nome de um bem maior. Em outras palavras, a máquina estatal passava a ter uma função tanto política quanto social. O café, na perspectiva dos favoráveis à indústria, era incapaz de resolver nossos problemas. A divisão internacional do trabalho, longe de criar riquezas, estabelecia assimetrias que eram sentidas em solo nacional. Portanto, era preciso usar a energia do Estado para corrigir as distorções nacionais e incentivar atividades mais dinâmicas para prover a prosperidade brasileira. Na disputa entre grupos ideologicamente alinhados ao agrarismo e à indústria, os últimos acabaram vencendo (CEPÊDA, 2010).

Em 1922 ocorre a Revolta do Forte de Copacabana, marco do Tenentismo, movimento militar cujo objetivo era mudar a política oligárquica do país. Nesse mesmo ano é fundado o Centro Dom Vital, que congrega nacionalistas reacionários. Surge o Partido Comunista a partir de socialistas e anarquistas vindos da Europa. Ocorre a Semana de Arte Moderna, que aponta novas formas de expressão da peculiaridade da vida nacional. Todos esses acontecimentos traduzem o surgimento de novos grupos e atores sociais que buscavam diversificar a base econômica brasileira para além da exportação do café, reivindicar melhores condições de trabalho e novas formas estéticas.

As classes sociais emergentes na cena urbana viam o modelo econômico primário-exportador e o arranjo político institucional de caráter oligárquico como obstáculos para o processo de modernização do país. Os anseios políticos e sociais da classe operária, da classe média e da burguesia em formação corroeram as bases da organização política dominada pelos grandes produtores de café do Sudeste do país. O modelo agroexportador e sua organização institucional oligárquica impediam a superação das distâncias econômicas, políticas e culturais entre as regiões do país (...) O impacto desses acontecimentos históricos nas importações e exportações nacionais criou um ambiente interno favorável à expansão industrial, lançando as bases do modelo de substituição de importação. (RIBEIRO, 2015, p. 158).

31 O desenvolvimentismo surgiu como um projeto de economia política em oposição ao liberalismo da Primeira República. Caracteriza-se pelo incentivo da ação estatal na acumulação privada e na industrialização com diferentes graus de participação do Estado na economia. A corrente chamada de “não nacionalista” era favorável à ação estatal, mas optava por soluções privadas, caso houvesse disputa pelas inversões estatais e preferia políticas de estabilização monetária. A linha nacionalista, por sua vez, defendia investimentos estatais em setores estratégicos como energia, mineração e transporte. Se opunha a políticas de estabilização monetária por medo de recessão (BIELSCHOWSKY, 1988).

Diante da crise do modelo oligárquico, há uma transição das estruturas de poder, onde os grupos dominantes se ajustam aos novos atores em ascensão, aos trabalhadores, à classe média e aos empresários urbanos. A relação entre Estado e Sociedade se modifica. Isso sinaliza para a criação de um Estado realmente burguês, comprometido com o capitalismo industrial, o equilíbrio entre os atores em cena e um sistema com instituições que deem ensejo à nova etapa do capitalismo nacional e internacional.

Getúlio Vargas procurou neutralizar, ou minimizar, os conflitos de classe existentes e criou uma série de instituições para isso, como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para atender aos anseios dos trabalhadores, o Conselho Nacional e Departamento Nacional do Café, para dar voz à oligarquia agrícola, o Instituto do Açúcar e Alcool, para atender aos produtores do nordeste. Todos estes órgãos, entre outros, tinham como finalidade criar um equilíbrio social e dar apoio às transformações sociais dentro do novo contexto nacional e global. O Estado passava a ser o ator principal dentro da nova dinâmica, planejando, administrando e resolvendo os conflitos de classes e impedindo que outros surgissem (RIBEIRO, 2015).

Entretanto, é importante afirmar que, conforme destaca Ribeiro, embora os aliados de Vargas vissem o Estado como ator neutro capaz de organizar e dinamizar a sociedade, estava ativo o controle autoritário do Estado sobre os atores sociais. A solução autoritária para a crise se torna evidente a partir de 1937, com o Estado Novo. Isso se dá pela incapacidade tanto dos trabalhadores, industriais, profissionais liberais e grandes produtores agrícolas em criar uma solução autônoma para o período de anomia.

O novo arranjo institucional destruiu o modelo federalista que predominava desde 1890. As prerrogativas dos Estados foram esvaziadas e o Poder Central ganhou primazia. Tratava-se de organizar e homogeneizar o território nacional, acabando com o suposto insolidarismo apontado pelos apoiadores de Vargas, como Oliveira Vianna e Azevedo Amaral. Tudo isso era apoiado por grandes grupos econômicos que viam seus interesses sendo satisfeitos pela ação estatal. Tratava-se, conforme destaca Eli Diniz (1983), citada por Ribeiro (2015), de uma mudança na relação entre Estado e sociedade que tinha duas perspectivas. A primeira tem a ver com o combate ao liberalismo e ao privatismo, visto por muitos dos seus apoiadores como uma ideologia alienígena que nada se encaixava na realidade nacional:

De um lado, porque possibilitava a integração das diferentes classes sociais e grupos sociais no sistema político, mediante um mecanismo de participação controlada sob direção do Estado, que preservaria, assim, liberdade de ação suficiente para agir como árbitro dos conflitos em nome dos interesses gerais na nação. De outro lado, porque o fortalecimento do poder de Estado agiria

como poderoso instrumento de subordinação dos interesses restritos, regionais e locais, ao interesse maior da coletividade, representado pelo governo central. A partir desta perspectiva, a supremacia do interesse público sobre o interesse privado se reduziria em parte a uma questão de eliminação do excesso de federalismo da Constituição de 1891 que conferia ampla autonomia aos estados. (DINIZ, 1983, p. 80).

Outra perspectiva relaciona-se com as bases sociais do poder político que são remodeladas pela emergência de novos grupos sociais. As tensões causadas pela crise econômica, pela incapacidade do modelo federativo oligárquico em atender as demandas dos grupos nascidos pela dinamização do capitalismo nacional, junto com a incapacidade destes em firmarem uma aliança para conquistar o poder político e/ou para pressionar o sistema por mudanças acabaram redundando na solução autoritária de Vargas e no Estado Novo em 1937 (RIBEIRO, 2015).

A representação dos interesses sociais mudou de forma e os órgãos técnicos criados pelo Estado assumiram o papel de coordenar os interesses dos vários grupos. Também houve uma aliança entre a burocracia civil e militar, bem como de setores industriais e oligárquicos das várias regiões, cujo objetivo era implementar uma industrialização massiva, intensa e extensa e finalmente sair do antigo modelo agroexportador — por meio da coerção o Estado Novo conseguiu criar um equilíbrio e paz social necessários ao desenvolvimento do industrialismo.

A coroação do Estado Novo em 1937 representa, nas palavras de Mendes (1995), a síntese de discrepâncias que há muito afligia a sociedade brasileira, uma comunidade onde havia a aspiração pelo novo, mas carregava ainda fortes traços da escravidão e do arcaico, que procurava se modernizar, organizar e incorporar os novos grupos sociais no jogo político — que não foi possível no esquema oligárquico da Primeira República. O pensamento político, que procurou enfrentar a questão do atraso nacional, se junta a um vergalhão de mudança criado pela dinâmica da ordem moderna e que não pode mais ser parado pelo velho sistema oligárquico e rural — o resultado é um discurso autoritário e nacionalista que trará várias consequências para o Brasil.

Ainda segundo Mendes (1995), o Brasil acompanhou o mundo, tanto nos fluxos e influxos das contradições materiais quanto no plano das ideias, recebendo correntes ideológicas revolucionárias e reacionárias que passam a deplorar o liberalismo em decadência naquele momento. O autoritarismo do Estado foi a expressão de uma sociedade atrasada, refém de um esquema produtivo, de matriz agroexportadora, que vinha desde a colônia e de um estrato burguês incapaz de realizar por si só e de forma autônoma a modernização/industrialização.

Assim, ocorreu revolução burguesa sem a burguesia e o novo nasceu incorporando partes significativas do passado; o velho e novo se combinaram. A modernização econômica ocorreu sem modernização política, em moldes autoritários, onde se concede legitimidade a algumas demandas e pautas apenas para exauri-las e controlá-las dentro do horizonte do modelo autocrático.

O arcabouço político liberal da época não conseguiu contornar as crises do capitalismo de 1929 e nem integrar de forma satisfatória os novos grupos sociais que ganhavam força com a urbanização. A ruptura de 1930 e a evolução para um Estado autoritário a partir de 1937 incorporaram estes atores sociais de forma controlada ao Estado, ao mesmo tempo em que implementavam a política de industrialização a partir da substituição de importações.

No próximo item, vamos analisar a decadência da democracia de 1946 e as contradições que redundaram nos acontecimentos de 1964.

3.2 Ruptura autoritária e Modernização Conservadora.

O fim da Segunda Guerra Mundial ocasionou a decadência dos regimes fascistas e nazistas. No Brasil, a ditadura Vargas entra em decadência e o país inicia um breve período de democracia. A República de 1946 expressou o processo de mudança e industrialização do período anterior. O modelo autoritário foi sendo substituído por um modelo onde as massas passam a fazer parte do jogo democrático, embora os analfabetos continuassem excluídos do sufrágio. A partir daqui, a sociedade já está mais complexa, onde os trabalhadores procuram demandar cada vez mais políticas de bem-estar. Dentro desse contexto de eventos, o que vai dar a tônica é a conciliação de interesses em nome do nacionalismo (MENDES, 1995).

Entretanto, esse período democrático não foi capaz de suportar as disputas entre setores progressistas e conservadores, nem de lidar com a luta por influência entre capitalismo e socialismo que ocorria no mundo. O grupo formado pela alta burocracia militar e civil, setores da Igreja Católica, burguesia industrial, grandes latifundiários e parte expressiva do setor de comunicações deram um Golpe de Estado em 1964, direcionando o rumo do Brasil a um modelo de capitalismo associado aos Estados Unidos, cujo substrato era de caráter centralizador, autoritário e modernizante.

A transição para o capital monopolista, que vai predominar a partir do regime de 1964, baseado nas grandes corporações privadas, estatais e mistas, deve ser compreendida como a

solidificação da sociedade urbana e industrial, na perspectiva de Florestan Fernandes. Esse processo ganha força a partir de 1950 e se consolida em 1964. É um processo que se inicia no governo de Juscelino Kubitschek e alcança o auge com a modernização autoritária e conservadora do regime militar, onde os grandes projetos econômicos tomam conta de todo o país (FREITAS PINTO, 2008).

A modernização do setor agrário relaciona-se com o processo de dilatação do mercado interno. Contudo, não significa a anulação de formas pré-capitalistas ou pré-modernas. O arcaico se articula em novas bases com o setor industrial e urbano, permanecendo a combinação do desigual no processo de modernização. Florestan Fernandes (FREITAS PINTO, 2008) sugere o termo *capitalismo dependente* para classificar a dinamização capitalista em sociedades periféricas como a brasileira. Esse período é caracterizado pela coordenação de instituições transnacionais que regulam o papel dos países tanto centrais como periféricos nas relações internacionais, pela busca de grandes fontes de matérias primas, de mão-de-obra barata e de mercados em países periféricos em uma intensidade até então inédita na história do mundo.

Na década de 1950 advém a segunda e mais profunda fase de desenvolvimento do capitalismo monopolista. É nessa época em que ocorre a tentativa do Brasil de entrar nesse estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista, o que redundará em uma severa crise política cuja culminância será 1964. Para Florestan Fernandes, isso se dará pela incapacidade da burguesia nacional de se colocar como vanguarda e como condutora da revolução burguesa, algo que não estaria em suas mãos; estava fora do seu alcance corrigir os ritmos desiguais da dinâmica capitalista. A crise do poder burguês significaria a incapacidade de um processo de adaptação em um contexto social criado pela própria dinamização do subsistema econômico (FREITAS PINTO, 2008).

Florestan Fernandes (FREITAS PINTO, 2008) também aponta para a importância do Estado como instância basilar da modernização em contextos periféricos e a função que as burguesias locais conferem a ele como instrumento de autodefesa. Isso explica como as elites aderiram ao militarismo como ação política: tornar o Estado um instrumento para suas pautas particulares. O modelo de 1964 é interpretado como um modelo autocrático burguês e visto não como uma Revolução, mas como uma contrarrevolução burguesa. Conclui que o Estado nacional, na América Latina, não pode ser entendido como uma expressão da clássica democracia burguesa, mas como uma expressão de um instrumento tecnocrático de ditaduras e democracias limitadas.

A conformação do Estado durante o período da ditadura civil e militar é classificada por Florestan como um *Estado nacional sincrético*, o típico Estado monopolista das periferias do capitalismo. É um Estado autocrático e oligárquico, pois mantém algumas funções democráticas apenas para os que detêm o poder político e econômico; essa forma de Estado é consequência da situação paradoxal que as burguesias nacionais vivenciaram na América Latina (FREITAS PINTO, 2008).

Bresser Pereira demonstra como a ditadura civil-militar teve como ideologia norteadora o Autoritarismo Modernizante:

[...] duas ideias chave — desenvolvimento econômico e segurança nacional — e em uma aliança política entre a burguesia local, agora unificada, a tecnologia estatal e as empresas multinacionais. Em última análise, o golpe militar de 1964 é fruto da crise do populismo que a unificação da burguesia agrário mercantil com a industrial propicia. Esta unificação, por sua vez, estabelece uma nova clivagem (mas não um novo conflito) no seio da burguesia, na medida em que é o capital monopolista, tanto industrial quanto mercantil e bancário, que se torna hegemônico em detrimento do capital competitivo. (PEREIRA, 1982, p. 276-277).

O general Golbery de Souto propunha uma aliança econômica e política com os Estados Unidos. Já o político e economista Roberto Campos, outro ideólogo importante para o regime civil-militar, via a dependência em relação às multinacionais como benéfica, pois se o capital estrangeiro passasse a investir mais no Brasil, como já estava investindo desde os anos de Governo de Juscelino Kubitschek, criaria mais empregos e prosperidade:

No exato momento em que este novo pacto de forças se estabelece (união entre a burguesia e capital estrangeiro), com a entrada em massa de capital multinacional no país, ocorre a reconfiguração das estratégias políticas dos atores em campo, como aconteceu com a tecno burocracia estatal que, para sobreviver à nova conjuntura e realizar o seu projeto desenvolvimentista, se alia à grande burguesia brasileira e ao capital internacional. (SILVA, 2014, p. 26).

A ideologia autoritária e modernizante defende o livre mercado e a união entre burguesia nacional e o capital internacional. Também possui uma matriz tecnocrática, pois defende o planejamento estatal na implementação de políticas públicas e na intervenção do Estado no sub sistema econômico, tanto como regulador como produtor de bens e serviços por meio de empresas públicas. O Estado seria visto como neutro, técnico e acima das facções políticas. Contudo, desaparece a perspectiva nacionalista e popular e prevalece a ideologia da segurança

nacional e anticomunista, resultando na perseguição aos trabalhadores e a outros opositores políticos. (PEREIRA, 1983).

Florestan Fernandes (2009) coloca a América Latina como fruto da expansão das civilizações europeias. Para o autor, o continente passou por várias formas de dominação. A primeira delas foi a forma de dominação colonial, cujos epicentros políticos eram as metrópoles portuguesas e espanholas. Isso foi possível através da transplantação da sociedade metropolitana para o dito Novo Mundo. O segundo tipo de dominação surgiu com a desagregação do sistema colonial, tendo a Inglaterra como principal influência comercial no continente; os países tinham como matriz econômica o fornecimento de matérias-primas para o exterior. A América Latina não possuía recursos para produzir bens de valor agregado e os setores dominantes tinham grande interesse em manter o complexo agrário exportador, por isso, durante quase todo o século XIX a matriz produtiva latino-americana permaneceu sob a hegemonia do agrarismo. O terceiro tipo de dominação foi resultado da reestruturação da economia mundial criada pela revolução industrial. O avanço do industrialismo fez com que quase todas as partes do mundo fossem destinadas a se tornarem fornecedoras de matérias-primas ou mercados consumidores dos produtos europeus. O quarto e último padrão de dominação acontece com o fim da Segunda Guerra Mundial e a emergência dos Estados Unidos enquanto grande potência mundial; grandes corporações tornam-se hegemônicas nos países latino-americanos, tomando o lugar das empresas nacionais.

No centro do processo está a grande empresa corporativa e, portanto, o capitalismo monopolista. Por isso, as mudanças da organização, das funções e do poder financeiro das empresas capitalistas foram produzidas por padrões de consumo e de propaganda de massa, na estrutura da renda, por uma revolução concomitante na tecnologia e nos padrões burocráticos de administração, e pelos efeitos múltiplos e cumulativos de concentração financeira de capital e na internacionalização do mercado capitalista mundial. Esses processos são de natureza socioeconômica e sociocultural. Mas a influência decisiva foi política. A existência de uma economia socialista bem-sucedida expansiva, dotada pelo menos de padrões equivalentes de tecnologia, organização burocrática, produtividade, crescimento acelerado e internacionalização, compeliu as nações capitalistas avançadas da Europa, América e Ásia para uma defesa agressiva do capitalismo privado, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. (FERNANDES, 2009, p. 29-30).

Dentro do espectro da sociologia crítica, o sociólogo aponta para o caráter eminentemente político dos planos macroeconômicos. Em condições de disputa entre dois modelos sociopolíticos, era preciso defender o capitalismo e a livre-iniciativa contra o que seus

partidários consideravam uma ameaça: o comunismo. Contudo, a justificação para nomear essa relação de dominação, para Florestan, reside no fato de que, para manter sua posição superior, os EUA lançaram mão do uso da força através do apoio a Golpes de Estado em todos os países do continente. Em outras palavras, implica manter o espaço da América Latina como área de influência no contexto da Guerra Fria. As grandes corporações, conforme assinala Hobsbawm (2012), antes concentradas nos Estados Unidos, Europa e Japão, agora passam por um processo de desconcentração no pós-guerra, espalhando suas plantas produtivas pelo que era conhecido até então por Terceiro Mundo, que passou a exportar também produtos para os países de Primeiro Mundo. O mundo periférico, antes tradicional e exportador de alimentos ou matérias-primas, passou a industrializar-se. Isso quebrou a antiga ordem mundial, baseada na divisão entre países industrializados ricos e agrários pobres.

Marilene Correa da Silva Freitas (1997) aponta para uma série de conciliações feitas por diferentes atores políticos logo após 1945; primeiro, o capitalismo global não mais poderia entrar em crise, como em 1929; o dólar, e não mais a libra, seria a moeda responsável por estabilizar o fluxo mundial; o Estado nacional deveria lançar mão dos seus recursos para manter a economia funcionando em escalas satisfatórias.

O capitalismo entrava na fase multinacional, cuja principal característica é a mobilidade da produção de bens e serviços, segundo Charles Michalet (2003). O mais importante são os investimentos externos das empresas no exterior. A competitividade, de natureza oligopólica, exacerba-se. Os países passam a tentar oferecer vantagens para a instalação das plantas fabris das grandes empresas. As disparidades jurídicas, sociais e políticas dos países são negadas pela capilaridade dos investimentos que atravessam os territórios nacionais.

O mundo passa a ser de fato um grande ente histórico. Redesenham-se fronteiras, rearticulam-se forças produtivas, blocos políticos se alinham ou se excluem, grupos sociais ganham a hegemonia em seus respectivos países e passam a ditar os trâmites de sua economia política. O mundo equaciona-se, dentro dos pressupostos do capital, de modo a se tornar um enorme espaço de lutas, de interpelações e de interdependências. (SILVA, 2014, p. 15).

Nesse período aprofunda-se a expansão da ordem social competitiva com um forte caráter autoritário. Sendo assim, o fenômeno da mudança social é um problema político que se desdobra em três questões. Primeiramente, por depender de mecanismos de ação entre grupos sociais cujos anseios estão diretamente ligados à sua posição na estrutura de poder; em segundo lugar, por expressar a universalização do poder e dos interesses de certos grupos sociais por

toda a sociedade; e, por último, por indicar em que sentido a organização social expande e promove as condições que asseguram seu equilíbrio interno (FERNANDES, 2008).

Contudo, a expansão do capitalismo competitivo não fomentou formas de solidariedade social e formas integrativas de relação de classe. Essa debilidade da modernização autoritária criou comportamentos imediatistas que acabaram por resultar em um comportamento predatório e desagregador, culminando finalmente em uma polarização em dois níveis; primeiro em torno de elementos que se colocam contra a dinamização da ordem social competitiva e, em segundo lugar, em torno de vetores que favorecem esta ordem. Dentro desse horizonte de eventos, Florestan (2008) aponta para o fato de que as elites nacionais aceitaram de bom grado o aprofundamento da ordem competitiva, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, negaram a igualdade política e jurídica para outros grupos sociais ao manter padrões de comportamento arcaicos, baseados no patrimonialismo e no mandonismo. Isso demonstra que as dimensões tradicionalistas tiveram uma ampla influência na revolução capitalista brasileira, tendo em vista que, tanto o moderno absorveu o arcaico quanto o arcaico absorveu o moderno.

Na ditadura militar a Revolução Passiva e a Revolução Burguesa encontra sua conclusão. O territorialismo das elites se traduz no regime ditatorial da ideologia da segurança nacional, mobilizando o nacionalismo, a manutenção do território contra uma suposta invasão estrangeira e o controle compulsório sobre a população e sobre os processos de liberdade e desençaixe. A pluralidade das demandas, geradas pelas pluralidades de formas de vida, é encaixotada na visão de luta contra o inimigo externo e na defesa do desenvolvimento autoritário. É na vocação da nossa história de impedir qualquer forma radical de transformação cidadã que a ditadura civil e militar encontra seu eixo de ação — o territorialismo se atualiza no tempo histórico e na Amazônia ele vai encontrar sua feição mais brutal.

Depois que compreendemos a processo de modernização brasileira, focaremos nosso olhar sobre a questão regional, explicando como a região amazônica conseguiu se tornar uma região importante para o Brasil, durante o final do século XIX e início do século XX, como distintos grupos dirigentes da região se mobilizariam em face da decadência que lhe assaltou a partir de 1914 e como isso terá consequências que serão sentidas até hoje.

A REGIÃO AMAZÔNICA E OS PROCESSOS MACRO-HISTÓRICOS

4.1 A integração da Amazônia ao Mundo Moderno

Vimos anteriormente que o processo de acumulação originária que deu origem ao capitalismo durante os séculos XV e XVI mudou por completo a face do mundo. O enfraquecimento das nobrezas feudais, a progressiva densidade do comércio, o surgimento dos Estados nacionais por meio da aliança entre coroa e burguesia e, por fim, o desenvolvimento intensivo e extensivo da divisão social do trabalho fizeram com que a Europa ocidental estivesse pronta para expandir-se por todo o mundo e submeter todas as outras regiões do globo à sua dinâmica política e social.

Portanto, não se pode compreender a anexação da Amazônia ao mundo moderno sem colocá-la em contexto com o processo de conquista europeia, no geral, e da anexação portuguesa, em particular. Conforme assinala Florestan Fernandes, em estudo de Renan Freitas Pinto (2008), o sistema colonial português foi baseado em um esquema estamental; os escravos preenchiam uma função semelhante ao de uma casta subalterna. Havia então a clivagem entre homens livres, detentores de direitos e deveres estabelecidos de modo estamental e uma grande quantidade de escravos agregados. Não havia interesse de Portugal em promover qualquer tipo de dinamismo social nas colônias que não fosse apenas o de exportar matérias-primas.

Para Florestan Fernandes, o senhor de escravos dentro desse horizonte de eventos vai operar como principal ator social da metrópole cuja ação desencadeará fraturas na relação metrópole/colônia. Havia um circuito de apropriação política e econômica dentro do esquema colonial (FREITAS PINTO, 2008). O excedente econômico existente era usado em parte pelo escravagista e em parte para circular na rede metrópole/colônia. O grande latifundiário exercia um papel importante tanto na manutenção da dominação colonial quanto na dinamização deste esquema.

A região Amazônica, como é conhecida hoje, é fruto desse processo de apropriação e dominação colonial. Ela não foi sempre brasileira, foi anteriormente indígena, dominada por dezenas de civilizações avançadas com séculos de existência. A expansão das civilizações europeias fez com que fosse inaugurada uma nova forma de dominação na região. A partir da invasão europeia no século XVII, ela é colocada em um novo feixe de forças sociais e políticas. Aqui, temos um duplo movimento: o primeiro é a forma de dominação a partir do Antigo

Regime sobre a Colônia; o segundo é sua transformação de região autônoma para um espaço de reprodução do capitalismo em sua fase mercantilista. Desterritorializar a região e colocá-la dentro de uma nova dinâmica, obedecendo a um novo padrão de dominação cujo epicentro estava a milhares de quilômetros de distância, a quem os povos autóctones apenas conheciam pelos braços do exército e da igreja. A região passa a se transformar em um dos milhares de lugares do dito novo mundo fornecendo produtos primários para as potências europeias.

Marilene Correa da Silva Freitas (2012) aponta para a faceta heteronômica da empresa colonial, onde uma formação política e econômica gestou uma nova relação social:

A posse da América pelos europeus impôs aos povos americanos as condições políticas da subalternidade do mundo civilizado. A colonização pela ocupação produtiva das terras estabeleceu às populações indígenas as condições da desigualdade do dominador. A inserção da Amazônia na história europeia não foge à regra. Ao trajeto do loteamento ibérico do território corresponde correspondem ao processo de conversão dos índios em súditos de terceira ordem. De segmento desconhecido, negado em sua alteridade, os povos indígenas também têm um projeto: aliados, inimigos, vencidos, servos de deus, escravos particulares e servos do Estado, no percurso da colonização. (FREITAS, 2012, p. 81).

A escravidão se torna uma necessidade do modo de produção e um dos fundamentos da dominação colonial. Devido à posição estratégica da região, sua vastidão territorial e a alta densidade populacional, é desfigurada social e culturalmente, passando a fornecer mão-de-obra escrava e as chamadas Drogas do Sertão. Assim, a integração ao complexo colonial ganha importância capital para a política portuguesa. Com o reformismo ilustrado a partir dos séculos XVIII e XIX, a ocupação do território sofre uma nova forma de racionalização, dando ênfase à agricultura, à ocupação planejada e à industrialização. O trabalho compulsório do indígena, visto como mais uma droga capaz de produzir outras drogas com utilidade comercial, permanece como base motriz para a sobrevivência do Sistema Colonial e do Antigo Regime português (FREITAS, 2012).

A autora também demonstra como a violência ilimitada da empresa colonizadora não ocorreu sem uma intensa resistência por parte do indígena. Contudo, isso não evitou a dispersão das populações, destruição de formas societárias únicas, queda populacional, expropriação e dilapidação de saberes e culturas milenares³². O recurso para a sobrevivência foi a fragmentação,

32 Os estudos na área da demografia histórica avaliam que havia 6.800.00 pessoas na região, sendo 3.800.00 na Amazônia brasileira. Os povos de matriz tupi eram dominantes na bacia do Baixo Amazonas. No alto Amazonas haviam os Omaguas, Comama e Cocamilla (de origem tupi e em processo de expansão). Os Aruak eram dominantes no Rio Negro, Rio Uatumã, Rio Jatapú e Rio Urubú. Os povos do tronco Tucano situavam-se no Nordeste da Amazônia. Os Pano moravam nos Rios Purus e Ucayalli. Os Manáó eram suseranos dos Baré, Baniwa,

o isolamento³³ ou a integração subalterna, isto é, tornando-se súditos inferiores (FREITAS, 2012).

Civilizar e integrar a Amazônia parecia inalcançável para as forças coloniais, conforme destaca Freitas (2012). A grande dimensão territorial, a dificuldade de transporte, as potências estrangeiras assomando tanto pelo norte quanto pelo leste, a variedade de povos que tornavam o disciplinamento deveras complexo e a natureza do solo e do clima criavam dificuldades para os planejadores portugueses. A vinda da família real portuguesa em 1808 trouxe novas demandas à região. Em 1816, a intenção do príncipe regente era apenas militarizá-la e distribuir os cargos de direção mais importantes para seus protegidos, reforçando práticas de mal uso da máquina pública e arbitrariedade na aplicação do poder.

A integração completa da região dentro da dinâmica moderna se concretiza com a derrota na Guerra Civil da Cabanagem³⁴ pelas forças do Império do Brasil e sua inserção ao Estado nacional. Sendo o “revolucionarismo” consequência diante das contradições entre Região e Nação, sua derrota é a faceta de um processo mais amplo — a unificação do Estado Brasileiro. A Amazônia brasileira torna-se uma consequência do Poder Imperial com o objetivo de interiorizar a hegemonia do Estado no Norte:

Para tal, reconhece, a seu modo, a diversidade física e cultural da Amazônia, pela qual elabora um discurso de ordenação social. A imensidão territorial é tratada como um assunto de soberania e de legitimação externa da consolidação da independência. O espaço social é reelaborado visando dar conta das necessidades jurídicas, políticas e administrativas da relação região e nação. A terra, as gentes, a sociedade regional precisavam ser nacionalizadas, introjetar a realidade política que fora assegurada pelas forças sociais mais fortes, mobilizadas pelo império. (FREITAS, 2012, p. 178).

É possível perceber a Amazônia brasileira como a consequência direta da Amazônia portuguesa, colonial. “O Diretório de Pombal³⁵ e o Regimento das Missões³⁶ são o substrato

Tarumã e Passé. Na região antes conhecida como Mundurucânia (parte dos Rios Tapajós e Madeira) predominavam os Mura, os Maué e os Mundurucu (FREITAS, 2012).

33 Muitos dos povos, para fugir do flagelo colonial, saíram das várzeas e da beira dos rios (onde se concentraram os povoados coloniais e onde estão hoje a maioria das cidades amazônicas) e migraram para as Terras Firmes. Contudo, suas técnicas de cultivo estavam adaptadas às terras de várzea, muito mais férteis. O resultado foi a subnutrição e rebaixamento da qualidade de vida.

34 A Cabanagem foi uma Guerra Civil ocorrida entre os anos de 1835 e 1840 na província do Grão-Pará (atuais Pará, Amazonas, Amapá, Roraima e Rondônia). Foi chamada de Cabanagem devido às péssimas condições de vida em que viviam os revoltosos; a maioria habitava cabanas feitas de palha. Em sua fase mais radical, chamada de Secessão Revolucionária, houve a tentativa de criar uma República na Amazônia aos moldes da Revolução Francesa. O saldo da sua repressão foi de 40.000 mortos, em suas estimativas mais “otimistas”.

35 Política Colonial para a Amazônia instituída por Marques de Pombal (1699-1782), tinha por substrato ideológico o despotismo esclarecido e regulava uma série de políticas como a educação, a agricultura e o trabalho forçado dos indígenas.

36 Instituído em 1686 na Colônia, dava o monopólio da exploração dos indígenas e sua tutela aos missionários jesuítas.

moral e o projeto material para tornar os índios cidadãos produtivos” (FREITAS, 2012, p. 181). Tais políticas de integração forçada foram a base para os projetos civilizacionais pós-independência na região, a exemplo do plano indigenista de José Bonifácio³⁷. A Região, desde que entrou no campo de influência das potências europeias, tornou-se um lugar onde as forças do capitalismo e da modernidade passaram a agir. Não obstante, quando ocorreu sua integração pelo Império brasileiro, a preocupação ainda permanecia a mesma: como integrar e civilizar um vasto território com populações tão dispares entre si e com um meio ambiente cuja percepção dos planejadores girava entre o Paraíso Perdido e o Inferno Verde? A tentativa de garantir a hegemonia do fenômeno conceituado por Weber [...] como o monopólio legítimo da violência e pelo processo que Zygmunt Bauman (1999) definiu como destruição da ambivalência, de tudo aquilo que não se pode classificar e manipular para um objetivo específico. A Modernidade, cuja uma das faces é o Estado Nacional, precisa combater tudo aquilo que não se integra aos seus projetos.

Para Renan Freitas Pinto (2008), a região Amazônica também serviu como fonte para o pensamento ocidental formular conceitos como natureza e cultura, modernidade e tradição, bárbaro e civilizado, Estado e Sociedade, evolução das espécies, ribeirão, bom selvagem, diversidade natural e uma desigualdade supostamente natural entre os homens, como a superioridade dos brancos e europeus sobre os indígenas; os primeiros, vistos como portadores de cultura e da civilização e os últimos vistos, como seres passivos, cujo dever era obedecer a Deus e ao Rei. A região também tem sido objeto para a recriação de novas polarizações que têm alimentado tanto planejadores estatais quanto a visão que os amazônidas têm sobre si mesmos. As obras de Hegel, Buffon, Hobbes, Alfred Russel Wallace, Montaigne ou Rousseau são demonstrativas do quanto a região estava presente na formulação de novas ideias a respeito de um mundo que entrava em uma época nova na História.

No primeiro período de inserção da região na dinâmica internacional, durante as grandes navegações do século XVI, as representações a respeito da região a englobaram como uma visão de paraíso³⁸, um país repleto de toda sorte de recursos naturais que poderiam ser explorados sem dificuldades para os portugueses, livres para libertarem-se do trabalho na nova terra (GODIM, 1996). Tal inserção também se deve ao cenário conturbado da Europa na época,

37 Política instituída em 1845 e assinada por D. Pedro II, que visava “civilizar” os índios e “liberar” as terras antes usadas por eles para serem entregues aos imigrantes europeus que já começavam a chegar na Amazônia.

38 Ver mais em: ACUNÁ, Cristobal de. *Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas 1641*. Rio de Janeiro: Agir, 1994. CARVAJAL, Gaspar de, ROJAS; Alonso de; ACUÑA, Cristobal de. *Descobrimento do Rio Amazonas*. São Paulo: Editora Nacional, 1991.

um lugar onde haviam grandes lucros para os senhores advindos das grandes navegações, enquanto a maior parte da população era composta por uma grande massa de miseráveis. Entretanto, essa representação social é extremamente ambivalente, pois desumaniza o nativo e se desilude com a natureza, condenando os povos a meros seres sem história, religião ou escrita, ao mesmo tempo em que essa natureza é também uma natureza selvagem, indomável, onde é extremamente difícil tirar as riquezas de sua terra (SANTOS, 2014).

Essa contradição encontrada nos discursos sobre a região Amazônica, de estetização do mundo natural e de desvalorização da cultura, seria a origem para as representações sociais que idealizariam a Amazônia séculos mais tarde. Ao se referirem ao nativo como um selvagem inserido no paraíso terrestre, já se encontrariam lançadas as bases para as interpretações sobre as práticas ambientais que seriam utilizadas para representar a região na globalização (SANTOS, 2014).

A partir do século XVIII, devido ao avanço da razão iluminista e da crença de que a ciência seria capaz de compreender e ordenar todas as esferas da vida humana e natural, ocorre na Amazônia uma série de explorações científicas que serão decisivas para a constituição de um conjunto de pressupostos para detalhar de maneira mais apurada a fauna e flora da região e, sobretudo, para estudar um novo problema que passaria a cercá-la: o problema econômico, político e populacional. As produções desta época são portadoras de ideias onde há a preocupação com a compreensão científica e racional da natureza e da cultura. O deslumbramento pelo paraíso terrestre ou pelo inferno verde se metamorfoseia para um olhar mais disciplinado sobre o meio ambiente e sobre as populações. O problema a respeito da criação de um arrimo sólido para a exploração comercial na região passa a se tornar um dos pontos mais importantes para as obras dos autores deste período (SANTOS, 2014).

Essa visão a respeito da Amazônia foi uma consequência do processo de anexação da região à cultura europeia, derivada da razão político-administrativa do estado português no decorrer do século XVIII, iniciada durante a implementação da economia política do Marques de Pombal, que teria continuidade posteriormente nas políticas do Império. Isso desencadeou uma série de mudanças na região como uma ocupação regulada do espaço e sua consequente divisão por uma racionalidade completamente diferente da racionalidade nativa, pela exploração das potencialidades econômicas e pelo poder que passa a ser laicizado (FREITAS,

2012). As obras da época procuram sempre apreender a região a partir da razão científica e do aproveitamento racional das potencialidades econômicas³⁹.

O processo de ocupação da Amazônia seguirá com força no final do século XIX e continuará até o início do século XX, com o ciclo da borracha e a grande leva de imigrantes nordestinos que virão para a região⁴⁰. Processo este que continuará com a implantação da Operação Amazônia em 1967, que iniciará uma nova etapa no processo de ocupação regional⁴¹. Na segunda metade do século XX, a noção de progresso sofreu uma reforma, muito disso em virtude da crise ambiental e pela constatação de que a crença positivista de aperfeiçoamento da humanidade pelo capitalismo e pela ciência tem colocado em risco a vida na terra. A ideia de progresso foi substituída pela ideia de desenvolvimento, articulado em oposição à questão do subdesenvolvimento que, por sua vez, seria mensurado de acordo com o grau de aproximação ou distanciamento das sociedades avançadas do mundo ocidental (HOEFFEL; REIS, 2008).

Conforme assevera Santos (2014; 2018), a Amazônia, em seu encontro com o Ocidente, foi apropriada e colonizada. Foi tomada como lugar de criaturas monstruosas, de lugar sem história, onde habitavam tanto bons selvagens quanto bárbaros incapazes de se integrar à civilização. A integração da Amazônia à modernidade e ao Estado nacional obedeceu a sucessivas formas de dominação que envolviam, em suas linhas gerais, hegemonia sobre as mentes e sobre os corpos dos povos agora subalternos. Em outras palavras, destruição de uma forma cultural, do seu modo de produção e expropriação das terras. As sucessivas etapas do processo histórico moderno sobre a região envolvem também uma determinada forma de enxergar o complexo cultural e natural amazônico. Vista como visão edênica pelos primeiros invasores europeus, era então uma promessa de grandes riquezas para as monarquias europeias. Em seguida, a região é percebida como inferno verde, fruto das dificuldades de se manter o

39 Entre os autores mais representativos deste período estão Louis e Elizabeth Agassis, com *Viagem ao Brasil - 1865-1866* (1975), Robert Lallemant, com *Rio Amazonas* (1980), João Daniel, com *Tesouro Descoberto do Máximo Rio Amazonas* (1976), La Condamine, com *Viagem pelo Amazonas 1735-1745* (1992), Samuel Fritz, com *Diário de Viagem* (1912) e Alfred Russel Wallace, com *Viagens pelo Rio Amazonas e Negro* (1979). Todas estas obras têm em comum o fato de procurarem analisar, de acordo com o espírito iluminista da época, as especificidades da região amazônica e as relações entre natureza e cultura.

40 Neste período, os autores mais representativos são Euclides da Cunha, com *Paraíso Perdido, Ensaio, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia* (1986) que, a partir de seu olhar positivista, vê a região amazônica como um lugar primitivo, à margem da história e do progresso, situação que para ele é muito similar à do nordeste. Era necessário, portanto, domesticar a região amazônica para que ela recebesse o progresso. Outro autor de relevância no período é o intelectual católico André Vidal de Araújo, com *Introdução a uma Sociologia da Amazônia* (1956). Influenciado por Gilberto Freyre, pelo pensamento conservador da igreja católica e pela escola de Chicago, Araújo reatualiza o debate sobre a relação entre meio ambiente e cultura, procurando superar a visão de que o caboclo amazonense seria uma raça inferior e não afeita ao progresso.

41 Segundo Ianni (1981), a Economia Política que passou a dominar o Brasil foi de caráter dependente e autoritário, e a política de desenvolvimento para a região Amazônica foi centrada na concessão de incentivos fiscais para a reprodução intensa e extensa do capitalismo.

domínio sobre um território tão extenso. Por uma visão administrativa, legada do iluminismo, aposta no uso da razão e de um estado racionalmente orientado para dar conta dos desafios de civilizá-la. Por fim, a visão ambiental, na qual tanto os povos quanto o meio ambiente perdem sua historicidade tornando-se apenas artefatos exóticos a serem tutelados pelas agências governamentais.

A integração da Amazônia ao mundo moderno, do século XVII ao século XIX, foi um processo lento e conflituoso. Veremos nas próximas páginas que, a partir da crise econômica regional no início do século XX, os planos da elite dirigente para superá-la seguirão a mesma lógica de modernização periférica e contraditória.

4.2 A Crise do Extrativismo e os Dilemas da Modernização Amazônica

Apresentamos no item anterior como a região Amazônica foi integrada à dinâmica da modernidade e ao Estado Nacional, quais foram as consequências desse processo para as populações autóctones e como as contradições desse horizonte de eventos encerraram um projeto alternativo de criação de um país do Amazonas. O Norte⁴² passou por quatro processos de ocupação. O primeiro foi o ciclo das drogas do sertão, entre os séculos XVII e XVIII, com o fornecimento de produtos para a Metrópole portuguesa. O segundo foi o ciclo agrícola, entre os séculos XVIII e XIX, cujas principais culturas foram o cacau, o café e o algodão, o que permitiu o crescimento das vilas e cidades. O terceiro foi o chamado ciclo da borracha, ao final do século XIX e início do século XX, com a preponderância do extrativismo sobre a produção regional (TEIXEIRA, 2009). Por fim, o chamado ciclo industrial, que data de meados do século XX até os dias atuais, caracterizado pela Operação Amazônia.

Observamos que, no século XIX, o capitalismo estava em sua fase industrial, expandindo-se por todo o mundo. Os avanços técnicos, a ideologia do progresso e a necessidade permanente de avanço fizeram com que todo o globo terrestre estivesse arredado dentro do sistema de produção racionalmente orientado. O Brasil tornou-se exportador de café durante o século XIX e primeiro quartel do século XX. A região Norte transfigurou-se em uma região de economia extrativa, fornecendo látex para uma indústria automobilística cada vez mais crescente e para a indústria plástica, as quais passavam a ganhar importância na época.

42 No que diz respeito ao Norte, refiro-me aqui apenas à região hoje conhecida como Amazônia brasileira.

Carlos Corrêa Teixeira demonstra como a exploração do látex⁴³ vinha sendo feita desde a primeira metade do século XIX, onde a maioria dos seringais estava na imediação de Manaus e Belém, mas apenas com a pressão do mercado internacional no final do século XIX que sua procura atingiu níveis inéditos até então. Em 1827, saíram do Pará cerca de 30 mil toneladas de borracha, em 1850 a cifra subiu para 1490 toneladas e no final do século XIX a região já exportava mais de 16000 toneladas:

Assim, na medida em que crescia a procura pelo produto, oriundo da Europa e Estados Unidos, devia crescer também a pressão sobre a mão-de-obra indígena. O resultado de tudo isso foi que se chegou à utilização de procedimentos ousados para recrutá-la, não se excluindo a chantagem do sequestro de mulheres e crianças. (TEIXEIRA, 2009, p. 35).

A exploração da mão-de-obra indígena só caiu na década de oitenta com a substituição por braços nordestinos e por poucos sobreviventes tapuios⁴⁴, prossegue Teixeira. Era ponto comum entre a elite dirigente na região que a população da época era pequena e incapaz de suprir a demanda por borracha da segunda metade do século XIX. Entre 1890 e 1900 a borracha atraiu para a região mais de 200.000 pessoas, cujo objetivo era suprir a escassez de mão-de-obra. Não havia outro modo de conseguir os braços necessários para o trabalho a não ser pela migração inter-regional, pois a importação de escravos era proibida desde 1850 e a abolição ocorrera em 1889. Outros pontos que contribuíram para o significativo deslocamento foi a grande seca pela qual estava sofrendo o nordeste em 1877 e a concentração fundiária, em virtude do processo de expansão das usinas de cana sobre os territórios de posseiros e pequenos produtores. Os nordestinos em grande contingente, fugindo da seca, da fome e com ilusões de enriquecimento fácil criadas pela miragem da borracha, chegariam na região e se transformariam nos proletários do látex — na força de trabalho integrada na grande rede do capital internacional.

A população que se transferiu para o Norte deve ser entendida como uma população “periférica e excedente”, fruto dos movimentos de um modo de produção cada vez mais dinâmico e internacional. Sua condição de excedente deriva do fato de que ela tinha um modo de vida tradicional, vivendo à margem do mercado, criando gado e cultivando a agricultura, sendo fortemente prejudicada pela estiagem e pela concentração fundiária. As saídas encontradas por esse contingente de deserdados foram a integração aos cangaceiros, o fanatismo de seitas religiosas ou a migração para outras regiões brasileiras (TEIXEIRA, 2009).

43 O látex já tinha despertado interesse da Coroa portuguesa ainda em meados do século XVIII, durante a gestão do Marquês de Pombal.

44 Habitante amazônida de origem indígena.

Nessa nova etapa em que a região se inseriu no jogo do mercado internacional, conforme descreve Marcio Souza (2010), cujo auge foi de trinta anos, o proprietário de terra e o coletor ganham um novo papel. O seringalista, versão amazônica para o senhor de engenho nordestino ou para o cafeicultor paulista, se dinamiza a partir das casas de crédito, na prática da hipoteca e na exportação. O enriquecimento fácil de uma minoria comissionada, em detrimento de uma vasta maioria de degredados na imensidão da floresta, incentivava a ostentação e a falta de visão a longo prazo.

A ideologia da época, descrita pelo autor como a *ideologia da borracha*, consistia na visão do coronel da borracha, arrivista ambicioso, que acreditava na sua exclusividade de exploração do látex e na sua inesgotabilidade. Quando a riqueza e a opulência se instalam, aquela sociedade cinzenta e estática colore-se e ganha dinamicidade, supostamente fadada a ser eterna pela sua capacidade de se regenerar; eis o mito da Era do Extrativismo:

Regiões inteiras, antes vedadas pelas doenças, percorridas apenas por índios nômades e solitários aventureiros, foram invadidas por caçadores em busca de seringa. A ideologia do Far -West enfrentava os insetos e os males estranhos e mortais. As libras esterlinas não escolhiam os graus de instrução ou escolaridade, o látex redimia a ignorância. O colono analfabeto assume ares de cosmopolita, torce o nariz para a antiga vida tradicional. (SOUZA, 2010, p. 107).

Souza prossegue ao mostrar como o coronel da borracha vai abraçar a cultura internacional e cosmopolita vinda da Europa. Os latifundiários, vivendo em seus palacetes luxuosos, revezando entre a metrópole e a grande propriedade, vão reproduzir, mesmo a peso de ouro, a *belle époque*. O patriarcalismo português era jogado fora em troca do internacionalismo burguês. A ganância imperialista seduzia a tacaña elite extrativista, que acreditava ser tudo eterno e fruto da providência divina.

Considerado o senhor absoluto da sua propriedade, o coronel seringalista vivia uma ambiguidade — cavalheiro vitoriano na metrópole de Manaus ou Belém e senhor patriarcal com seu sadismo de mando quando estava no latifúndio. Mas, como afirma Souza, tal contradição era subsumida diante da face oficial do látex, que era urbana, civilizada, com sua luz elétrica, os bulevares modernos e os palacetes e teatros em *art nouveau*:

Os coronéis do barranco vibravam com as polacas e francesas, mas as senhoras de respeito eram guardadas nos palacetes, cercadas de criadas e ocupadas em afazeres mesquinhos [...]. Numa sociedade carente de mulheres, também o sexo seria um privilégio. A presença feminina era rara e quase em sua mais lamentável versão. Para os seringueiros isolados na floresta e presos a um trabalho rotineiro, geralmente homens entre vinte e trinta anos, portanto

premidos pelas exigências de seu vigor, a contrapartida feminina chegava sob forma degradante da prostituição. Mulheres velhas, doentes, em número tão pequeno que mal chagavam para todos os homens eram comercializadas a preço aviltante, enquanto o coronel podia contar com as *cocotes*, além de suas esposas [...]. (SOUZA, 2010, p. 108).

Os seringueiros eram uma peça encaixada na engrenagem desigual e combinada da economia internacional. Nesse quadro, a mulher, assim como os trabalhadores do látex, era desumanizada, reduzida à situação de mercadoria, da mesma forma que a capacidade de trabalho daqueles homens.

Esta penosa contradição legou à mentalidade utilitarista em relação à mulher. Na sociedade tribal amazônica, a mulher estava integrada sob diversas formas de submissão. Com o extrativismo da borracha, onde a procura era maior que a oferta, ela seria transformada em bem de luxo, objeto de alto valor, um item precioso na lista de mercadorias, uma mobília. A sociedade do látex tornar-se-ia uma sociedade falocrata que daria à mulher uma utilização tão aberrante quanto a forma de explorar a força de trabalho do seringueiro. (SOUZA, 2010, p. 108).

A economia extrativista começou a dar sinais de cansaço pouco antes da Primeira Guerra Mundial, em 1912, quando foi superada pela produção da borracha asiática, baseada no cultivo racionalizado, em contraposição ao látex nortenho, baseado no extrativismo. Na economia extrativa, como afirma Teixeira, a terra tem um valor quase desprezível, pois o que é considerado não é a terra em si, mas os bens que dela brotam; ela não é considerada um meio de produção, mas o objeto mesmo da produção. Há uma sub apropriação da terra, pois o seringueiro, o trabalhador mesmo que extrai a seiva, tira dela outros recursos para viabilizar a produção extrativa, como a caça, a pesca e a coleta de frutos. Isso se opunha à racionalidade econômica da borracha asiática, cultivada em forma de grandes plantações cuidadosamente monitoradas. Em outras palavras, o extrativismo perdeu lugar para a agricultura:

[...] ela dependia exclusivamente do mercado externo a fim de sustentar-se. Com relação ao consumo interno, não só inexistia um parque industrial capaz de absorver uma produção excedente, como também não se formou na Amazônia, a exemplo do que ocorrera em São Paulo, um mercado mais diversificado que pudesse ter atraído os capitais provenientes do comércio da borracha. Diversas razões devem ter contribuído para isso, dentre as quais devem ser considerados o tamanho continental da Amazônia, a difícil fixação do homem à terra por causa das condições sanitárias e geográficas, além do caráter mais ou menos itinerante da economia gomífera. Sobressai o fato de ser a borracha uma economia de certo modo desenraizada, portanto separada dos interesses da população regional [...]. Deve ser ressaltado que o interesse pela produção de borracha, por sinal um bem extrativo e não agrícola,

provinha de setores absolutamente alheios às necessidades da população local. (TEIXEIRA, 2009, p. 44-45).

Em 1914 a decadência já era aparente. A fuga de capitais e a estagnação econômica e social pela qual passou a região tiraram dela a relevância que passou a ter nos últimos trinta anos. Houve uma queda vertiginosa na arrecadação pública, vários prédios e casarões dos antigos seringalistas foram vendidos, outros abandonados e a região, que era um lugar de atração populacional, passou a ser lugar de expulsão. Sem embargo, a perda de relevância econômica ocasionada pela dinâmica do capital resultou também na perda de relevância política.

A crise do monopólio desagregou o mundo criado pelo extrativismo. Márcio Souza (2010) concentra sua análise sobre Manaus e o Amazonas, entretanto, o estado de coisas apresentado pelo escritor pode se estender a toda região:

Com a crise do fim do monopólio, Manaus tornava-se uma província empobrecida, abandonada, atolando-se aos poucos naquele marasmo tão característico das cidades que viveram um fausto artificial. Por falta de interesse econômico, as comunicações são cortadas, os vínculos com a Europa se desvanecem e, pela primeira vez, a cidade derrotada passava a se interessar pelas coisas do Brasil. (SOUZA, 2010, p. 158).

O Amazonas sofreria um abandono de quase meio século e seus problemas se tornariam crônicos. A classe dirigente, outrora orgulhosa nos tempos do auge do extrativismo, tornou-se uma mendicante que sempre se encontrava nas salas dos ministérios na capital federal. Assim, Manaus saía de um lugar privilegiado no cenário internacional e nacional para um ponto periférico na economia brasileira. O resultado foi o surgimento de um conservadorismo combinado com um nacionalismo exaltado entre nossa classe dirigente:

Quando a demagogia sulista estendia qualquer migalha oportuna, debulhavam-se em agradecimentos e discursos de fervorosa nacionalidade. Como todo enfeitado, nossa elite aprendeu a abanar o rabo para qualquer atitude condescendente da metrópole. (SOUZA, p. 164, 2010).

Os políticos e a elite do Estado em sua grande maioria tornaram-se grandes apoiadores do regime varguista e exageravam na conivência e na subserviência para melhor agradar o ditador. Uma prática descrita por Márcio Souza dá uma dimensão do clima colaboracionista: quando a censura mandava cortar algum trecho de um artigo de jornal, os editores excluíam o artigo por inteiro, “para que não houvesse dúvidas” (2010, p. 169).

As medidas tomadas pelo governo federal não surtiram o efeito desejado, já que as propostas de iniciar o processo de plantio das seringueiras não tiveram boa repercussão e foram

implementadas tarde demais, quando não havia mais chance de retomada do mercado perdido. Apenas em 1953 foi tentada uma saída baseada no planejamento de Estado, com a criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), sob o governo Getúlio Vargas, cujo objetivo era destinar uma quantia de pelo menos 3% do orçamento da União em projetos de desenvolvimento regional. Contudo, por lutas políticas e questões burocráticas, o SPVEA nunca pôde exercer de maneira satisfatória seu intento. O orçamento, quando não era em quantias mínimas, muitas vezes não chegava a ser aplicado.

Foi a partir de 1964, com o Golpe Civil e Militar, que houve um grande projeto de vulto para a região. O bloco de poder que se apoderou do Estado ditou para a região uma política intensiva e extensiva baseada na ideologia da segurança nacional, na modernização autoritária e tecnocrata, ou seja, ocupar a região como uma forma de assegurar sua posse e um modelo de economia política decidido de cima para baixo, sem participação popular. As elites dirigentes locais acolheram com louvor as medidas de modernização autoritária, pois para elas era a oportunidade de sair do marasmo econômico que já durara quarenta anos.

Esse projeto de desenvolvimento regional foi chamado de Operação Amazônia, e consistia em uma série de planos de desenvolvimento econômico que abrangeria toda a região norte. A Amazônia oriental ficaria com os projetos na área de minérios e agropecuária, enquanto a sua parte ocidental guardaria a dimensão industrial do processo, que seria a Zona Franca de Manaus. Roberto Campos, em sua autobiografia⁴⁵, afirma que na época todas as estratégias usadas para tirar a região do esquecimento haviam sido baseadas no medo e no ressentimento. A modelagem da Operação Amazônia fez-se em três fases:

No primeiro, já em dezembro de 1965, tornaram-se, por emenda constitucional, extensivos à Amazônia todos os incentivos fiscais e favores creditícios concedidos ao nordeste. Entre setembro e outubro de 1966 foram votadas as leis básicas. O ponto culminante foi a assinatura do decreto-lei nº 288, em fevereiro de 1967, que regulamentava a operação da Zona Franca e que fora precedido, em dezembro de 1966, da Primeira Reunião de Incentivos Fiscais ao Desenvolvimento da Amazônia, em Manaus, organizada pelo governo federal e pela Confederação Nacional da Indústria, Agricultura e Comércio, com a presença de Castello Branco. (CAMPOS, 1994, p. 740).

A partir do alinhamento à esfera de influência norte americana e ao capital internacional, os militares procuraram retirar a região da estagnação econômica e integrá-la à dinâmica nacional por meio da modernização autoritária. Considerada até então como um grande espaço

45 CAMPOS, Roberto. *Lanterna na Popa: Memórias*. Top Books. São Paulo: Top Books 1994.

vazio, ela seria reconfigurada para tornar-se, outra vez, um ponto de reprodução do capital contemporâneo. Era preciso criar um clima propício, isto é, segurança jurídica e social para sua implementação. Para os generais, a região era um desafio ousado que só os grandes investidores poderiam enfrentar.

Em oposição ao modelo de João Goulart, baseado no nacional desenvolvimentismo, a política do novo regime passou a ter um caráter autoritário e de alinhamento aos EUA. Dentro do contexto da Guerra-Fria, tratava-se de um alinhamento dentro do bloco capitalista em oposição a uma suposta ameaça comunista dentro do Brasil.

A inflação, a queda na taxa de inversões, as greves assalariadas, na cidade e no campo, a luta pelas reformas de base [...] vários foram os motivos alegados pelo imperialismo, e os seus aliados no País, para justificar e apressar o Golpe de Estado de 31 de Março de 1964. Com o golpe se instala uma ditadura a serviço do capital monopolista. Não só os aparelhos do Estado, mas toda a vida econômica, política e cultural do país passa a ser amplamente determinada pela política de acumulação capitalista acelerada. Daí o caráter agressivo e repressivo, em termos econômicos e políticos, da política econômica estatal. Tratava-se, por um lado, de expropriar ao máximo o proletariado industrial e agrícola, além de certos setores da classe média e do campesinato; e, por outro lado, tratava-se de abrir as portas do país à livre ação do capital monopolista estrangeiro. (IANNI, 1986, p. 17).

Disfarçado de um viés tecnocrático, isto é, neutro e acima da ideologia, a economia política a partir de 1964 passou a ser politicamente orientada. Houve um remodelamento das instituições de modo a se adequarem ao novo contexto, tornando o Brasil e, por conseguinte, a região norte, um lugar de influência norte americana:

Todas as relações sociais foram rearticuladas com vistas a atender as novas exigências. Nada escapou à inexorabilidade do novo paradigma de desenvolvimento. Populações tradicionais e suas culturas, o extrativismo, a agropecuária e a agricultura foram desarticuladas e rearticuladas, como também foi desenvolvido um vasto enclave industrial como o polo de montagem de componente no interior da floresta — Zona Franca de Manaus. Se antes, boa parte dessas atividades estavam orientadas para a produção de subsistência, agora, com o governo militar, ocorre sua rearticulação para a produção racional capitalista. (SILVA, 2014, p. 21).

Também foi nesse período que se deram início a grandes obras, como a rodovia Belém-Brasília, a rodovia Transamazônica, a Perimetral Norte, a Cuiabá-Santarém e a Manaus-Caracará. Em 1966, o antigo SPVEA foi reformulado e se transformou na SUDAM, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. Também foi criado o BASA, Banco da Amazônia, o Banco do Brasil aumentou seu número de agências na região e em 1967 foi criada

a Superintendência da Zona Franca de Manaus, SUFRAMA, para gerir a Zona de Livre Comércio. Em 1970 foi implementado o Plano de Integração Nacional, PIN e foi criado o Instituto de Reforma Agrária, INCRA (IANNI, 1986).

Estas foram algumas das medidas implementadas pelo novo regime. Ianni demonstra como foi necessário diversificar as atividades produtivas, desenvolvendo o sistema de crédito público e privado e aumentando a presença do Estado na região por meio da difusão de agências públicas. Os conflitos agrários se agravaram: grandes grupos econômicos passaram a se instalar na região em detrimento dos antigos posseiros, ribeirinhos, sitiantes, quilombolas e indígenas. Foi incentivado a criação de vários núcleos coloniais que pudessem ser usados como reserva de mão-de-obra para os grandes empreendimentos econômicos.

Essa industrialização, de caráter intensivo, extensivo e autoritário, era uma das mais caras ideologias do regime. Ainda segundo Ianni (1986), a união entre Política e Economia, ou Estado e empresa, criou vários efeitos no que diz respeito à dinamização orientada das forças produtivas, como a criação de um setor industrial, um setor da agroindústria e um setor minerador com a destruição do setor de subsistência, ou tradicional. Houve a diferenciação funcional crescente e racionalização da economia amazônica, que entrava no contexto do capital no século XX.

Isso rearticulou todo o modo de vida das populações urbanas, rurais e tradicionais para todas elas e adequarem ao novo contexto. Índios, ribeirinhos e quilombolas se viram pressionados e expulsos de suas terras por grileiros, fazendeiros e latifundiários, que se apoderavam das terras com a proteção política do Estado. Pouco a pouco essas populações assistiram a transformação da função social da terra, antes de subsistência, agora orientada para o mercado externo. A terra, que antes era farta, transformou-se em mercadoria (IANNI, 1986).

Sendo definida como um espaço de infinitos recursos naturais a serem explorados, a região foi submetida a um processo radical de integração econômica e social entre os anos 1960 e 1980 (CASTRO, 2010). A ideologia do desenvolvimento econômico é tida pelas elites dirigentes como o sinônimo de modernidade e civilização. Assim, a consumação da proposta civilizatória ocidental só se completa com a viabilidade da região como espaço de reprodução econômica. As ideologias desenvolvimentistas do século XX estão intimamente ligadas à conquista e exploração de novas terras, assim, os grandes e supostamente vazios espaços brasileiros, centro-oeste e Amazônia, permanecem como passivos de se integrarem à dinâmica nacional. As grandes obras que foram implementadas nestas regiões, como o erguimento de

novas cidades e a construção de estradas, bem como o deslocamento de um grande número de pessoas, são a materialização desta ideologia desenvolvimentista:

[...] a mesma matriz de intervenção no território através das quais o Estado afirma o movimento nacional-desenvolvimentista, com seus personagens que reeditam a saga bandeirante e de sertanistas, com a invenção de uma pseudointegração de mundos muito diferentes, o moderno, civilizador, e o não moderno, identificado nos personagens do camponês, do índio, do caboclo, do ribeirinho, do pantaneiro e do sertanejo, ligados apenas pelos processos de conflito. (CASTRO, 2010, p. 110).

O sentido desta ação do Estado nacional e dos grandes grupos privados que a ele deram apoio era a integração de regiões muito diversas entre si e demonstra a tentativa de transmitir às regiões a brasilidade e o mercado capitalista com suas relações sociais racionalmente orientadas. Considerada como um grande espaço vazio, em nada se parecia com a diversidade milenar de culturas e sociedades que sempre caracterizou a Amazônia.

Os governos militares prosseguiram [...] a ocupação de terras para além das antigas fronteiras, para executar os programas civilizatórios, embora em versão mais autoritária devido ao regime de exceção que condenou a sociedade ao silêncio. A partir de 1964, as políticas nacionais dos governos militares, sob a ditadura, voltadas para a Amazônia, reeditam as mesmas bandeiras: integração nacional pela ocupação de espaços demográficos vazios, visando ao progresso e à segurança nacional. A matriz conceitual — civilização, integração e progresso — recupera a mesma base civilizatória presente em políticas de governos anteriores. (CASTRO, 2010, p. 112).

Becker (2017) demonstra como a formação brasileira foi uma consequência direta da chamada Economia de Fronteira, cuja ideia central está na visão linear de progresso e na inesgotabilidade dos recursos naturais. A região amazônica não ficaria imune a este processo, quando a Economia de Fronteira a recolocou dentro do capitalismo do século XX. Portanto, as influências internacionais tiveram papel preponderante na sua formação:

Neste projeto, a integração da Amazônia foi meta prioritária, resultando em intensas transformações com perversos impactos sociais ambientais que geraram conflitos generalizados na região. Conflitos que se intensificaram nos anos oitenta com a crise financeira e política do Estado brasileiro, afetado na capacidade de manter suas funções, e com a pressão ambientalista nacional e internacional. (BECKER, 2017, p. 197).

Dentro desse horizonte de eventos a região é interpretada como *Heartland*: um lugar vasto, repleto de recursos naturais, de difícil acesso e integração, mas que, por suas características, promete, para quem a dominar, o *Capital Natural* do mundo. Ela não é um vazio, um espaço habitado só por indígenas ou simples fronteira agrícola a ser desbravada pelo capital

nacional e internacional, mas sim uma região que, desde 1960, passou por um intenso processo de expansão urbana, sendo hoje uma floresta urbanizada que abriga importantes estruturas políticas e econômicas a serviço do Estado nacional (BECKER, 2017).

A visão que os planejadores, tecnocratas, ideólogos e tomadores de decisão da ditadura civil e militar tinham da Amazônia nessa época era de um grande vazio demográfico. Fazia-se necessário trazer trabalhadores de todas as partes do Brasil para povoá-la. Entretanto, essa era uma visão errada sobre a região. Ela nunca sofreu de qualquer vazio demográfico, pois, antes da chegada dos grandes empreendimentos econômicos, aqui já viviam quilombolas, indígenas, ribeirinhos e posseiros, descendentes dos antigos seringueiros que vieram aqui no século XIX, todos exercendo a produção para subsistência.

Proletarização das populações tradicionais ou simplesmente a eliminação destas: essa tem sido a consequência mais imediata do grande movimento macro-histórico que foi a integração da região ao século XX — mesmo que com sessenta anos de atraso, sem levar em conta as necessidades e as peculiaridades dos modos de vida regionais. A modernização conservadora impõe, de cima para baixo, os processos econômicos e políticos, procurando sempre colocar a ordem acima da liberdade durante o processo de diferenciação social.

Tais acontecimentos estão conectados com as três possíveis vias para a modernidade que, conforme afirma Barrington Moore Jr. (1967), são: a conservadora, a democrática e a socialista. A terceira associa-se ao planejamento soviético e seus planos de desenvolvimento econômico; a segunda com a linha gradual e conciliada que foi típica na história da Inglaterra; e a primeira, que Lenin chamava de via prussiana ao capitalismo, associa-se justamente à grande aristocracia rural que toma a frente do processo de modernização e força uma burguesia ainda fraca a se dinamizar, tendo as elites agrárias como vanguarda do processo. Tomando a Alemanha e o Japão como exemplos, Moore Jr. assevera que ela se caracteriza quando esta elite impõe formas de modernidade de produção no campo, produzindo um maior excedente econômico sem que haja a liberação das relações de dominação tradicionais no campo da produção.

No Brasil, segundo José Mauricio Domingues (2004) em diálogo com Moore Jr., os grandes proprietários foram os agentes da modernização e a modernidade foi sendo instalada em solo brasileiro sem que a liberdade ganhasse espaço. Em linhas gerais, a modernização conservadora pode ser entendida como a instalação de relações modernas ao mesmo tempo em que as elites controlam os processos de desencaixe, ou seja, mantendo as subjetividades coletivas sob estrito controle.

Essa ênfase sobre a modernização tem um peso político grande, conforme afirma Flávio Nogueira (2013). Se antes da Era Industrial um Estado só era considerado forte se detivesse grandes extensões de terras e milhares de povos como vassallos, agora o poder é medido pela capacidade industrial e tecnológica, considerada como a única forma de se ter a disposição recursos para empregar na área militar:

[...] a estrutura social existente nas nações defasadas proporcionava uma grande restrição à modernização. Isto ocorre principalmente pela manutenção da organização social camponesa. A manutenção de uma estrutura camponesa autossuficiente, onde o possuidor do meio de produção não era o detentor integral do excedente econômico, não estimulava a adoção de técnicas produtivas mais avançadas e a acumulação de capital. As nações que buscaram se modernizar sem alterar a estrutura interna vigente tiveram que contornar de alguma forma as referidas limitações impostas. (NOGUEIRA, 2013, p. 19).

Diante do exemplo da Inglaterra durante o século XIX, que tinha ao seu dispor quase ilimitados recursos industriais e econômicos e fazia valer essa supremacia em forma de poder militar sobre o planeta, ficou cada vez mais claro para as elites do mundo, conforme assevera Nogueira, que o poder na arena internacional estava vinculado necessariamente ao modernizar-se para mobilizar recursos tecnológicos e industriais frente aos Estados rivais. A tecnologia passava então a ter um papel político importante na geopolítica internacional (NOGUEIRA, 2013).

O peso da indústria na política se coaduna com as reflexões de Max Weber quando analisou o caso alemão e explicou porque seu país não conseguia apresentar um desenvolvimento capitalista equivalente ao da Inglaterra. Assim, comparando os casos entre ambos os países, criou dois tipos ideais, ou seja, dois caminhos para o desenvolvimento capitalista. O primeiro tipo é o *desenvolvimento economicamente orientado*, onde as forças econômicas desenvolvem-se aliadas a um pensamento racional e tendo apoio de um aparato administrativo. O segundo seria o *capitalismo politicamente orientado*, onde as forças econômicas ainda são fracas demais para terem autonomia e gerarem a dinamização holística do social. Nesse caso, o vetor principal para gerar o dinamismo capitalista é o Estado. As conclusões de Weber são válidas ao mostrarem como determinados países, por não terem certos fatores que levam ao desenvolvimento, acabam abortando-o ou distorcendo-o (FREITAS PINTO, 2006).

Florestan Fernandes (2008) aponta que a situação brasileira está diretamente ligada ao contexto do capitalismo dependente e politicamente orientado. Nele, as formas de dominação apresentam dois polos. O primeiro é interno, representado por grupos sociais que se beneficiam

da extrema concentração de riqueza, status e poder, articulado por um estilo político caracterizado por formas autocráticas; o discurso supostamente democrático e patriota destes grupos oculta seu particularismo e autoritarismo.

Dentro desse esquema de modernização controlada pelo alto, é possível falar naquilo que Florestan Fernandes chamava de *resistência sociopática à mudança*. Em outras palavras, os grupos dirigentes desfrutam da ordem social competitiva, mas a transformam em um sistema fechado, controlando ao máximo os processos de desencaixe e dinamização. Tais classes e frações de classe empenham-se em dominar a representação política perante o Estado; a democracia é limitada, a sociabilidade é posta sob forte domínio e intenso controle violento dos conflitos e das relações de trabalho.

Há uma relação direta entre mudança social e controle político. Isso porque o controle da mudança, seja ela conservadora, democrática ou socialista, depende de um nível determinado de Poder. Fernandes (2008) aponta que a mudança depende de fatores políticos, por isso, em países dependentes, os grupos dominantes inclinam-se a formar coalizões oligárquicas e autocráticas de forma a equacionar seus interesses no plano interno e externo. A mudança social conservadora se reatualiza em novos contextos com o fortalecimento da dimensão repressiva do Estado. Desse modo, existem três áreas onde se desdobra esse processo conservador e teocrático: primeiramente, há uma intensa polarização política; em seguida, ocorre a expansão de uma forma de democracia restrita e, por último; a transferência de práticas autocráticas de dominação para a esfera do Estado. Em outras palavras, a modernização dependente e conservadora não muda radicalmente as estruturas e práticas de dominação, mas repõe novas formas de controle autoritário sobre grupos subalternos. O patrimonialismo, o personalismo e o autocratismo caminham lado a lado com formas modernas de relações sociais.

Quando se discute os caminhos possíveis para se chegar à modernidade, precisa-se levar em conta de que não se trata de acreditar que o tradicionalismo ou conservadorismo é melhor ou pior do que a modernidade, pois ambos apresentam dilemas, paradoxos, contradições, custos sociais, vantagens e desvantagens. O verdadeiro problema, segundo Florestan Fernandes (2008), é que o tradicionalismo deixou de ter sentido histórico e não pode mais responder às demandas do mundo, agora em processo contínuo de desencaixe. Seu alcance social e político é limitado e seu custo de manutenção resulta na deformação da ordem social moderna e pelo patrimonialismo e pelo mandonismo, descaracterizando a igualdade jurídica e política e limitando os efeitos da competição econômica.

Portanto, havia muitos caminhos para a modernidade que poderiam levar a diferentes tipos de sociedade. O caso brasileiro, da modernização conservadora e da Operação Amazônia, encetava uma forma típica de Sociedade e de Estado: capitalista, controlada e tecnocrática. O intuito era dinamizar a civilização brasileira e combater o comunismo, colocando sob estrita vigilância setores descontentes ao frear tanto quanto possível a liberdade — segurança jurídica e paz social para dinamização social e vigilância sobre trabalhadores, sindicalistas, artistas, estudantes e professores.

Os caminhos que a Amazônia passou a trilhar pós-1964 combinam-se com o contexto mundial dos Trinta Anos Gloriosos do Capitalismo (1945-1973). Os debates a respeito dos caminhos que a região deveria tomar, a justificação ou não da Operação Amazônia, bem como quais seriam as consequências desse modelo, seriam cruciais para a inteligência regional, pois dividiria opiniões, criaria tendências e ainda hoje é objeto de estudo a nível do pensamento social e político a respeito da Economia Política do Regime Civil/Militar para a Amazônia.

Vimos como foram os dilemas e contradições da modernização nacional e regional, e como isso criaria sérias consequências para as sociedades amazônicas. Agora, na próxima sessão, vamos abordar esse processo a nível do debate intelectual amazônico da primeira metade do século XX, para demonstrar os caminhos que as elites dirigentes tomaram para tirar a região da estagnação. Todos esses processos teriam influências sobre o pensamento de Leandro Tocantins e Arthur César Ferreira Reis.

5. ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS E LEANDRO TOCANTINS: O DEBATE INTELECTUAL E A QUESTÃO AMAZÔNICA NO SÉCULO XX.

Mostramos nos itens anteriores como a integração da Amazônia ao Brasil foi um acontecimento conflituoso, redundando na aniquilação de milhares de sociedades milenares e como a região norte alcançou grande importância durante fins do século XIX e início do século XX em virtude das exportações de borracha, que chegou a ser o segundo produto mais importante das exportações nacionais, ficando apenas atrás do café. Contudo, a borracha de origem asiática, mais barata e produzida em maior quantidade, ganhou todo o mercado antes ocupado pelo látex Amazônico. Isso desencadeou uma crise sem precedentes na região, tornando-a sem relevância social e política para o Brasil.

Diante desse quadro de crise, as elites⁴⁶ se defrontaram com o seguinte problema: como seria possível recuperar a importância perdida? A partir do momento em que a região amazônica se tornou um problema social e político, os grupos dirigentes procuravam soluções políticas e econômicas capazes de recuperar o prestígio da região e desfazer as noções que haviam a respeito dela: de que sua imensidão e sua peculiaridade ambiental tornaram-na imprópria para o progresso econômico.

É desse modo que os filhos das elites locais, como representantes destes grupos sociais majoritários, passaram a refletir a respeito dos caminhos e contradições que cercavam a região. Conforme assevera Ribeiro (2015), esses indivíduos se incumbiram dessa tarefa ao se tornarem intelectuais, organizadores da cultura local, legítimos intérpretes do mundo regional e os únicos capazes de apontar quais os rumos que a região deveria seguir — desejavam ser os guias espirituais da região:

Em meio à disputa com outros intelectuais da região — pelo poder legítimo de definir o lugar e as aspirações políticas das classes sociais da Amazônia no jogo de alianças entre grupos locais e forças políticas em âmbito nacional [...] desempenharam um papel relevante diretivo/organizativo na esfera política e cultural no Amazonas. As condições de possibilidade que lhes permitiram assumir certas posições políticas e ao mesmo tempo responder intelectualmente aos impasses da nossa modernização encontram-se nas relações sociais de classe, no interior das quais certas classes e frações de classe forneceram os quadros intelectuais que disputaram a primazia de

46 Vilfredo Pareto define as elites como uma camada que se sai bem em qualquer domínio da vida. São divididas em duas: elite governamental e não governamental. A elite governamental se impõe sobre os outros grupos pela força ou pela astúcia. É a circulação das elites que move a história provocando mudanças na estrutura de poder (FREITAS, 2018). Bourdieu, por sua vez, coloca a questão das elites sob o contexto de *habitus* e do campo social, caracterizando-a como grupos ou indivíduos que concentram recursos econômicos, políticos e culturais situados no horizonte das disputas sociais (WACQUANT, 2013).

conduzir a região no debate político nacional em torno de um projeto nacional de desenvolvimento. (RIBEIRO, 2015, p. 33).

Em suas obras, prossegue Ribeiro, procuraram compreender e interpretar a singularidade que cerca a formação social amazônica, seus rios, suas florestas, seus povos, sua cultura e sua economia, bem como entender quais os nexos globais que a influenciavam. Em torno das suas obras, nota-se a premissa de que os desequilíbrios regionais deveriam ser combatidos com uma ação coordenada e planejada pelo Estado, através de uma política de integração da região à nação, o que resultaria de um amplo processo de construção nacional. Era necessária a criação de dispositivos jurídicos e políticos, planos econômicos e investimentos em pesquisas científicas no âmbito federal para corrigir os desequilíbrios regionais que assolavam o Brasil. Tais dispositivos poderiam retirar a Amazônia do atraso e do esquecimento. Intelectuais como Djalma Batista, Leandro Tocantins, André Vidal de Araújo, Araújo Lima, Arthur César Ferreira Reis, Agnelo Bittencourt, Samuel Benchimol e Armando Mendes contribuíram para lançar luzes sobre a peculiaridade da questão amazônica e mostrá-la não como um espaço de ninguém, mas como um lugar diverso culturalmente que fazia parte do Brasil e, por isso, deveria receber atenção por parte dos planejadores e políticos da esfera federal — era uma área imprescindível para o desenvolvimento nacional.

Esses intelectuais carregavam para si uma missão que não se limitava em entender a região e propor caminhos para ela, mas também em atuar politicamente para fazer valer suas ideias no campo político. O alcance que seus estudos tiveram sobre a questão regional pode ser medido pelo grau de institucionalização de suas ideias, aponta Ribeiro (2015), a forma como foram incorporadas ou inspiraram estatutos, leis, projetos e políticas públicas. Seus preceitos não estavam dissociados da sua atuação política: Araújo Lima integrou a Secretaria de Saúde da prefeitura de Manaus, o SPVEA e o INPA (Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia) foi presidido por Arthur César Ferreira Reis, que também foi governador interventor durante o golpe de 1964 e um dos ideólogos da Operação Amazônia; Djalma Batista também presidiu o INPA; Leandro Tocantins foi amigo de Getúlio Vargas e integrou o governo do Amazonas durante a gestão Arthur Reis, a Embrafilme e o Ministério das Relações exteriores durante a ditadura militar; Benchimol, economista, professor universitário, empresário, liberal, também participou dos debates públicos à cerca dos caminhos que a região deveria tomar. Portanto, exerceram um papel diretivo e organizativo acerca dos fenômenos e dos fluxos sociais regionais na primeira metade do século XX.

Eis o grande problema pelo qual as elites dirigentes se defrontavam. Havia a necessidade de criar uma unidade entre as forças sociais e imprimir uma direção para o desenvolvimento e integração da região. Era preciso criar um clima propício para o desenvolvimento econômico. A situação regional era dramática, pois enquanto o Brasil se desenvolvia com grande velocidade a partir da industrialização baseada na substituição de importações, a região estava distante de todos esses eventos, como se não fizesse parte do mesmo país.

As ações desses intelectuais, inseridos dentro de um contexto de estagnação econômica, procuravam responder às perguntas que eram postas pelo seu tempo histórico. Seus livros, artigos de jornais, pronunciamentos na imprensa, articulações com grupos políticos e com tecnocratas, mostravam a tentativa de serem tornarem os portadores legítimos dos diagnósticos e das soluções para a região. A Amazônia, em suas obras, era o tema-chave e o problema social e político que procuravam responder, recolocando-a dentro da questão nacional.

Foi previsível que esses autores tenham apoiado a Operação Amazônia e a ditadura militar, pois foi a partir dela que a região passou a ser integrada nacionalmente, na medida em que a economia política da ditadura respondeu aos anseios das elites dirigentes locais e dos intelectuais regionais. Portanto, o alinhamento era tanto pragmático quanto ideológico. O regime se apresentava como nacionalista e preocupado com a integração, exatamente como era o corpo de ideias desses pensadores.

Antônio Pereira de Oliveira (2001) percebe que há uma característica que norteia todas as ideias dessa geração de intelectuais. Por pertencerem a uma época onde a região estava afundada no marasmo social e econômico há várias décadas, a economia política da ditadura militar acabou sendo recebida com relativo otimismo. Algumas de suas obras funcionaram mesmo como criadoras de um clima de aceitação para as medidas autocráticas do Regime de 1964. Era uma geração que via a integração da região promovida pela ditadura apenas em termos do desenvolvimento econômico.

O tempo histórico é um fornecedor de questões e hipóteses para aqueles que pretendem refletir sobre as contradições e lutar para ter um lugar legítimo como dirigente cultural da sua sociedade. Nenhuma sociedade propõe questões que não consiga responder. Os problemas e as hipóteses aventadas por esse estrato intelectual respondem a demandas sociais e de grupos sociais na busca de conseguir direcionar o caminho que a região deveria seguir e de estabelecer uma determinada relação entre Sociedade e Estado. É dentro desse esquema que é preciso compreender a intelectualidade regional.

A Amazônia surge tanto como objeto de conhecimento como objeto político a partir da questão regional, conforme aponta Hélio da Costa Dantas (2011) em diálogo com Marco Aurélio Coelho Paiva (2000). De forma análoga às oligarquias agrárias do Nordeste que usaram a seca como instrumento político, as elites extrativistas e políticas do Norte lançaram mão da quebra do monopólio de exploração da borracha pela Ásia como uma chave explicativa para a crise. O regionalismo amazônida nasce, portanto, como uma reação às contradições da economia extrativista e exportadora. Diante do imperativo de criar um novo caminho para a decadência vivida pelas oligarquias é que elas irão formular um discurso e incentivar uma série de investigações sobre a região.

Para dar vazão a este projeto são criadas algumas instituições para aglutinar e legitimar a elite intelectual, bem como direcionar forças para a problemática do desenvolvimento: surgem o Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas (1917) e a Academia Amazonense de Letras (1918). A partir deste marco que se iniciará a construção de um discurso regionalista sobre a Amazônia.

Conforme aponta Dantas (2014) em convergência com Paiva (2000), a análise das causas da crise regional vai ser uma preocupação constante das elites. É a partir da busca pela resolução desse problema que vai surgir um discurso regional sobre a Amazônia. Paiva aponta como se deu esse movimento de busca por uma nova opção econômica e que desembocou na procura de novas narrativas culturais e políticas:

[...] a necessidade de vislumbrar uma nova alternativa não só econômica mas também política e cultural para a região em crise (...) e, com isso, recolocá-la e readaptá-la no âmbito de um novo contexto nacional e internacional, constitui o fator propulsor para as elites (...) decadentes tentarem reformular o conjunto de investigações acerca da Amazônia e, nesse bojo, aglutinar os setores intelectuais aí existentes. (PAIVA, 2000, p. 46-47).

Ao se referir a Manaus, Paiva demonstra que, em um primeiro momento, a cidade estava mais ligada cultural e economicamente à Europa, mas, com o fim da bonança extrativista, este eixo se desloca para o centro da nação como lugar privilegiado de reflexão. Portanto, o Amazonas é ilustrativo de um caso específico de fenômeno que ocorreu em todo o Brasil, que foi a forma como as oligarquias regionais resolveram o problema região/nação:

Somente depois, com a eclosão da crise, a realidade nacional passou a ganhar importância propriamente política para os setores dirigentes da região. O processo de decadência econômica, portanto, fez com que a elite manauara do período se mobilizasse no sentido de buscar alternativas eficazes ao

estancamento da crise em curso. Foi exatamente nesse contexto que tanto se montou o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA) e a Academia Amazonense de Letras (AAL), [...] quanto desmontou-se a Universidade Livre de Manaus, fortalecendo-se apenas a Faculdade de Direito. Por conseguinte, o perfil institucional traçado para estas agremiações viabilizou a construção no curto prazo de uma visão “ensimesmada” da região a partir de uma nova busca política de adequação a uma realidade nacional. (PAIVA, 2000, p. 89).

O autor conclui que, mesmo que estas instituições e intelectuais pouco tenham conseguido fazer para estancar a decadência da economia extrativista, a partir da ruptura autoritária de Getúlio Vargas em 1930, as mudanças do Estado brasileiro tornaram necessária uma nova legitimação ideológica (PAIVA, 2000). Nesse caso, vemos as elites regionais se movimentando em um horizonte de eventos de crise e mudança social para se colocarem como os legítimos portadores dos anseios regionais. Dessa forma, os intelectuais provindos destas classes e grupos fazem com que os planos, desejos e intenções políticas de suas frações e facções tornem-se os desejos de toda uma região.

É a partir daí que os intelectuais da Amazônia vão confluír para um projeto intelectual que desse visibilidade ao norte, então sofrendo com uma profunda crise desde o início do século XX, descreve Dantas (2014). São criadas instituições que buscam agregar intelectuais nativos, legitimados a falar pela região e apontar os caminhos para superação da crise. Jornalistas, professores, polígrafos e outros vão se juntar nessa tarefa de criação de uma identidade para a Amazônia.

Nesse contexto serão lançadas obras que buscam estabelecer um cânone sobre a Amazônia⁴⁷. Em outras palavras, criar uma tradição no âmbito da literatura e do pensamento social que legitimasse a posição desta elite cultural como porta voz da sociedade amazônica. Nesse movimento de construção da identidade regional, Euclides da Cunha surge como um nome preponderante. Obras como *À Margem da História* e *Paraíso Perdido* vão se tornar a pedra fundamental de todo esse projeto político e cultural de revelação da Amazônia ao Brasil (DANTAS, 2014; PAIVA, 2000).

Nesse contexto em que se procura formular quem seriam os autores essenciais para a interpretação da região, Euclides da Cunha acaba aparecendo como um autor obrigatório entre aqueles que se propunham a interpretar a Amazônia. O ensaísta Péricles de Moraes, por exemplo, passa a elogiar autores que se aproximariam do estilo literário de Cunha e critica aqueles mais

47 Paiva (2000) destaca *A Intelectualidade do Extremo Norte*, de Anísio Jobim (1934); *Intérpretes da Amazônia*, de Péricles de Moraes (1935) e *Letras da Amazônia*, de Djalma Batista (1938).

heterodoxos que se distanciavam do autor de Canudos. Desse modo, autores como Alberto Rangel e Alfredo Ladislau ganham a simpatia de Moraes como legítimos intérpretes regionais, enquanto Abguar Bastos e Francisco Galvão são criticados por suposto “excesso de modernismo” (PAIVA, 2000; DANTAS, 2011). Péricles Moraes (2001) apresenta Euclides da Cunha como o grande revelador da região que, ao combinar arte e ciência, vai se aproximar de uma visão totalizadora de uma Amazônia impenetrável que até aquele momento só tinha sido percebida de forma fragmentada e distorcida. É dessa forma que Cunha será apontado como o marco inicial do conhecimento regional. É apenas a partir de seu estilo barroco, positivista e literário, defende Moraes, que os estudos sobre a região deveriam trilhar.

Na contramão dessa proposta mais literária há o estilo científico e sociológico do médico Araújo Lima, apontado na sua obra *Amazônia, a Terra e o Homem* (1933). Nela, o escritor busca superar o que ele chamava de uma visão mistificadora sobre a Amazônia:

A opinião crítica [...] tem oscilado sempre, ao definir a região amazônica, entre os arroubos de exaltação otimista e os libelos de um pessimismo fulminador (...). Desse erro de visão atordoada sobressaem as lendas, as fábulas, as superstições, toda essa trama de percepções errôneas e deformadas, que a ignorância e o pavor inspirado por tais paragens fantásticas entretecem no cérebro dos observadores longínquos e desavisados [...] em sã verdade, a região é mal vista, pouco conhecida, erroneamente interpretada [...]. O homem só, escoteiro, sem guia, sem saúde nem cultura; sem defesa nem proteção; sem preparo nem prévio trabalho adaptativo, o homem do Amazonas campeia naqueles cenários como um gigante, inconsciente de sua bravura, a afrontar e a vencer, a natureza hostil e agressiva. Foi o violador de um mistério geográfico; foi o desvirginador dessas matas sombrias; foi o decifrador do enigma em que a natureza dissimulou os riscos mais temíveis sob a aparência imponente da mais fascinadora obra da criação. (LIMA, 1975, p. 45-47).

Pode-se notar a diferença entre os discursos de Moraes e Lima. O primeiro centra seu olhar sobre aquilo que é tido como o genuíno da região: a natureza. Já o segundo se preocupa em desvendar a vida do homem na Amazônia e combater os preconceitos de ordem racial e geográfica que tentavam colocar a região como espaço impossível para o desenvolvimento da civilização. Portanto, o homem amazônico não seria inatamente preguiçoso ou incapaz para o trabalho, mas era mal alimentado e vítima de uma formação cultural distorcida.

Conforme aponta Ribeiro (2015), Araújo Lima, munido do conhecimento da sociologia, geografia e medicina, tornou-se uma referência para aqueles que procuravam explicar o atraso da região a partir de uma perspectiva científica, se contrapondo aos estigmas imputados à região concernentes ao determinismo geográfico e racial:

Araújo Lima elabora uma crítica aos que acreditam na incapacidade do homem amazônico incorporar os ideais civilização e progresso. Nesses termos é que a questão nacional se mostra como pano de fundo no qual estão dispostos os dilemas da integração regional. Sua crítica endereçada aos estigmas imputados ao homem e ao clima amazônico visa demonstrar que a verdadeira causa do subdesenvolvimento regional é a falta de uma ação coordenada pelo poder público federal na área sanitária para garantir a saúde dos habitantes locais, investir maciçamente na educação e criar um fundo de investimento para financiar a indústria regional. (RIBEIRO, 2015, p. 64).

O parâmetro desse pensamento procura reabilitar o índio como figura importante na formação nacional, e não como um empecilho ao progresso, como anteriormente se pensava⁴⁸. O problema do meio e da raça são nublados em função da questão social, educacional, histórica e higiênica. Dessa forma, Araújo Lima opõe-se às noções de seleção telúrica e determinismo geográfico propagados por Euclides da Cunha e Oliveira Vianna. Em outras palavras, o autor apresenta novas discussões sobre a formação da cultura nacional ao propor um novo pacto federativo que corrija os desníveis entre as regiões brasileiras.

Os movimentos culturais e políticos de formação das identidades regionais defrontaram-se com variados projetos e ocorreram de forma diferenciada em cada região brasileira. Dantas (2014) aponta para as diferenças entre as propostas de Cassiano Ricardo e sua ênfase na ação dos bandeirantes na formação nacional; do intelectual tradicionalista Alceu Amoroso Lima, quando defende a cultura mineira como imprescindível para a construção nacional; por fim, aquela que pareceu a proposta vencedora entre aquelas que haviam na época, de Gilberto Freyre, com o patriarcalismo como célula primordial da sociedade brasileira.

A questão regional e a cultura eram problemas que lidavam com a formação nacional, por isso, a partir de 1930, foram tomadas pelo Estado e destituídas de suas nuances locais para servirem a um determinado projeto político. Contudo, como aponta Dantas (2014), tal empreitada não foi totalmente bem lograda, pois os debates acerca da relação entre o regional e o nacional se mantiveram até a década de 1960, quando venceu a proposta de Freyre, que preconizou ser o Brasil um arquipélago cultural, cujo todo se afirma pelas partes.

Oliveira demonstra como a crise do extrativismo vai se tornar um momento em que as elites vão se preocupar em assegurar seus lugares privilegiados de poder e mando:

O aprofundamento da crise do extrativismo constitui o momento crucial em que as elites vão se preocupar em assegurar suas condições materiais de existência, mesmo que isso signifique manter-se dependente, em outro nível,

48 A visão do índio como preguiçoso e incapaz, tomado como um obstáculo ao desenvolvimento capitalista, é uma visão ainda forte nos dias de hoje.

do processo de reprodução ampliada de capital. Diante disso, é importante salientar que a Amazônia, diferente do Sul e Sudeste, permanecia presa a uma economia extrativista e, portanto, com participação diferenciada no âmbito do capitalismo mundial e nacional. (OLIVEIRA, 2001, p. 67).

Prossegue afirmando que os portadores destes discursos apresentam uma certa uniformidade interpretativa concernente aos caminhos a serem trilhados pela sociedade amazônica, encarnando uma certa autoconsciência local a respeito dos problemas regionais, principalmente a partir do pós-guerra. Intelectuais como Agnelo Uchoa Bittencourt, com *Aspectos sociais e políticos do desenvolvimento regional* (1962), Samuel Benchimol, com *Desenvolvimento Econômico e Planejamento* (1957) e Djalma Batista, com *O Complexo da Amazônia* (1976), demonstram uma defesa de uma ação forte do Estado militarizado na resolução dos problemas regionais:

[...] um tipo de desenvolvimento pautado pela intervenção do Estado na economia. Uma intervenção que consistiu, basicamente, em carrear recursos para a região, através de instituições de desenvolvimento, com objetivo de estimular os investimentos privados. Essa experiência constituiu a base sobre a qual se elevaram as formulações dos intelectuais que apoiaram outras iniciativas do Estado brasileiro com vistas ao desenvolvimento da Amazônia. (OLIVEIRA, 2001, p. 68).

Ao defenderem uma forma de relação entre Estado e Sociedade para sanar os problemas regionais, adaptaram as correntes de pensamento desenvolvimentistas ao contexto local:

[...] configuradas nas seguintes linhas gerais: a) na necessidade de integração da região à Nação; b) na impossibilidade de impulso econômico regional; c) na ocupação da região e d) na necessidade de um impulso “extra-local” por parte do Estado ou grupos privados (nacionais ou estrangeiros) que possam ativar a poupança interna para sair da situação de estagnação. Ou seja, da crise econômica extrativista. (OLIVEIRA, 2001, p. 68).

A ideologia da *belle époque*, baseada no lucro fácil, no extrativismo e no liberalismo econômico vai sendo superada pelas mudanças do capitalismo industrial e substituída pela noção de que, para resolver os desequilíbrios regionais, o Estado deve intervir de forma explícita e planejada. Oliveira (2001) aponta que tal concepção foi o arrimo ideológico que tornou possível a criação da SPVEA, que veio a se transformar, a partir do regime de 1964, na SUDAM, com a consolidação da Zona Franca de Manaus e, conseqüentemente, da Operação Amazônia.

O pensamento político de Batista e Benchimol, especificamente, está tomado pela preocupação de uma ação do Estado nacional sobre a Amazônia. Batista defendia que a região era uma esfinge a ser desvendada através de um estudo profundo de suas singularidades tanto culturais quanto ambientais. O desenvolvimento, para o médico amazonense, não se resumia à questão econômica, mas abarcava sobretudo as dimensões culturais e sociais, tendo sido ele um grande defensor de investimentos maciços em ciência e tecnologia na Amazônia. O empresário, economista e professor Samuel Benchimol, por sua vez, defendia uma Estratégia para a Amazônia baseada na intervenção federal dos grandes projetos da ditadura militar, ocupação das fronteiras, dinamização econômica e elevação dos padrões culturais dos povos da região (SILVA; RÉGIS; MARINHO, 2019).

Os autores da época compartilhavam um vocabulário político comum de defesa de uma máquina estatal capaz de exercitar uma economia capitalista modernizante e autoritária, e pela chegada de um grupo político capaz de fazer valer os projetos dos grupos sociais aos quais pertenciam. Muito embora não se possa falar em alinhamento automático, em razão de que os grandes projetos da ditadura militar eram vistos ora como benéficos, pela dinamização econômica, ora como defeituosos, em virtude do crescimento desordenado das cidades e da depredação ambiental.

Portanto, o nascimento de um discurso regionalista sobre a Amazônia está diretamente ligado ao imperativo criado pela estagnação econômica. Urgia que as elites regionais criassem instituições que pudessem legitimar seus intérpretes e apresentar com seus estudos os caminhos possíveis para a Amazônia, ao mesmo tempo em que procuravam combater os estigmas atribuídos a ela. É a partir desse horizonte de eventos políticos e sociais que muitos atores intelectuais lançarão muitas obras debatendo as razões da crise e as possibilidades da modernidade de território amazônico. Será um momento extremamente prolífico da vida cultural nortenha, onde surgirão os intelectuais Arthur César Ferreira Reis e Leandro Góes Tocantins.

Na próxima sessão vamos apresentar o pensamento político do primeiro objeto de estudo da tese: Arthur César Ferreira Reis. Será abordado primeiro porque cronologicamente é anterior a Tocantins e serviu como forte inspiração deste, tendo inclusive inserido o autor paraense na vida política. Em um primeiro momento, buscaremos mostrar suas reflexões sobre a formação social do Brasil e da Amazônia. Em seguida, focaremos na forma como ele pensou o Poder, a relação entre Estado e Sociedade e a integração da Amazônia ao Brasil.

6. ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS: “O BRASIL NÃO TEM QUERIDO TOMAR CONSCIÊNCIA DO QUE REPRESENTA OU PODE REPRESENTAR A AMAZÔNIA.”

6.1 Perfil do Pensamento

As principais preocupações de Arthur Cézar Ferreira Reis eram compreender de forma científica a Amazônia e fomentar na juventude local um sentimento de civismo em relação aos problemas da região. Em sua trajetória de pesquisas e na atuação política para fazer valer suas ideias, teve uma intensa participação nos destinos políticos do Amazonas e da Amazônia; era uma situação ambivalente para alguém que não se considerava um político e ponderava-se como neutro e acima das disputas políticas e ideológicas. Além de ser professor, historiador e escritor, foi também um destacado homem de Estado, estando muito próximo das esferas de poder, seja na década de trinta do século XX com a ruptura autoritária de Getúlio Vargas, integrando órgãos de governo, seja durante a República de 1946 ou como governador do Amazonas a partir da Ditadura Civil-Militar.

No início da década de trinta publicou seu livro de estreia, *História do Amazonas*, considerado por alguns historiadores como o início da historiografia no Estado (SOUZA, 2009). Esse seria o primeiro da publicação de dezenas de livros sobre a Questão Amazônica e o Brasil. Não foi historiador de formação, aprendeu historiografia de forma autodidata, lendo o acervo tanto da família quanto das bibliotecas do Estado. Em suas pesquisas chegava a ficar cerca de quatro horas dedicando-se à leitura dos arquivos.

A legitimação intelectual de Arthur Reis, conforme aponta o historiador Hélio Dantas em entrevista exclusiva para esta pesquisa⁴⁹, está diretamente vinculada ao seu período formativo, quando cursou Direito no Rio de Janeiro e estabeleceu vários contatos com intelectuais da então capital brasileira:

A legitimação intelectual [...] depois que ele se formou, o próprio período formativo dele no Rio de Janeiro, ele já faz contatos lá que vão garantir conquistas e inserções para ele no campo intelectual. Ele conhece o Rodolfo Garcia, que na época era secretário da Biblioteca Nacional, ele conhece o Max Fleyus [...] que atuava no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que fez a indicação dele para sócio correspondente do Instituto em 36. Mesmo ele estudando Direito lá no Rio de Janeiro ele já fez essa orientação mais para pesquisa histórica fazendo contato com esses caras que eram nomes veiculados à pesquisa em História no momento. Ai quando ele retorna para

49 Entrevista concedida em 18/10/2019, às 16:00. Manaus, Colégio Amazonense Dom Pedro II, Seção de Arquivos.

Manaus em 28 [...] a atuação intelectual dele é muito intensa, ele atua no jornalismo, mas principalmente na imprensa, no magistério e escreve livros. Ele publica o primeiro livro dele muito jovem com 28 anos [...] Mas por outro lado, a atuação é bem intensa e ele já sai consagrado. Em 38 quando ele viaja pro Pará, o Anísio Jobim⁵⁰ faz o discurso dele de despedida lá no IGHA e é super elogioso. Ao longo do final dos anos 30 e anos 40 eu digo que ele soube trabalhar muito bem essa coisa de pesquisador sobre a História da Amazônia, que pra mim um ponto crucial é quando o José Honório Rodrigues que era diretor da Biblioteca Nacional convida ele pra fazer o prefácio de quando a Biblioteca publica o chamado Livro Grosso do Maranhão. Ele é chamado pra fazer o prefácio justamente pelo conhecimento que ele tem de história da Amazônia [...] Em 48 ele já estava colhendo frutos significativos em nível nacional em reconhecimento ao trabalho dele. (DANTAS, Entrevista de Campo, 2019).

Até o final da década de quarenta ele já estava consagrado como um legítimo intelectual habilitado a pensar a sociedade amazônica e propor os caminhos para o seu desenvolvimento. A consagração política do historiador e professor se dá com a sua indicação pelo então Presidente da República Getúlio Vargas para ocupar a direção da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953. Tal fato causaria uma polêmica nos meios políticos ligados ao trabalhismo no Amazonas⁵¹, pois Reis era vinculado aos quadros da UDN e aos setores conservadores brasileiros:

Já a consagração política, eu vejo assim, ali naquele período de final dos anos 40 até meados dos anos 50 ele passa a atuar em cargos técnicos. Ele era funcionário do Ministério do Trabalho e ele passou a atuar em vários cargos técnicos [...] Tem dois cargos de alto escalão em que ele passa a ocupar. O primeiro deles é a SPVEA; ele é indicado pelo próprio Vargas. Essa indicação tem um peso considerável, porque o Arthur não era filiado ao PTB, e isso causou controvérsias; o Plínio Ramos Coelho, que era governador na época inclusive envia um telegrama pro próprio Vargas [...] dizendo assim: “olha você chamou esse cara pra superintendência da SPVEA e ele tá indicando só gente da UDN, não tem ninguém do PTB nos altos cargos, e o senhor como chefe maior do PTB no país deveria tomar alguma providência”. Então, assim tem um peso, né? Ele ter sido indicado pelo Vargas para ocupar o cargo. Em seguida ele sai e assume a direção do INPA [...]. (DANTAS, Entrevista de Campo, 2019).

Outro fato reside na sua aproximação com setores intelectuais ligados ao militarismo. O próprio Reis chegou a dar aula na Escola Superior de Guerra, sendo um dos formuladores da Doutrina de Segurança Nacional e participou de uma tentativa de Golpe de Estado que foi malograda com o suicídio de Vargas. Esse fato foi determinante para sua indicação pelo então

50 Manuel Anísio Jobim (1877-1971) foi desembargador, escritor e político alagoano radicado no Amazonas.

51 Tal fato poderia ter sido o início de uma enorme desavença pessoal e política entre Reis e o então governador Plínio Coelho, ligado ao PTB.

ditador Castelo Branco – amigo pessoal de Reis desde a década de cinquenta – para o governo do Estado do Amazonas:

Eu sei outra coisa que pra mim garante essa consagração política do Arthur é ele estar vinculado aos setores conservadores, ao setores da direita brasileira gestando o que viria a ser o Golpe de 1964. Ou seja, ele está ministrando cursos no Instituto Militar de Engenharia, na Escola Superior de Guerra, que é o grande celeiro, que é aquela coisa da doutrina de Segurança Nacional, ainda durante o Estado Novo. Então ele é professor lá e ele mesmo fala [...] sobre o suicídio do Vargas que vai protelar em dez anos [...] o que ele chama de Revolução, porque ele vai participar justamente do momento de gestação do Golpe. Então ele era um cara que tava dentro desses círculos políticos militares que tavam pensando a dita intervenção militar [...] Isso pavimentou o caminho dele como político [...] Ele assumiu o governo indicado pelo Castelo Branco. Ele tinha conhecido o Castelo na década de 50, quando o Castelo Branco tinha vindo pra Manaus pra inaugurar o CIGS. Ai eles se conheceram e se tornaram amigos. Ai veio a indicação [...]. Então ele se torna uma referência no campo da política por causa disso, apesar de que o governo dele aqui foi muito controverso. (DANTAS, Entrevista de Campo, 2019).

Sua passagem pelo governo do Estado foi polêmica, pois ao mesmo tempo em que é lembrado pelas várias obras de impacto no Amazonas, também foi acusado de ser violento e autoritário. Trouxe para sua administração duas participações ilustres: o juiz, escritor e intelectual católico André Vidal de Araújo, nomeado para a Secretaria de Educação, e o escritor, poeta e historiador Leandro Góes Tocantins.

Lademe Correa de Souza divide a trajetória de Reis em três períodos:

1º) De 1920 a 1938 - momento que vai de sua inicial busca profissional, cursando Direito e escrevendo pequenos textos de história à edição do seu primeiro grande trabalho intitulado História do Amazonas, seguido de outros trabalhos importantes como Manáos e Outras Villas. Portanto, se configura em um período no qual já mostrava aos seus pares a intensidade de sua proposta. 2º) De 1939 a 1945 - do ano que se transfere para Belém, travando novas e importantes relações pessoais em busca de sua ascensão profissional à sua transferência para o Rio de Janeiro que marcou um período de apogeu, visto que era comum entre os intelectuais do Norte e do Nordeste ansiar por uma boa colocação nos quadros intelectuais do Sul. 3º) E de 1946 a 1990 - momento em que se estabeleceu no Rio de Janeiro como Diretor Geral da Divisão de Expansão Econômica do Departamento de Administração do Ministério do Trabalho, passando depois por diversos cargos sempre conciliados com o trabalho de produção historiográfica, que culminou com a publicação de seu mais célebre trabalho A Amazônia e a Cobiça Internacional. É importante destacar que poderão caber a esse último período diversas subdivisões por ser o mais extenso e por marcar um período importante de sua trajetória devido à sua atuação como governador do Amazonas (1964-1967), no período militar. (SOUZA, 2009, p. 17).

Conforme a citação acima, o primeiro momento é de formação, onde procura escrever textos de pequeno fôlego e se lança como o inaugurador da historiografia no Amazonas. No segundo momento em que vai morar em Belém e em seguida no Rio de Janeiro, trava novas relações que o possibilitam se colocar como um ator social relevante na vida intelectual brasileira. O terceiro momento, em que se encontra estabelecido no Brasil como legítimo intelectual da Amazônia, passa a atuar politicamente, tanto como tecnocrata de órgãos federais quanto como governador do Amazonas.

Reis está inserido em uma época em que a produção intelectual nacional intenta fundar uma identidade nacional. Portanto, é possível buscar relações entre ele, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, pois todos os estes possuíam as mesmas inquietações intelectuais — desejavam explicar a formação da nacionalidade brasileira. O contato entre estes dois autores e Reis era tido como cordial, conforme relata Souza (2009), com elogios referentes ao autor amazonense, de acordo com este trecho de Gilberto Freyre sobre Reis:

Notável é a contribuição que para uma interpretação lusotropical da Amazônia hoje brasileira vêm trazendo o professor Arthur Reis e seus discípulos. O historiador Arthur Cezar Ferreira Reis é especialista já antigo no estudo não só histórico-econômico como histórico-social de uma das mais importantes regiões não apenas brasileira como lusotropicalis: a Amazônia. (BRAGA, p. 21, s.d.).

Conforme aponta Lademe Souza (2009), embora Reis possa ser inserido dentro do mesmo contexto histórico e intelectual de Buarque e Freyre, como integrante de um grupo de pensadores e pesquisadores que procuravam compreender a identidade brasileira, ele tomou um caminho diverso dos dois. Foi o mais prematuro dos pensadores citados tendo lançado sua obra, *História do Amazonas*, em 1931, aos vinte e cinco anos, dois anos antes do autor pernambucano e cinco do autor de *Raízes do Brasil*. Souza também ainda estava ligado à teórica de um período anterior da produção histórica brasileira, cujo principal epicentro está no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A explicação usada para esse fato é que, aponta Souza, ao contrário de Freyre e Buarque de Holanda, Reis não teve uma carreira no exterior onde pudesse entrar em contato com teorias e metodologias consideradas de vanguarda e que estavam sendo usadas na Europa e Estados Unidos. O autor pode ser colocado entre um período da historiografia, ainda dominado pelo IHGB, cuja preocupação estava na construção de um perfil do Brasil, e outro, caracterizado pelo rompimento dessa historiografia tradicional e nacionalista, iniciada pelo lançamento de *Raízes do Brasil* e *Casa-Grande & Senzala*.

Souza (2009) apresenta ainda uma divisão da historiografia brasileira em três fases. A primeira do século XVI até o século XIX, a segunda do século XIX até o início do século XX e uma terceira que começa na década de 1930 até os dias atuais, que tem como marcos as obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, surgido em 1838 e que representa um marco ideológico para o segundo período, tinha como principal missão criar um perfil da jovem nação brasileira. Sua influência hegemônica sobre a historiografia vai do século XIX, cujo intelectual maior foi Adolfo de Varnhagen, até a década de 1920, tendo nomes importantes como Oliveira Vianna, Oliveira Lima, Capistrano de Abreu e Paulo Prado. Reis, mesmo entrando em contato com os renovadores do terceiro período quando lançou seu primeiro livro, *História do Amazonas*, possui fortes influências intelectuais do segundo período da historiografia, ligado à tradição dos Institutos Históricos e Geográficos.

Capistrano de Abreu influenciou uma geração que estava interessada em redescobrir o Brasil e suas peculiaridades. Queria compreender a multiplicidade do país, isto é, o Brasil litorâneo, o baiano, o paulista, o amazônico e o rio-grandense; esse paradigma influenciou bastante o projeto intelectual de Arthur Reis, que começou escrevendo uma síntese da história do Amazonas, indo em linha reta, do século XVI até o século XIX. Dispensou o que havia “antes”, pois assim como seu mestre Capistrano de Abreu, considerava os povos sem escrita como bárbaros e sem histórica; a tradição oral, por sua vez, não era digna de credibilidade. Em outras palavras, o documento escrito passa a ter atestado de verdade que não pode ser refutada (SOUZA, 2009).

Quando abordou várias questões referentes às contradições políticas e sociais do processo histórico amazonense e amazônida:

[...] foi aos documentos com verdades preestabelecidas na medida em que buscava constantemente justificar os feitos dos colonizadores, tornando-os modelos para a nova geração; portanto, esses deveriam aparecer sem máculas e quando porventura, essas fossem impossíveis de cobrir foram por ele justificadas em nome de um objetivo maior: a colonização/civilização. (SOUZA, 2009, p. 42).

Por outro lado, Leila Margareth Gomes (2009) mostra como as ideias na obra de Arthur Reis agem através de uma elite intelectual que se torna, a seu ver, agente privilegiada do progresso social e dos movimentos da sociedade. Em seus escritos há uma concepção idealista onde as ideias possuem uma existência separada da história, portanto, sua produção seria também ideológica e a expressão de valores determinados no tempo e no espaço. A vinculação de sua obra, diretamente ligada ao IHGB, à historiografia conservadora e às classes políticas

mandatárias da sociedade local, o coloca no contexto de construção de representações e significados da sociedade regional. Destaca também os traços do pensamento de Émile Durkheim na obra de Reis, ao localizar noções como “consenso” e “coesão” como centrais em seu pensamento de perfil organicista. A importância das normas e costumes para o estabelecimento da sociedade se sobressai a pouca importância dada aos chamados conflitos sociais, vistos como eventos temporários; a coesão e harmonia social seriam a tendência em todo organismo social. Há um foco maior sobre as generalizações dos processos históricos, que se sucedem de forma etapista, e sobre a eficiência de padrões de dominação, capazes de disciplinar por completo as populações subalternas. A ressonância do pensamento positivista está presente em Reis da seguinte forma:

a) as únicas verdades a que podemos e devemos nos referir são os enunciados das ciências experimentais: trata-se de verdades claras, unívocas e imutáveis; b) todo e qualquer tipo de juízo deve ser abandonado como sendo teológico ou filosófico; c) a função das ciências experimentais não é a de explicar os fenômenos, mas de prevêê-los para dominá-los; o que importa não é saber o “porque”, mas o “como” das ciências; d) o aparecimento da ciência esboçaria, para a humanidade, um mundo inteiramente novo, possibilitando-o viver na “ordem” e no “progresso”. Percebidas de forma isolada ou através do conjunto da obra deste autor, sobressaem em conceitos, formas construtivas e de análises iluminadas pelo positivismo. (GOMES, 2009, p. 55).

Essa perspectiva ortodoxa e sua ligação com estratos sociais de cima acabam por criar nele uma perspectiva que prioriza os homens do poder, os estadistas, as grandes transformações históricas e os grandes atos administrativos, deixando de lado a população comum, tomada em sua obra como figurante da história (GOMES, 2009). O processo histórico é guiado pelos grandes homens, não pela gente miúda; sempre busca em sua obra grandes sínteses de generalização histórica. Para a autora, a relevância de Reis se deve ao fato de que foi ele o responsável por modificar as representações que o Brasil tinha da Amazônia:

Percebemos essa mudança de representação da Amazônia após sua inserção nos quadros teóricos da modernidade, a partir dos quais ele construiu novos modelos e imagens sobre a região, e um envolvimento direto com essas “novas” idéias, não apenas no âmbito intelectual, mas também através de sua participação efetiva como administrador público. Com a participação de Reis, a Amazônia foi inserida no projeto desenvolvimentista da Administração Pública Federal, segundo o modelo de integração nacional implantada pelos governos militares. Reis foi um homem do seu tempo, a sua obra também, confundindo, assim, criador e criatura. (GOMES, 2009, p. 21).

Segundo Souza, Reis está inserido dentro de uma tradição de pensadores que possui uma vasta formação humanista, diretamente ligada à tradição do Iluminismo:

Sua obra abrange os mais diversificados horizontes de conhecimento sejam históricos, geográficos, sociológicos, jurídicos, e com algumas incursões antropológicas. Seguindo uma tradição humanista a cultura deveria ser vivida na sua plenitude. Ele e os outros pensadores partilhavam, de modo geral de um padrão minimamente consensual de cultura, ciência e conseqüentemente os mesmos aportes teóricos de fazer história. (SOUZA, p. 24, 2009).

Como homem da ciência e da política, seu objeto de estudo, o Amazonas, nas fases iniciais, e a Amazônia em sua fase de maturidade, expressam os projetos institucionais, políticos e coletivos de grupos sociais aos quais estava associado: os intelectuais regionais e as oligarquias locais. A ciência, portanto, estava inserida dentro de uma missão política. Um exemplo são os processos por detrás da instituição do Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA) do qual Reis foi o primeiro diretor:

[...] dentro de estratégias de construção nacional no Brasil, que implicaram um processo de nacionalização, apresentando-se como uma instituição pioneira no sentido de tomar para si, do ponto de vista de uma política científica nacional, uma conjunção de projetos internacionais, estaduais e locais. Arthur Cezar Ferreira Reis, no seu relatório de 1956, define a Amazônia como ‘um mundo por descobrir e identificar’, ‘um espaço aberto à ousadia dos mais dispostos’. Conferia-se assim à Amazônia o caráter de ‘fronteira científica’, ou seja, unidade sócio-territorial passível de incorporação dentro de um projeto de Estado que a toma como um desafio para o conhecimento. A este caráter de fronteira científica associava-se o caráter de ‘fronteira internacional’, uma vez que se apresentava como o denominador comum de diferentes projetos nacionais, bem como o caráter de ‘fronteira econômico-social’ enquanto objeto de frentes de expansão, área a ser incorporada dentro de propósitos nacionais, tais como desenvolvimento, integração e potência – esta última garantida sobretudo via expressão militar e poder nacional. (FAULHABER; TOLEDO, 2001, p. 12).

Vinculado ao conservadorismo, Arthur Cézar esteve profundamente comprometido com a construção de uma nacionalidade conservadora e de um processo de modernização vindo de cima para baixo, ancorado no militarismo, na tecnocracia e em uma elite intelectual. Portanto, a Amazônia é vista como uma fronteira “socioterritorial”, como lugar por descobrir, estudar, ocupar, explorar e servir a afirmação da nacionalidade brasileira (GOMES, 2009).

Arthur Cézar está situado dentro de um grupo de autores interessados em construir a nacionalidade brasileira com a Amazônia integrada ao complexo nacional. As datas

comemorativas, como o 5 de Setembro⁵², são tratadas dentro de uma perspectiva regional e indispensável para a composição do Brasil. Seu pensamento está presente na memória coletiva regional e utilizada de acordo com os interesses de determinados grupos. A incorporação da Amazônia ao Brasil é um dos pontos mais sensíveis da sua obra (GOMES, 2009).

A relevância de Reis para o Amazonas e para a Amazônia se dá tanto por sua atuação política, por ter influenciado um projeto de desenvolvimento regional, quanto pela relevância das suas dezenas de obras em que ajudou a compreender seus segredos e suas peculiaridades. Seu projeto intelectual e político criou um profundo impacto sobre a região amazônica, além de ter ajudado a definir a representação que o Brasil teria da Amazônia.

Arthur Cézar Ferreira Reis fazia parte de uma geração de intelectuais que, durante a crise do sistema extrativista, se ressentia da baixa relevância que o Estado do Amazonas e a região amazônica tinham em relação ao resto do país. Esse ressentimento provinha primeiro da subordinação do Estado em relação ao Pará logo após 1822 e, em seguida, a subordinação do Amazonas e da região em relação ao Sul do país. Sua obra foi uma tentativa contínua de combater essa inferioridade e mostrar como, apesar das dificuldades geradas pela natureza e pela imensidão do território, a civilização em meio à floresta florescia (SOUZA, 2009).

Nas próximas páginas, vamos interpretar a formação nacional a partir da obra de Arthur Ferreira Reis, em seguida, apresentaremos a visão do autor sobre a formação da Amazônia e, por fim, analisaremos seu pensamento político e a consequente defesa da modernização conservadora.

6.2 O Brasil Visto da Amazônia.

Arthur Cézar Ferreira Reis foi, além de historiador da Amazônia, pesquisador sobre a história do Brasil, tendo lecionado sobre o assunto tanto em Manaus quanto no Rio de Janeiro, em sua atuação como professor universitário. Sistematizou em dois livros seus estudos e conferências sobre a temática: *Épocas e Visões Regionais do Brasil* (1966) e *Aspectos da Formação Brasileira* (1982).

Em suas reflexões sobre a formação brasileira, nota-se como o autor procura demonstrar que a formação social e política do Brasil se deve tanto a sua diversidade regional quanto à capacidade dos portugueses de se adaptarem ao território, estabelecendo uma política de ocupação e dominação apropriada às suas necessidades. Foi a partir das diversidades regionais, segundo Reis (1966), que aflora o sentido de unidade do Brasil; o todo se forma pelas partes.

⁵² Data em que se comemora a elevação do Amazonas à categoria de província.

O surgimento dos tempos modernos se deu a partir do processo de expansão da Europa, chamado pelo autor de europeização do mundo, uma verdadeira revolução empreendida pela humanidade:

Somos povos das américas, fruto sadio e forte da façanha europeia. Resultamos do esforço admirável que os europeus realizaram para completar-se projetando-se por mares e terras que desvendaram ou passaram a desfrutar como resultado da empresa. (REIS, 1966, p. 15).

Louva o espírito expansionista europeu, com especial referência aos portugueses que teriam quebrado os limites do confinamento dentro do continente:

Quando os portugueses [...] levaram a Europa à África, do oriente distante às Américas, aquelas as Índias Orientais, estas as Índias Ocidentais, laçavam-se os fundamentos, que seria cruzada mas seria também codícia [...] o que definiu aqueles tempos de mobilidade e realização intensiva não foi apenas espírito mas, [...] a ambição econômica. (REIS, 1966, p. 15-16).

Na ambição econômica e espiritual de desbravar novos mundos, relaciona tanto a Reforma quanto o Renascimento dentro de um grande processo que, a seu ver, foi admirável para forjar uma nova ordem social:

Renascimento e Reforma, com o capitalismo nascente ou em fase de fortificação substancial, não desmerecem ou diminuem, no entanto, a façanha dos descobrimentos. São, em certos sentidos, aspectos dela. Porque foi através da empresa navegatória que se ampliou o espaço, deu-se forma ativa a novas sociedades, elaborando-se economias, permitindo-se que a Europa alimentasse uma nova ordem social, econômica e mesmo política. (REIS, 1966, p. 16).

A partir da criação desse novo mundo é que teria surgido o ímpeto de liberdade incentivando os povos da América a lutar pela independência. Desse modo, estabelece uma continuidade linear entre a expansão europeia, a colonização e a independência do mundo atlântico:

Sim, política, porque foi com a Revolução Americana que despertou, para o mundo cansado da experiência absolutista, o sistema de liberdades logo adotadas pelas outras comunidades americanas, entre elas o Brasil e por cujo conteúdo ideológico e por cujas excelências lutamos em nossos dias. (REIS, 1966, p. 16).

Uma mudança política iniciada com a revolução americana teria despertado sentimentos de liberdade pelos quais ainda hoje os americanos lutam. A referência, ainda que sutil, relaciona-se diretamente ao que Reis chama de Revolução de Março de 1964, ao qual apoiou e

chegou a integrar politicamente, que seria a encarnação desses sentimentos de liberdade do povo americano. Também compreende o Brasil como resultado de um processo, considerado por ele como admirável, de expansão do mundo europeu, cujas civilizações que aqui floresceram são as legítimas herdeiras. A colonização e a independência são a face de um mesmo fenômeno. Aproxima-se de Gilberto Freyre quando afirma que as ações de Portugal nas terras do Novo Mundo resultaram em uma sociedade tropicalizada.

Reis sustenta uma narrativa do descobrimento, conquista, domínio e colonização do solo brasileiro em forma de epopeia. Superando inúmeros perigos, sofrendo revezes e vencendo lutas épicas é o que teria assegurado a posse de um território por um povo que, por sua capacidade adaptativa, era o único capaz de construir o Brasil:

O domínio exercido não se caracterizaria por uma doce aventura. Ao contrário, cercara-se de um sentido de luta permanente e quase permanente. A conquista fora empreendida com perdas de vidas e muito sangue derramado. Em nenhum momento, os antigos possuidores do nordeste haviam cedido no desejo de voltar a exercer o domínio. Uma guerra sem quartel constituía a primeira página do drama da façanha holandesa. A defesa do espaço fora feita com ardor. Portugueses e seus descendentes, com africanos e índios, selavam uma aliança curiosa, visando a restauração do poder político de Portugal, a restauração do catolicismo e servindo à estruturação de um sentimento cívico bastante ponderável, equivalente ao amanhecer de uma consciência cívica que poderia levar, num futuro não muito distante, à perseguição da ideia nacionalista de independência, não esmoreceram um só instante. (REIS, 1966, p. 24-25).

As defesas do nordeste, do Brasil e da Amazônia, como veremos adiante, feitas com o espírito guerreiro dos portugueses, tornavam a luta pelo domínio um capítulo de proporções bíblicas, comparadas ao *Lusíadas*, de Camões. A partir do seu propósito ideológico de criar um sentimento nativista, Arthur Cézár procura mostrar como o período colonial e suas lutas formavam um embrião de algo que evoluiria para um sentimento patriótico cuja consequência seria a independência, constituída a partir da união entre brancos, negros e índios: “uma aliança curiosa”.

Os primeiros três séculos da colonização se firmam pela penetração do elemento humano, formando uma sociedade viril e resultando em uma economia que teve uma função primordial para o bem-estar da Europa.

Desde os primeiros momentos, os que desembarcavam no litoral, ao tomar contato com o meio social, encontrando a humanidade feminina local a ela foram se ligando intensamente, com o que deu origem a um núcleo social novo, mestiço, integrado nos rigores do meio físico e incontestavelmente, por essa adaptação, indicado para a realização de toda uma série de empreendimentos

que exigiam a identificação com tais rigores. O processo de acomodação dos reinóis [...] foi lento e continuado. Efetuou-se ora livremente, sem nenhum respeito às regras legais, ora sob o impulsionamento e a rigidez dos estatutos de direito, sempre, porém, sob o aplauso do Estado, que compreendia a convivência da solução. (REIS, p. 1966, p. 27).

A colonização portuguesa foi lenta e o principal processo de adaptação foi a mistura dos reinóis com as indígenas, processo este que ocorreu ora de forma espontânea, ora com incentivo e regulação do Estado que, já sendo capaz de compreender a natureza geográfica e social do domínio, criou políticas públicas que incentivassem a dinamização social. Aqui temos um dos aspectos mais caros do pensamento político de Reis e que será explorado mais à frente: o protagonismo do Estado como agente criador de uma nova sociedade no chamado Novo Mundo.

Combinado com o índio e o português, o autor mostra que cerca de cinco milhões de africanos foram trazidos para a colônia, resultando na estrutura básica da sociedade colonial. Isso seria o arrimo de onde se gestaria, na última etapa do século XVIII, a seiva de uma sociedade que mais tarde conquistaria sua autonomia (REIS, 1966). Aqui se repete sua visão linear da história e a autonomia política brasileira vista a partir de um processo cumulativo e evolutivo.

A atividade econômica do período colonial foi realizada sob planejamento do Estado na forma de estatutos, dispositivos, portarias, leis e levantamentos. Ela ocorreu de maneira mista, regulada ou monopolizada pelo Estado:

Abundante legislação foi decretada, desde o primeiro momento da colonização, disciplinando-a, conformando-a, incentivando-a, corrigindo-a e mesmo cerceando-a, quando interesses de outras áreas do Império assim o exigiam [...]. Portugal tinha, assim, de promover o equilíbrio entre as áreas ultramarinas, incentivando culturas em umas e proibindo em outras, de modo a que não se guerreassem e se prejudicassem, prejudicando, por fim, os interesses nacionais. (REIS, 1966, p. 32).

O planejamento econômico se fazia necessário, pois, caso contrário, iria redundar no caos econômico e na decadência da nação portuguesa; assim se definiu as áreas em termos geoeconômicos. A Amazônia ficaria com o sistema extrativista das drogas do sertão, concedendo prêmios aos que se destacassem no cultivo da terra e penalidades àqueles que burlassem leis de preservação; o nordeste com o açúcar, incentivando o aumento da área canavieira, assegurando normas para sua produção ordenada e facilidades para aprimoramento da técnica; o sul com o pastoreio, regulando a importação e exportação de bens; o sudeste com a mineração e com políticas firmes de imigração. Em cada uma delas definiu-se um status

próprio, uma característica única adotada pelo Estado de maneira firme e contínua, que evoluía e se adaptava conforme mudavam os tempos (REIS, 1966).

O poder político português agiu de maneira organizada planejando, incentivando, regulando ou restringindo a ação humana no domínio. O nascimento da sociedade colonial se dá pela ação coordenada e realista do Estado que é capaz de adaptar sua ação conforme a conjuntura. Reis menciona a constituição do Governo Geral, de caráter centralizado, e a atuação de Tomé de Souza, tida como virtuosa, cuja ação foi um dos fundamentos da criação do Brasil, unindo os povoados, as regiões e pondo fim à dispersão em que vivam as capitanias. Não era uma forma de governo baseada no improviso, mas normatizada em regimentos detalhados. Em seguida, aponta a reforma dessa política que veio a constituir o Conselho Ultramarino, resultado da União Ibérica. As dificuldades que surgiram a partir de 1573 criaram a necessidade de acabar com o expediente do governo único e bipartir o domínio, com um no Norte e outro no Rio de Janeiro (REIS, 1966). Esse caráter plástico e adaptável da política colonizadora, sem rigidez, dava a vantagem aos portugueses em relação a outros povos no exercício do poder político na América.

A formação territorial do Brasil não foi apenas obra de sertanistas, mas também decorreu por determinação do Estado português, que agiu, além de legalizar situações favoráveis, incentivando a imigração para áreas distantes, como a Amazônia e o Centro-Oeste. O Estado se coloca como demiurgo, como criador e realizador da atividade social no Novo Mundo:

[...] a vontade soberana do Estado português que já se fizera sentir através de dezenas de atos visando ampliar o espaço físico do Brasil. E isso porque, ao pleiteá-los, defendê-los e obtê-los os portugueses estavam, realmente, a serviço da operação que fora realizada na América e não apenas sustentando princípios jurídicos ou soluções de natureza europeia. O que estava em jogo era a sorte de um mundo físico que estava transformando o mundo social e econômico, pelo comportamento da ocupação certa, segura e definitiva e exploração de seu potencial econômico. (REIS, 1966, p. 88).

O planejamento estatal não era fruto do século XX, mas nasceu ainda nos tempos da expansão europeia pelo mundo. Era política realista, adaptada ao meio social e geográfico. Essa formulação teria consequências tanto teóricas quanto ideológicas, pois faria parte das escolhas políticas do autor nos destinos políticos do Brasil e da região norte a partir da terceira década do século XX com a ruptura oligárquica de Vargas e, mais tarde, com o golpe civil e militar de 1964:

Porque planejamento não é coisa de nossos dias, como muitos imaginam. É velho, dos primeiros tempos da vida social, naturalmente sem as exigências que condicionam ou caracterizam os planejamentos atuais. Compreendido o planejamento como uma ideação a ser posta em prática através de uma política continuada, sem interrupções, política efetiva, realística, evidentemente não será demais concluir — que a formação territorial do Brasil foi, senão totalmente, em grande parte resultado de um plano nacional português. (REIS, 1966, p. 89).

A partir do século XVIII começa a gestação de um sentimento nativista que levaria à independência na América. Essas lutas teriam surgido devido aos abusos e à má administração dos governantes das colônias, que não sabiam se comportar e nem obedecer as ordens do Rei, praticando abusos e desmandos. As reclamações que os colonos enviavam à Metrópole evidenciavam que eles já tinham consciência dos seus direitos. Fala da penetração das ideias revolucionárias francesas, que chegou a provocar revoltas mais sérias e que em todas essas inquietações a ideia central sempre girava em torno da independência com solução republicana. É mencionado o fato de que, para manter a integridade religiosa, tentava-se ao máximo frear a entrada de heresias e ideologias políticas. Baseado nas crônicas do Frei Vicente Salvador, escreve que:

[...] não havia um Brasil constituindo um todo harmônico, mas um conjunto de Brasis. A regionalização não decorria, apenas, do funcionamento geográfico, mas igualmente, do processo de conquista do espaço físico. Haviam sido criados núcleos políticos demográficos ao longo da costa e do sertão. A presença da autoridade assegurava a vida pública. Tais núcleos distanciavam-se, no entanto, à falta de comunicações continuadas, frequentes ou fáceis. A economia, criada em consequência da diversidade regional e da irregularidade da ocupação da terra, constituía-se numa economia regional e não nacional. Reconhecendo o imperativo tão energético, Portugal cedera na organização do Estado. (REIS, 1966, p. 50).

É nesse ponto que Ferreira Reis aponta como o caráter regional do Brasil se sobressaiu tornando-se uma das peculiaridades da formação nacional. Portugal, percebendo essa característica, adapta sua política. Nota-se a ênfase do autor em apontar a capacidade organizativa do poder público português na criação de um novo mundo, ao mesmo tempo em que procura se adaptar à realidade geográfica, cultural e política.

Interpreta a expansão portuguesa e sua dominação sobre o território brasileiro como uma consequência da sua história de unificação precoce que compelia à conquista marítima:

A tarefa da estabilização interna fora conduzida em obediência às conveniências e às necessidades impostas pelos anseios coletivos. Todo aparelhamento administrativo essencial entrara a funcionar. Repartira-se a

terra em sesmarias A nobreza, que se fundira na luta contra o sarraceno e contra o castelhano, não dispunha daquelas regalias e prerrogativas odiosas, tão comuns nos outros estados do Velho Mundo. O povo, por isso mesmo, habituara-se a expressar seus desejos, reivindicar seus direitos, sem perturbações que pusessem em perigo a própria estabilidade da pátria. Ao contrário, quando de suas atitudes drásticas, o que almejava era defender e manter a estabilidade. Os conselhos falavam, em consequência, uma linguagem natural pelo bem de todos. A burguesia, com o negócio dos mares, ascendia a cada dia. As corporações de ofícios, disciplinando o trabalho, evitavam, porém, as lutas de classes. As cortes funcionavam na mesma direção construtiva. A legislação, codificada nas “Ordenações”, revelava o apuramento jurídico a que se chegara. Criara-se, pois, em Portugal, um status social que permitiu a evolução que levaria a empreendimentos exteriores. (REIS, 1966, p. 532).

Ferreira Reis escreve sobre o caráter ordenado da sociedade portuguesa a partir do século XI como um pré-requisito fundamental para o progresso. A estabilidade torna-se ponto essencial, pois coloca cada grupo em seu lugar e permite a evolução social. Isso se tornou a base para a expansão e a criação de uma “nova humanidade” em muitos lugares do mundo, entre eles o Brasil, onde a nação lusa criou um mundo a sua “imagem e semelhança”. Não por acaso, sua visão positiva de Portugal também se espalharia sobre sua interpretação a respeito da colonização em solo brasileiro. Ao observar os três séculos de dominação:

[...] não há como deixar de concluir que o comportamento de Portugal, nesse particular, foi um comportamento digno. Os erros que não soube evitar, as imprudências que cometeu, não diminuem a grandiosidade do conjunto de medidas acertadas que adotou, de atitudes que assumiu, de providências por que procurou regular o nosso desenvolvimento. (REIS, 1966, p. 533).

O autor procura mostrar, apesar dos erros eventuais, que o processo de colonização foi positivo porque serviu a um propósito maior — a construção de uma nova nação nos trópicos. Diante desse objetivo grandioso, todo e qualquer abuso provindo dos sertanistas, dos planejadores ou da nobreza latifundiária poderia ser colocado em perspectiva. Segundo o historiador e ideólogo, Portugal sabia que aquele mundo deveria compor um novo. A ampliação do domínio:

[...] obedeceu a um propósito político, resultou de um programa. As ordens régias, as decisões do Conselho Ultramarino são abundantes dentro dessa finalidade. Buscou-se, no sul, o Prata. A Colônia do Sacramento materializou o Forte do Presépio, que deu origem a Belém, e a Macapá, assinalaram a marcha dos sertanistas, dos pioneiros, dos fronteiros. A expansão para o Oeste levou a Minas, a Goiás, a Mato Grosso e à hinterlândia amazônica. (REIS, 1966, pp. 535-536).

O propósito político levou à execução de um programa e à necessidade de fomentar uma base econômica que tornasse possível a vida no domínio colonial. Assim, surgiu a criação de gado, de açúcar, de extração das drogas do sertão e da agricultura que, na perspectiva do autor, constituíam uma experiência de sucesso e de aclimatação. Tudo isso levou à luz uma vida sólida e orgânica na colônia:

[...] toda uma vasta e numerosa legislação decretou-se de Lisboa, disciplinando a produção, a criação da riqueza, sua exploração, seu comércio, formando essa copiosa tessitura legislativa verdadeiro corpo de política econômica, visando ao equilíbrio, a disciplina do Império. (REIS, 1966, p. 538).

Essa política realista que visava formar e disciplinar a vida econômica, política e social na colônia tinha também como instrumento o inventário:

[...] das atividades construtivas que, para uma compreensão mais penetrante, mais aguda de nosso processo de colonização, precisa envolver-lhe os aspectos políticos-administrativos e de cultura, de espiritualidade em que os portugueses agiam com objetividade, encontra, todavia, no que diz respeito à estrutura social, a contribuição primaricial da participação portuguesa na nossa fundamentação. Porque foi através da formação de uma sociedade, capaz de entender-se bem com o meio agressivo, que Portugal pode realizar seu programa de aproveitamento do Brasil, seja no que diz respeito a sua configuração territorial, seja no que diz respeito aos processos econômicos. (REIS, 1966, p. 539).

Para uma política realista, era necessário conhecer a vida na nova terra e implementar um programa de caráter político e administrativo, o que se tornou a mais importante contribuição lusitana. Foi apenas com o conhecimento da terra que o Império Luso pôde impor seu programa de desenvolvimento e criar um novo mundo. Desse modo, temos um vasto conjunto de leis, estatutos e dispositivos para a exploração da terra e sua integração à civilização.

Quando discute a respeito do tipo de colono que veio para o Brasil, Reis dialoga com Oliveira Vianna, para quem os colonos vindos para o novo mundo provinham de um extrato social alto e puro eugenicamente. Entretanto, o autor de *A Política de Portugal no Vale Amazônico* demonstra que os colonos provinham tanto de uma pequena nobreza quanto de homens honestos, sendo os degredados uma ínfima parte:

Os homens que atravessaram os mares, atendendo aos propósitos oficiais, eram daquela nobreza a que não sobravam recursos, remediada quando muito, ou membros da grei no que ela possuiu de mais rústico, de mais plebeu. Não eram degredados. Estes, nessa fase de experiências, de tomada de contato, somaram uma porção insignificante, a que não é possível dar importância

senão no propósito de denegrir-nos nas nossas próprias origens. Nobres e plebeus que aqui aportaram, homens limpos, dignos, saídos das várias províncias do Reino, é que compuseram, destarte, os primeiros núcleos demográficos de origem europeia. Foram uma estirpe pura, de quem não podemos nem nos devemos envergonhar. (REIS, 1966, p. 540).

Tentar dizer que os colonos eram todos foras da lei degredados era apenas uma tentativa de mal dizer as raízes portuguesas do Brasil, formada por uma pequena nobreza, por lavradores, por artífices, por artesãos, por mestres, “pescadores, tecelões, armeiros, funcionários públicos, soldados e letrados” (p. 542), pessoas honestas, enfim. Considera que este foi o germe da formação da sociedade nacional:

Em trezentos anos, o povoamento processou-se com gente limpa, é tempo de afirmar, gente que se dispersou pela terra, ocupando-a, lavrando-a, nela edificando pequenos centros urbanos, núcleos pastoris, catas de mineração, sítios agrários, pontos de pesca, engenhos de açúcar, estabelecimentos fortificados, gente, enfim que, na humildade de suas origens, se fez grande, enobreceu-se com a riqueza que foi acumulando e incorporando ao patrimônio nacional. A multidão impura que teve enodado nossas origens, essa não teve expressão. (REIS, 1966, p. 542).

Sendo a intenção do autor louvar a política portuguesa e sua herança na formação nacional, os colonos que para cá vieram não poderiam ser pintados como criminosos ou deserdados; os que afirmavam tal fato são tomados como difamadores da formação da pátria. Urgia mudar essa perspectiva e mostrar o valor de pessoas honestas que trabalharam duro para lavrar e conquistar a terra em nome do grande objetivo histórico que era a civilização no Novo Mundo.

Também apresenta uma reflexão positiva a respeito da ação da Igreja Católica na Colônia, considerada como um braço fundamental para o disciplinamento espiritual tanto do nativo quanto do colono:

Tanto as ordens religiosas como o clero secular constituíram uma força disciplinadora para a moralização da sociedade. Em meio aos desenfreios das paixões, naturais no meio agreste, havia a necessidade de um organismo que agisse direta e penetrantemente um tanto fora dos cânones burocráticos. As Ordens e o clero secular, à frente Bispos conscientes do grande papel que deviam exercer, souberam conduzir-se com eficiência, o que não quer dizer que não tivessem ocorrido faltas, e faltas muitas vezes de certo vulto. O gesto drástico de Pombal contra as ordens religiosas, em especial a companhia de Jesus, se de um lado desserviuiu aos interesses culturais da colônia, de outro teve a vantagem de permitir que o clero secular passasse a ter a atuação de que se via ausente pela expansão do trabalho daquelas organizações do catolicismo. (REIS, 1966, p. 549).

Reis interpreta como a religião possui uma importante função social, que é a de moderar as paixões, principalmente em um meio como a colônia, tido como agreste e desagregador. A Igreja Católica teve relevante papel na formação da nacionalidade, regulando a conduta humana e tornando a vida possível. Mesmo sua expulsão pelo Marques de Pombal, considerado por Reis como um estadista modelo, não foi de todo mal, pois tornou possível a atuação do clero secular, vindo a repor o buraco deixado pela expulsão dos jesuítas.

A história brasileira foi nos seus primeiros três séculos algo digno de admiração:

[...] a história dessa formação territorial, realizada sem cessar por nós próprios, por decisão local, posteriormente coberta na expedição de atos políticos que legalizavam a expansão e asseguravam o futuro político dessa irradiação espetacular, é bem o termo [...]. Porque só mesmo um povo de gigantes, desprovido dos recursos técnicos que não existiam, então, poderia ter efetuado a portentosa façanha. (REIS, 1982, p. 110).

Louvar esse processo de expansão territorial como uma grande epopeia. Estava dentro dos horizontes do autor procurar as raízes de nossa nacionalidade como uma façanha que deve ser louvada e servir de referência para as gerações mais novas. Os supostos abusos são postos em segundo plano; o foco é reverenciar a formação nacional que, apesar de realizada em condições tão precárias, resultou no feito incrível de criar um país com as proporções e a diversidade como o do Brasil.

A partir de 1750 o Brasil aumentava em importância, pois o poder colonial português se concentrava não mais no Oriente e sim no Ocidente:

A seiva nacional não mais se afirmava no Reino ou no oriente e sim no Brasil. Os grandes homens de Estado ascendiam da admiração e no respeito público pelo que praticavam no Brasil. O que sucedeu no século XVI, quando oriente servira de escola e de moldura aos homens de prol do país peninsular, sucedia agora na Sul-América portuguesa. E quando não se tratava de ação direta nas questões da administração no Brasil, eram assuntos do Brasil que asseguravam relevo a diplomatas e a governantes portugueses. (REIS, 1966, p. 51).

Descreve como a economia portuguesa no século XVIII estava perdendo fôlego, sendo que o ouro brasileiro já não dava os mesmos dividendos ao Império, sendo substituído pela produção agrícola e pelo extrativismo vegetal e, além disso, a produção nas outras partes do domínio já ganhava mais importância que a parte brasileira. As reformas de Pombal, baseadas no incentivo à indústria e na iniciativa privada, não conseguiram estancar o processo de decadência (REIS, 1982).

Reis apresenta a vinda da família real portuguesa e todo o aparato político e administrativo ao Brasil como algo imprescindível a lhe assegurar um novo status de civilização:

[...] lhe asseguravam projeção especial. Em continente de formação ibérica, deixava, praticamente, de ser colônia para alcançar a condição e autêntica nação soberana. A presença da corte [...] constituída novidade retumbante, que a crítica maldosa não podia esconder. O Brasil, de então em diante, transformar-se-ia. Aberto ao mundo, dele começou a receber a lição das novidades que marcavam o momento. Inventariou-se sua realidade. Recebeu-se, de fora, todo um imenso acervo de valores, que passaram a incorporar-se aos padrões existenciais então vigentes e que agora se alteravam, enriquecidos. Refinava-se a sociedade. O rio modernizava-se em seu aspecto urbano. As ideias não sofriam mais a contenção do passado, expostas sem mais policiamento. O livro circulava livremente. A imprensa já editava o que era necessário divulgar para afirmação do novo sistema de policiamento. Economicamente, as mudanças eram radicais. E com elas, as outras mudanças no estado de vida do próprio povo. (REIS, 1982, p. 91-92).

Defende a vinda da corte lisboeta como a culminância de um processo de maturação social que se arrastava desde a chegada das frotas portuguesas no século XVI; abriu-se ao mundo, recebeu valores novos vindos da Europa, teve as cidades modernizadas, houve livre circulação de livros. As ideias liberais, como algo de mais avançado que existia na época, também passaram a percorrer livremente o Brasil como parte de um movimento maior de descolonização do mundo atlântico, do qual o país seguiria o caminho:

A descolonização do mundo, entendida a descolonização como retirada do europeu na condição de possuidor político-soberano, das terras e humanidades africanas, asiáticas e americanas, não é episódio totalmente de nossos dias. Porque, na verdade, principiou no século XVIII, quando as treze colônias inglesas se declararam independentes passando a compor a União Norte-Americana. Constitui, assim, capítulo daquele processo, iniciado no século XVI, quando portugueses, espanhóis, franceses, ingleses e holandeses se lançaram à empresa dos descobrimentos marítimos, e como consequência, ao domínio dos novos mundos com que se defrontaram, revelaram e sobre os quais passaram a exercer um direito, que se atribuíam como heróis da façanha de posse e de domínio político. A europeização da terra, fruto dessa expansão, constituiu-se nessas linhas de ação. (REIS, 1982, p. 125).

Foi no século XVIII que começou a mudança da sociedade com a adoção de novas ideias, consideradas revolucionárias, contra o sistema tradicional que vigorava até então. Tudo isso, para Reis:

[...] principiou a transformação no sistema existencial, adotando-se fórmulas revolucionárias, ideologias avançadas, princípios que feriam práticas centenárias, fórmulas políticas também já vencidas pelo tempo. O chamado iluminismo, da filosofia reformadora, envolvendo círculos pensantes e mesmo

círculos responsáveis pelos destinos políticos dos povos, marcou a crise, de que a Enciclopédia seria o fruto mais profundo. (REIS, 1982, p. 127).

Descreve como os colonos tinham consciência dos seus direitos e procuravam denunciar os abusos sofridos que, embora existissem, eram normais, assim como toda “obra humana”:

Se não se elaborava [...] um forte sentimento nacional, nas quatro américas, nem por isso podemos deixar de constatar que já havia consciência de direitos, revelada constantemente nos protestos contra os excessos das autoridades, nas reclamações por medidas capazes de garantir o bem-estar coletivo ou contra injustiças que se cometiam. Os erros eram normais como obra humana, e não se contavam por um mínimo. Contra eles já se ouviam vozes, em textos escritos, que circulavam clandestinamente. As explosões populares, também, se não se amiudavam, eram bastantes para expressar mal-estar, desassossego, crise do poder, ânsia de melhoria. Havia mesmo uma rica tradição revolucionária principalmente nas áreas portuguesa e espanhola, menos, muito menos rica nas outras duas Américas, a francesa e a inglesa. (REIS, 1982, p. 127-128).

O processo de independência ocorreu de maneira natural e sem rupturas. A Carta Constitucional outorgada pelo Imperador foi mais liberal, segundo Reis, que aquela proposta pela extinta Assembleia. As insatisfações populares ocorridas logo após a independência são tomadas como um fenômeno natural, isto é, como algo esperado para um país que tinha acabado de conquistar a independência:

A indisciplina estava na própria natureza do momento, e significava seiva viva estuante. Sentia-se, de certo modo, em vários deles, a pressão dos interesses regionais, resultantes da diversidade por que se pluraliza a antiga colônia na fase de sua formação. (REIS, 1966, p. 58).

Assim, o Império tomou a forma de unidade. A Constituição preferiu dar ênfase à unidade do território em detrimento das peculiaridades regionais. Monarquia Constitucional e Parlamentar, com seus dois partidos, o Conservador e o Liberal, não se diferenciando no exercício do poder. Crítico do parlamentarismo, Reis considerava muito mais um jogo de poder do que um meio para atender aos interesses do país, tendo sido uma experiência que pouco contribuiu e não criou raízes na vida política brasileira. Era o Imperador, com seu poder pessoal, muito mais efetivo na condução da vida nacional. Aponta que a projeção que o Brasil alcançou no século XIX foi digna de nota:

Decorre de seu desenvolvimento econômico, de seu processo político ordeiro, de suas instituições liberais em funcionamento regular. As relações que manteve com outros povos, foram relações exercidas em termos de igualdade

e asseguradas em sua plenitude através de atos diplomáticos que regularam, no particular da Sul-América, limites de boa vizinhança, comércio e comunicações. (REIS, 1966, p. 67).

A respeito da análise da forma de organização do Estado tomada pelo Brasil a partir da Carta Constitucional de 1924, converge com Oliveira Vianna⁵³, ao afirmar que o unitarismo era o mais correto por ter mantido o território unificado. Diante do problema da dispersão das populações e da estrutura “ganglionar” da sociedade brasileira, era preciso que os agentes políticos imperiais, vistos por Vianna e Reis como estadistas, resolvessem o problema da desorganização social e política que poderia levar a “hispanização” da América portuguesa — sua fragmentação em pequenas repúblicas. Segundo Reis, a escolha pela forma unitária foi acertada, pois teria impedido a desagregação e mantido as regiões unidas. Vemos aqui outra afinidade eletiva do autor: regimes unitários com um governo central forte e capaz de manter a ordem e a paz social. Tal predileção intelectual e política o faria se aproximar tanto da ditadura de Vargas quanto da ditadura civil/militar de 1964.

A consolidação de independência logo leva à necessidade de organizar uma Assembleia Constituinte para estabelecer as leis do país. Reis a descreve como representativa da vida brasileira naquele período, muito embora muitas províncias não tenham conseguido enviar representantes. Os debates teriam levado a excessos que resultariam na dificuldade de formular uma Constituição, daí sua dissolução pelo Imperador:

O novo projeto devia ser, depois de considerado nas câmaras, apreciado por nova Constituinte. D. Pedro entendeu, no entanto, que se fazia necessário sua imediata aplicação, com o que a acusação de absolutista, que lhe pesava, perderia expressão. E a 25 de Março de 1824, dispensada a participação de uma nova Constituinte, era outorgada, assumindo o Imperador, com o gesto, um poder que devia ter cabido à Assembleia constituinte, a dissolvida, e a que pensara em convocar. (REIS, 1982, p. 159).

Então, nossa primeira Constituição foi outorgada pelo Imperador, superando os debates exaltados da Assembleia. Interpreta como havia no clima político da época a necessidade de estabelecer as competências de todos os Poderes e o medo de que uma outra Constituinte caísse nos mesmos erros da anterior, adiando os trabalhos e resvalando no extremismo. Reis chega às conclusões de que a Constituição de 1824 estabelecera um grande rol de liberdade para os brasileiros:

53 Reis ampara-se em um ensaio do autor divulgado na imprensa carioca chamado *Os Regionalismos e a Unidade Nacional*.

Como se verifica a disposição do Artigo 179 e seus itens, em número 35, a Constituição de 1824 assegurava aos brasileiros uma área de liberdade que extinguiu a ordem que vigorava no período colonial e era agora uma confirmação de que o pensamento liberal mais avançado estava na consciência dos que a elaboraram. (REIS, 1982, p. 161-162).

Descreve nossa primeira peça constitucional como uma “peça magnífica” do espírito de liberdade gerado com as revoluções francesa e americana, e que teria como mérito a preservação da configuração social e política criada por Portugal, impedindo a desagregação do território.

A constituição de 1824, evidentemente, era peça magnífica na linha de uma ordem jurídica que principiara com as revoluções Americana, Francesa e se estendera às Américas. E, o que é fundamental, a nosso ver, mantinha, na forma unitária adotada, a unidade nacional, assegurando os laços de solidariedade do continente arquipélago que Portugal criara e poderia ter sido destruído na hora grave da independência, como sucedera, será bom recordar, com as antigas colônias espanholas. A unidade importava no reconhecimento de que já éramos um povo certo de seu destino e esse destino alicerçado no quadro imenso, mantido, do espaço físico que tornáramos espaço político, por nós possuído sem reservas e hesitações. (REIS, 1982, p. 163-164).

O dispositivo político, baseado no liberalismo, funcionava de forma ordeira. A política externa teria como fio condutor a boa vizinhança. Contudo, aponta que a economia funcionava de forma instável, sendo vitimada pelos fluxos e influxos do mercado externo, por estar muito dependente dele. Classifica-a de economia colonial ou subdesenvolvida, sujeitada às mudanças rápidas do mercado internacional.

Sob o Império, aponta Reis, iniciou-se o processo de urbanização, retirando aos poucos a população que estava dispersa pelas propriedades rurais. As cidades experimentaram um melhoramento dos serviços, atraindo a população. Inicia-se o fim do agrarismo:

O urbano, sob o Império, teve, assim, a sua ascensão no quadro político do país. Até então vivera-se a vida das casas dos latifúndios. Passava-se agora a viver a vida nos sobrados das cidades, com seus salões abertos para reuniões familiares, as festas, que deixavam de ser unicamente as festas religiosas, celebradas nos adros das igrejas. O patriarcado rural não perderia, todavia, a sua significação em favor de um patriarcado urbano, aquele representado pelos grandes proprietários rurais e este pelos homens de negócio, os comerciantes e banqueiros enobrecidos pela posse da fortuna em dinheiro amodado ou das propriedades imóveis. Os doutores, bacharéis, sacerdotes, militares, servidores da coisa pública, mantendo o fastígio das casas grandes, possuíam igualmente os seus sobrados nas cidades do litoral ou mesmo do sertão. (REIS, 1966, p. 77).

A ascensão do urbanismo representou uma nova configuração social no Brasil, iniciada ainda durante o regime monárquico. Porém, essa mudança de configuração não representou o fim do patriarcado rural, pois as classes abastadas provindas do ruralismo teriam negócios lucrativos nas cidades, caminhando de par em par com as classes típicas da urbanização, muitas vezes criando relações entre si.

Para Reis, éramos em 1889 uma planta exótica na América, pois o continente tinha gerado várias repúblicas independentes, enquanto o Brasil era uma monarquia constitucional. Afirma que o sistema monárquico era muito mais europeu do que americano. Portanto, a monarquia era perigosa para um continente que tinha escolhido como modelo a eleição de representantes eleitos pelo povo, e não a perpetuação das dinastias. Nos fins do século XIX, a Coroa estava chegando ao seu limite institucional:

Garantira [...] a unidade, assegurando a estabilidade ao processo de continuidade do país, levado a uma condição de prestígio universal realmente ponderável. O império era planta exótica, constituía exceção, mas exercera seu papel da maior importância para a vida nacional. (REIS, 1982, p. 212-213).

Tendo exercido seu papel de manter o território unido, os episódios de quarteladas e revoltas não teriam sido a tendência durante o Império, impedindo de gerar no Brasil o fenômeno do caudilho. Não havia entre nós um espírito anárquico como na América espanhola. Éramos, segundo o autor, tão exitosos em nossa constituição como eram os Estados Unidos. Por isso, Reis reconhecia os méritos do regime monárquico, concluindo que, se tivesse sido a república o regime adotado logo após a independência, o resultado seria a desintegração do Brasil:

O exotismo de nossa posição era uma constante para a meditação que se fizesse sobre a nossa vida institucional nos quadros do continente. Não se meditava sobre a excelência do regime que os outros haviam escolhido. O que se examinava ou ponderava era a situação diferente, a posição que parecia incômoda [...] estranha, que devia ser abolida para que nós pudéssemos integrar de fato na família americana. (REIS, 1982, p. 215).

Ao refletir sobre a decadência da Coroa, faz referência ao livro de Oliveira Vianna, *O Ocaso do Império* (2006), compartilhando as opiniões do sociólogo fluminense sobre as causas da mudança de regime:

[...] poder pessoal exagerado, exercido pelo imperador, irritação dos políticos contra o imperador pela rotatividade do sistema do governo, burla eleitoral, que de certo modo desprestigiava o regime, abolição da escravatura, questão militar. (REIS, 1982, p. 216).

Porém, acrescenta algumas outras razões ao seu diagnóstico:

[...] mais a questão religiosa e a propaganda positivista, que principiava a inquietar os espíritos mais novos para a experiência republicana, nas linhas do catecismo de Augusto Comte. O poder pessoal de D. Pedro era uma consequência do que constava da Constituição em vigor – o poder moderador. Exercido com austeridade mas intensa e profundamente, dava a impressão de que, na realidade, o monarca era não um Monarca constitucional limitado em seus impulsos e sua ação pelo rigorismo do texto institucional, mas um autocrata, que ignorava as limitações legais para exercitar um governo acima das prerrogativas que lhe cabiam. Os Ministros, buscados no dualismo partidário, e só por exceção, em fases mais difíceis em fórmulas de concentração imposta pelo bem comum da hora grave, não se sentiam no uso franco, natural, rotineiro, de suas competências. (REIS, 1982, p. 216 – 217).

Embora o imperador tivesse seu poder limitado pelo texto constitucional e agisse obedecendo-o estritamente, sua atuação causava estranheza à classe política, que sentia-se sem liberdade de ação, devido às competências do Poder Moderador. A natureza do poder emanado do Imperador não se restringia apenas a ser um símbolo do Estado, mas também possuía como prerrogativas governar e administrar. Aquela que seria Isabel I, em um eventual terceiro reinado, também recebeu a análise do autor, como alguém que tinha uma ênfase executiva até maior do que o rei:

A filha, D. Isabel, quando exerceu o poder, nas interinidades da ausência de D. Pedro, foi ainda mais executiva que ele, impondo sua vontade, numa demonstração do que poderia vir a ser o Segundo Império⁵⁴. Os políticos, que deviam ter o comando do país, conseqüentemente, sentiam na própria carne, quando Ministros de Estado, que não lhes era dada a vez para se realizarem como Governo. A monarquia, assim exercida ou exercitada, aos poucos perdia a afeição dos que estavam naturalmente indicados para defendê-la, mantê-la, sustentá-la, pois seria a defesa dos próprios interesses de homens de governo. (REIS, 1982, p. 217).

Tanto a destituição quanto a subida dos partidos conservadores e liberais ocorria, conforme aponta Reis, como simples rotina, sem que houvesse qualquer novidade na plataforma de governo ou reformas para o progresso material ou integração territorial do Império; era uma atmosfera política sem aspirações e sem perspectivas:

Os partidos, se descreiam do Imperador, acusando-o de dificultar-lhes a ação, ou de absolver-lhes a competência, de seu lado estavam também sem mais conteúdo para assegurar-se a confiança pública. Os pleitos eleitorais constituíam espetáculos

54 Acreditamos que neste trecho o autor se confundiu e estava na verdade se referindo a um futuro Terceiro Império.

degradantes, senão de corrupção, de mandonismo, de falsificação da verdade das urnas, através de processo que as reformas eleitorais não tinham podido refrear, corrigir, dignificar, moralizar. [...] era indicação visível de que tudo prenunciava a fraqueza da monarquia. Se ninguém a defendia! Se ninguém sentia satisfação em servi-la! (REIS, 1982, p. 218).

Também critica a forma romântica como teria ocorrido a abolição. Segundo o autor, não se via o golpe que se praticava contra a economia patriarcal. A libertação dos escravos teria sido feita de maneira brusca e antieconômica, não levando em conta a peculiaridade da produção brasileira. Os libertos, que passaram a compor partes significativas do marginalizados sociais, também não tiveram qualquer apoio para seu progresso material:

Se a abolição, como foi realizada, importou efetivamente, de um lado, em gesto romântico, de outro serviu para afastar outro contingente forte, expressivo, das linhas de apoio ao Trono – os senhores rurais, o patriarcado rural que, no fim das contas, fazia as eleições, garantia a estabilidade econômico-financeira do Império, dava ao Parlamento e ao Executivo Provincial os integrantes, os homens públicos que lhe constituíam as elites pensantes e diretoras. (REIS, 1982, p. 219).

Diante do quadro de corrupção eleitoral, do mal-estar que a classe política sentia em relação ao Poder Moderador, da propaganda republicana, do positivismo, do suposto autocratismo da futura Isabel I e de uma Abolição que bagunçou a economia nacional, o desgaste do regime seria inevitável:

A monarquia cumprira sua missão histórica. Era chegada a hora de despedi-la, como se fez, sem ruído dos canhões ou dos tiros das outras armas de fogo. O monarca não resistiu. Ninguém estava disposto a defendê-lo, a mantê-lo. Ele próprio, seguramente, não acreditava mais no regime. Cansara. Estava fatigado. Vivera uma vida sem as emoções que se desfrutaria se a tivesse realizado sem obediência à pragmática de Estado. A República era uma solução natural. Integrava-nos na comunidade continental, chegando na hora exata para as soluções que nos modernizariam num mundo que ia iniciar suas transformações e para as quais devíamos trazer nossa contribuição. Deixávamos, com o 15 de novembro, de ser planta exótica. (REIS, 1982, p. 222).

Decaiu-se o regime monárquico que, sem a luta nem mesmo do próprio monarca, se desfez pacificamente. O fim do Império e a instituição da República implicariam também em nossa inserção definitiva à família americana, pois, deixávamos de ser uma “planta exótica” rodeada por uma floresta de repúblicas para sermos finalmente uma nação como as outras do continente — destituída de dinastias e governada por representantes escolhidos pela vontade popular:

A queda do Trono, na maneira tranquila porque ocorreu, comprovando a tese da perda da substância para sua sobrevivência, seu desinteresse em defender-se, levou ao poder, é inegável, um grupo de homens do melhor estilo ético e da melhor formação para as horas graves, naturais, que viriam. (REIS, 1982, p. 227).

A República fora proclamada sem o apoio coletivo, mas sem a oposição dos elementos servis, demonstrando, para Arthur César Ferreira Reis, que a Monarquia teria encerrado seu ciclo:

Pedro Segundo conduzindo-se serenamente em seu papel de rei constitucional, executara realmente uma “democracia coroada”. Impusera-se à admiração e ao respeito nacionais. O sistema, todavia, perdera sentido, ultrapassado e sem mais ser considerado suficiente para a solução dos problemas, de toda espécie, que se vinham acumulando. A constituinte reunida em 1891/2 votou a carta magna influenciada pelos textos norte-americano e argentino, àquele principalmente. As províncias transformaram-se em Estados, com ampla autonomia política. A federação venceu. (REIS, 1966, p. 63).

Ferreira Reis toma partido pelo fim da Monarquia e pela emergência do novo regime:

A República ia começar agora sua grande experiência. Na América espanhola, sua implantação fora recebida com certa euforia. Entendia-se que agora o Brasil entrava no caminho certo, acompanhando a solução que ela adotara na hora da Independência e desse modo, extinta a forma monárquica, que lhe parecia um resto da Europa na América, incorporando-se efetivamente ao sistema do continente. Para ela, agora, o Brasil passava a ser, sem mais reservas, membro da família americana. (REIS, 1982, p. 232).

A monarquia já tinha assegurado o seu papel de manter o território unido e impedir a fragmentação. Os novos problemas que surgiram, como uma maior autonomia das províncias e a modernização da economia, não poderiam ser realizadas dentro do horizonte da organização política monárquica. Reis, portanto, aproxima-se da historiografia positivista e republicana da primeira metade do século XX. Vencidas as forças monárquicas, como a Revolta da Armada, a República efetivou a dinamização social que a nação precisava:

[...] grandes transformações materiais e espirituais foram assegurando nova cor ao país, na aventura da extração de borracha nos seringais da Amazônia e nas culturas cafeeiras de São Paulo, culturas que aos poucos foram sendo ampliadas e atingindo outras áreas. A marcha da onda verde importava igualmente na incorporação de um novo espaço útil. (REIS, 1966, p. 63).

Embora esse dinamismo tenha sido importante para a nação, Arthur Cézar aponta que os Estados ainda não estavam prontos para um modelo de governo mais autônomo:

Ademais, não se criara uma consciência nacional apurada. Os laços de unidade administrativa que tinham assegurado a continuidade do Império, rotos com a novidade republicana federal, não importavam na formulação de um estado de espírito vivo à volta de problemas de caráter nacional. O que importava aos Estados era a solução dos graves problemas locais, regionais, estaduais. (REIS, 1966, p. 64).

Embora seja partidário da República e do fim do Império, a mudança de um regime por outro como uma consequência natural da evolução social e política brasileira, não o impediu de entender a descentralização e o federalismo como um problema para o contexto brasileiro, principalmente em um país com suas diversidades regionais, onde os Estados estavam mais preocupados com seus próprios problemas do que com as questões nacionais. Mesmo a reforma constitucional de 1926, segundo nosso autor, não levou em conta as características do Brasil. As insatisfações que começaram a surgir, juntamente com a concentração demográfica e com o urbanismo, foram o princípio do fim da Primeira República:

Com o desenvolvimento do parque industrial e a eclosão do urbanismo, como concentração demográfica mais viva e de fácil politização, a velha ordem principiava a perder substância e abrir margem a novas condições existenciais. A revolução que abalou o Brasil em 1930 tem suas razões mais profundas nesse estado de espírito que se formava e que se impôs, posteriormente com uma velocidade espantosa, na série de transformações profundas que, como no período entre o fim do absolutismo e o advento do constitucionalismo, agitou o Brasil. (REIS, 1966, p. 65).

Aponta a eclosão de 1930 como uma consequência mais profunda da dinâmica e evolução social brasileira. Assim como o Império não respondia mais aos anseios da nação e precisou ser substituído, a Primeira República também não dava conta de responder as mudanças que se operavam no mundo da vida. Por isso, a Revolução de 1930, cujo intelectual Arthur César dos Reis foi um dos articuladores em solo amazonense, era bem vinda.

Ele defende que a formação das nacionalidades é um fruto do tempo histórico. Destaca aí o caráter cumulativo, evolutivo e linear da história. Os grupos humanos em seu acúmulo de cultura ao longo de tempo, criam seus usos, seus costumes e tradições. Esse é um processo que dura séculos e redundando na criação de uma cultura própria que será a particularidade de uma nação. Antes da existência do Estado, há os grupos sociais que vão cultivando aos poucos suas culturas, modos e usos:

Com o Brasil também foi assim. Antes de constituirmos organismo político no concerto internacional, criamo-nos como nação, definindo-nos dentro da família colonial que os povos europeus, de quinhentos em diante, haviam ameaçado a constituir na empresa admirável de sua expansão por novas áreas do mundo. Nesse particular, fomos uma das grandes experiências que a Europa realizou. Laboratório de civilização [...] aqui se verificou, durante três séculos, intenso relacionamento de raças e culturas, que serviu fundamentalmente para a estratificação nacional, já visível facilmente no século XVIII e de que os movimentos autonomistas de Minas e da Bahia foram uma expressão exterior ponderável. (REIS, 1966, p. 500).

Portanto, a criação da nacionalidade obedeceu a um processo cumulativo, cujas origens estão na colonização. A independência política e as lutas autonomistas do período colonial são, antes de tudo, o resultado dessa organicidade criada pelo português nos trópicos. Esse acontecimento “admirável” deve ser reverenciado, pois gerou a nação brasileira:

Os portugueses, nesse trabalho silencioso de contato e de interações, constituíam a contribuição mais preciosa. Tinham, por si, sobre as multidões de indígenas que encontraram ou sobre os contingentes africanos que importaram, a superioridade de sua tradição e de sua atualidade cultural. Transmitiram-nos, em consequência, todo um imenso acervo de civilização, representado em língua, religião, instituições políticas, hábitos, costumes, atitudes, processos políticos, processos de trabalho. Realizaram uma vigorosa empresa civilizadora. Deram-nos a sua natura. Plasmaram-nos com seus defeitos, os seus vícios, as suas virtudes e qualidades, o seu espírito, o seu gênio. (REIS, 1966, p. 500).

A dominação portuguesa se justifica pela superioridade cultural que fez com que o reino ibérico pudesse juntar vários povos diferentes entre si para, sob a sua tutela, criar uma nova sociedade tropicalizada. Tendo a cultura lusa como protagonista, os colonizadores deram ao mundo uma civilização herdeira da cultura ibérica, mas, ao mesmo tempo, única e adaptada ao mundo abaixo da linha do equador; essa expansão do mundo europeu sobre a América é o ponto nevrálgico da nacionalidade brasileira. Note-se aqui o diálogo com Gilberto Freyre, mas enquanto o sociólogo pernambucano pensava em termos de mescla de culturas, colocando a cultura do negro e do índio em pé de igualdade com a do branco, Reis admite a miscigenação brasileira, mas repõe a dominação de uma civilização a seu ver superior sobre outras supostamente inferiores.

Arthur Cézár Ferreira Reis interpreta a formação brasileira como resultado evolutivo da colonização e esta, por sua vez, é tomada como um acontecimento positivo, pois trouxe a civilização para a então bárbara América. A política de Portugal para o Brasil é vista a partir dos grandes atos administrativos, de um planejamento realista sobre uma região geograficamente adversa. A independência é inserida dentro de um amplo processo de

descolonização do mundo, embora coloque a ação das elites políticas e intelectuais como preponderantes. Defende a função social e política do Império por ter mantido as províncias unidas durante as décadas após a emancipação. Não se posiciona explicitamente contra a abolição, embora predique ter sido feita de forma irresponsável em relação às necessidades da economia brasileira. A República, por sua vez, é abordada como algo inevitável diante da necessidade de ingresso do Brasil no século XX, do cansaço da forma monárquica e da necessidade de se integrar à família americana de repúblicas.

A formação da nacionalidade, narrada em forma de lances épicos, possui um alto teor nacionalista e conservador. O povo muitas vezes é colocado em segundo plano para surgir o herói, o Estado e o estadista. As grandes mudanças políticas não ocorrem por causa das demandas populares, mas pela inevitabilidade das coisas. Assim foi com a independência e com o fim do Império.

No próximo item abordaremos como Arthur César Ferreira Reis aborda a questão Amazônica e, por conseguinte, a própria questão regional. Veremos que sua perspectiva sobre o Brasil também se repete em muitos aspectos quando interpreta a Amazônia, tida por ele e por outros da sua geração como um problema social e político.

6.3 Arthur César Ferreira Reis e a Formação da Amazônia

Apresentamos nos itens anteriores como o autor teve grande influência sobre a vida intelectual e política da região norte. A formação brasileira foi interpretada como um fenômeno linear, sem grandes rupturas e que, quando ocorreu, foi como resultado previsível do processo histórico. A política de Portugal para o Brasil deveria servir de aprendizado para os estadistas nacionais como um modelo de planejamento realista — uma forma de intervenção política e social devidamente adaptada ao meio e capaz de se acomodar às mudanças estruturais. Por isso, a história nacional deveria ser estudada e revisitada para servir como modelo de ação e para o cultivo dos sentimentos nacionalistas.

Quanto à Amazônia, seus estudos são orientados na mesma direção. Arthur César Ferreira dos Reis procura louvar as políticas propostas por Portugal, corporificadas na ação dos estadistas coloniais, como Lobo D'Almada, Xavier de Mendonça Furtado e Marques de Pombal, e se propõe a usar a história regional como um instrumental capaz de despertar o sentimento de civismo entre a juventude em relação aos problemas amazônicos. No período histórico da primeira metade do século XX, em que a região sofria com uma grave estagnação econômica,

despertar o nacionalismo e resolver a questão do desenvolvimento econômico eram os grandes problemas políticos para os tomadores de decisão do Norte do Brasil. Para o autor, essa superação só ocorreria se fosse inspirada no passado.

A proximidade de Reis com Álvaro Maia também foi preponderante para influenciar seu pensamento. Em seu famoso poema *Canção de Fé e Esperança*, Maia dizia que a função do historiador era apresentar a verdade dos fatos históricos e revelar quem eram os malfeitores e os benfeitores do Estado. Uma historiografia como essa estaria repleta de pré-noções, pois procuraria “revelar” quem seriam os heróis e os vilões. Os primeiros deveriam ser louvados e tomados como modelo de ação, já os segundos deveriam ser rechaçados (SOUZA, 2009). Tal noção a respeito do dever social do conhecimento exerceria uma marca profunda das reflexões de Ferreira Reis.

Em sua obra inaugural, *História do Amazonas*, apresenta uma interpretação positiva da colonização amazônica, pois esta teria retirado o território da situação bárbara em que se encontrava antes da chegada dos lusitanos e espanhóis. A relação entre indígenas, europeus e missionários resultou, para Reis, na civilização da Amazônia. Nosso autor transferiu para os personagens históricos apresentados no livro seus anseios de civismo e nacionalismo, mesmo que tais concepções políticas não fizessem parte do contexto histórico, das preocupações políticas e do horizonte social das figuras estudadas (SOUZA, 2009).

A figura dos nativos é apresentada como uma barreira à civilização, eis porque a dominação dos europeus se torna algo legítimo. Em alguns momentos o índio é visto como selvagem que precisava ser domado, em outros era simplesmente visto como menos bárbaro, isto é, como o indígena dócil que contribui para o processo civilizatório. A identidade das sociedades pré-colombianas é subsumida ao bem maior da colonização. Quanto à questão indígena, segundo Gomes (2009), principalmente na primeira fase da sua obra, referia-se a eles como índios, ameríndios, tapuiada, indiada. Em sua fase de maturidade, mudou esses termos para grupos tribais, nossos índios, povos indígenas da Amazônia. Era preciso, no seu projeto conservador e nacionalista, mostrar os indígenas como pertencentes à família amazônica. Entretanto, é preciso notar que o caráter evolucionista da sua perspectiva sobre os indígenas permaneceu, pois procurava analisá-los pelo olhar das ciências naturais, como inferiores em relação à civilização ocidental.

Reis escreve interpretando os acontecimentos e personagens a partir de um fim ético e político, cuja finalidade é revelar ao Brasil como a Amazônia é uma região importante para a formação da nacionalidade:

A forma de escrever julgando o tempo todo, a busca por uma verdade ética, a escrita do passado como “oportunidade de mostrar aos nacionais a realização do projeto civilizatório empreendido pelo colonizador”, a construção de uma história onde “o passado é um grande enigma a ser decifrado e o plano para o passado é mesclado pelo porvir”, a forma de supervalorizar as intempéries sofridas pelos colonizadores, a fim de garantir maior valor aos colonizadores e a preferência em elogiar o civilizador em detrimento do nativo [...]. Sempre lembrando que as maiorias dessas questões eram originárias do Instituto Histórico e através deste se irradiaram, tornando-se de uso frequente na escrita de diversos historiadores. (SOUZA, 2009, p. 44-45).

Assim, conforme prossegue Lademe Souza, a história contada sobre a Amazônia é a história do colonizador, tido como o elemento que trouxe a civilização e a cultura. O foco de sua produção foi a colonização e a perspectiva de que as barbaridades e os excessos efetuados contra as populações tradicionais seriam justificáveis por um bem maior. Quando o elemento indígena aparece na sua obra, surge como um bárbaro sem cultura que precisa ser civilizado.

A historiografia do autor também se caracteriza pelo binômio herói/vilão. Os primeiros têm seus atos contra os indígenas justificados, enquanto os outros tiveram uma análise mais dura:

Tudo isso sempre redundando na busca por uma verdade ética que servisse aos princípios do presente e “à nova geração de sua terra”. Ou seja, a história que planejou escrever tinha uma função didática, pois a busca pelo passado assumiu características de resolução de questões do futuro, sempre numa defesa aberta à colonização. (SOUZA, 2009, p. 46).

Essa busca por uma “verdade ética” que pudesse servir de exemplo a ser seguido pela juventude, assumiu uma característica de retratar um passado muitas vezes idealizado — a colonização vista como fenômeno positivo. Apresenta uma visão *plastificada* da colonização portuguesa na região:

Os bandeirantes avançaram pelo sertão “dilatando o território”. Foram fundadas as primeiras cidades ao longo da costa e no sertão surgiram os primeiros povoados. O comércio com Portugal era praticado de forma intensa. O gado “espalhava-se em fazendas florescentes” e até “o próprio selvagem prestava o seu concurso, deixando-se aldear”. Nesse caso, apesar de ter usado a denominação de selvagem para esses nativos, fica evidente que os mesmos contribuíam para a colonização, o que os torna co-participantes do processo que levaria à civilização. (SOUZA, 2009, p. 109).

Quando fala da população da Capitania de São José do Rio Negro, futura cidade de Manaus, também tenta matizar essa visão negativa dos nativos, apresentando-os como povos

dóceis que ajudaram os portugueses a aproveitar dos frutos da terra. Essa preocupação de Reis em não generalizar os indígenas e separá-los entre bárbaros, que se opuseram a Portugal, e bons, que auxiliaram os portugueses, tem a ver com sua intenção de mostrar características positivas dos mesmos, visto que a junção entre portugueses e indígenas é o fundamento do amazônida. Procura colocar um dos nativos como uma das figuras heróicas da história amazonense, Ajuricaba, líder dos Manaós, que esteve à frente de uma confederação indígena que realizou feroz oposição à dominação portuguesa. O autor procura refutar a afirmação de que o líder era um rebelde, pintando-o como o primeiro a lutar pela liberdade no continente americano. Assim, comete o anacronismo de imputar sentidos e intenções políticas que não eram próprios das ações dos indígenas ou de outras personagens históricas (SOUZA, 2009).

Ao analisar a legislação indigenista, chegou à conclusão de que ela era uma forma das autoridades portuguesas de proteger e amparar o nativo:

[...] porque na prática não era cumprida, visto que era “interpretada ao sabor dos interessados, ora missionários, ora sertanistas”. Sendo que os primeiros utilizam a persuasão e esses últimos faziam o uso da força para arregimentar o nativo. Ora Arthur Reis justificou as atrocidades cometidas pelos sertanistas, ora reconheceu os direitos dos nativos ressaltando o papel positivo de Portugal nesse sentido, e acusou os missionários e sertanistas de interpretar a legislação ao sabor dos seus interesses. Porque como vimos, os indígenas “menos bárbaros” eram, em muitos casos, úteis ao processo colonizador. (SOUZA, 2009, p. 115).

Os índios que se opunham aos lusitanos deveriam ser *civilizados* e o mérito dessa ação se devia aos missionários que trataram de pacificá-los, trazendo-os “com seus carinhos” à fé cristã. Já os sertanistas foram os grandes responsáveis pelo processo colonizador, desbravando a terra e conquistando territórios. Reis os dividiu entre aqueles que estavam interessados em construir algo maior e aqueles que apenas tinham uma fome insaciável de escravos:

[...] lançou seu posicionamento de acordo com a situação. Em alguns momentos o nativo foi apresentado como entrave, por isso seus direitos eram o que menos importava. No entanto, quando da narrativa sobre os missionários, foi necessário reconhecer os direitos dos nativos como os verdadeiros “senhores da gleba”, os sertanistas como carrascos e os missionários como os intermediários entre estes e aqueles, sendo as figuras que “salvariam” os nativos tanto no plano espiritual quanto no material, no que dizia respeito às práticas violentas dos sertanistas. Isto é, nesse ponto foi necessário reconhecer os direitos dos nativos, não por causa deles mesmos, mas para que os missionários aparecessem como seus auxiliares. (SOUZA, 2009, p. 117-118).

Foi a ação dos missionários, assevera Souza ao interpretar a obra de Reis, com os descimentos e a cristianização dos ameríndios, que tornou possível a ordem e o progresso nos povoados, onde os nativos viviam contentes e satisfeitos. Não obstante, fez sua crítica aos nativos rebeldes que, com seus ataques, inviabilizavam ou dificultavam a obra colonizadora, ceifando vidas de missionários e de indígenas dóceis, obrigando o Estado a mobilizar o poder militar. Os missionários surgem como “heróis íntegros” e, em outros momentos, quando não, Reis trata de justificar suas ações em nome da colonização. Escreveu acreditando em uma visão linear da história, de um povo que começa de um estágio primitivo até alcançar um status de civilização.

Ao analisar os movimentos sociais da Amazônia na obra de Reis, Leila Gomes (2009) mostra como o mesmo deu pouca atenção às pessoas comuns que compunham o grosso da população na Amazônia e preferiu se concentrar nas fontes do governo e da administração, bem como nos dados referentes à economia. Sua interpretação da Amazônia concentrou-se nas grandes estruturas que regiam o espaço. Inserido dentro do complexo colonial português, as tentativas de ruptura contra a ordem estabelecida jogam uma luz sobre os problemas da dominação portuguesa na Amazônia, responsável por criar um sistema de trabalho compulsório baseado na extração de produtos da floresta. Isso gerou uma miséria crescente cujos resultados foram tensões e revoltas. A estratificação social acentuada, a escravidão e a espoliação das terras indígenas foram o estopim de vários conflitos durante o período, aprofundando a desorganização política, a crise econômica e a questão social.

Apesar de assinalar esses aspectos, Reis não assume uma postura crítica em relação a eles, na medida em que, talvez preso por seu horizonte conservador, prefira focar a positividade da colonização e da civilização, enaltecendo os detentores do poder e classificando de má índole os revoltosos. Aqueles que se rebelavam eram marginais, enquanto os donos do poder eram os estadistas dotados de espírito empreendedor. Como um pensador vinculado à ordem e aos poderes estabelecidos, segundo Leila Gomes, mostrou-se otimista em relação à capacidade organizativa do Estado, do capital e da elite em guiar o povo. Quanto a este, apresentava-o sempre como vítima, à margem de uma história injusta. Em suas análises sobre relações de dominação, sempre procurou provar como o poder é capaz de anular e disciplinar por completo o dominado dentro de um esquema societário visto por ele como justo e natural (GOMES, 2009).

Uma postura de resistência em relação aos paraenses é também um dos traços de Reis. O 5 de Setembro, data da conquista da autonomia do Amazonas em relação ao seu vizinho do

leste, é uma das datas cívicas mais importantes do Estado, arduamente defendida pelo autor. Essa transmissão da memória das lutas pela autonomia foi um dos legados da produção de Reis para a memória coletiva Amazonense. Seus livros, em especial o *História do Amazonas*, são um dos mais usados filtros pelos quais a sociedade local cultiva sua identidade (GOMES, 2009).

Ademais, sua interpretação a respeito da formação da Amazônia, segundo Gomes, além de estar preocupada com sua contribuição para a formação brasileira, omite, consciente ou inconscientemente, a repressão que o Estado perpetrrou contra os líderes das revoltas sociais. Portanto, ele legitima as ações do Poder, sejam elas coloniais, imperiais ou republicanas, na construção de um passado que deve ser, além de reverenciado, modelo para o presente e para o futuro.

Quando analisa os movimentos autonomistas no Amazonas, movimentos sociais que procuravam emancipar o Estado da subordinação ao Pará, os toma como tendo suas pautas originadas pelas camadas dominantes que podem, em alguns momentos, ser absorvidas pelo estrato popular. Narra os movimentos sociais pela perspectiva do Poder estabelecido, tendo como principal fonte os documentos produzidos pelo Estado. Desse modo, os movimentos de mudança social são frutos da ação das elites. Um dos aspectos marcantes do seu pensamento é a modernização conservadora: a mudança social só pode ser empreendida por grupos sociais que possuam o poder. Para sustentar sua tese, cita o movimento abolicionista, que não teria sido originário de luta radicais, mas surgido de grupos de elites conscientes dos imperativos da história (GOMES, 2009).

Quando se refere ao processo autonomista no Amazonas apresenta o quadro de decadência econômica vivida pelo Estado quando ainda era ligado ao Pará. Para Reis, a solução residia em ter um estadista mais incisivo:

Estabelece assim, como requisito de primeira ordem ao “progresso” regional e como o meio principal de evitar levantes regionais provocados por insatisfação econômica, a “consolidação” e manutenção do domínio territorial. A administração deveria ser forte e eficiente, e nada mais estimulante que uma elite amazonense no poder para defender seus próprios interesses. O que parece indicar que, a crise da economia não estava ligada ao modelo colonial instalado, e sim à política imobilista imposta pelos governantes paraenses aos amazonenses. (GOMES, 2009, p. 77).

Um governo forte que impedisse as revoltas, perpetuasse a ordem por meio do progresso material e pela demarcação das fronteiras era preponderante para a construção da identidade regional, segundo Leila Gomes. Povo e território são para Reis duas entidades inseparáveis. O

seu pensamento segue uma linha linear. Primeiro Portugal ocupa o território, exerce seu domínio contra outras potências, o explora e o desenvolve economicamente dentro da legalidade da ordem. Em seguida, obtêm-se o embrião para o Amazonas e sua demanda autonomista, que asseguraria uma identidade claramente brasileira no futuro esperado da independência.

Quando analisa a Cabanagem, pinta com cores pouco favoráveis, como resultado de uma fúria destrutiva de pessoas humildes que não tinham o que propor e nem vocação para o governo. Os movimentos de elite seriam os de caráter político, pois teriam a capacidade de criar um projeto de desenvolvimento para a Amazônia. Os movimentos populares, por outro lado, são interpretados como explosões de desordem e de jacobinismo que ameaçaram a ordem social (GOMES, 2009).

Logo depois do conflito da Cabanagem não teriam ocorrido outras agitações, sendo, para o autor, a prova de que o homem da Amazônia era “naturalmente bom”, diferente do que ocorreu em outras regiões do Brasil. Aqui, conforme aponta Gomes (2009), a intenção era deixar claro que o ethos do homem do norte era propenso à ordem e ao progresso, características que deveriam ser seguidas pelos jovens:

O povoamento prosseguiu, sempre crescente, vindo da Província vizinha. Pioneiros destemerosos, reconhecendo locais próprios à exploração de produtos naturais, regressavam aos centros onde podiam recrutar colonos, formando grupamentos grandes com os quais iam ocupando as margens das correntes fluviais. Dos mais famosos desses pioneiros foi o cidadão José Manoel da Rocha Tury, que se localizou no Purus e no Solimões, fundando em 1862 à esquerda deste, o povoado de Codajás. A esse tempo, a fama da riqueza amazônica passava fronteiras provocando gerais atenções nas outras Províncias, de onde principiou a encaminhar-se uma corrente imigratória. A leva de Rocha Tury já viera seduzida por tais notícias. (REIS, 1931, p. 219).

Escreve que o nordestino, mais especificamente o cearense, teve um papel preponderante no povoamento regional, mais até do que o paraense. Muitos cearenses acabaram sendo trazidos por terem sido expulsos pelas secas no nordeste de 1888 e 1889:

O nordestino, em páginas de heroísmo, triunfando sobre todos esses empecilhos, tamanhas dificuldades, lutando contra a própria natureza, bandeirante, sertanista do século XIX, devassou o vale, ocupou-o, sem desfalecimentos. Fez obra de soldado e de economista, das maiores obras políticas do Brasil no século. Ao ser proclamada a República, essa conquista, esse povoamento, essa colonização nordestina plantara marcos brasileiros, assinalando-lhe a fronteira com o Peru e a Bolívia. (REIS, 1931, p. 221).

Essa expansão populacional trouxe progresso para região, apesar de não ter o apoio do poder público na época do Império. Houve um crescimento de mais de cem mil pessoas entre o fim do século XIX e a emergência da República, em virtude da migração nordestina. Reis parece deixar claro sua dívida intelectual com o escritor e político Álvaro Maia, filho de cearenses, ao louvar a contribuição nordestina para a formação humana da Amazônia (SOUZA, 2009).

Também elogia a abolição no Amazonas, que veio anos antes da promulgação oficial, como o resultado do sentimento cívico de “alta nobreza”, liberdade e igualdade do povo amazonense, guiado por sua elite esclarecida e pacífica. Tal ato era um “admirável exemplo” que o Estado dava a toda a Nação e que fora festejado por grandes abolicionistas como Joaquim Nabuco e José do Patrocínio (SOUZA, 2009). Na visão do autor, essa era mais uma das grandes contribuições do Amazonas para a nacionalidade brasileira.

O conhecimento histórico tinha uma função pedagógica importante, pois procurava despertar um sentimento de nacionalidade derrotando as visões negativas sobre a região — como um lugar bárbaro e sem condições de projetos civilizatórios — e mostrar a contribuição da Amazônia na consolidação do Brasil (DANTAS, 2011). Em sintonia com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na linhagem autoritária de Oliveira Vianna, de Azevedo Amaral e de Alberto Torres, procura fazer a apoteose do Estado na construção nacional e pela defesa do capitalismo como forma de desenvolvimento e integração.

Tendo a Amazônia como principal objeto de suas preocupações políticas e intelectuais, a perspectiva regional é importante para Reis. A tarefa de composição de uma memória regional e nacional, aponta Dantas, teve como base a linearidade entre a Colônia e o Império, sendo a primeira o fundamento e a segundo o herdeiro. Ao invés de se colocar como contrário à Portugal, o Brasil se torna um continuador de sua política. Quaisquer acontecimentos que possam danificar essa pretensão de linearidade e continuidade são excluídos ou interpretados de forma a se adequarem a esse propósito.

Em sua busca por uma interpretação da sociedade regional, Arthur César Ferreira Reis está relacionado com o contexto de luta pela formulação de uma representação legítima sobre a Amazônia. Seu projeto intelectual e político está tomado pela preocupação em criar ancestrais fundadores, heróis e estadistas, bem como de um espaço, de uma cultura e de monumentos históricos que justifiquem e legitimem uma determinada construção da Região Norte, substituindo a narrativa biológica como paradigma de explicação pelo da cultura, da sociologia e da história. A obra de Arthur Reis está situada entre o chamado civismo pedagógico e o método

crítico, pois, ao mesmo tempo em que defende o nacionalismo e a ideia de Brasil como uma unidade que equaciona Colônia, Império e República, também apresenta a dimensão de que as fontes, isto é, os documentos, são os comprobatórios da verdade histórica (DANTAS, 2011).

Reis seleciona determinados aspectos da realidade que possam servir ao projeto e legitima-os como os únicos capazes de descrever a realidade regional construindo um passado em que elege datas, personalidades importantes e fatos tomados como imprescindíveis (DANTAS, 2011). Sem embargo, sua construção historiográfica nunca é ingênua, mas obedece a direcionamentos políticos refletidos em sua ação como político.

Em 1939 lança *A Política de Portugal no Vale Amazônico*, considerada sua primeira obra de síntese sobre a região. Seria a partir deste ensaio, conforme mostra Dantas, que o autor extrairia determinados aspectos para estudos mais específicos da realidade regional. Na obra, a região teria recebido uma atenção especial do Estado Português e o que Reis defende é que Portugal obteve êxito no domínio e colonização da Amazônia por causa de algumas características dos lusitanos que os diferenciavam em relação aos povos de outras nações.

A construção do passado amazônico é pintado como uma linearidade evolutiva cujo início é a formação do Forte do Presépio em 1616, comandada pelos portugueses. A história da Amazônia é contada com a chegada dos europeus à região. O que ocorre antes não importa. A História é a história do colonizador. Portugal, portanto, é o dono legítimo da região, em contraposição a outras nações e, por isso, deve exercer o domínio de maneira zelosa e planejada, plantando o aparato estatal para regular as formas de vida. Em outras palavras, a vida religiosa, a economia e a política seriam reguladas pelo Estado lusitano (REIS, 1939; DANTAS, 2011).

A consolidação da conquista se dá no século XVII, onde as perspectivas econômicas se abrem, aponta Dantas. Muito embora nessa época não se possa falar em planejamento criado nos gabinetes, ele era uma diretriz, isto é, uma consciência subjetiva a respeito da região que direcionava as forças do Estado. Mas, para Reis, é a partir do século XVIII que se encerra o chamado *ciclo heroico da conquista* e se inicia o *ciclo da fixação*. O caráter expansionista é substituído pelo caráter de fixação e colonização. A sociedade amazônica da época era formada por poucos colonos originários do Reino ou do Nordeste, soldados, religiosos, funcionários públicos, mamelucos e uma grande maioria de indígenas. Muitos dos núcleos foram criados pelas ordens religiosas para amansar e cristianizar o elemento silvícola.

A formação da Amazônia dá-se com a colonização da região, ou seja, com a chegada europeia, mais especificamente portuguesa. Sua obra é uma descrição e elogio da experiência lusa e suas ações militares, políticas, econômicas e sociais. Índios e mamelucos, por sua vez,

são apenas coadjuvantes, uma massa que serve de suporte à atuação dos colonizadores. Nas poucas vezes que surgem na narrativa, aparecem apenas de forma a demonstrar as ações do dominador. Portanto, cabe ao elemento europeu o mérito pela construção regional. É o português que se impõe provando sua condição de líder, enquanto ao indígena resta ser um instrumento usado pelo dominador conforme seus desígnios (REIS, 1939; DANTAS, 2011).

Aponta como Portugal, diante da posse da Amazônia, logo lançou mão dos cuidados necessários para regular sua povoação e posse, procedendo na organização do Estado no espaço hostil. Para organizar a vida social, civilizar os costumes e regular a moral, os lusitanos usaram a autoridade necessária, expedindo toda uma sorte de leis e dispositivos jurídicos que pudessem legalizar a conduta dos governantes:

[...] Alvarás, Cartas Régias, Decisões do Conselho Ultramarino e outras espécies legislativas, acréscimos, restrições, alterações, traçando-se rumo seguro aos governantes, para que não exorbitassem, o que não proibiu desregramentos, excessos, violências, malversação da causa pública, sempre aliás reprimidos com punições e reprimendas fortes. (REIS, 1939, p. 25).

Concomitante à regulação da vida na colônia através da atuação protagonista do Estado, os portugueses também procuraram lançar uma política de “imperativo fisiográfico”, isto é, de adaptação às dimensões da Amazônia, ao mesmo tempo em que buscavam atender às demandas das populações regionais, incorporando-as ao modo de vida ocidental, enquanto defendiam o território da cobiça de outras nações, consideradas anacronicamente pelo autor como “invasoras”:

A extensão do Estado cada vez mais sensível, exigindo medidas que viessem beneficiar a população da hinterlândia, atendendo-as, civilizando-as, e acautelando os interesses oficiais; a premente urgência de defender o alto sertão para onde convergia a atenção perigosa dos espanhóis e holandeses, deram em resultado a criação da Capitania de S. José do Rio Negro, pela Carta Régia de 3 de Março de 1755, instalada a 7 de Maio de 1757. (REIS, 1939, p. 28-29).

Para comprovar esse interesse especial dos lusitanos em relação à Amazônia, Reis cita a criação em 1772 das capitanias do Pará e Rio Negro, sem qualquer sujeição ao Vice-Reino do Brasil, tornando mais fácil a administração. Também aponta uma suposta intenção pela transferência da Casa-Real para Belém, tal era o zelo e a prosperidade econômica que a região gozava em virtude da atuação dos estadistas coloniais (REIS, 1939).

Em *A Amazônia e a Integridade do Brasil* (2000), o autor ressalta essa importância do Estado na expansão territorial e na manutenção do domínio: “A empresa de dilatação territorial,

processada em dois séculos, efetivara-se, portanto, como operação do Estado e como livre operação de colonos ousados [...] (REIS, 2000, p. 11)”. De fato, foi uma política de Estado, visando a criação de um novo mundo nos trópicos:

Política de Estado, que muitas vezes valeu como legalização e façanha isolada, pioneira, dos colonos, a ocupação do espaço brasileiro importou também na elaboração de uma consciência de soberania e de nacionalidade. E como decorrência, a defesa desse mesmo espaço, para a consolidação do domínio político, que se exerceu através de um vasto sistema administrativo, que dividiu a base em unidades maiores e menores, dentro de dois Estados, o do Brasil e do Maranhão e Grão-Pará, mis tarde do Grão-Pará e Maranhão. (REIS, 2000, p. 11-12).

Ele elogia a atuação da classe política colonial, ao advogar em favor dos direitos dos indígenas e do povo em geral. Para o autor, seria o indício dos primeiros sinais democráticos:

O Senado da Câmara de Belém, desde os idos iniciais assinalara-se por atitudes de uma energia singular, defendendo os interesses populares, principalmente no que dizia respeito à questão do índio. Clamara contra atos governamentais, advogara medidas beneficiárias. Nesse afã, onde se podem vislumbrar os primeiros sinais de anseios democráticos, nem sempre se comportou com a precisa calma. E numa exteriorização de força, que não foi contida logo, manteve procuradores no Reino, com o que se atribuía órgão representativo das vontades coletivas da Capitania. (REIS, 1939, p. 33).

No processo de organização do poder para exercer suas prerrogativas sobre o domínio amazônico, Portugal exerceu uma política realista, adaptada aos imperativos do meio natural e social. Assim, criou um novo mundo, uma nova civilização. Os missionários, por sua vez, estiveram sempre ao lado da população, socorrendo-a quando sofria algum abuso:

Na organização do Estado, na Amazônia, a política de Portugal, sem fugir aos rumos a que obedeceu nos outros recantos do Brasil, cedeu a imperativos antropogeográficos e fisiocráticos, destacando-a do Império sul-americano, repartindo-a em Governos, garantindo a expansão do sertanista e do Missionário, assistindo às populações com autoridades bastantes, toda vez que elas se fizeram necessárias, coibindo-lhes os abusos, comunicando, enfim, à região, em todos os setores de sua evolução, os ritmos de natureza política que a definiram um todo autônomo, perigosamente autônomo na unidade colonial do Brasil. (REIS, 1939, p. 34).

Quanto à chamada “conquista espiritual”, Reis aponta como a atuação missionária foi imprescindível, pois, com seus “carinhos”, convenceu os indígenas a descerem para os povoados portugueses e participarem do projeto colonizador. Essa atuação estava diretamente

ligada ao caráter de cruzada das nações ibéricas, que procuravam, além da colônia, a expansão da cristandade:

A população indígena do vale subia, decerto, no início da conquista, a muitos milhares de indivíduos. Para trazê-la a colaborar com o colono, não seria com a violência que haveria de conhecer-se êxito. O índio tinha uma feição especial, uma natureza particular que convinha entender para qualquer entendimento com ele. De outro lado, era do espírito da obra colonial de Portugal e Espanha, a expansão da cristandade. Na América, essa expansão fazia-se à custa de muito sacrifício, entre a gentildade, por intermédio das Ordens Religiosas. (REIS, p. 1939, p. 35).

Reis defende que a atuação missionária deu a Portugal uma tranquilidade para exercer a colonização. Empreendida com serenidade, a obra missionária foi primordial para a política de Portugal no vale amazônico:

A obra missionária conheceu, assim, um vigor assinalável, não sendo demais afirmar que ela deu a Portugal certa tranquilidade no tocante ao domínio no extremo-norte do Brasil. O Estado, entregando-lhe um campo vasto, nela se amparou, sem indecisões, como se pode apreciar de Cartas Régias, Decisões, Alvarás e mais instruções que Lisboa expediu para a colônia. Os receios de que se sobressaltou já em meados do século XVIII, quando lhe pareceu que as Ordens se desviavam de seus propósitos primitivos, propósitos espirituais, para imaginar uma organização teocrática, como aos Jesuítas se imputou, ou tendências exageradamente mercantis, de que os Jesuítas, Carmelitas e Mercedários foram acusados, aliás um tanto fundadamente, — não se materializaram em dificuldades graves, que tivessem comprometido ou mesmo embaraçado seriamente a marcha da colonização e a evolução do domínio português na Amazônia. Ao contrário, entendida com serenidade, a obra missionária completou o que a aventura dos sertanistas promoveu na expansão. De todo modo, portanto, hábil, muito hábil, a orientação oficial, procurando, nas Ordens Religiosas, ter facilitada, garantida, aperfeiçoada, sua ação colonial, que por essa transferência de poderes bem se caracterizou e muito usufruiu. (REIS, 1939, p. 45).

As ordens religiosas, Ssegundo Dantas (2011), em diálogo com Reis (1939), as ordens religiosas teriam operado em consonância com as ordens do aparato estatal lusitano, trazendo os indígenas ao cristianismo e à civilização, criando povoados para proteção das fronteiras. Isso é uma tentativa do autor de demonstrar que Portugal não era guiado por uma fome mercantilista, mas tinha de fato um projeto de civilização para a colônia. Apresenta também o cuidado que tinha com a educação e a pesquisa científica, o que ultrapassava a dimensão política e militar, pois, segundo Reis, estudar e compreender a região também era dominá-la. Como prova de suas assertivas menciona os mapas, os estudos, os tratados e outras produções que

teriam sido escritas por homens de ciência patrocinados pela metrópole como a prova desse zelo para com a região.

Quanto ao tratamento dado aos indígenas, que Reis chama de “gentios”, procura combater as noções as quais teriam sido tratados com desumanidade. Embora admita que barbaridades tenham sido cometidas, procura mostrar que elas foram exceções e que a regra foi um tratamento humano e cristão. Os lusitanos exerceram uma “dominação humanitária”, principalmente a partir das políticas de Pombal, onde o caráter protecionista em relação aos gentios se tornou mais forte:

“Em relação aos índios a dominação portuguesa foi uma série nunca interrompida de hesitações e contradições até o Ministério do Marquês de Pombal”. Realmente, como vimos, essas hesitações e contradições avultaram até Pombal conquanto sempre uma intenção humana em todas as leis. De então em diante, o sentido protecionista animou-se. Neste e naquele ciclo, inegavelmente, porém, dominante uma preocupação humanitária. Os escuros da legislação, os escuros da vida realizada pelo colono, condicionado tudo por “circunstâncias mesológicas, sociais e até providenciais”, não perturbaram esse rumo, que sobretudo distinguiu a política de Portugal com relação ao gentio. (REIS, 1939, p. 58).

Quanto à direção econômica, o colono fez da colheita da droga do sertão seu principal sustento, devido à demanda europeia. O Estado Português, por seu lado, seguiu uma tendência que conciliava tanto um caminho mercantilista quanto fisiocrata, de acordo com o que a conjuntura pedia. Obedeceu a uma política de resultados, pragmática, aproveitando as riquezas do vale e disciplinando a ação dos colonos para que eles não a destruíssem. Também incentivou o fomento da industrialização e promoveu a miscigenação para que surgisse um tipo humano próprio para a vida regional:

Política de orientação clarividente, portanto. Não política liberal, de produção desorientada. Mas política econômica em que se pode sentir a existência de plano. Plano de valorização, como é da técnica atual. Economia orientada, para não dizer, como hoje, economia dirigida. (REIS, 1939, p. 110).

A questão econômica também se tornou uma das preocupações de Portugal. Mesmo sabendo que a extração das drogas do sertão era a modalidade principal que sustentava a economia regional, a Metrópole sabia que ela deveria ser modificada para um tipo de cultura mais racional, isto é, para a agricultura. Assim, buscou aproveitar as riquezas através de uma forma planejada e orientada pelo Estado, seja fiscalizando o extrativismo, seja incentivando a pecuária, a agricultura e a manufatura (DANTAS, 2011).

Ao analisar os aspectos da vida econômica, política e social da colonização portuguesa na Amazônia, Reis acaba destacando um traço que os lusitanos possuíam que não se encontrava nos outros povos: sua plasticidade. A prova disso seria a capacidade dos lusos de guiar a colonização sem idealismos, sempre por meio das contingências. Isso seria a prova do realismo lusitano que soube compreender as peculiaridades da região e impor um programa de exploração e desenvolvimento de acordo com o espaço e com as contingências (DANTAS, 2011).

Ao comparar o trabalho de colonização entre Espanha e Portugal na Amazônia, Ferreira Reis afirma que só o segundo tinha uma política firme para o vale, enquanto o primeiro nenhum legado deixou. Também afirma que, enquanto os ingleses e franceses fracassavam, apenas os lusitanos, por sua capacidade plástica e bravura indômita, conseguiam dominar o meio aceitando suas características e conciliando-se com ele, construindo um rico legado regional. Misturaram-se com os indígenas e aprenderam com eles, usando suas técnicas e seu modo de vida, também usaram os materiais de que tinham em mãos e se adaptaram ao clima. Não havia preconceitos de cor e a miscigenação foi incentivada pelo Estado. Nem mesmo havia grandes desigualdades sociais no vale:

As diferenças sociais, tampouco se observaram gritantes. Os habitantes de Belém, Vigia, de Barcelos, amparados no ato régio que os igualava à condição dos naturais da cidade do Porto, pelo que se lhes asseguravam vantagens, direitos, diferenças sobre os povos dos outros centros urbanos, ufanos ainda de outras mercês reais, não se comportaram de molde a merecer censuras. (REIS, 1939, p. 113).

Também estabeleceu uma política, tida como “absolutamente prudente”, de fechar as fronteiras aos estrangeiros. Isso era o resultado de sua política realista e pragmática de manutenção do Domínio e do Império. Tais medidas se tornaram ainda mais intensas no final no século XVIII, pois neste momento não importava mais expulsar os estrangeiros, mas as ideologias extremistas e alienígenas do liberalismo e da Revolução que poderiam ameaçar a política de Portugal para a Amazônia (REIS, 1939).

Até 1750, as políticas portuguesas não foram de plano estabelecido, mas obedeceram às contingências e as necessidades do momento histórico:

Realizada de acordo com as contingências, as necessidades, as realidades de momento, não desatendeu, todavia, às condições regionais, investindo contra suas feições humanas e fisiográficas. Ao contrário, aceitando a existência dessas condições, procurando adaptar-se a elas, utilizá-las. Durante mais de um século, vencendo o concorrente, lutando com o índio, estendendo as linhas de fronteira à hinterlândia, reconhecendo-a, impondo domínio, toda a ação

refletiu essa intenção, que através das páginas deste ensaio ficou proposta em suas linhas gerais. (REIS, 1939, p. 116).

A partir de 1750, com os despotismos esclarecidos de Alexandre Gusmão e Sebastião José de Carvalho, o Marques de Pombal, iniciou-se um grande programa para o desenvolvimento regional, aproveitamento do solo, colonização do espaço, fomento da agricultura e da industrialização. Em outras palavras, a exploração racional do espaço amazônico via planejamento econômico estatal. Recomendava-se que fosse obedecida a vontade do Rei com prudência, sem excessos e com circunspeção. Haveria o imperativo de manter o equilíbrio na política colonizadora:

[...] plano seguro, penetração aguda das condições fisiográficas e humanas a que Portugal precisava atender nas colônias, cogitou muito em particular das coisas da Amazônia. Seus problemas, sua produção, foram objeto de especial exame do estadista, que compreendeu a autonomia geográfica do vale. (REIS, 1939, p. 118).

O Estado português lançou mão de uma série de estatutos, dispositivos e leis para oficializar a conquista da região. Reis também concede um papel destacado aos administradores coloniais, considerados como verdadeiros estadistas, cujas ações de relevo em um lugar de natureza agressiva, enfrentando a cobiça de outras potências e toda sorte de adversidades, possibilitaram a façanha da colonização. A partir da gestão do Marques de Pombal, destaca ainda mais o controle do Estado sobre a sociedade regional, conforme aponta Hélio Dantas (2011). Inicia-se um programa de grandes proporções para promover o aproveitamento racional de todas as potencialidades do solo, a fixação de colonos para cultivar a terra e outras ações que, segundo Reis, eram decretadas com “absoluta segurança”. Também faz um comparativo entre *antes* e *depois* da administração de Pombal e conclui que as ações do administrador português deram frutos positivos na área da agricultura e do povoamento.

A história econômica da região é dividida em dois períodos. O primeiro é o período das drogas do sertão, havendo uma produção espontânea, baseada no extrativismo, onde o colono dependia da contribuição da floresta e precisava se adaptar ao meio. O segundo período foi o da experiência agrária, iniciada pelo Consulado Pombalino. Esta segunda etapa era o ápice da ação estatal para planificar a economia e civilizar o meio agressivo que era então a Amazônia (DANTAS, 2011).

Dá destaque ao papel do indígena amansado ou cristianizado como colaborador dos colonos no processo de conquista, segundo Dantas. Mesmo considerados como bárbaros em

situação de nomadismo, os saberes indígenas em relação à fauna e à flora regional foram utilizados pelo dominador português, resultando em uma vantagem da ação lusa em se apropriar da região em relação a de outras nações, como a França, Inglaterra e Espanha. Quando cita a política indigenista do Governador Geral Xavier de Mendonça Furtado, criador dos Diretórios dos Índios em substituição aos aldeamentos missionários, classifica a ação do político colonial como acertada, pois teria inserido os índios em um regime laico e tutelado, sem rupturas bruscas com o regime anterior. Via com bons olhos a miscigenação que passou a ser oficializada pelo Estado, pois, tendo em vista o fato de que já acontecia ilegalmente, deveria o Poder Público usá-la para intensificar o povoamento. Isso seria uma prova da plasticidade lusitana, detentora de um plano de ação e planejamento ao mesmo tempo em que tinha a capacidade de se adaptar às contingências.

Esse aspecto de louvor aos lusitanos é um eco direto da obra de Gilberto Freyre no Brasil a partir da década de 1930, estando também relacionado com a procura de vários intelectuais e artistas da época em combater o pessimismo sobre o país, romper com os preconceitos de raça, o determinismo do meio e buscar na cultura e na história a explicação sobre a formação nacional. Reis afirma que se interessou por Freyre ainda na década de 1920, enquanto o autor de *Casa-Grande & Senzala* endossaria em 1940 as conclusões de Reis sobre a presença lusitana na Amazônia. Os dois chegaram a trabalhar juntos em 1970 no Conselho Nacional de Cultura e sempre citavam um ao outro em palestras e artigos (DANTAS 2011).

Embora tenham pontos em comum, é importante frisar que, para Freyre, o sucesso da colonização portuguesa na América foi obra da família patriarcal, enquanto para Reis esse sucesso estaria ligado à capacidade diretiva, organizativa e adaptadora do Estado lusitano (DANTAS, 2011). Os dois chegaram às mesmas conclusões por pontos de vista diferentes. Enquanto para o pernambucano o ponto central reside na sociedade e em um grupo social determinado, para o amazonense a chave do processo está na dimensão estatal e política.

Outro aspecto importante da obra de Reis é o que ele chama de realismo português, baseado no ímpeto conquistador e na sua capacidade de adaptação. Era um tipo de ação social caracterizada pela “disposição, constância e capacidade realizadora”. Em outras palavras, o deslumbramento criado pela grandiosidade da natureza logo é substituído por uma vontade firme de dominar, compreender e civilizar o meio:

A política que Portugal realizou na Amazônia, revelando-a, tentando dominá-la, não pela força de uma ação violenta, mas pelo condicionamento às suas peculiaridades e pela exploração do que ela podia produzir de acordo com os conhecimentos da época, foi uma política realista. Profundamente realista.

Porque, inclusive, não procurou modificar as condições locais pela translação pura e simples de suas instituições e de seus usos e costumes, suas peculiaridades culturais. Ao contrário, submetendo-se aos imperativos do meio, ou a ele escapando quando era possível escapar. Nunca porém, procurando fazer alterações arbitrárias, que levariam ao desastre. E não esquecendo de procurar saber o porquê de todas as coisas regionais. Estudando, assim, a flora, a fauna, as águas, o homem, o clima. A literatura especializada, pertinente, elaborada com este propósito, é abundante. E dá uma ideia exata das preocupações que animavam os portugueses no seu afã intenso de saber a Amazônia para poder possuí-la. A indagação científica foi constante. (REIS, 1956, p. 52).

No trecho acima fica explícito o caráter plástico da política lusitana na Amazônia. A dominação não ocorreu de forma violenta, mas pela adaptação às características da região, daí seu caráter realista, classificado por Reis como a capacidade do Império português em se condicionar ao território sem importar de maneira mecânica suas instituições e sem procurar alterar de forma arbitrária o meio dominado. Também ressalta, como substrato para realização desta política realista, o estudo científico que Portugal empreendeu para conhecer e melhor explorar a região — empreendido por religiosos, sertanistas e homens de ciência.

Conclui que foi de Portugal com sua política realista a primeira iniciativa de valorização da região por meio de uma ação coordenada, muito embora de caráter rudimentar. Apesar disso, aponta que o legado deixado pela nação lusa com sua política foi precioso. Esse caráter visionário dos colonizadores referia-se à Amazônia como um espaço que deveria ser dominado, explorado e que, portanto, não deveria ser desprezado pelos brasileiros (DANTAS, 2011; REIS, 1939, 1956). Desse modo, Reis enxerga nas políticas coloniais para a região uma fonte de positividade.

Em *A Amazônia e a Integridade do Brasil* (2001), o autor reforça o caráter vitorioso da política portuguesa:

Sem hesitações, com decisão, explorando-a, utilizando-a e procurando dominá-la em toda a sua extensão. Essa ação soberana constitui um dos títulos de glória da experiência portuguesa nos mundos tropicais, que Gilberto Freyre tanto louva como empresa europeia. Se procurarmos examinar o que ingleses, holandeses e franceses e mesmo espanhóis realizaram nas Guianas, comparando com a atuação de Portugal na Amazônia, a conclusão será profundamente desprimorosa para aqueles, enquanto resultará numa evidenciação de sucesso para estes. (REIS, 2001, p. 36).

Fora custosa a incorporação da região ao recém proclamado Império brasileiro. Isso se deve ao fato de que os quadros portugueses na Amazônia fizeram de tudo para manter os laços entre ela e Portugal intactos, recusando-se a seguir as províncias que aderiram a Pedro I. A

tensão chegou a tal ponto que a província elegeu deputados para o parlamento lusitano, ao invés de quadros para a Constituinte. A incorporação teria sido completada ao custo de lutas ocorridas nas cidades de Belém e Marajó (REIS, 2001).

A decadência da prosperidade na região ocorreu com a transição da Colônia para o Império devido ao que ele chama de “experiência liberal na Amazônia”, a partir de 1820, representada por sentimentos nativistas, tensões sociais e por animosidade contra os portugueses. Mesmo tendo o processo de independência ocorrido sem grandes conflitos, o extremismo do momento fazia com que os brasileiros defendessem a retirada completa dos lusitanos de seus postos de comando, o que não teria ocorrido após os acontecimentos de 1822. Essas preocupações políticas se sobressaíram sobre as preocupações econômicas, redundando em problemas para a economia. Reis defende que o “trabalho construtivo” que havia começado com a colonização deveria ter sido preservado e não destruído, como de fato ocorreu (DANTAS, 2011).

Tais conflitos, de raiz liberal, tiveram como principal consequência a eclosão, durante o período regencial, da Cabanagem, o grande conflito civil ocorrido na região (DANTAS, 2011; REIS, 2001). A consequência foi a perda completa dos resultados positivos obtidos durante os séculos anteriores — lavoura destruída, agricultura aniquilada e um saldo girando entre vinte mil e trinta mil mortos. A região voltaria à estaca zero em desenvolvimento a partir de então. Era necessária uma reconstrução que deveria ter sido efetuada pelos estadistas do Império que, contudo, não estavam conscientes da importância da Amazônia; eram homens do sul e sudeste despreparados para os problemas do Norte.

Apesar da análise de Reis sobre o processo de colonização ser positivo, não critica de todo a política do Império do Brasil sobre a região, uma vez que, mesmo que não tenha resolvido a questão social e econômica e nem evitado a Guerra Civil, teve o mérito de defender a região da cobiça dos Estados Unidos e da Inglaterra e ter aberto a Amazônia à navegação dos aliados somente quando já havia maturidade e segurança para evitar a desnacionalização — solução acertada cujo mérito se deve ao Visconde do Uruguai. Durante a Guerra Civil, por exemplo, cita como ameaças estrangeiras as articulações britânicas em 1836 com os revoltosos para tentar convencer os chefes rebeldes, em especial o líder seringueiro de origem cearense Eduardo Angelim, de proclamar o Norte independente do Império do Brasil (REIS, 2001).

Apesar da economia da borracha ter representado um papel importante entre final do século XIX e início do século XX, Reis não a via com bons olhos. A razão disso se deve ao caráter extrativista e desordenado dessa forma de produção. O caráter planejado e racional da

experiência agropecuária construída por Pombal se perdera com a guerra civil e não fora recuperada, tornando a economia novamente dependente do extrativismo, como nos primeiros anos da conquista. Também destaca o perigo de ter toda uma região alicerçada em um único produto orientado pelo mercado externo, a falta completa de um plano de defesa da riqueza, apenas baseada na exploração predatória, sem qualquer intervenção do Estado (DANTAS, 2011).

É nesse contexto que a região Amazônica entra no século XX e na experiência republicana. Não havia qualquer intervenção estatal para regular e disciplinar a economia e a vida social, o que dava chance para os aparecimentos da cobiça estrangeira e de movimentos separatistas, principalmente em uma região que, segundo Reis, se via muito mais ligada à Europa que ao Brasil:

Com o ciclo gomífero em esplendor, a Amazônia viveu um período de euforia, que se pode constatar com as suas cidades capitais, Belém e Manaus, que se engrandeceram na base dos recursos que os Estados do Pará e Amazonas auferiram. Auferiram sem dar um passo, sem praticar um ato que visasse, senão o aproveitamento realístico, pragmático, daquela fortuna que estava entrando nas arca oficiais e privadas, pelo menos à execução de uma política assecuratória de continuidade e de crescimento das arvores lactíferas. [...]. O processo de desbravamento, ocupação e exploração do mundo amazônico caracterizou-se, assim, pelo desordenado. Os homens que o realizaram não dispuseram de qualquer assistência, seja de ordem material, seja de ordem espiritual. Tudo se fez com um sentido de aventura que deu um relevo espetacular aos que proporcionaram, mas não assegurou a continuidade e a estabilidade necessárias. Decorridos trezentos anos de criação política da área, o caráter pioneiro da empresa Amazônia continua vigorando, como se a sociedade que o efetua estivesse vivendo um século de retrocesso ou tivesse parado, amarrada a estilos de vida que estão desaparecendo de todos os quadrantes do mundo. (REIS, 1958, p. 341).

A região gozou de um grande lucro, mas, presa aos esquemas do liberalismo do século XIX, não apresentou formas que assegurassem a continuidade da economia do látex. Sem nenhuma forma de planejamento econômico, não criou a estabilidade para um desenvolvimento duradouro. Imersa nesse sentido de aventura, ela parecia viver um retrocesso, pois estava tão ligada ao extrativismo quanto nos anos anteriores às políticas de Pombal. A classe política regional, por sua vez, era perdulária, apenas preocupada em criar obras de embelezamento, esperando que a riqueza da borracha solucionasse todos os seus problemas. Era uma classe política medíocre que não procurava compreender o Norte como uma região a ser dominada e desenvolvida pelo Estado e pelos incentivos à iniciativa privada (DANTAS, 2011; REIS, 1972).

Reis também defende que a Amazônia deu uma contribuição decisiva para a formação da nacionalidade no livro *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira* (1993). Essa contribuição se deve ao processo de posse e conquista pelo império lusitano e pelo avanço dos luso-brasileiros sobre a região, vindos do nordeste, e pela união entre índios e portugueses que originaram os mamelucos. A constituição do *ethos* nacional brasileiro foi oriunda das lutas dos portugueses e dos índios contra franceses, ingleses e holandeses (SILVA LOBATO, 2009).

Ao se aprofundar sobre o processo de conquista e ocupação da Amazônia, Arthur César Ferreira Reis apresentou a região como tendo duas fases de ocupação, conforme aponta Silva Lobato. A primeira era a fase de colonização portuguesa onde, da união entre índios e europeus, surgira o amazônida. A segunda fase, a partir de 1850, tendo como ponto de partida Gilberto Freyre, aponta para o nascimento do sistema patriarcal baseado na Casa-Grande, mas direcionado para a exploração da borracha e “plasmado” na região com características próprias.

O grande protagonista da colonização e civilização da Amazônia foi o governo português com seus planos de valorização e planejamento, além de um processo de estudo detalhado da região. Teria sido ali onde os lusitanos empreenderam sua melhor experiência lusotropical, com uma convivência harmônica entre os variados grupos étnicos. Para o autor, a miscigenação foi um plano político de Portugal, ao invés de uma característica inata do português. Foi o Estado que guiou a região até o amadurecimento da civilização (SILVA LOBATO, 2009).

A Amazônia surge da ação lusitana sobre o trópico úmido, com o Estado exercendo um papel predominante ao organizar de cima a economia, a política e a vida social. Essa perspectiva de caráter conservador dá uma grande importância às elites dirigentes como portadoras do sentido da história e como líderes da vida amazônica. As populações tradicionais são vistas ou como bárbaras, cujo gládio português deveria civilizar, ou como dóceis, que se aliaram ao europeu na criação do novo mundo. O homem comum, as mulheres, as crianças e os negros sofrem com a mesma limitação teórica e ideológica no pensamento do nosso autor — uma massa amorfa, incapaz de se organizar, necessitando de um agente superior que os guie rumo à modernidade.

No próximo item, vamos analisar e descrever a interpretação de Reis sobre os sentidos da modernização, sua passagem pelo governo do Amazonas e sua apoteose no Golpe de 1964.

6.4 Apologia da Modernização Conservadora

Mostramos anteriormente como a formação da região amazônica Papara Arthur César Ferreira Reis, conforme afirmamos no item anterior, a formação da região amazônica está diretamente ligada à experiência portuguesa na região. A história da Amazônia é a crônica da dominação europeia sobre um espaço determinado. Coube aos lusos, com sua política realista, criar uma civilização única no Norte. A ênfase do seu relato está nos grandes atos administrativos, nas ações dos heróis, dos estadistas, nos processos de longa duração e nas ações do Estado português.

Seu esforço intelectual, segundo Dantas (2011), era visualizar uma integração da região ao complexo nacional através de uma ação forte do poder federal. Também estava interessado em apontar as possibilidades para o desenvolvimento regional. O problema não estava na natureza Amazônica, como se pensava, mas na forma como ela era governada. A falta de políticas do Estado brasileiro em relação à região era um sintoma da visão distorcida que se tinha até aquele momento. A integração e desenvolvimento derivava da ação voluntarista de um Estado autoritário.

Sugere que ainda no século XX o trópico úmido era um lugar a ser desbravado e dominado pela ciência moderna. Basear a economia do Norte no extrativismo era um erro, eis porque defende grandes projetos de longo prazo e de grande alcance liderados pelo governo federal. Portanto, a saída para a região estava na intervenção do Estado brasileiro através da técnica moderna (DANTAS, 2011). Aqui se localiza outro caráter marcante do seu pensamento, a valorização de instrumentos tecnocratas para superar o atraso das sociedades.

Analisa de forma negativa as políticas do Marechal Hermes da Fonseca para a região, que visava a racionalização da exploração do látex e a implementação de medidas de colonização, projeto que fora abandonado do plano por falta de recursos. Para nosso autor era um sinal de que não havia maturidade brasileira para enfrentar a questão Amazônica. As medidas do Governo Vargas na década de 1940 apenas resultaram, segundo Reis, em medidas isoladas que estavam relacionadas a questões imediatistas — como o acordo com os EUA para fornecimento de borracha para abastecer a máquina de guerra durante o segundo conflito mundial (DANTAS, 2011).

Defendia que o desenvolvimento brasileiro deveria estar ancorado em pesquisa e planejamento. Tal formulação era um reflexo do momento histórico, onde as noções de mudança provocada pelo Estado ganhavam, desde a década de 1930, uma importância cada vez maior. Foi na década de 1950 que Reis teve a chance de participar mais ativamente da política científica amazônica, quando foi diretor da Superintendência de Valorização Econômica da

Amazônia (SPVEA) e do Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA). Procurou adaptar os ambiciosos planos dos dois órgãos à realidade regional e criar um plano quinquenal de fomento à pesquisa científica (DANTAS, 2011).

Reis postula que o desenvolvimento tem três dimensões: a política, a técnica e a regional (REIS, 1972). A primeira relacionava-se com a prerrogativa do Estado de guiar o processo e disciplinar os investimentos. A segunda refere-se ao uso da ciência para modificar a situação de vida do homem. A terceira e última tem a ver com os instrumentos e planos de intervenção que precisam considerar a Amazônia como um complexo cultural determinado.

O desinteresse do Estado nacional em relação à Amazônia provinha de uma falta de maturidade brasileira e dos partidarismos políticos que sobrepunham qualquer projeto de longo prazo. O partidarismo e os conchavos eram os grandes obstáculos para a integração regional (DANTAS, 2011). Reis se decepcionou com a democracia liberal e com a República de 1946 quando viu vários dos projetos de valorização regional emperrarem por causa, segundo ele, de intrigas políticas e desinteresse governamental. A recuperação da região perpassava não apenas um aspecto econômico e político, mas um caráter nacionalista; apenas pela valorização da região se podia afirmar e reafirmar o Estado Nacional.

No livro *A Amazônia e a Cobiça Internacional* (1960), o autor desenvolve com mais profundidade o seu nacionalismo e aprofunda a importância da soberania brasileira sobre a região. Foi um dos livros mais importantes para o desenvolvimento do nacionalismo conservador, para a questão regional em meados do século XX e para os direcionamentos da modernização autoritária da Operação Amazônia, muito embora, quando Reis o escreveu, acreditava que não estava a serviço de ideologias políticas ou de qualquer ufanismo ingênuo, mas efetuando um trabalho “neutro” e “técnico” (REIS, 1960, p. 2).

O argumento principal do livro é a cobiça que outras grandes potências exercem sobre a Amazônia desde a chegada dos europeus à região. Ela tem sido desejada não porque é um espaço exótico, mas pela sua exuberância natural que, se explorada racionalmente, poderia se transformar em valor econômico e se tornar uma solução para os povos famintos da terra, para os apátridas e para os sem teto. Contudo, afirma, a região é uma questão brasileira:

A nossa política internacional, no passado, sob o Império, foi sábia e foi esse reconhecimento da existência de interesses não apenas brasileiros, mas sul-americanos também, o que levou a uma convivência serena, objetiva, leal e proveitosa para todos. Na República, não há por que abandoná-la ou mesmo interrompê-la. [...] devem nossos vizinhos participar da política de verificação do grande espaço, nas respectivas soberanias, e possivelmente dentro de um

planejamento que seja comum, traçado pela técnica de todos, visando ao fim coletivo. (REIS, 1960, p. 3).

A Amazônia deve permanecer brasileira, ao mesmo tempo em que necessita haver uma política comum de cooperação entre as nações vizinhas, que também possuem partes amazônicas em seus territórios, para o melhor aproveitamento dos recursos regionais. O imperialismo das grandes potências, para Arthur Cézár, ainda é uma preocupação, bem como o processo de internacionalização de várias regiões do mundo, cujo intuito é resolver o problema da fome e das superpopulações. A grande riqueza natural, ainda não inventariada, apresenta infinitas possibilidades para quem se propor a dominá-la racionalmente (REIS, 1960).

Alerta para o perigo das pressões universais criadas pela industrialização, fazendo com que as potências se voltem para o mercado de matérias-primas. As consequências dessa busca por insumos para a indústria foram o tratamento bárbaro que o homem dispensou à natureza. Era preciso criar uma nova consciência a respeito da relação entre as sociedades e o mundo natural. O problema, alerta o autor, é que as necessidades do mundo por matérias-primas só aumentam. Lembra a atuação nefasta do homem, iniciada no século XVII por meio da colonização⁵⁵ durante a ocupação da Amazônia, sem qualquer preocupação com a preservação do ecossistema, apesar da legislação expedida em Lisboa que procurava proteger seus recursos naturais. Como exemplo, cita o ano de 1719, em que houve uma exportação de cento e noventa e duas mil libras de óleo de tartaruga pela Capitania de São José do Rio Negro, hoje Estado do Amazonas, resultando na morte de quatro milhões de tartarugas (!).

Também aponta para o progresso desmedido e sem limites que parece não se coadunar com o progresso cultural das sociedades. O comportamento irresponsável em relação aos recursos naturais só aumenta. As reflexões e recomendações dos homens de ciência não têm sido suficientes para barrar a degradação dos solos e das águas. O apetite pelo consumo tem sido uma constante em todo o globo, aumentando exponencialmente a pressão por recursos (REIS, 1960).

Dentro desse contexto de expansão do consumo e de procura por matérias-primas, a região ocupa um lugar central, pois a comunidade internacional enxerga nela uma das saídas importantes para as pressões demográficas do mundo moderno. Para comprovar sua tese, cita a polêmica da criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica, proposta apresentada na

⁵⁵ Reis, pelos seus limites teóricos e ideológicos, não considera as sociedades pré-colombianas que habitavam a região com seus mais de 6 milhões de pessoas que nela residiam e nem a forma sustentável como estas sociedades se relacionavam com o mundo natural.

década de 1940 pelo cientista Paulo Berredo Carneiro, integrante dos quadros da UNESCO, que deveria ser uma instituição de pesquisa sob os auspícios e financiamento de órgãos internacionais. A justificativa era de que uma região como a Amazônia era de tal importância que não poderia ser relegada aos cuidados de Estados nacionais deficientes, como o Brasil, devendo ser uma tarefa da comunidade internacional. Reis foi um dos primeiros a se opor a este projeto, alertando as lideranças brasileiras sobre a ameaça que isso iria representar para a soberania brasileira sobre o Norte (REIS, 1960). Em resposta a este Instituto defendeu a criação de uma entidade pública que patrocinasse a pesquisa científica na região; de suas articulações surgiu o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), do qual foi diretor na década de 1950.

O Brasil, no decorrer de sua história, segundo Reis, comportava-se ora como país atlântico, ora como país platino, isto é, sempre se voltando a formação da região amazônica ou para o Sul e Sudeste ou para a Europa e Estados Unidos. A Nação ainda não se comportou como um país amazônico, ou seja, como país consciente de sua missão em relação ao Norte, ao assumir sua responsabilidade pela integração política, cultural e social da região, considerada como Império brasileiro — espaço a ser dominado, estudado, explorado e desenvolvido (REIS, 1960).

Alexandre Pacheco (2012), ao analisar *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, ressalta que a narrativa nacionalista de Reis está ligada ao problema do subdesenvolvimento da Amazônia e como isso poderia ameaçar a soberania nacional sobre a região. Ademais, apesar de todos os programas desenvolvimentistas lançados pelo Estado brasileiro, afirmava que ela ainda era uma área inexplorada e que deveria receber mais atenção por parte do poder público, sob pena da perda da região para outras potências. Expressa admiração sobre os feitos dos portugueses ao defender a região da cobiça estrangeira, uma lição que deveria ser aprendida pelos governantes atuais, visto que a Amazônia, por ser um grande empório de matérias-primas e o pulmão do planeta terra⁵⁶, escondia ainda incontáveis riquezas que deveriam ser apropriadas pelo Brasil. Deveria o governo brasileiro inspirar-se no realismo português e na sua missão superior de conquista para apropriar-se sabiamente da região.

A façanha da conquista e expansão territorial empreendida pelos portugueses despertou tanto nos colonizadores quanto nos brasileiros o imperativo de defesa da soberania. Esse processo de dilatação territorial resultou na ação do Estado, bem como na de um espírito realista

⁵⁶ A discussão sobre a produção de oxigênio da terra ser produzido pela Amazônia já foi superada por pesquisas recentes. Todo o oxigênio produzido pela região é consumido por ela mesma.

em relação à Amazônia. O contato com as riquezas naturais teria despertado no português a consciência da necessidade de uma política pragmática sobre a região:

Arthur Reis impôs objetivamente as realizações dos portugueses na Amazônia como feitos de uma nação que deveria ser considerada precursora da nação brasileira. Tal fato é perceptível quando o autor escreve a palavra Nação, com a letra ‘n’ em maiúsculo, para designar com mais ênfase Portugal e seu espírito de defesa e bravura, exemplo a ser seguido pelos brasileiros. Essa ideia de que a nação brasileira deveria se reconhecer como continuadora da tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa [...]. (PACHECO, 2012, p. 100).

Sendo a herança lusitana algo positivo que deveria ser estudado, reverenciado e tomado como referência, não poderia haver uma ruptura entre a colônia e a nação. O velho deveria estar presente no novo. Portanto, quanto aos contemporâneos, ao se depararem com a questão amazônica, não deveriam deixar de lado a rica herança portuguesa na elaboração de políticas e planos realistas de desenvolvimento. Era preciso, além disso, vencer os problemas de alimentação, transporte, nível cultural e destruição de capital:

É possível que o planejamento, como o entendemos hoje, para enfrentar a solução de graves problemas do Estado ou mesmo das coisas privadas, não seria cogitação a marcar aqueles períodos distantes da história. O que se pode e deve aceitar como existente é o propósito firme da formação do império lusitano na Sul-América, tendo por fundo do quadro a base territorial, realizada por incentivo do Estado ou por ele aplaudida, criação de uma humanidade em função dos rigores do meio, a defesa intransigente do espaço, alargado sem desfalecimento. (REIS, 1960, p. 46).

Portanto, defendeu uma política de substituição de importações, com forte presença estatal que pudesse retirar a Amazônia de seu estágio predatório, desorganizado, tradicional e extrativista da sua economia. A modernidade para ele era um capitalismo capitaneado por um Estado forte que pudesse impor a ordem e o planejamento realista para equipará-la às outras regiões brasileiras, como a região sul e sudeste, em oposição a uma política liberal, supostamente desorganizada e sem planejamento, dominada pela luta facciosa.

Essa busca do passado por respostas para o presente está relacionada também com o espírito político das décadas de 1930 e 1940, que procuraram cultivar um ideal de nacionalidade e de valorização do passado histórico, visto como uma fonte de inspiração para a ação política e econômica. Reis procurou seguir o mesmo caminho a partir de uma representação do passado

colonial, da tenacidade dos portugueses e dos luso-brasileiros na defesa e na construção da nacionalidade brasileira como o ponto de partida da criação do Brasil (PACHECO, 2012).

A obra de Reis pode ser posta como uma tentativa de compreender sua época e colocá-la a serviço do progresso — visto como um caminho inevitável para todas as sociedades. Busca, na sua reflexão histórica e sociológica, a sustentação das suas ideias e noções políticas. Procurando romper com o chamado determinismo geográfico que rondava as noções sobre a Amazônia, tentou fazer com que ela recuperasse a marcha da história através da solução que julgava ser a mais adequada: a integração nacional (GOMES, 2009).

No livro *Como Governei o Amazonas* (1967) faz um balanço das suas ações como governador, justificando seus atos políticos e a necessidade do que ele chama de “Revolução de 1964” para salvar o Brasil do extremismo, da corrupção e da imoralidade. Estava em Genebra, participando de uma reunião da ONU sobre comércio e desenvolvimento internacional, quando a ruptura autoritária ocorreu. Para ele, os acontecimentos de 1 de abril eram fruto de uma maturação antiga, cujo epicentro estava na insatisfação com os rumos que o país estava tomando:

O processo revolucionário brasileiro vinha de longe, no tempo. Era um processo que não se alterava nem na densidade nem na motivação. Toda uma imensa e profunda inquietação lavrava no país, sob os ângulos mais diversos e cobrindo, sem exceção, todos os quadros sociais. As reformas que se anunciavam ou se tentavam, visando, pelos menos, a conter aquelas inquietações, que refletiam um estado de espírito angustiado e o anseio generalizado por mudanças institucionais e estruturais, não se operavam com a velocidade desejada, nem pareciam suficientes. Vasta politização abrangia setores até então distanciados, prenunciando um sistema de reformas que poderia envolver a própria continuidade do país ou interromper o desenvolvimento material que se operava. A conspiração lavrava, assim, por toda a parte. Por mais de uma vez, na área militar, pretendia-se, com o concurso de áreas civis, a solução imediata, mais incerta, duvidosa. A simples mudança de homens no poder, que a muitos satisfazia e era realmente, para esses muitos, o suficiente, não parecia bastante para muitos outros que desejavam uma transformação mais radical. (REIS, 1967, p. 9).

Repõe as justificativas para a ruptura autoritária pela suposta influência de ideias subversivas que tomavam conta do país. A politização de setores que estavam até então longe da política, bem como o implemento de reformas, tidas por ele como prejudiciais, poderiam levar a extremismos e à desordem. Aqui, o autor refere-se à politização de grupos sociais subalternos, como indígenas, trabalhadores, estudantes, camponeses e às chamadas reformas de base, de matiz trabalhista, do então presidente Joao Goulart. Não adiantava. Como podemos ver, retirar o presidente legitimamente eleito, mas realizar uma mudança mais profunda nas

estruturas sociais e políticas capaz de recolocar o Brasil dentro da ordem, apenas um regime forte e centralizado poderia fazer. O compromisso de Reis com a solução autoritária remonta desde a década de cinquenta, quando participou dos preparativos no Amazonas de um golpe que foi abortado, só vindo a se consumir anos depois.

Quanto ao Amazonas pré-1964, descreve a situação política como vergonhosa, onde se praticavam as maiores corrupções:

[...] se criara uma situação política que devia envergonhá-lo, e onde se praticavam desatinos e desonestidades de que o país tinha inteira consciência, situação que parecia definitiva, irremovível, e era responsável pela destruição dos melhores padrões de civismo e de cultura e pela ascensão e predomínio de uma camada irresponsável, que destruía também as perspectivas de progresso e bem-estar do Estado, como nas outras áreas do país também havia preparação revolucionária. (REIS, 1967, p. 10).

Também apontava a suposta demagogia entre os que estavam no poder, desmerecendo aqueles que realmente se doavam pelo bem do Amazonas, para favorecer nomes sem expressão. Acusava a prática da fraude eleitoral, onde o candidato ao governo Paulo Pinto Nery teria sido prejudicado no último pleito em favor de Plínio Coelho. Outro ponto a ser destacado era a imprensa que, a serviço do situacionismo, criticava aqueles que se opunham ao governo:

As forças armadas sofriam restrições, ferindo-se os seus chefes mais ilustres em comícios e em publicações. Nas campanhas eleitorais, os candidatos da oposição, sem garantias, sofriam ataques e termos ofensivos, que não respeitavam a dignidade dos lares. Vivia-se, assim, num clima de mal-estar e do primado, não da inteligência criadora, mas do subhumano, do vazio de ideias sãs, expresso na perda de substância cultural. A vida municipal era modorrenta e realizada sem obediência a bons padrões morais. Criavam-se municípios para obter dotações federais, que não beneficiavam senão a procuradores e mais uma meia dúzia de protegidos do situacionismo, municípios cujos prefeitos desconheciam sua localização nos mapas que lhes apresentava, mesmo porque, as mais das vezes, esses executivos locais não estavam presentes nas sedes das unidades, permanecendo em Manaus (REIS, 1967, p. 10-11)

Para Arthur Reis, o remédio para esse estado de coisas seria a ruptura autoritária como algo irremediável para o bem do Estado e do Brasil. Para ele, a chamada solução revolucionária era fruto do próprio país e cujas consequências deveriam ser profundas. Quando chegou ao Rio de Janeiro, vindo de Genebra, em junho de 1964, foi avisado de que fora nomeado Governador do Amazonas pela Assembleia Legislativa, sendo o nome preferido entre os maiores do alto escalão do governo militar em virtude da sua suposta não-vinculação partidária (REIS, 1967).

Descreve como o imobilismo da sociedade regional a encheu de vícios:

É preciso compreender que o não enriquecimento da sociedade amazonense, com a entrada de novos valores humanos, plasmara-a através de laços internos que, a certos aspectos, fazia que se organizasse como um todo endogâmico. Os laços que a apertavam eram laços poderosos que criavam dificuldades a que tivesse de utilizá-la para os novos tempos que se abriam. Ademais, havia uma parada violenta na elaboração das elites culturalmente capazes de dar sua contribuição. Por fim, era preciso agir de maneira a não permitir, a quem quer que fosse, a ideia de que vínhamos servir a interesses pessoais ou dar cobertura a ajustes de contas dos que viam na hora o momento oportuno para vinganças. (REIS, 1967, p. 12-13).

As elites culturais deveriam agir e criar uma nova dinâmica para movimentar uma sociedade inativa e tradicionalista como a do Amazonas. O trecho supracitado apresenta um ato falho do autor. Não permitir a quem quer que fosse pensar ou não permitir que fosse exteriorizado tal pensamento? Tal trecho releva sua predisposição para regimes de força e, como veremos mais adiante, expõe sua dificuldade em lidar com opiniões políticas divergentes.

Essa intransigência revela-se na formação do secretariado para ocupar o governo, quando rejeitou a maioria dos nomes que lhe foram apresentados e resolveu favorecer seus alunos da Universidade Católica do Rio de Janeiro, além de parte da elite espiritual da região alinhada com suas opiniões, como o intelectual católico André Vidal de Araújo, cotado para a Secretaria de Educação, e o escritor paraense Leandro Tocantins, como assessor de gabinete do governo:

É possível que tenha surpreendido a muitos e desencantado a muitos outros. Devia, no entanto, fazer sentir que vinha disposto a governar sem submissão senão face aos postulados da Revolução e nunca a freios e cangas de quem quer que fosse. Compreendi que tinha de agir com energia, rapidez e sem temores. Não pleiteara o Governo. A experiência a que me ia submeter não me permitia, porém, vacilações ou condescendências. Certo? Errado? Agi de acordo com o meu modo de pensar e atuar no passado. Minha natureza não permitia a mudança que me restringisse ou de qualquer forma importasse em diminuição ao meu raciocínio e às minhas decisões [...]. Para muitos eu seria o professor, o funcionário que poderia ser manejado facilmente pelo raposismo dos políticos e dos ambiciosos de mando. Como se enganavam! Como iria surpreendê-los! (REIS, 1967, p. 13)

O início do seu mandato como governador foi difícil, pois entrou em contato com o atraso social, cultural e político em que a máquina pública se encontrava. Em reunião com o ditador Castelo Branco, referido por Reis como Senhor Presidente da República, expôs a situação de forma a justificar que a conjuntura requeria uma gestão forte e sem recuos. Acreditava que governar sem um programa era cair no mesmo erro do passado, por isso, teve colaboração dos técnicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico para elaboração

de um plano bienal (1965-1966) que pudesse direcionar os esforços da administração. Tinha como principal meta substituir a economia tradicional do extrativismo por uma mais racional, em moldes industriais:

A economia predatória, que nos caracterizava e nos assegurava apenas a condição de exportadores de produtos primários, também devia ser desestimulada para mudança necessária [...]. Por que não admitir, portanto, a possibilidade de criar um Amazonas que se veria liberto, por sua energia, pela reabilitação de seus recursos, daquela subalternidade vexatória, angustiante e de certo modo desprimorosa? O que decidi promover com esse objetivo e foi o que pretendi realizar no Governo, teve suas raízes no exame a que procedi e na certeza a que cheguei de que essa transformação, a exigir tempo, continuidade e o aproveitamento das novas gerações, levadas a viver uma consciência mais firme e mais civicamente despertada, podia ser executada. (REIS, 1967, p 15).

Propôs a reforma do Estado por completo, reproduzindo em escala estadual a modernização conservadora e autoritária que acontecia em âmbito nacional. Perseguiu descontentes, exonerou servidores supostamente acusados de improbidade, construiu estradas, ergueu novas escolas, montou agências governamentais, incentivou a indústria e a agricultura e tentou resolver o problema fiscal do Amazonas. Mesmo assim, enfrentou resistências que Reis creditava como consequência do meio social e do tradicionalismo:

As limitações do meio social eram grandes e ainda são grandes [...]. A sociedade tradicional, resistente a mudanças, essa funcionava plenamente. E como ocorre em toda parte em que ela tem vida, oferecia oposição violenta a tudo quanto pudesse significar a transformação e abandono da rotina. Essa realidade que encontramos em particular nos mundos até bem pouco dominados pelo colonialismo europeu. Não diferia da que encontrei no Amazonas. Era preciso, no entanto, enfrentar essas resistências, essas limitações a essas incompreensões. (REIS, 1967, p. 17).

Quando de sua atuação como governador do Amazonas, inserido dentro de um regime autoritário, gerou alguns paradoxos em relação ao homem de pensamento e ao homem de política em uma época de ditadura. Embora tenha sido um pensador de qualidade ímpar, do ponto de vista político sua atuação foi marcada pelas acusações de violência e pela dificuldade de conviver com diferenças políticas:

[...] o que se sobressai é que ele foi agente desse estado militarizado implantado no Brasil em 1964. Reconhecidamente identificado com o campo ideológico conservador, ligado por afinidades intelectuais e ideológicas à Escola Superior de Guerra, sem dúvida ele foi bastante importante na implantação e consolidação da Ditadura Militar no Amazonas. (GOMES, 2009, p 38).

Afinado com o grupo político que tomou o poder em 1964, teve papel importante na consolidação do regime autoritário no Amazonas. Portanto, o mesmo ritmo da perseguição aos opositores foi também adotado no seu governo, usando a justificativa da improbidade para perseguir desafetos ou antigos aliados do governador deposto, como Plínio Ramos Coelho:

Perseguição aos agentes públicos que resistiram à implantação da Ditadura Militar, seja por motivos pessoais, políticos corruptos incrustado no poder há muito tempo, ou por motivos ideológicos, pertencentes a partidos políticos com vinculação mais direta com o Presidente deposto. Foram instaurados no Amazonas cerca de 30 Investigações Sumárias com base no Ato Institucional, destacando-se dentre vários inquiridos: Plínio Ramos Coelho, Benjamin Brandão, Huascar Angelim e Lóris Cordovil. A quase totalidade dos processos resultou em demissões, cassações, suspensão de contratos ou aposentadorias compulsórias, dentre outras penalidades, como condenação de uma aparente punição contra atos de improbidade administrativa. O contexto no qual estavam inseridos esses inquéritos militares, sob o comando de Arthur Reis, revela o aspecto pouco imparcial no qual transcorreram. A corrupção e a falta de probidade eram, há centenas de anos, uma triste experiência no Amazonas. Em 1964 o panorama administrativo era o mesmo, entretanto, as “investigações sumárias” foram instauradas principalmente contra aqueles que tinham, ou tiveram alguma vinculação com o governador deposto pelos militares Plínio Ramos Coelho. (GOMES, 2009, p. 39).

Como se pode perceber, Reis revela-se um partidário de métodos militares e de formas de governar autocráticas. Contudo, ele procura se justificar na publicação do Sumário dos Inquéritos:

O movimento de 31 e março, promovido pelas Forças Armadas que mais uma vez, se puseram ao serviço da Nação, visou à regeneração, os costumes políticos, a administrativos do país, dando-se termo a excessos e erros que lhe comprometiam a própria continuidade. COMO GOVERNADOR, pratiquei atos que foram necessários, à vista dos processos instaurados nos setores da vida do Estado, e de que resultou o conhecimento de uma tremenda realidade. Como amazonense, muitas vezes senti a tristeza de tê-los de praticar, diante de circunstâncias tão desagradáveis. Confesso que se algum dia houvesse tido a certeza das condições em que encontrei o nosso Estado, não teria aceito a honra de governá-lo. (GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, 1965, p. 98).

Para ele, a ditadura de 1964 foi uma reação do exército brasileiro contra a corrupção que vicejava no país. Era preciso, na sua visão, que uma mão forte arrumasse a vida política nacional. Sua administração seguiu essa lógica e os inquéritos que liderou, como aponta Gomes (2009), foram bem parciais, pois foram direcionados em sua maioria aos antigos partidários do governador deposto, ligados ao trabalhismo. Visto por opositores como um ditador que

“mandava fechar jornais”, foi também considerado por setores conservadores temerosos do avanço do comunismo como um patriota que arrumou a política local.

A controvérsia dele como político se dá pela forma autoritária como geriu a política. Destruiu à força a Cidade Flutuante, uma espécie de favela flutuante sobre o Rio Negro, que se formou na década de vinte em Manaus; fechou os jornais O Trabalhista e A Gazeta⁵⁷ e também ordenou a prisão de seus editores, por estarem fazendo críticas severas ao governo de Reis e por terem publicado que alguns membros do alto escalão do governo haviam recebido dinheiro do SPVEA e não prestaram contas na época em que o autor o dirigia (CORREIO DA MANHÃ, 1964; DIÁRIO DE SÃO PAULO, 1964); mandou a polícia militar invadir a Assembleia Legislativa do Amazonas como forma de intimidação para “endireitar” a Assembleia, sob a justificativa de estar obedecendo aos “princípios da Revolução” (O POPULAR, 1964; ÚLTIMA HORA; 1964); prendeu o governador deposto Plínio Coelho⁵⁸, a quem chamava de ladrão (GAZETA DO POVO, 1964; A NOTÍCIA, 1964); perseguiu a magistratura amazonense depois que ela deu *habeas corpus* ao ex-governador (O GLOBO, 1964). Todas ações controversas e autoritárias de um ator político e intelectual, que se considerava como da “linha dura da Revolução”, que “não era covarde” e “nem usava saias” (JORNAL DO COMÉRCIO, 1964; DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1964) e cujas obras e ações se pautavam pela resolução voluntarista dos problemas sociais:

Como governador o governo dele foi controverso por conta da cassação do Plínio Ramos Coelho, que foi no início do Golpe, e toda a pendenga dele com o Benjamin Brandão que era desembargador. Para você ver, né? Esse jogo político acontece das mais variadas formas. Quando eu tava entrando no mestrado em 2008 e tava inaugurando o bloco Arthur César Ferreira Reis lá na UFAM, o filho do Benjamin Brandão publicou um texto chamado “A História de uma Injustiça”⁵⁹, foi lá na UFAM com o Reitor, queria barrar batizarem o bloco com o nome o Arthur porque dizia que ele não merecia. Ai ele transcreve algumas cartas do pai porque como o Plínio era um desafeto dele, acho que mais do que política era um desafeto pessoal, ele queria a cabeça do Plínio, só que os caras na legalidade aceitaram o *habeas corpus* da defesa e a partir desse momento o Arthur passou a perseguir os desembargadores do Tribunal de Justiça. Eles foram aposentados compulsoriamente [...]. (DANTAS, Entrevista de Campo, 2019).

57 Em minhas pesquisas no acervo pessoal do autor, encontrei um telegrama da Associação Amazonense de Imprensa fazendo um apelo para o então governador reabrir ambos os jornais. A Associação também lembra que o pai de Reis era dono de um jornal onde o próprio historiador também trabalhou como jornalista quando jovem.

58 Paulo Coelho, irmão do governador deposto, dizia que o Amazonas teve muita má sorte por ter à frente do Estado alguém como Arthur Reis, a quem chamava de “urubu” (DIÁRIO CARIOCA, 1964).

59 Em 2008, o referido texto foi lido em sessão do Senado Federal pelo então Senador Arthur Virgílio Neto (PSDB), cujo pai, o também político Arthur Virgílio Filho, também era desafeto de Arthur Reis. O irmão de Arthur Virgílio Filho, Helso do Carmo, também sofreu perseguições e chegou a chamar Ferreira Reis de covarde, afirmando desejar que Reis vivesse muitos anos “a fim de pagar todos os crimes que praticou” (JORNAL DO BRASIL, 1967).

Do ponto de vista da modernização da sociedade, de uma política cultural e da construção de uma máquina estatal capaz de intervir e organizar a sociedade, o governo de Reis teve seu mérito. Foram fundadas dezenas de escolas, foram criadas as Edições Governo do Estado para fomentar o mercado editorial local, estradas foram abertas e foi criada a Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (CODEAMA), uma agência que visava coletar dados sobre os mais variados aspectos da sociedade amazonense que pudessem auxiliar o estado na consecução de políticas públicas:

Agora assim, tem o famoso mérito do Arthur [...] o Amazonas foi pro topo em edição de livros no governo Arthur Reis [...]. As Edições Governo do Estado foi ele quem criou [...]. Uma estratégia de consagração intelectual muito perspicaz. Ele prefacia todos. Não sei se ele leu todos (risos), mas ele prefacia todos. Esse é um mérito e o governo dele eu digo que ele cooptou os intelectuais, os artistas locais de uma maneira muito hábil [...]. O próprio trabalho que o Arthur fez com o apoio à Regional da União Brasileira de Escritores. Governo dele teve todo um caráter autoritário dentro do regime, mas soube cooptar muito bem os intelectuais [...]. A Pinacoteca foi criada no governo dele [...]. Não à toa que no prefácio da segunda edição de História do Amazonas o Leandro Tocantins pinta o Arthur como um Pombal com toques de Nassau⁶⁰. Ele é ao mesmo tempo um administrador muito hábil e também um estimulador das letras e da cultura [...]. O Arthur sempre teve essa coisa de ver os grandes homens de ação portugueses. A própria figura do Lobo D'almada para ele é icônica [...]. Eu acho que ele até tenta se construir como um Lobo D'almada moderno [...]. (DANTAS, Entrevista de Campo, 2019).

Como diretor do Conselho Nacional de Cultura, Reis atuou como valorizador do legado português na formação brasileira. Transferiu os restos mortais de Dom Pedro I para o Brasil, organizou a comemoração do sesquicentenário da independência política (FOLHA DO NORTE, 1972; CORREIO DA MANHÃ, 1972), publicou o *Atlas Cultural do Brasil* e proferiu dezenas de palestras a respeito da cultura e civilização brasileiras:

A coisa em que o Arthur mais se empenhou como diretor do Conselho Nacional de Cultura foi nas comemorações da independência e o traslado dos restos mortais do Dom Pedro I pro Brasil. Tudo a ver com a figura do Arthur Reis, extremamente lusófilo. Esse link com o salazarismo. Era figurinha carimbada em Portugal nessa época, foi palestrar muitas vezes em várias universidades. *A Política de Portugal para o Vale Amazônico* foi dedicada ao Vargas e ao Salazar pela política de integração entre os dois países, o que era compartilhado por um cara também como Gilberto Freyre. Outro grande

60 No livro *Memória de Viver* (1971), Tocantins dedica o poema *Fábula da Verde Navegação* a Arthur Reis.

mérito do Arthur foi a edição do Atlas Cultural do Brasil, que é uma edição enorme. (DANTAS, Entrevista de Campo, 2019).

Para Arthur Reis, o Estado era o ator privilegiado das mudanças e melhorias sociais, ponto que o faz divergir com Gilberto Freyre:

O Arthur viu o Estado como o grande orientador das mudanças e das melhorias. Tanto que é nesse ponto que ele diverge do Gilberto Freyre na interpretação do processo histórico colonial brasileiro. O Gilberto Freyre vai dizer que a colonização do nordeste brasileiro principalmente se dá a partir da família patriarcal [...]. Já pro Arthur não, a colonização da Amazônia é exitosa porque faz parte de uma política de Estado levada a efeito pelos portugueses. Então para que houvesse êxito na colonização da Amazônia o Estado deveria estar presente. Ele sempre se queixou que o Estado não estava presente. Ele sempre foi crítico de ações da iniciativa privada, apesar de ele elogiar alguns liberais do período imperial, Tavares Bastos, que ele admira muito. Mas ele vai dizer que o Estado que tem que orientar as ações. Quando ele faz a revisão de todo o processo histórico na Amazônia ele vai vendo que experiência após experiência elas são sempre frustradas porque não existe uma ação eficaz do Estado. Ele pega por exemplo a experiência da borracha, depois o Plano de Defesa da Borracha em 1912, depois a chamada Batalha da Borracha. Tudo ele vai vendo negativamente. Tudo ele vendo de dentro da SPVEA. Ele vai dizer “bem, a SPVEA não pode fazer mais por causa de “n” problemas” [...]. Ele só vai ver mesmo uma ação do Estado mais presente justamente durante o Regime. (DANTAS, Entrevista de Campo, 2019).

O único caminho possível para salvar e desenvolver a Amazônia era partir de um conhecimento científico sobre a realidade com o fim de coibir a ação predatória sobre o meio ambiente (JORNAL DA TARDE, 1973), destituído de ideologias, e amparado pelo projeto civilizatório português, pois teriam sido eles os primeiros a compreenderem a região, a dominarem, a estudarem e a desenvolverem. Ciência e legado histórico caminham juntos:

Para salvar a Amazônia era preciso retomar o projeto civilizatório português. Ele vai dizer que os portugueses valorizaram a Amazônia e enquanto o Brasil não aprender a valorizar [...] da mesma maneira [...] não vai dar certo. Então ele tem uma visão muito elogiosa. Ele vai dizer que os portugueses foram lá, se preocuparam em catalogar, em estudar, coordenar toda a ação, a população e tudo mais. Quando ele estava dentro do Serviço do Patrimônio Histórico e Nacional, foi criado nos anos 30, ele foi convidado pra refletir sobre patrimônio na Amazônia... O que é o patrimônio na Amazônia? São as fortificações militares dos portugueses [...]. Pra ele não é a cultura indígena e muito menos a cultura africana, era a cultura portuguesa [...]. Ele tinha meio uma obsessão pelos portugueses [...]. É a retomada do projeto civilizatório português que é a garantia de desenvolvimento para a Amazônia [...]. (DANTAS, Entrevista de Campo, 2019).

Reis atribui esse conhecimento realista primeiro aos portugueses e que deveria ser seguido pelo Estado e pelos homens de Ciência. Aproxima-se de Euclides da Cunha, considerado como um relevador da região para o Brasil, e do médico amazonense Araújo Lima, que foi o primeiro a criticar a visão preconceituosa que se tinha sobre o trópico úmido e suas populações:

[...] O conhecimento realístico para ele tinha sido primeiro mérito dos portugueses. Ai quando ele está na SPVEA fala muito sobre a questão da técnica ele sempre fala dos portugueses. Os portugueses tiveram o conhecimento realístico. O domínio da técnica. O Arthur Reis está muito próximo daquele outro intelectual, o Araújo Lima, autor de *Amazônia, a Terra e o Homem*. Porque ele está dizendo assim: é possível civilizar a Amazônia [...]. O Araújo Lima vai ser um dos primeiros a dizer: o homem amazônico só é mal alimentado. Não é porque ele seja preguiçoso, porque tinha toda uma cultura literária [...] uma literatura negativa que pintava aquela coisa do caboclo indolente [...]. O Euclides é um ícone para ele. É um revelador da Amazônia, apesar de não ter revelado de forma correta ele a revelou para o Brasil [...]. (DANTAS, Entrevista de Campo, 2019).

Sua ação à frente da SPVEA na década de cinquenta foi toda permeada por essa preocupação de se servir de um conhecimento realístico sobre a região para o seu desenvolvimento. Patrocinou estudos sobre as possibilidades de aproveitamentos “técnicos industriais” da floresta e foi responsável pelo estabelecimento de cento e sessenta convênios entre a iniciativa privada e o Estado para o desenvolvimento local (JORNAL DO COMMERCIO, 1955).

Foi um intelectual que manteve uma relação bastante estreita com o Poder político, não apenas do ponto de vista administrativo, mas também ideológico. Defendia a integração da Amazônia, cultural e economicamente, ligando-a ao nacionalismo conservador, do qual foi um dos defensores (GOMES, 2009). Sua obra e sua atuação podem ser ligadas às concepções autoritárias modernizantes da ditadura inseridas em contexto regional.

Do ponto de vista político, teve uma atuação pragmática ao defender os grandes projetos do regime militar para a Amazônia, como a Zona Franca de Manaus, os empreendimentos agropecuários e de mineração, a abertura de estradas e a integração das populações tradicionais via ocidentalização para se inserirem nos padrões atuais de civilização (GOMES, 2009). Reis se preocupa de fato como a ação de um Estado jardineiro e demiurgo pode ser capaz de realizar, mesmo que forçada, a integração nacional. Isso criava uma situação ambivalente, pois, ao mesmo tempo em que defendia a cultura da Amazônia e os povos da região, também tinha uma postura desenvolvimentista e adesista, sem levar em conta quais seriam as consequências das suas propostas para estes povos.

Sua adesão à ditadura coaduna-se com sua visão da mudança social, profundamente ligada à modernização conservadora, onde apenas os grupos que detêm o poder, seja político ou intelectual, podem ser os responsáveis pelo progresso e tomar a iniciativa em nome do conjunto da população quando ela, supostamente, não possui condições para tal. Isso se origina na ação social das elites dirigentes que se consideram representantes dos interesses legítimos e mais gerais da nação (GOMES, 2009).

Conforme destaca Sidney Silva Lobato (2009), a obra de Ferreira Reis está interessada em destacar os desníveis e as desigualdades existentes entre a Amazônia e as outras regiões do Brasil. O fortalecimento da nacionalidade deveria passar pela correção dessas disparidades, pois um país forte não existe quando se mantêm dentro dele regiões desenvolvidas e regiões subdesenvolvidas. Tal situação representa uma ameaça à soberania nacional sobre a região amazônica. Seu remédio para essa distorção vinha pela integração econômica através da hegemonia do Estado nacional:

Insatisfeito com o Estado mínimo liberal, Arthur Reis destaca o papel civilizador do Estado. A ação estatal teria como diretriz a constituição de uma ordem socioeconômica capitalista na Amazônia por meio de uma obra técnica ([...]. A denúncia do atraso da região amazônica justificaria a intervenção técnica do Estado, intervenção que objetivava a consolidação do capitalismo nacional. (SILVA LOBATO, 2009, p. 632).

Ferreira Reis busca na história os ensinamentos para a política do presente. Isso é explícito no livro já citado *A Política de Portugal no Vale Amazônico* (1939), em que procura destacar os cuidados que Portugal teve com a bacia amazônica durante o período de colonização. Defende que era uma política de valorização e planejamento muito semelhante às políticas de planificação estatal existentes durante meados do século XX, o que serviu para o desenvolvimento regional e a defesa da região diante dos invasores estrangeiros. Não sem propósito, aponta as lições que a política lusa poderia dar ao Brasil, dedicando a obra a Getúlio Vargas e Antônio de Oliveira Salazar, além de defender uma política de união entre os dois países (SILVA LOBATO, 2009).

A interpretação de Reis aponta para a ação central do Estado na valorização da Amazônia, ou seja, tirá-la do subdesenvolvimento era uma obra substancialmente política e o Estado era o único capaz de libertá-la das antigas formas tradicionais, como o extrativismo, e colocá-la em consonância com o desenvolvimento brasileiro, assinala Sidney Lobato. A integração regional viria através da “modernização draconiana”, guiada com pulso pelos

estadistas nacionais. Modernizar o mundo amazônico era uma tarefa a ser imposta de cima para baixo.

Tais concepções de Reis sobre a modernização possuem ecos do pensamento de Alberto Torres sobre a missão de consolidar uma “síntese patriótica” a respeito dos problemas nacionais, continua Silva Lobato. Defendia que os intelectuais eram os responsáveis por criar uma nova mentalidade quanto aos problemas políticos do Brasil. Era preciso apontar quais caminhos que a nação deveria seguir, superar o contexto de desorganização em que a sociedade se encontrava e conscientizar a população diante da importância da Amazônia na elaboração dessa síntese:

Interessado nas medidas relativas à “segurança nacional”, inspiradas nos ideais nacionalistas do pós-30, Reis realizou diversos estudos sobre a política de conquista territorial e de manutenção das fronteiras do governo português no Brasil colonial (isto para apresentar tais fronteiras como um patrimônio nacional que teríamos legado do heroísmo de nossos ancestrais comuns). Já no pós-64, interessou-se pelas iniciativas do governo federal brasileiro no sentido de racionalizar e explorar os recursos naturais e humanos da Amazônia, opondo-se ao grupo pertencente à cúpula militar do regime ditatorial, que tendia ao favorecimento da ação do capital internacional nesta região. (SILVA LOBATO, 2009, p. 640).

Os ideais nacionalistas de Reis estão diretamente ligados ao campo conservador, por defender a supremacia da Nação e do Povo sobre qualquer diferença de classe ou de etnia, por estar ancorado nas concepções de segurança nacional, por defender o legado deixado pelo Estado português na Amazônia e pela apoteose da modernização autoritária; de perfil tecnocrata, defendeu o primado da técnica e do Estado forte na correção das desigualdades regionais. Ao contrário da perspectiva socialista, que coloca uma classe como representante da vida social ao dar maior importância aos desníveis econômicos entre os grupos, segue o esquema conservador de apagar essas disparidades em favor de uma visão maior de povo, vida e nação; as únicas desigualdades legítimas de serem estudadas e corrigidas seriam as de nível regional.

Ferreira Reis foi um partidário do desenvolvimentismo nacionalista, mas quando viu que suas medidas não conseguiram corrigir os desníveis regionais, passou a advogar por uma ruptura autoritária ainda nos anos cinquenta, quando dirigiu o INPA e deixou o nacional desenvolvimentismo para aderir ao nacionalismo conservador. Foi um intelectual que escolheu a solução autoritária para a correção dos desníveis regionais e para solucionar os impasses e contradições que cercavam a sociedade brasileira na década de 1960 (RIBEIRO, 2015).

Quando discute as medidas tomadas pela República de 1946 para a região, demonstra o descaso político da época. Ficou estabelecido a execução de planos quinquenais, em um prazo

de cinco anos e com recursos oriundos da união, que seriam aplicados no desenvolvimento regional. Contudo, os recursos acabaram contingenciados. O Instituto de Pesquisa da Amazônia, do qual Ferreira foi um dos seus primeiros presidentes, ficou à míngua de verbas. Isso, na sua visão, derivava apenas de partidarismo e primarismo político:

O Brasil [...] não tem querido tomar consciência do que representa ou pode representar a Amazônia. Dá-lhe recursos constitucionais no orçamento que se vota anualmente o Congresso, recursos que são pagos em doses ridículas ou não são pagos. Ao concedê-los, toma-se de uns ares piedosos, misericordiosos, desatento à responsabilidade que lhe pesa de assegurar-lhe decisivamente o domínio daquele espaço que pode escapar-lhe das mãos, dada a incapacidade que revela para possuí-lo, mantê-lo e incorporá-lo pela valorização, pela ocupação permanente, pela utilização imediata e constante. As medidas isoladas que se decretam, e não se executam, não significam a existência de um estado de consciência nacional, mas apenas um estado d'alma generoso e nunca pragmático como deveria ser. A Amazônia continua sendo, para o geral dos brasileiros, uma página de exotismo, de geografia tropical interessante, mas onde não será possível realizar uma operação de envergadura capaz de revelar a decisão e potencialidades nacionais. (REIS, 2001, p. 69).

O grande projeto político e intelectual de Reis foi a busca pela elaboração de uma economia política que fosse capaz de integrar a Amazônia ao complexo cultural, social e econômica brasileiro. Homem de Ciência, apontava, baseado nas suas leituras da política de Portugal para a região, que sua efetivação deveria vir amparada na técnica e a ciência moderna, como criadoras de instrumentos capazes de efetivar o aproveitamento racional do solo e das águas:

É preciso registrar, no entanto, que a integração da Amazônia não se efetivará apenas por um ato de coragem de homens e de autoridades, como ocorreu no passado. Hoje, impõe a participação de órgãos de pesquisa que a inventariem com rigor científico, e a elaboração do planos, que consubstanciem a disciplina da ocupação do espaço, a utilização das riquezas do solo, subsolo, floresta e água, assegurem condições de habitabilidade e de procedimento para criar área, economicamente sadia e próspera, que autorize a participação humana em bases definitivas e não sob aspecto de mera aventura. (REIS, 2001, p. 12).

Quando discute o papel da região no contexto internacional, aponta a desatenção da classe política brasileira em relação à Amazônia, enquanto no exterior são travados vários debates a respeito de como aproveitar as riquezas regionais. O Brasil, lamenta, não tomou ainda conhecimento da grande urgência que representa a questão amazônica. É preciso que se faça presente a soberania brasileira no vale, posse que deve ser exercida pela modificação das

condições de vida do seu povo e pela geração de riquezas; deve ser uma obra contínua, disciplinada e efetuada sem desânimo com a presença do Estado (REIS, 2001).

A região ainda representaria um grande vazio pela incapacidade dos Estados que a possuem. Os títulos de soberania, exercidos de forma pobre, estariam sendo superados pela visão cada vez mais aceita de que a Amazônia deveria ser ocupada por povos famintos ou sem pátria. Em outras palavras, a falta de políticas nacionais torna mais aceita a noção de que os interesses da humanidade estariam acima dos interesses dos Estados.

Quando analisa as sociedades amazônicas, mostra como ainda entre elas predominava a economia tradicional, baseada no extrativismo e na dependência em relação à floresta. A cada dez trabalhadores, três se dedicavam ao extrativismo, sendo um contraste com o resto do Brasil, onde a proporção era de três para cem. O regime de distribuição de terras, baseado no latifúndio, também está fundamentalmente a mercê dos produtos da floresta. Defende o investimento na saúde do trabalhador, no seu empoderamento técnico e na sua mudança de mentalidade para sair da fase de economia coletora e predatória para adentrar em uma fase de produção industrial e racional (REIS, 2001).

O programa de valorização da Amazônia defendido por Reis decorrerá de um estágio de maturidade da nação em relação ao Norte para incorporá-lo aos padrões de civilização existentes no resto do país. Deve ser obra de longo prazo e estará ancorada na intervenção econômica e na modernização amparada na assistência técnica dos institutos de pesquisa, das universidades e dos homens de ciência. Tem uma visão positiva das ações da ditadura militar na região, que seria uma tentativa de romper o antigo ciclo de uma economia extrativista, baseada na ação predatória e sem planejamento. Nesse sentido, define a economia política do regime para o norte como uma verdadeira Revolução Industrial:

Na etapa que estamos vivendo, os homens de empresa da região, aos incentivos fiscais, procuram libertar-lhe daquela economia predatória, que valeu como a mais eloquente demonstração de que nossos recursos naturais, tratados com integral desamor, não serviam senão para satisfazer mercados externos, como produtos primários. Para tal, o aproveitamento local dessa matéria-prima no esforço de promover o primeiro momento de que poderíamos um tanto ousadamente, denominar de nossa “revolução industrial”. Sim porque, com um ímpeto que merece registro, os homens de empresa da Amazônia montam seus estabelecimentos fabris, do negócio participando o capital do sul do país, agora incentivado pela legislação que permite e garante essa participação, tão cheia de interesse, inclusive aquela de melhor fortificação dos laços da unidade nacional. (REIS, 2001, p. 242).

As soluções encontradas pela ditadura para desenvolver a região são vistas como acertadas por Reis. A Zona Franca de Manaus, os grandes projetos agropecuários e de mineração, os assentamentos e as estradas (a Transamazônica, Manaus-Itacoatiara, Belém-Bragança, Manaus-Boa Vista, Macapá-Clevelândia) são o signo, na visão do autor, de uma Nova Era onde o país se propõe a integrar o Vale ao complexo nacional de desenvolvimento, baseado na modernização autoritária e conservadora.

Em *O Impacto Amazônico na Civilização Brasileira* (1972), compara as ações do governo militar com a de estadistas do passado, que teriam realizado a obra necessária, ao seu ver, de incorporação do espaço ao Brasil:

Pombal, Mauá, Tavares Bastos, Rio Branco, Arthur Bernardes, realizando ou combatendo com as armas de que poderiam dispor, devem ser considerados como os pioneiros dessa obra admirável, que os brasileiros principiam a realizar — a conquista e a integração pacífica, humana, tecnicamente programada, da Amazônia. (REIS, 1972, p. 11).

A Operação Amazônia seria um projeto modernizador efetuado com o mesmo realismo e o mesmo ímpeto dos estadistas coloniais e dos homens de Estado do Império. A integração regional era o grande exercício de geopolítica do futuro:

Essa operação não pode ser realizada com a pulverização de recursos minguados ou de esforços tecnológicos e científicos sujeito a limitações de toda sorte. Impõe-se uma continuação do trabalho, no tempo e no espaço, com maior categoria dos quadros administrativos da União. A criação do Ministério da Amazônia traria, sem dúvida, em primeiro plano, velocidade na execução das metas que sejam elaboradas para aqueles fins primordiais, já delineados nesta exposição. Como órgão de cúpula do poder central, promoveria a coordenação de toda a estratégia amazônica, através da revitalização dos órgãos atuais do Governo Federal na região, que pecam, não por que lhes falte a capacidade humana de servidores, mas porque se perdem na descendente escala de hierarquia política e administrativa, em decorrência do que lhes falta assistência imediata e permanente e lhes escasseiam os recursos financeiros e técnicos. (REIS, 1972, p. 25).

Diante das disputas políticas e da falta de amparo técnico que inviabiliza as administrações locais, a solução estaria na concentração de poder, onde as prerrogativas se deslocariam para a esfera federal, com a criação do Ministério da Amazônia, órgão que gerenciaria a região e estaria acima das intrigas políticas ocorridas em âmbito local. Isso traria mais velocidade na execução dos programas e não se emperraria em intrigas políticas inúteis. Apenas o Poder Central poderia coordenar as ações econômicas sobre a região com alguma eficiência.

Para a integração efetiva da região ao complexo sociopolítico nacional era preciso considerar as noções de espaço e tempo. O primeiro dizia respeito à necessidade de ocupação humana e identificação de suas possibilidades de potencial econômico. O segundo refere-se à questão histórica, tendo em vista que, uma região com as dimensões da Amazônia não pode ser plenamente desenvolvida sem que seja considerada a questão do tempo que isso levará. Era necessária uma ação realista e sem demagogia, onde as melhorias das condições de vida do homem amazônico são “questões de honra”. Ela deve contribuir para a grandiosidade do Brasil através do seu espaço, do seu subsolo e das suas matérias-primas. (REIS, 2001, 1972).

A Amazônia não seria nem inferno e tampouco paraíso, noções geradas por uma literatura sensacionalista sem nenhum compromisso com a verdade. É possível vencer qualquer meio social com o auxílio da técnica e da ciência, e tornar quaisquer sociedades, por mais estratificadas e tradicionais que sejam, em comunidades dinâmicas e progressistas. Era o que estava ocorrendo na região com as medidas de economia política do regime ditatorial ao mudar completamente o panorama da vida regional (REIS, 1972).

Assim, a Operação Amazônia, tendo Reis como um dos seus defensores e formuladores, criou um programa de ação tendo em vista a extensão geográfica, o potencial dos recursos naturais, os recursos humanos escassos para a ocupação do espaço, a baixa produtividade do extrativismo, infraestrutura precária, insuficiência de produtos agropecuários, a pouca industrialização, a falta de espírito empreendedor e a falta de coordenação dos órgãos federais em relação aos estaduais. O plano de ação da operação deveria agir aumentando a produção e diminuindo as disparidades regionais, modificando a estrutura econômica, dinamizando o mercado de trabalho, criando infraestrutura e efetuando o levantamento dos recursos para seu aproveitamento econômico. Essas eram as medidas imprescindíveis para a ocupação do espaço nacional em termos modernos e de povoamento.

Belém e Manaus, com a dinamização econômica propiciada pelo regime militar, tornaram-se pontos de referência política e econômica e toda a vida regional passa a girar em torno dessas duas cidades. As Universidades, Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Federal do Amazonas (UFAM), devem funcionar fornecendo quadros técnicos para a economia regional. O que se espera, segundo o autor, é que esses quadros possam manter a estrutura de dinâmica social e econômica realizada pelo Estado e pela iniciativa privada.

Além dessas medidas, o autor propunha uma ação coordenada do Brasil com outros países que também detêm partes da Amazônia. A integração da bacia amazônica era algo que deveria ser enfrentado com todas as nacionalidades envolvidas, criando assim, um programa de

desenvolvimento comum que seria mais efetivo em certos assuntos do que a política isolada. A integração dos países amazônicos à política comum, sem prejuízo às respectivas soberanias, deveria ser adotada.

Embora enxergue com pontos positivos a ação do Estado na integração regional, o autor encontra problemas na falta de engajamento do setor empresarial na empreitada. Para comprovar isso, cita o encontro empresarial ocorrido em 1970 na cidade de Manaus, onde os empresários do sudeste e sul do país não teriam encontrado nos homens de negócios do norte uma boa receptividade para a criação de empreendimentos comuns. Apesar de defender a ação coordenadora e moderadora de um Estado forte e autoritário, também defende a participação do empresariado como ator importante na dinamização capitalista regional (REIS, 1972).

A região, portanto, integrando-se ao Brasil, pode contribuir com suas riquezas naturais para a grandeza brasileira e para uma nova etapa que surgirá na história do mundo e em tal momento histórico poderá emergir a potencialidade do Brasil. A Transamazônica torna-se um símbolo dessa Nova Era, pois, segundo Reis, ela foi planejada “realisticamente”, levando em conta as peculiaridades regionais e tendo como principal função a dinamização da sociedade regional via alocação de recursos humanos, econômicos e estruturais para o Norte.

No livro *Um Mundo em Mudança* (1987), Reis apresenta algumas reflexões sobre o século XX e sobre a função do passado no mundo atual. Os valores do passado se encontravam superados neste século. O fim da Segunda Guerra Mundial acarretou uma nova configuração mundial, levando as antigas organizações a atingirem seu ocaso. A sociedade tradicional entrava em colapso, embora tentasse desesperadamente resistir. O homem distanciava-se de Deus através do avanço tecnológico e procurava se colocar, por meio do seu engenho, como um rival d’Ele.

O autor também alerta para o fato de que a sociedade atual está esquecendo do seu passado; quando formos estudados pelas gerações vindouras seremos conhecidos como uma sociedade que negou seu legado histórico. As tradições e a história servem como uma fonte de esperanças e de energias renovadoras para as nações em tempos de crise. São nos valores do pretérito que existem as lições para guiar o mundo. O tradicionalismo não impede o progresso, como também este nunca ignorou aquele. Como exemplo, cita a Rússia, que buscou forças no seu passado imperial para enfrentar os nazistas, na França, que busca as lições da sua história para permanecer soberana e nos Estados Unidos, que constroem o futuro sempre defendendo suas origens (REIS, 1987).

É no desenvolvimento da nacionalidade durante o século XIX que vamos encontrar, segundo Reis (1987), o culto da experiência pretérita como fonte de elaboração da autonomia dos povos. Há uma estreita ligação entre a segurança nacional e a nacionalidade alicerçada no legado da história. Os Estados Unidos são o exemplo mais explícito, pois reuniram em torno de si vários povos de origens diferentes em prol de uma única experiência local — sem as tradições nenhum povo consegue vencer as dificuldades.

Segundo o autor, nossas tradições derivam da experiência portuguesa na América, um povo forte e guerreiro que teria vencido o mar, enfrentando a resistência indígena e outras nações europeias para criar uma nova sociedade nos trópicos. Essa página da nossa história merece ser reverenciada e ensinada para as novas gerações, pois, os grandes estadistas, quando pensarem em novas direções que possam dignificar o Brasil, refletirão a partir das lições da nossa história e com ela estabelecerão uma direção para o futuro.

A lição das instituições brasileiras se dá justamente na criação de uma sociedade adaptada aos trópicos, que soube fundir os fundamentos do iluminismo com as necessidades mais elementares da terra. Nossa contribuição se dá na formulação de uma sociedade de bases realistas adaptada à América. É obra da qual devemos nos orgulhar e não nos envergonhar (REIS, 1987). Nesse mundo em constante mudança, o culto ao passado não poder ser visto como um obstáculo ao progresso, mas algo necessário para que ele aconteça:

Ora, as nações ser preservam, não continuam se não acreditam no seu destino e em sua capacidade para realizar-se. No culto ao passado, encontramos as energias e os valores capazes de assegurar essa confiança. A cultura de uma nação efetiva-se, na dinâmica que deve presidi-la, na exaltação de seus valores e no enriquecimento que lhe vem da atividade criadora constante. A preservação desses valores constitui, por isso mesmo, um dos aspectos de maior relevo na consideração do que a cultura representa. O culto ao passado está ligado profundamente a essa preservação de valores. O culto ao passado é, assim, uma necessidade do Estado e uma necessidade da cultural natural. (REIS, 1987, p. 196).

Quando o autor reflete sobre o papel das elites culturais para o progresso dos povos, afirma que elas são imprescindíveis para o conhecimento realístico do meio social. Elas são minorias ativas, importantes para o desenvolvimento da nacionalidade e para estabelecer uma direção política e cultural, fazendo com que os países saiam de sua condição inferior e se coloquem como agentes ativos no concerto das nações. Sem elas teríamos o caos, a desordem social e a decadência, na medida em que as elites culturais contribuem para a coletividade e para a ordem (REIS, 1987).

Sem essas elites responsáveis e ativas no desenvolvimento dos povos não há segurança, o país perde a coesão e o que é essencial para sua existência; sem esses quadros jamais haverá o equilíbrio entre os povos. Repõe sua tese da importância desses grupos para a formação do Brasil durante os processos da colonização e da independência de 1822. As elites devem ser tomadas por um conhecimento realístico de seu país e destituídas de ideologias políticas, tendo como parâmetro a preocupação em criar um mundo a partir da técnica e a favor do bem-estar coletivo. Também deve se empenhar em diminuir as distâncias regionais e sociais em um país novo como o Brasil. Essa seria uma tarefa que estava sendo realizada pelo Exército, visto por Reis como uma instituição consciente dos seus deveres para com a pátria. As elites devem dispor do seu aparato técnico e científico para fazer o Brasil atingir graus mais elevados de civilização. As Universidades têm um papel fundamental nesse processo, devendo formar novos quadros dirigentes libertos da cópia de modelos estranhos à realidade envolvente e dotados de um conhecimento realístico (REIS, 1987).

O pensamento político de Arthur Cézár Ferreira Reis está diretamente preocupado em formar uma consciência nacional a respeito do problema amazônico e com o despertar cívico da juventude local pelo desenvolvimento do Trópico Úmido. Decepcionado com as medidas do nacional desenvolvimentismo para o Norte brasileiro, migrou para a modernização autoritária e para o nacionalismo conservador como solução para a questão regional. Sua visão da história foca na positividade do processo de colonização no Brasil e na Amazônia, bem como os exercícios de planejamento de Portugal sobre o país poderiam servir de modelo para a execução de um grande programa de modernização nacional.

A seguir vamos tratar do pensamento de Leandro Tocantins, mais identificado com o culturalismo conservador. Faremos o perfil do autor, seguido da relação entre este, Gilberto Freyre e Arthur Cézár Ferreira Reis, sua visão sobre a formação brasileira, os aspectos da realidade regional e, por fim, apresentaremos sua proposta de modernidade ancorada na conciliação entre região e tradição.

7. LEANDRO GÓES TOCANTINS: “A AMAZÔNIA PLASMARÁ SEU PRÓPRIO MODELO DE CIVILIZAÇÃO”

7.1 Perfil do Pensamento

As principais preocupações de Leandro Góes Tocantins giram em torno da compreensão da cultura, do povo e do modo de vida amazônico. Procura formular uma estratégia de desenvolvimento amparada na cultura e nos costumes. Descendente de uma antiga e decadente família tradicional seringalista que faliu com o desaparecimento do ciclo da borracha, prevaleceu no autor uma preocupação na valorização das tradições regionais e na busca pelo lugar que elas iriam ocupar no Brasil moderno e industrializado. No pensamento de Tocantins, a tradição surge como um manancial de referências e ensinamentos que devem guiar o homem em todas as esferas da vida, seja na economia, na política ou no cotidiano.

Toda a sua atuação como conferencista e como homem de Estado foi tomada por essa preocupação: a valorização da cultura regional como um arcabouço imprescindível para guiar os homens na vida moderna. Apesar de ter em seu pensamento uma forte carga nacionalista e de preocupação com a integração da Amazônia ao Brasil, também alertou para o perigo da uniformização que o capitalismo industrial poderia criar caso as regiões e suas respectivas culturas não fossem levadas em conta. Aproxima-se do regionalismo de Gilberto Freyre⁶¹ e da noção de que o Brasil é uma ilha de regiões que se forma a partir da unidade do diverso. O verdadeiro desenvolvimento provém da valorização dessa diversidade.

Para corrigir os problemas regionais amazônicos optou pela modernização conservadora e pelo tradicionalismo freyriano. Toda sua obra apresenta uma tentativa de fusão entre o tradicionalismo regional e a dinamização fomentada pelo capitalismo associado do período de 1964. Ao mesmo tempo em que defendeu as grandes obras da ditadura para a Amazônia, como aberturas de estradas e instalação de grandes projetos econômicos, não deixou de mostrar como o desenvolvimento econômico por si só pode representar uma armadilha para as regiões brasileiras, especialmente para a Amazônia.

Tereza de Souza Ramos (2012) aponta Leandro Tocantins como um pensador que:

[...] buscou compreender a formação da sociedade amazônica brasileira por suas bases históricas, sociais e ecológicas, isto é, por meio de uma observação

61 Em entrevista ao programa Leituras, em 2003, da TV Senado, Tocantins afirmou que Freyre foi um grande mestre com quem tudo aprendeu. Sua admiração pelo pernambucano era tanta que lhe dedicou o poema *Artesão da Aurora*, publicado no livro *A Memória de Viver* (1971).

minuciosa através dos fatos inter-relacionados entre o homem, a natureza e o tempo, responsáveis pela criação das condições para a formação de um tipo de sociedade que se organizou social, cultural e economicamente em função dos elementos naturais que, condicionaram a ação humana no espaço físico do trópico úmido amazônico. Leandro Tocantins constitui uma figura importante no quadro geral dos pensadores sociais da Amazônia. Isto porque em seus estudos, além de preocupar-se com os processos sociais regionais, revestiu-se de um peculiar interesse pela cultura formada nas bases de um esforço criador do homem situado no espaço amazônico, espaço composto de riquezas tropicais, visto e descrito por este autor através de obras ensaísticas, poemas, literatura infantil e até mesmo através do cinema (RAMOS, 2012, p. 9)

Odeni Ribeiro (2015) aponta que as influências intelectuais do autor giram em torno da geração de pensadores brasileiros cuja predominância de ideias ocorreu entre as décadas de 1920 e 1940: Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, José Lins do Rêgo, Euclides da Cunha e Alberto Torres. Assim, suas formulações estão ligadas ao pensamento nacionalista da primeira metade do século, quando abandona gradativamente as ideias do civismo ornamental, de autores como Gonçalves Dias e Olavo Bilac, em prol de uma interpretação do Brasil amparada na história, na literatura, na sociologia e na antropologia.

Euclides da Cunha possui uma influência fundamental no pensamento de Leandro Tocantins, aponta Ramos (2017). Obras como *Paraíso Perdido* e *À Margem da História* são, para o escritor paraense, exemplos bem sucedidos de revelação da Amazônia ao Brasil. Portanto, o autor de *Canudos* era lido por Tocantins como um intérprete seminal do Trópico Úmido ao ter revelado aspectos da vida regional para todo o país:

Ademais, meu sentimento regional fora tocado pela beleza e fidelidade do estilo de Euclides. Muitas cenas descritas em *À margem da história* são o pano de fundo de minha infância no território do Acre. Quantas vezes eu assisti à procissão fluvial do Judas Asvero, nos ruidosos sábados de Aleluia, tão gratos a minha memória! A criança, que também participou na criação da figura grotesca do boneco engendrado com palhas de milho e roupas velhas, vibra na alma do adulto com a reconstituição da cena típica. Uma espécie de procura do tempo perdido [...]. Afinal, encontrei o meu caminho: as Ciências Sociais – a História, mais precisamente, e tomou vulto a ideia de lançar-me numa bela aventura intelectual, acompanhando, passo a passo, a viagem de Euclides da Cunha na Amazônia, para revelá-la em sua esplêndida significação e realidade. (TOCANTINS, 1969, p. 18).

Foi por meio de Cunha, aponta Tereza Ramos (2017), que Tocantins encontrou uma forma científica de compreender a Amazônia, distante do nacionalismo ornamental do romantismo brasileiro do século XIX. A partir de Euclides da Cunha, o historiador paraense

busca a gênese das ideias sobre o Brasil e sobre a Amazônia e desenvolve a ideia de que a região é de responsabilidade nacional.

O processo de legitimação intelectual de Tocantins começa com a publicação de *O Rio Comanda a Vida*, conforme relata Tereza Ramos, em entrevista exclusiva para esta pesquisa⁶²:

O processo de legitimação intelectual começa a partir [...] de quando ele escreve *O Rio Comanda a Vida*. Foi o elemento chave do processo de legitimação dele, no campo do ensaio, no campo da escrita sobre a Amazônia. Foi o livro que deu acesso ao presidente Getúlio Vargas. Enfim, o *Rio Comanda a Vida* foi um livro chave nesse processo. Mas, por outro lado, a amizade dele com Arthur Reis foi muito significativa também, porque o Arthur Reis já estava legitimado naquele campo, já era um líder. (RAMOS, Entrevista de Campo, 2019a).

A sua amizade com Arthur Reis lhe proporcionou a chance de se integrar a grupos de estudos e de análise da realidade nacional. Em diálogo com o historiador amazonense, aposta na validade do conhecimento histórico para resolver os problemas brasileiros. Foi assistente de Arthur César quando este fora Superintendente da SPVEA entre os anos de 1953 a 1956. Sua estadia em Belém durante este período lhe possibilitou entrar em contato com os arquivos historiográficos para escrever uma interpretação da Amazônia baseada no binômio história/ecologia. Também teve a oportunidade de realizar um intercâmbio na Universidade de Vandebilt, no Tennessee, onde entrou em contato com a escola da Ecologia Humana de Chicago. É no passado e nos valores nacionais que repousam as soluções para as organizações do povo, da cultura, da economia e das instituições (RAMOS, 2019b).

Sua visão da Amazônia foi marcada por aspectos vivenciados na infância no Acre assim como na ilha de Marajó, e que foi transposta no *Rio Comanda a Vida, Formação Histórica do Acre* e no seu livro de poemas (*Cosmoinfância*):

Essa Amazônia do Leandro é a Amazônia da infância. Essa ideia de Amazônia para Leandro Tocantins era a Amazônia dele lá no seringal. Era a Amazônia dele da fazenda da família dele na ilha de Marajó [...]. Essa Amazônia que ele retrata no *Rio Comanda a Vida* era a Amazônia da infância. Esse foi um trecho em que ele colocou entre parênteses “não escrever no livro”, mas ele fala o nome de uma planta mururé é igual o corpo delicado feminino quando se é tocado ele se retrai todo assim, ele vai fazendo aquele romance lindo. Ele fala do pirarucu, as tartarugas, ele vai dessa Amazônia dele da infância [...] mas isso ele não escreveu, não está em nenhum livro [...]. As memórias da infância foram a base pra ele construir essa ideia de Amazônia [...]. (RAMOS, Entrevista de Campo, 2019a).

62 Entrevista concedida no dia 17/10/2019, às 10:30. Local: Centro de Convivência do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas.

O mesmo relato se oferece em uma das últimas entrevistas do autor, concedida ao *Programa Leituras*, da TV Senado, em 2003, quando se refere ao *Rio Comanda a Vida e Formação Histórica do Acre*:

Esse livro nasceu da infância. Ele todo está povoado pelo espírito infantil. Eu sou um baudelairiano (risos). Eu tenho muita saudade da minha infância que fui muito feliz, os dez primeiros anos da minha infância lá no Acre. E eu perguntava pra aqueles seringueiros empregados de casa: “Por que vocês falam em revolução?” E eles: “Patrãozinho, isso aqui era da Bolívia. Foram nós brasileiros, nós acreanos que tomamos da Bolívia e ficamos.” Eram os pais deles, já não eram mais eles. Já falavam pelos pais a nova geração. E eu perguntava ao meu pai: isso é verdade? E ele disse: “é sim, você vai estudar. Quando você chegar em Belém lá no curso secundário vai ter um curso lá de história do Brasil onde você vai ver e vai saber quem foi o Plácido de Castro e principalmente,” o papai era um entusiasta do Barão do Rio Branco, “a ação do Barão do Rio Branco.” Aquilo ficou na minha cabeça. Eu, um menino de dez anos. Quando cheguei dos dez aos dezessete anos em Belém do Pará, comecei a ler livros, romances, José Lins do Rêgo, Macedo, José de Alencar, Rachel de Queiroz, Machado de Assis. Quando cheguei no Rio, me deu uma saudade tão grande da Amazônia que eu nunca pensei que pudesse ter. Saudades do Pará, de Belém, do Acre, do Rio Amazonas. Me deu uma saudade tão grande que um dia disse pro meu pai. “Meu pai, vou escrever um livro.” Ele disse: “muito bem, eu já esperava isso mesmo de você.” Ai comecei a escrever o *Rio Comanda a Vida*. [...] Depois, continuando esse meu apego sentimental, um desses mistérios [...] eu continuei. Eu disse: “Papai, vou escrever mais um livro e o título que quero que vá do Tratado de Tordesilhas ao Tratado de Petrópolis. Porque o Acre viveu de linhas”. Ai ele me deu apoio e eu comecei. Foram cinco anos. Tive que fazer pesquisa no Itamaraty, em Manaus, no Rio Branco, Acre [...]. Pode-se dizer que também um livro feito, amalgamado, pela saudade da infância. (TOCANTINS, Programa Leituras, 2003).

Sobre *O Rio Comanda a Vida*, afirma que ele está repleto das lembranças do mundo rural amazônico:

Me senti muito feliz com a publicação desse livro. Ele me trouxe muita felicidade. Lembro-me que ele foi escrito num sítio que meu pai tinha, uma casa muito bonita, muito grande [...]. E eu me lembro que esse livro foi escrito com as janelas todas abertas sentindo o perfume dos laranjais em flor. Tinha um grande laranjal lá. Isso me ficou muito na ideia. (TOCANTINS, Programa Leituras, 2003).

Em *Cosmoinfância: poemas desgarrados* (1969), toda essa visão de uma Amazônia harmônica, que dava referência para a vida no norte com suas tradições, apresenta-se com mais força:

O rio e a vida

Fauno dos tempos,
o rio.
Desejo eterno,
sêmen das horas,
fecundando o ventre da terra.
Estupro das águas
no leito enfurecido de espumas.
Lírios incendiados de êxtase,
gestação de orvalhos,
a dor angustiosa do parto,
águas na massa sequiosa de vida.

Também descreve sua vivência na ilha de Marajó e os encantos de uma natureza que se renovava todos os dias:

ilha de marajó

A ilha empurrando o mar,
contendo o rio
pra que não chegue tão depressa ao fim.
Ilha das imagens voando no espírito do vento,
infinita lembrança de música adolescente,
clareza de grandes céus
nos braços do campo verde.
O boi, o cavalo,
o cheiro de leite,
o cheiro de mato
moídos no imenso ar entornado na aurora.
O cheiro de bosta,
curral dos sexos,
masturbação animal no perfume dos úteros,
desejos de encontrar o sol
na manhã ferida de sangue
do instinto solto no mar expectante.

O poema *Lembranças*, catalogado por Ramos (2019b) nos acervos pessoais do autor, também apresenta uma descrição idílica e poética da vida na Amazônia profunda:

Sono na fazenda embalado pelo canto do Bacurau
- Os mergulhões, metendo a cabeça na água, num voo certo para apanhar o peixe
- O mururé – planta aquática [...] quando se toca no mururé parece que se está tocando num delicado corpo feminino recebendo carícias: a planta se encolhe toda
- Pirarucú, tartarugas, tambaquis, aruanã, tucunaré Açú e tinga

Ele era um legítimo organizador da cultura. Um intelectual com grande influência nos círculos do poder cujas opiniões eram sempre levadas em conta quando se pronunciava:

[...] Ele ainda matinha esses laços, a presença dele ainda era muito importante na própria formação das políticas para a Amazônia, as tomadas de decisões dos políticos na Amazônia, a presença, a fala [...]. Ele tinha uma legitimação muito grande [...] era ouvido. (RAMOS, Entrevista de Campo, 2019a).

Conforme aponta Ramos, Tocantins herdou o papel de coronel que pertencia ao pai. Era o porta-voz da sua comunidade, não apenas do seringal, mas da região como um todo, e se tornou alguém que falava pelos problemas e anseios da Amazônia:

[...] o posicionamento que ele assumiu em relação à herança que ele recebeu do pai. O pai foi um coronel. Mas historicamente o Leandro assumi esse papel de coronel, daquele que vai falar pelo seu grupo, mas historicamente o coronelismo muda também. Não é mais o dono da fazenda, do seringal. Mas vai ser o doutor. Então historicamente ele vai exercer aquele papel de coronel. Ele assumi esse papel que era do pai [...] aquele que vai falar pela sua comunidade. Só que agora a comunidade dele não é mais aquela fazenda [...]. A comunidade que ele vai representar vai ser a Amazônia toda [...] Doutor Leandro. (RAMOS, Entrevista de Campo, 2019a).

Ao lado de Arthur Reis, Leandro Tocantins figura como um dos mais representativos pensadores amazônicos do seu tempo, onde procurou defender o legado da cultura regional e se colocou contra a universalização sem referências imposta pela modernidade. Identifica-se com o processo de desenvolvimento, integração nacional e reprodução de um capitalismo industrial, mas procura situar o lugar que as tradições, os costumes e as antigas elites decaídas teriam na nova ordem.

Na sequência, vamos analisar um aspecto pouco estudado da obra do autor, que é a sua visão sobre a formação do Brasil e as contribuições da escravidão e da miscigenação para a nacionalidade.

7.2 Visões do Brasil

Tocantins tem como um dos seus maiores mestres Gilberto Freyre. Toda a sua interpretação da Amazônia e do Brasil teve no escritor pernambucano o ponto de partida, seguido das reflexões acerca de Arthur Reis. Nos textos em que fala sobre a formação da nacionalidade brasileira assinala a raiz colonial da nossa cultura, sua plasticidade e capacidade de adaptação, bem como o caráter positivo do processo colonizador, responsável por criar uma

sociedade tropical. Discute ainda a característica regional do Brasil, onde o todo se forma pela junção das partes.

Em entrevista ao *Diário de Notícias*, de Lisboa⁶³, Tocantins assinala sua aproximação com Portugal. Afirmar que essa proximidade provém não apenas de afinidades intelectuais, mas de questões afetivas e familiares:

Meu bisavô era português, minha mãe veio várias vezes a Portugal e parentes meus muito chegados estão enterrados em Portugal. Toda a minha infância [...] vivi como que voltado para as imagens de Portugal: as praias portuguesas... as belas toalhas da madeira da minha mãe. Veio depois o meu interesse pela História e pela literatura portuguesas, estimulado, mais tarde, pela presença na minha vida de um grande mestre, o Prof. Arthur Cézár Ferreira Reis, agora eleito para a Academia e que, sendo certamente o maior dos amazonólogos, não poderá deixar de dedicar especial interesse à história portuguesa. (TOCANTINS, *Diário de Notícias*, s/d).

No livro *Brasil: Alguns Valores Essenciais* (1966), prefaciado por Arthur Ferreira Reis, defende a ideia de que a formação do Brasil está ligada à:

[...] expansão portuguesa nos primeiros tempos da era moderna, quando a Europa começava a viver nova etapa histórica assinalada pelo desenvolvimento do mercantilismo. Caíam os princípios rígido da moral e da economia medievais, sob o impacto de relações sociais e econômicas estimuladas pelas descobertas náuticas, e, conseqüentemente, ampliação das áreas geográficas de comércio. A burguesia, até então uma inexpressiva classe contida pelo poder e influência da natureza feudal, surge como força preponderante, apta a desempenhar o seu papel de criadora de um progresso material que o mundo jamais conhecera. (TOCANTINS, 1966, p. 14).

Essa força da burguesia vem do desenvolvimento das cidades e do comércio, que ganhou ímpeto com a expansão marítima na África, Ásia e América:

Portugal talvez seja o país europeu onde os fatores históricos, sociais e econômicos foram mais propícios a uma rápida integração às condições de vida da idade moderna. Os historiadores mais atualizados assinalam como estranho de difícil explicação a ausência em Portugal dos princípios essenciais ao medievalismo, o que a torna um país quase sem Idade Média, na acepção sociológica do termo. (TOCANTINS, 1966, p. 15).

O país entrou na era moderna mais cedo do que os outros, talvez motivado pela luta contra os mulçumanos, pela união da classe comercial que pôs no trono João I, partidário da

63 Não foi possível encontrar a data da publicação, pois o recorte estava sem a data, problema recorrente em vários recortes de jornais do acervo pessoal de Leandro Tocantins. Possivelmente se trata dos anos de 1970-1974, quando da sua estadia como adido cultural em Portugal.

burguesia e pela posição privilegiada do país em relação às rotas de comércio entre o mediterrâneo e o mar do norte. Desse modo, todos esses horizontes de eventos contribuíram para ter um Estado Nacional prematuramente formado e capaz de iniciar sua vasta empresa marítima e comercial.

Fruto desse processo, o Brasil torna-se uma das grandes consequências. Tocantins também aponta as mudanças culturais do século XVI, com o Renascimento e o humanismo, visto como a valorização do homem, do cristianismo e da cultura greco-romana. Portugal se enriquece com um saber pragmático, em oposição ao saber especulativo da Idade Média. A antropologia, a linguística e as ciências naturais ganham novo relevo que logo seria aproveitado pelos lusitanos na exploração do território que viria a ser o Brasil (TOCANTINS, 1966).

Na palestra *Acre, Rio Branco e o Espírito Luso* (1962), proferida na comemoração de cinquenta anos da morte do Barão do Rio Branco (1845-1912), Tocantins descreve como Portugal, ao se lançar no processo de expansão e conquista, expressava os próprios anseios coletivos:

As nações, em determinadas épocas históricas, exprimem os anseios de suas peculiaridades de um modo particularmente acentuável. Dir-se-ia que forças sociais se cristalizam e passam a influir na vida nacional, revelando-se, então, a característica de uma causa, ou de uma cruzada, que no alvorecer dos tempos modernos só poderia ser heroica e virtuosa. (TOCANTINS, 1962, p. 13).

Ao se lançar na expansão marítima, a nação lusitana abandona sua tradição agrária, que se confrontava com sua tendência inovadora e expansionista. O universalismo português se espalha por todo o mundo. Esse heroísmo levou ao cristianismo e ao estabelecimento de relações amistosas com outros povos e culturas, ao estabelecimento do comércio e à integração destes povos no esquema político e social lusitano. Esse espírito aventureiro se fundiu na convivência com os nativos e na integração harmoniosa de valores. Tocantins aponta para uma sociologia política do expansionismo português, baseado na ação missionária, na sociabilidade cordial e na política estatal expansionista.

O início da exploração portuguesa tem como característica o uso da terra, diferente da Espanha, que priorizou o comércio de ouro, aponta Tocantins. O fomento da agricultura do açúcar no nordeste seria essencial para a geração das primeiras forças da civilização no novo domínio. Culturalmente, a ação dos jesuítas foi essencial para a catequese dos indígenas, trazendo-os para o projeto colonial português e para a criação das primeiras escolas e bibliotecas.

Tocantins define a luta contra o que ele chama de “invasor holandês” como importante para a criação do sentimento patriótico de amor à terra. Ao mesmo tempo, a bem-sucedida

indústria do açúcar cria uma sociedade próspera, situada principalmente na Bahia e Pernambuco (TOCANTINS, 1966). O projeto colonizador português, vitorioso em se adaptar ao meio tropical, torna-se o embrião de um país único chamado Brasil.

Mesmo tomando partido pelo empreendimento lusitano, Tocantins não deixa de reconhecer os traços positivos da experiência flamenga no nordeste, principalmente na atuação de Maurício de Nassau:

É digna de referência a política de investigação levada a cabo pelo príncipe Maurício de Nassau, Governador do Nordeste brasileiro ao tempo da ocupação holandesa. Administrador de largos horizontes, Maurício de Nassau realizou em Pernambuco uma obra notável, embora circunscrita à área ocupada, sem nenhuma repercussão nas outras partes da colônia. A civilização holandesa, sendo essencialmente urbana, estimulou a criação no Recife de um círculo brilhante de estudos universitários, com destaque das ciências naturais. (TOCANTINS, 1966, p. 28).

Durante o século XVIII ocorre o declínio do patriarcalismo rural no nordeste, o movimento de expansão do território no sul e uma mais intensa exploração do ouro nas Minas Gerais, fazendo com que surja no Brasil uma nova consciência política, social e territorial que resultará nos acontecimentos de 1822. As raízes da emancipação política teria germinado durante esse período: “a idade de ouro do Brasil”. A nação é tomada pelo autor de *O Rio Comanda a Vida*, assim como em Freyre e Reis, como uma consequência natural da colonização:

As diferenciações que de maneira paulatina se manifestaram na sociedade do Brasil colonial, atingiram a própria língua, ocorrendo um processo de evolução em consequência dos contatos e influências recíprocas da língua indígena e da língua e culturas africanas. Houve certa época em que o tupi e o português eram falados quase na mesma proporção entre os civilizados. (TOCANTINS, 1969, p. 37).

A língua foi criada pela mistura de culturas. O idioma do povo conquistado foi primeiramente usado na vida cotidiana, deixando o português para o uso oficial, que já tinha se misturado com as línguas indígenas, perdendo o ranço e a dureza do reino. Esse adoçamento da língua lusitana se tornou uma das mais caras peculiaridades do Brasil, surgido primeiramente da relação entre os índios e os mestres jesuítas.

O autor procura enfatizar a contribuição africana para a construção do Brasil por meio da leva de escravos vindos de Angola, análise presente no ensaio *Brasil, Portugal e Angola: reflexões no tempo histórico e social* (1969). Discute e afirma como o país africano foi importante desde os primórdios para a colonização. O fluxo de “pessoas” atingiu mais de um milhão de indivíduos entre 1575 e 1675, que eram enviados aos engenhos de açúcar do nordeste.

Foi a África, mais especificamente Angola, que teve um papel importante na emergência da economia colonial:

Não se exagera ao dizer que a África, em particular Angola, tornou possível a estabilização social da Colônia portuguesa na América do Sul, criando as bases de uma economia permanente, fundada no trabalho escravo, no latifúndio agrário, na monocultura e na família patriarcal. E, também, foi em grande parte responsável pelo clima propício ao desenvolvimento de uma democracia racial. (TOCANTINS, 1969, p. 103).

A nação lusitana só teria acordado para colonizar efetivamente o Brasil quando percebeu o quanto este despertava a cobiça de outras potências rivais em virtude da valorização do açúcar no mercado europeu. Foi então que Portugal notou como o território na América poderia ser uma nova Índia em que toda a riqueza fosse produzida nos grandes engenhos do nordeste. Daí vem a necessidade imperiosa da mão-de-obra africana para erguer um empreendimento ligado à razão de Estado. Foi o açúcar, movido pelo braço africano, que deu a base sobre a qual o europeu se fixaria no Brasil, tornando possível o nascimento de uma sociedade estável, capaz de aspirar a objetos mais elevados de progresso econômico e de permanência de certos valores culturais; sem Angola não haveria negros, sem negros não haveria Pernambuco e, por consequência, não haveria Brasil. Tocantins também aponta uma diferença na aptidão para o trabalho no eito dos vários povos — os negros da Guiné não teriam vocação para o trabalho, enquanto os bantos angolanos eram dóceis e bons para o eito.

Tocantins narra o processo de luta entre Portugal e Holanda pela posse de Angola, em diálogo com o historiador português Silva Rêgo. A posse do país africano era estratégica, já que quem controlasse a rota de escravos controlaria o Brasil. Era de tal importância o negro banto no empreendimento que o Brasil se mantinha mais com os dividendos angolanos do que com a ajuda de Portugal, situado distante na Europa. Por outro lado, os holandeses precisavam do território angolano para fortalecer e expandir o seu império (TOCANTINS, 1969).

A reconquista de Angola pelas armas brasileiras começaria uma fase chamada de “período brasileiro na história de Angola”, pois a estabilidade de Angola dependeria mais do Brasil do que necessariamente da metrópole portuguesa. Tanto que saíam do Brasil os governadores gerais e o alto escalão do governo africano. A costa ocidental d’África estava subordinada aos interesses brasileiros, aponta Leandro Tocantins, onde até mesmo os militares responderiam diretamente à Bahia e não a Lisboa; seria o país banto uma província brasileira no século XVIII.

Esse processo de lutas pelo território e pelo domínio econômico na história de Portugal, Angola e Brasil levou ao aumento da fronteira portuguesa na América, se estendendo para o

norte, para o sul e para o oeste. Havia dois tipos de colonização, a vertical e a horizontal. Os primeiros eram os plantadores de cana-de-açúcar que ergueram os engenhos e o modo de vida patriarcal, já os segundos eram os colonos móveis, criadores de gado, mineradores e coletores de drogas do sertão, de modo de vida nômade. Ambos se completavam no esforço de expansão e colonização do Brasil:

Daí porque tornamos a afirmar a importância do negro na criação de uma sociedade estável, unida em torno da figura centralizadora do senhor de engenho. Ou melhor, à volta de todo um sistema social comandado pela casa-grande, onde o português, ou o luso-brasileiro, propensos a entreter relações sexuais com a mulher africana, favoreceram a miscigenação, o amalgamento de raças, e, assim, conduziram a sociedade à democratização étnica. (TOCANTINS, 1969, p. 110).

A escravidão, a Casa-Grande e o patriarcalismo moldaram o caráter brasileiro. O negro, conforme aponta Tocantins, teve papel central na criação de uma sociedade estável, na expansão e manutenção do império lusitano e na formação brasileira. A partir desse complexo cultural foi possível criar uma sociedade multiétnica e democrata do ponto de vista racial, onde predomina o amalgamento de raças e culturas. Ademais, as ameaças de desintegração territorial sofridas pelo Brasil foram neutralizadas por uma outra característica nacional, a acomodação e harmonização dos extremos. Na luta entre índios, negros e portugueses, sempre prevaleceu a dimensão de conciliação e integração social e política, características tipicamente brasileiras, ou seja, o equilíbrio de antagonismo propiciado pela plasticidade cultural e social.

O autor argumenta que não só de Angola proveio os escravos, mas do Sudão vieram os Torubas, Gêges, Fantis e Ashantis, do Sudão Islâmico vieram Haussas, Tapas, Mandingas e Fulahs, além de Congos e Moçambiques. Ao todo chega à estimativa de três milhões e meio de escravos trazidos para o Brasil que, com seu trabalho e cultura, contribuíram ao lado do indígena para a formação brasileira. Leandro Tocantins coloca Gilberto Freyre, Arthur Ramos e Nina Rodrigues como os principais responsáveis por terem reabilitado a contribuição negra para a história nacional.

Seguindo os passos de Gilberto Freyre a respeito da formação brasileira, Tocantins apresenta como central a contribuição da escravidão, da Casa-Grande e do patriarcalismo na construção nacional. Todo esse complexo social e cultural gerou uma sociedade miscigenada, cuja integridade se manteve graças à sua capacidade de equilibrar os conflitos e conciliar os extremos. Também converge com Arthur César Ferreira Reis ao defender a positividade da

colonização e na defesa de um nacionalismo alinhado aos valores e tradições tidas como verdadeiramente brasileiras.

No próximo item, vamos apresentar a interpretação do autor sobre a formação regional da Amazônia e como ela está intimamente ligada ao Brasil.

7.3 Aspectos da Sociedade Amazônica.

A característica básica da formação brasileira é a pluralidade cultural e regional, onde a diferenciação entre as regiões precede o todo. Nessa perspectiva, o Brasil surge da união entre as partes. Seguindo esse pensamento, tributário de Gilberto Freyre, Tocantins demonstra como a Amazônia possui sua peculiaridade que a diferencia das outras regiões brasileiras, surgida dos condicionamentos ecológicos — do processo de adaptação do homem ao meio. Seu espaço físico e social teve como principal característica o extrativismo florestal determinado pelos mercados europeus. Essa sociedade coletora era uma sociedade flutuante, movimentando-se conforme o sabor dos rios, oposta ao regime sedentário da economia de cana-de-açúcar nordestina (TOCANTINS, 1969).

No texto *Sugestões sobre o processo histórico*⁶⁴, Tocantins mantém sua perspectiva de que a Amazônia constitui uma ilha cultural e ecológica completamente diversa de outras regiões brasileiras. Plasmadora de uma civilização própria, a região é um continente dentro de outro continente maior, o Brasil:

Há um continente-amazônico dentro de um continente-Brasil. Uma ilha cultural, ecológica em variadas dimensões: a da água, sobretudo, o território vasto que a moldura do espaço brasileiro, a floresta contínua, singular no mundo. E a água significa rede hidrográfica, permitindo, na maioria dos seus rios, navegação regular. No próprio Rio Amazonas, transatlânticos, em todas as épocas do ano, viajam até Iquitos, no Peru. Cenário único, dentro das características de solo, fauna, flora, água — ecologia, enfim, marcam um capítulo de civilização à parte. No continente sul-americano sobressai a sua evolução histórico-social, dentro de coordenadas muito especiais. E vive, ainda, sob certos aspectos, os primeiros dias da criação; o homem principia, apenas, a tocá-la [...] descobre-a em ângulos surpreendentes. De relevo, de solo, de fauna, de flora, de rio.

64 Texto publicado na imprensa paraense. Contudo, como aconteceu com quase todos os recortes de jornal disponíveis no acervo particular do autor, não foi possível distinguir o nome do jornal e nem a data.

Ainda obscura em várias de suas dimensões, a região permanece um mistério para o Brasil. A imponência do Rio e a cultura particular das pessoas que lá vivem tornam a Amazônia região ímpar no mundo. É preciso que o Estado a traga em definitivo para o Brasil, por isso o apoio de Tocantins aos grandes projetos de desenvolvimento da ditadura civil e militar:

A sua conquista definitiva, através da transamazônica, da perimetral norte, e de outras rodovias complementares, será um dos acontecimentos de maior relevo na história, a registrar-se nesse final de século. O rio passará de imperador a vassalo da vida. A humanidade vai ganhar grande potencial para suprir a tumultuosa corrente da civilização.

Essa integração da região vai retirá-la em definitivo da estagnação para colocá-la na modernidade, na economia racional e industrial. O rio, que antes foi o único agente de povoamento do espaço, vai dividir essa tarefa com a estrada. Rios, navios, estradas, carros e caminhões trabalhariam juntos na obra de inserção da Amazônia aos tempos modernos:

O rio, que comandou as empresas de descobrimento, de posse, de utilização econômica dos recursos naturais, não desempenhará mais, sozinho, a missão de humanizar o espaço, de assegurar a presença do homem. A estrada de rodagem, corrigindo a anomalia da ocupação linear, nos eixos hidrográficos, complementa a empresa iniciada há mais de três séculos e meio, quando os portugueses fundaram, [...] em 1616, o Forte do Presépio [...] hoje Belém do Pará.

As reflexões acima se coadunam com as que estão presentes no livro *Amazônia: natureza, homem e tempo*, onde o autor defende que deve haver um novo tempo na Amazônia baseado no planejamento público, no uso da técnica e nas inversões de capitais. Era preciso superar os tempos antigos da falta de planejamento e da desordem econômica. Nesse novo tempo, onde a razão científica predominaria, o rio deixaria de ser o único agente civilizador. Nota-se que a todo momento Tocantins mantém seu espírito conciliatório na interpretação da Amazônia. Não despreza de todo a função social dos rios, mas recoloca-o como parceiro da modernização capitalista.

Influenciado por Euclides da Cunha e pelo Barão do Rio Branco, Tocantins defendia que apenas uma integração nacional não era o bastante para o desenvolvimento da Amazônia, pois, embora também a visse como indispensável, também alertava para a necessidade de uma integração econômica com todos os países que também possuíssem em seus territórios a floresta amazônica:

[...] para a ditadura militar não seria importante promover essa integração regional [...] não seria só a Amazônia com o Brasil, a Amazônia é internacional, a gente tem nove fronteiras [...]. O Euclides entendia a importância disso [...]. Ele sabia ele e o Barão do Rio Branco [...] sabia da importância de manter essa integração regional entre os países que compõem a Amazônia [...] e o Leandro traz isso. Pro governo militar era só integrar para não entregar. Promover a integração regional com a América Latina não era, que era aquela política bilateral com os Estados Unidos só, a América Latina pouco importava. (RAMOS, Entrevista de Campo, 2019a).

Dá mesma forma que faz Ferreira Reis, que em seus estudos não dá atenção à cultura indígena, só vai considerar como legitimamente amazônico as práticas sociais nascidas da união do lusitano com o índio:

Ele não fala das sociedades indígenas [...] só vi ele falando da relação com o português no âmbito da lusotropicologia, do espírito plástico. Mas eu não vi nenhuma carta falando a respeito de povos indígenas. Ao contrário, eu vi ele o tempo todo exaltando a transamazônica pela ideia e necessidade de integração [...]. E durante a transamazônica houve extermínio de milhares de pessoas [...] desigualdade social fala muito pouco. (RAMOS, Entrevista de Campo, 2019a).

Assim como Reis, Tocantins interpreta com bons olhos a ação portuguesa na Amazônia, iniciada em 1615, com a construção do Forte do Presépio, que daria origem à cidade de Belém. A partir da formação desse núcleo militar que se espalhou por todo o trópico úmido a conquista portuguesa:

Desde aí, a expansão portuguesa através dos rios amazônicos foi uma constante. Recordarei a viagem épica de Pedro Teixeira, nas vésperas da emancipação portuguesa do domínio filipino. Em várias canoas tripuladas por índios e alguns companheiros portugueses, subiu o Amazonas e, contra a correnteza do rio, fez prodigiosa viagem até Napo e, depois, até Quito [...] plantam um padrão, mostrando que a soberania portuguesa chegaria até esse extremo da Amazônia. (TOCANTINS, Diário de Notícias, s/d).

Foi no século XVIII, durante o reinado de José I, tendo o Marquês de Pombal como primeiro-ministro, que Tocantins assinala uma *Era de Ouro* da presença portuguesa na Amazônia. O resultado foi um precioso legado que Portugal deixou para o Brasil:

O reinado de D. José, foi posto em execução um programa intenso de valorização regional da Amazônia, indo para o Governo de Estado do Grão-Pará e Rio Negro, um irmão do Marques de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado [...]. O Império do Amazonas, como podemos lhe chamar,

conquistado e mantido por Portugal, foi legado intacto ao Brasil. Esse é um dos fatos mais extraordinários que os portugueses realizaram na América do Sul. (TOCANTINS, Diário de Notícias, s/d).

Em diálogo com Arthur Cézar Ferreira Reis, de quem compartilha a maior parte das teses, ressalta o esforço político do Estado português, no tempo do reinado de Dom José I e de seu ministro Marques de Pombal, no sentido de implementar um plano de valorização econômica da região dentro de metas e diretrizes muito próximas as do planejamento econômico contemporâneo. Isso seria a prova, segundo o autor, de que os lusitanos compreendiam a variabilidade ecológica das regiões brasileiras ao propor políticas específicas para cada uma delas:

Quando lançamos vistas para esse vasto espaço físico-social ou ilha ecológica amazônica do arquipélago cultural brasileiro, um dos aspectos que mais prendem a nossa atenção é o do gênero de experiência de convivência humana que ali se processa. Gênero diferente de outras partes do Brasil, na composição étnica, em suas raízes quase exclusivas da mesclagem do português com o índio, no processo econômico, no processo político administrativo, e até na formação da família, com muito pouco daquele rígido patriarcalismo reinante em outras áreas brasileiras, responsável, em grande parte, pelo ímpeto civilizador do europeu, tal como aconteceu no nordeste brasileiro. (TOCANTINS, 1969, p. 40).

A composição do elemento humano, da cultura e da economia são únicos na Amazônia, postula nosso autor. Foi uma das consequências da ação portuguesa, sendo o único povo capaz de dominá-la e fazer valer sua cultura e forma de vida através dos colonos, do Estado e das ordens religiosas que não se comportaram de forma a destruir a cultura indígena, como ocorreu no México e no Peru. O lusitano encontrou possibilidades mais suaves de se adaptar ao conviver de forma harmônica com o meio e de se misturar com os indígenas.

O sentimento nativista começa a se formar em 1822, através da imprensa ligada a propósitos políticos, sendo citados pelo autor os jornais *O Paraense* e *A Estrela do Amazonas* como exemplos de veículos que divulgavam as reivindicações políticas do povo amazônida. Tal fato foi uma consequência do desenvolvimento econômico e social, permitindo uma maior propagação da cultura, principalmente a partir do surgimento de instituições como o *Museu Paraense* e o *Museu Emilio Goeldi*.

Isolada do resto do país em virtude da sua geografia, sempre foi um espaço influenciado pela Europa:

Nem o sistema unitário do Império Brasileiro, refreando, um pouco, esse namoro secular com o velho continente, veio trazer-lhe a desejável integração social, econômica, cultural nos outros brasis. A Amazônia continuava ilha

ecológica desgarrada do arquipélago brasileiro. A borracha contribuiu decisivamente para reaproximar a Amazônia da Europa, chegando a amortecer alguns laços culturais que a prendiam ao antigo Paço Imperial do Rio de Janeiro. (TOCANTINS, 1969, p. 46).

A Amazônia, portanto, por sua imensidão geográfica, sempre manteve uma comunicação mais estreita com a Europa do que com o Brasil. No período colonial, por exemplo, quando era chamado de Estado do Maranhão e Grão-Pará, respondia diretamente a Lisboa e não ao Governo Geral do Brasil. A vivência humana nessa área gerou um estoque único de valores, de costumes, de usos e de tradições que não são estáticos, mas que se reatualizam no tempo histórico e são um lugar seguro de onde as sociedades podem tirar lições para o futuro. É uma experiência de pragmatismo vivo, surgido do intercâmbio entre índios e portugueses no processo de adaptação aos rios e à floresta.

Tocantins também interpreta como o ciclo da borracha marcou de forma decisiva a Amazônia como área cultural. Mesmo a influência europeia que se impôs, principalmente nas cidades de Belém e Manaus, não foi capaz de romper com o caráter amazônico da cultura da sociedade regional. Houve um equilíbrio cultural entre os valores regionais e os extra-amazônicos. A matriz europeia não conseguiu romper com a dimensão regional (TOCANTINS, 1969).

Odenei Ribeiro (2010) aponta que Tocantins, em convergência com Gilberto Freyre, interpreta a formação regional a partir da plasticidade lusitana materializada em função da mobilidade, miscibilidade e aclimatabilidade, que tornaram possível aos portugueses se integrarem aos trópicos, em geral, e à Amazônia, em particular. A conquista lusitana do espaço amazônico é narrada como uma forma de ajuste ecológico tanto dos colonos quanto das instituições políticas à região, vista como distinta de outras regiões brasileiras.

Nesse processo de aclimação, suas florestas e rios condicionaram a atividade econômica que passou a se voltar para a exportação de matérias-primas a serem consumidas no mercado europeu. O espírito português deixou-se levar pelos imperativos do meio ambiente. O extrativismo é visto como um processo de adaptação do homem ao meio e resulta em equilíbrio social e ecológico. Porque nenhum outro problema é mais ecológico e sociológico do que as formas como os povos se adaptam ao meio ambiente, pois é dentro desse horizonte de eventos que Tocantins enfoca a construção dos costumes, da cultura e das instituições (RIBEIRO, 2010).

A conquista e a colonização do espaço amazônico assumem em Tocantins os ares de uma epopeia, onde o regime das águas e dos rios são atores importantes na vida cultural, econômica e política:

Como símbolos culturais, os rios são os teares mitológicos de onde emergem inúmeras lendas que povoam o imaginário e a memória coletiva do trópico úmido. Das águas amazônicas surgem os botos, as iaras, as cobras grandes e uma infinidade de outras entidades que habitam o imaginário local; como valores econômicos e meios de comunicação os rios foram aliados do tipo litorâneo de colonização que os portugueses estavam habituados, ajustando-se assim à mentalidade lusa de fundar cidades no litoral ou nas margens dos rios navegáveis. (RIBEIRO, 2010, p. 102).

A criação de uma sociedade com sua cultura, economia, tradições e instituições obedeceu ao ritmo ditado pelas águas, pois aos homens era exigida uma mobilidade contínua que só os rios poderiam proporcionar, sem os quais seria quase impossível a penetração e a exploração em um espaço hostil como o amazônico, aponta Ribeiro (2010). O extrativismo, que atraía o homem à região, exigia dos portugueses o aproveitamento de uma força de trabalho capaz de vencer os obstáculos oferecidos pela floresta; no nordeste essa força foi o negro africano, no norte foi o indígena.

Odenei Ribeiro (2010) demonstra que a interpretação de Tocantins caracteriza-se por uma visão harmoniosa e sem conflitos da colonização amazônica, havendo um equilíbrio de povos, culturas e instituições ao meio circundante. Essa conciliação é uma marca dominante na tradição regional. Em sintonia com a perspectiva freyriana, essa tradição assume uma forma viva e ativa, capaz de se renovar no presente e ser uma força suficiente para orientar os homens e mulheres em direção ao futuro.

Na obra *O Rio Comanda a Vida: uma interpretação da Amazônia* (1972), apresenta uma análise de alguns aspectos da vida regional. Foi sua primeira obra, lançada em 1952, editada pelo poeta Cassiano Ricardo. Teve boa acolhida de crítica e público e chamou atenção de Gilberto Freyre e Getúlio Vargas. Nela, a partir da história da sociologia e da antropologia, apresenta a ideia da centralidade do rio na vida social amazônica, bem como ênfase de uma economia que se formou a partir do extrativismo e de uma matriz cultural cristã, indígena e lusitana.

A metodologia usada no livro está intimamente ligada ao método de Gilberto Freyre, onde procura interpretar as relações entre as dimensões humanas e ambientais. O autor de *Vida, Cultura e Ação* está ligado ao que escreveu; as tradições e os acontecimentos sociais à beira do Rio fizeram parte da sua vida, pois viveu um tanto considerável da infância no seringal da família no interior do Acre. Tudo que escreve possui, além do rigor do historiador lidando com os “fatos sociais”, a reminiscência da vida, a rememoração de tempos passados que ficaram marcados na sua trajetória. A sociologia freyriana é usada como instrumento de interpretação

da Amazônia e para chamar a atenção das autoridades para a condição de abandono que vivia a região:

[...] no intuito de fazer conhecida honestamente a Amazônia e chamar a atenção dos poderes governamentais para os problemas do vale e as necessidades de seu povo. Cada faceta de vida descrita nos capítulos deste livro é uma exortação de fé e esperança em dias melhores, porque nos sucessos mais corriqueiros e prosaicos do viver amazônico estão os dramas do homem, as suas lutas, as suas angustias, clamando pela assistência técnica e o amparo oficial, a fim de que a Amazônia não continue mergulhada no primitivismo. (TOCANTINS, 1972, p. 18).

Não há outra região onde os rios e as águas exerçam uma influência como na Amazônia:

Não há no mundo uma região onde melhor se ajuste a imagem dos caminhos andantes o que a Amazônia. As suas bahias, os seus golfos, rios, paranás, lagos, furos e igarapés, consagram a frase de Pascal, sob o aspecto da geografia dinâmica e o das manifestações de vida do homem, cujo está entregue aos caminhos que andam. (TOCANTINS, 1972, p. 303).

Portanto, as águas exercem uma vocação de governo sobre a vida do homem, impondo sobre ele a sua marca definitiva. A vida social torna-se uma extensão do regime imposto pelas águas:

Os cursos fluviais que retalham o vale, à semelhança de filamentos numa folha descomunal, guardam, em seu dorso, além do líquido brotado dos frígidos picos andinos, fluindo das fontes nas serranias, descendo das estâncias do planalto, o caráter eminentemente social do sistema hidrográfico do Amazonas, a vocação de governo sobre a existência humana, ampla e imperiosa. (TOCANTINS, 1972, p. 303-304).

Há um primado social dos rios amazônicos, retratados na vida do seringueiro, no uso dos cursos hídricos como verdadeiras estradas, na vida do ribeirinho que adapta a sua agricultura e modo de vida à cheia e vazante e na adaptação da cultura luso-indígena ao regime das águas:

O primado social dos rios, trazendo a marca da geografia singular, revela-se nos múltiplos aspectos da vida amazônica [...]. Porque o homem, diante do cenário grande demais para a sua pequenez, sente-se imponente, inapto para transformar as energias atuantes no meio em proveito próprio, e lhe avassala o espírito a angústia das distâncias tirânicas que os rios ainda mais aumentam no sinuoso deflúvio. E se torna rendido, senão à terra mas fatalmente ao rio, poderoso gerador de fenômenos sociais. (TOCANTINS, 1972, p. 304).

O homem da região, diante da força do meio ambiente, nada faz a não ser se adaptar aos rios e às chuvas que comandam a vida.

Mas quem poderá controlar as formidáveis e dispersas energias do Amazonas? O volume colossal das águas, o arremesso violento da corrente, a inconsistência do solo invalidam qualquer diligência de refreá-lo em benefício social, e ele continua selvagem, primitivo, entregue aos devaneios de sua geografia, aos caprichos de sua hidrografia. A obra seria uma luta entre gigantes e pigmeus, e é possível que o rio acabasse por vencer. Os caminhos que andam trazem a fortuna ou a desgraça. Quando nas cheias a navegação alcança os sítios mais longínquos, certas vezes as alegrias do feliz acontecimento são toldadas pelas inundações funestas, arrasando culturas agrícolas, tragando barrancos, removendo a pobreza franciscana das barracas, levando o desespero aos lares, e constituindo uma séria ameaça à economia. (TOCANTINS, 1972, p. 305).

Portando, no modo de vida amazônico, o Homem e o Rio se fundem em um pacto ecológico em completa harmonia:

O homem e o rio são os dois mais ativos agentes da Geografia humana na Amazônia. O rio enchendo a vida do homem com motivações psicológicas, o rio imprimindo à sociedade rumos e tendências, criando tipos característicos na vida regional. A noção de *ius soli* parece que se priva de seu conteúdo sentimental em detrimento do rio. Quando alguém e refere à terra natal só costuma dizer: eu nasci no Juruá, eu nasci no Purus. Se fala da borracha, esta perde a sua qualidade de produto silvestre para ser do rio: borracha do Abunã, borracha do Xingu. (TOCANTINS, 1972, p. 306).

Na obra *Amazônia: Natureza, Homem e Tempo* (1982), narra o processo de adaptação do homem ao meio ambiente, resultando em um pacto ecológico que tornou possível a vida humana na região. Descreve a luta da civilização para sobreviver em meio às águas e à floresta, a emergência de um mundo criado pela colonização, pela junção da cultura lusitana e indígena e toda a sociabilidade dela resultante. O mundo amazônico como o conhecemos hoje, começou, segundo o autor, com a chegada dos portugueses — compreendidos como os homens que se colocaram no meio geográfico criando suas próprias culturas e valores.

Além disso, aponta como a região, em sua peculiaridade geográfica e ecológica, cria novas formas de vida que não podem ser apenas medidas pela estatística ou pelos números, mas que devem ser compreendidas pela história, pela antropologia e pela sociologia:

O papel que desempenha a região para erigir novas formas de convivência humana, e, como resultante, criar valores culturais, não pode ser medido somente por uma análise de fatos de Geografia econômica, estatística, ou de mera exposição de ocorrências político-administrativas, e sim, com bastante ênfase, pela sondagem e interpretação de fatos de cultura. E quando se diz fatos de cultura [...] significa o homem organizando-se no espaço, socialmente, ecologicamente, a fim de realizar o aproveitamento da Natureza a favor de sua espécie. (TOCANTINS, 1982, p. 17).

O Homem não se resume a números e projetos de lei, mas é formado por uma síntese de valores culturais que o ajudam a se organizar para fazer o usufruto do meio envolvente. Conforme aponta Tereza Ramos (2012), Leandro Tocantins demonstra admiração pela empresa portuguesa e seu espírito pragmático na Amazônia, capaz de se adaptar aos imperativos do meio e criar uma nova sociedade com cultura, valores e tradições, aceitando as peculiaridades regionais e se rendendo a elas. A criação de uma empresa própria exigia uma forma de vida única, o que demandou o concurso do indígena que instruiu o português nos segredos telúricos. A consequência dessa relação foi o surgimento de um complexo cultural e social diferente dos existentes em outras regiões brasileiras. Foi desse casamento entre raças e culturas que surgiu o modo de vida amazônico — onde as dimensões humana e natural tornam-se uma só:

Compreendendo a realidade ambiente, e dentro daquele espírito pragmático da gente lusa, diga-se, também, plástico, os capitães e soldados da conquista do Grão-Pará puseram-se a seguir as sugestões da natureza. (TOCANTINS, 1982, p. 25).

A coleta de especiarias silvestres era a forma de produção mais adequada em um meio como a Amazônia:

Principalmente as especiarias, que viriam a dominar na vida econômica regional, durante largo período, ao ponto de constituírem o primeiro ciclo da economia amazônica, tão marcante foi o seu papel no desenvolvimento das comunidades e na manutenção do Estado do Maranhão e Grão-Pará [...]. (TOCANTINS, 1982, p. 26).

Tornando-se a matriz determinante na região, o extrativismo passou a ditar uma forma de vida que seria totalmente oposta a outras formas de vida, como a do nordeste:

A terra, na Amazônia colonial, sempre negou a aristocratização do homem, em consequência do processo econômico ter-se verificado em condição diametralmente oposta ao das áreas monocultoras. Só um produto-rei, impondo a cultura única, a centralidade das atividades humanas, o enfeixamento de poderes numa só pessoa, é capaz de criar o aristocrata rural, típico da vida brasileira, em determinadas áreas, e em certa época de sua evolução social. As investidas da colonização portuguesa no Pará denunciaram essa tendência natural do meio que, ao invés de associar o homem, o convidava à dispersão mais arbitrária possível, pelo atrativo constante da apanha de riquezas silvestres. (TOCANTINS, 1982, p 27).

Tocantins classifica a ação missionária na Amazônia como benfezeira, pois teria servido para converter os indígenas ao cristianismo e trazê-los para a civilização. Foi a partir deles que se iniciou uma organização social centralizada, baseada na moralidade, capaz de estruturar a vida econômica. Essa competência dos sacerdotes na gerência das suas propriedades acabou

produzindo uma prosperidade que não se via nos povoados seculares. A escravidão do silvícola teve papel importante na formação da regionalidade:

Pelo que se vê, a escravatura vermelha foi um imperativo de ordem econômica, muito mais agudo na Amazônia do que em outras regiões brasileiras. Debalde os religiosos a combatiam, talvez um combate mais de fundo moral. Talvez em defesa indireta de suas próprias instituições e patrimônio material. O certo é que os jesuítas confessaram ser o trabalho servil a base de toda a sua organização. (TOCANTINS, 1982, p. 31).

Tendo o auxílio do braço escravo indígena, primordial para a empresa colonial e para a criação da nova civilização que aqui se edificava, tanto os missionários quanto os colonos lançavam-se na empresa do extrativismo das drogas do sertão que eram muito requisitadas no mercado europeu. Não havia uso da moeda: o algodão, o cacau e o cravo serviam como seus substitutos, só sendo introduzidas moedas metálicas em 1750.

Um ano depois, a posse de Mendonça Furtado para Governador Geral, indicado pelo seu irmão Marques de Pombal, teria criado uma nova onda de dinamização regional. Tocantins aproxima-se de Ferreira Reis na interpretação deste período, ao louvar o despotismo esclarecido do primeiro-ministro português e a reprodução de suas políticas em plano regional por Furtado, bem como a exclusão dos missionários da vida regional:

As medidas tomadas por Furtado Xavier Mendonça visaram, principalmente, ao setor econômico: estimular a agricultura, introduzir escravos da África para sustentá-la, de vez que se assegurava o direito do índio ser livre, e completando o experimento, a imigração de casais açorianos para acelerarem as atividades agrárias. Mais do que nunca, parecia o poder real estar convencido da justiça da sentença de seu compatriota Manuel Severim de Faria, quando escreveu nas suas *Notícias de Portugal*, um século antes, que “onde houver muita gente, haverá muita agricultura, muitas artes, muitas mercancias e muitos soldados. (TOCANTINS, 1982, p. 36).

Louva, portanto, a atuação esclarecida do governador geral em decretar a liberdade do indígena para esmagar o poder do clero, tornando o Estado, por meio da Companhia de Comércio do Grão-Pará, o principal gestor econômico da região. A mão-de-obra negra, introduzida a partir de então, viria para fomentar a agricultura, pois o indígena teria se mostrado incapaz para o trabalho disciplinado. Tocantins tem o mesmo ponto de vista de Gilberto Freyre, ao ver que o índio tinha uma cultura inferior, nômade, sem capacidade para a estabilização gerada pela agricultura. Assim, em 1756, veio a primeira leva de negros provindos de Angola e Cacheu. Contudo, o braço negro não criou tantas mudanças na sociedade regional:

Mas toda essa movimentação demográfica [...] não veio implicar em mudanças fundamentais na sociedade regional. O negro não seria aquele poderoso agente do processo de interação entre o homem social, os grupos humanos e a natureza, como ocorreu no nordeste. Seu trabalho, suas relações sociais, sua etnia, sua cultura são muitos menos intensos que no Grão-Pará. E, naturalmente, sua presença, sem termos numéricos. O próprio regime escravocrata afastou-se daquelas constantes de opressão física e moral que imperava na área nordestina. Viajantes insuspeitos, homens de ciência que estiveram no Grão-Pará na primeira metade do século XIX, mostram-se surpreendidos com as condições de vida do escravo negro. (TOCANTINS, 1982, p. 39).

Apregoa que o escravo era muito melhor tratado na Amazônia do que em outras áreas do Brasil, pois, na região, ele apenas levaria uma “sova moderada” (!), em oposição aos castigos sádicos do sudeste e sul. O cativo teria boas condições de trabalho, como hora marcada para realizar o serviço e, à noite, quando findava o trabalho, vinha junto com os índios livres dar boa noite e pedir a benção ao seu senhor. Isso demonstraria uma conciliação das relações sociais:

A sociedade Amazônica, sob o aspecto psicossocial e cultural, condicionada pela natureza tão singularmente regional, não demonstrou nenhuma vocação para se institucionalizar num rígido patriarcalismo escravocrata, agrário e monocultor. Os mais potentes adversários desse sistema foram: primeiro, os rios [...]. Segundo: ora, se os rios levavam aonde os homens queriam ir, era a mata o seu destino. Rios e Matas não deixaram o homem estabilizar-se, crescer verticalmente, pregado à terra, numa exclusiva cultura agrícola. Rios e matas horizontalizavam e diversificavam a ação humana. (TOCANTINS, 1982, p. 40).

Seguindo esse imperativo do meio, o Estado do Grão-Pará torna-se uma região com forte contribuição indígena:

Esse movimento de índios, promovido pelos religiosos, sobretudo jesuítas, alargou nos núcleos de povoamento amazônico a etnia e os traços expressivos de cultura. Porque a cor da pele, a vivacidade dos padrões etnoculturais da maioria das populações regionais continuam predominantemente indígenas. Da simbiose luso-brasileira com as realidades ecológicas do trópico amazônico. (TOCANTINS, 1982, p 40).

Também elogia a ação da Igreja, que teria se portado na região de forma moderada no exercício da catequese. Em outras palavras, o braço religioso entrou em contato com os indígenas sem, contudo, violar sua matriz cultural, criando um meio termo entre o catolicismo e suas crenças pagãs, tolerando o sincretismo. Essa fusão entre o sagrado e o profano é um exemplo de conciliação e unidade ecológica de diferentes culturas ocorrida em solo amazônico:

Desdobrou-se o plano político-administrativo de Pombal na secularização das aldeias, na firmeza da aplicação da lei emancipadora dos índios, e, por fim, no

banimento da Companhia de Comércio. Essa política, lançada no tempo e no espaço, em etapas sucessivas, transformou o mecanismo social e econômico da colônia. Agora, o Estado garantia e protegia, exclusivamente, a estrutura que os jesuítas criaram, impondo-lhe uma assistência paternalista, de acordo com as ideias de centralização estatal do Ministro Sebastião José. (TOCANTINS, 1982, p. 41).

Essa política de viés estatizante não era artificial, mas resultado dos imperativos do meio, reafirma nosso autor. A plasticidade do elemento português o fez escolher pela conciliação cultural, pelo extrativismo de drogas do sertão e pelo planejamento estatal como formas mais adequadas ao domínio da região. No limite, o realismo incentivou a agricultura, o povoamento, a emancipação do elemento indígena e a secularização da vida social. Política realista, centralizadora e ao mesmo tempo conciliadora.

Quando se detém na análise das décadas de predomínio do extrativismo da borracha, Tocantins afirma que ele criou uma teia de organização social e econômica que penetrou forte nas instituições regionais e modelou de forma permanente os valores amazônicos. A grande geração de riqueza teria sido desigual, sendo poucos os que dela desfrutaram, mas contemporiza com esse dado ao afirmar que a desigualdade ocorreu em todo país, não apenas na Amazônia:

É evidente que não houve distribuição harmoniosa de riquezas por todo o território amazônico, ao longo do qual permaneceram condições existenciais primitivas. Porém, este é um fenômeno natural ao próprio país, extensíssimo, de difíceis comunicações, de geografia física tão contraditória [...]. (TOCANTINS, 1982, p. 133).

Em seguida, aponta a contribuição do extrativismo na construção da sociedade no trópico úmido:

O sistema ou regime decorrente da exploração da borracha criou, assim, uma teia de normas técnicas, de princípios de organização econômica e social que além de penetrarem no íntimo das instituições regionais, modalizando um estilo de vida caracterizada pelos próprios de cultura, de inteligência, de sentimentos, de tipos e costumes, enfim, um estado d'alma peculiar, ao lado das significativas expressões materiais — foram suscitar os espíritos, nos centros ditos civilizados, a fazerem descobertas, a inventarem objetos, criando um mundo de coisas essenciais ao progresso e ao bem-estar da espécie humana. (TOCANTINS, 1982, p. 134).

Leandro Tocantins descreve como, a partir de 1877, grandes torrentes humanas originadas do nordeste acudiam à região em busca das árvores de seringa:

As secas que assolavam o nordeste, nessa época, auxiliavam o povoamento: a gente do sertão encontrava nas selvas a fortuna fácil, escorrendo dos troncos da hevea. Para os negociantes de Belém e Manaus nascia um novo campo de expansão comercial. Com o destino aos altos rios partiam os gaiolas carregados de mercadorias e gêneros, regressando com o porões repletos de outro negro da melhor qualidade produzida na Amazônia. (TOCANTINS, 1972, p. 201-202).

Impulsionados pela mão-de-obra farta e pela demanda do mercado internacional, a floresta foi sendo desnudada por esse grande contingente humano:

Foram-se desbravando as matas, seguindo o curso natural dos rios, que reclamavam pela direção geográfica de seus cursos a posse do Brasil naqueles sítios ermos e desconhecidos. Os barracões dos novos senhorios apareciam nas pequenas clareiras, beirando os barrancos, e as barracas dos seringueiros, erguidas num claro da floresta, balizavam-se pela fumaça do defumador. Surgiu, precipitadamente, nas terras acreanas, uma nova sociedade de seringueiros. Induzidos pelo valor econômico da selva fixaram-se à terra, emprestando segurança de posse tranquila. (TOCANTINS, 1971, p. 202).

Esse processo de desbravamento, ocupação e posse de grandes contingentes de terra pelos seringueiros ocasionou em conflitos diplomáticos entre Brasil e Bolívia:

Mas a quem pertencia o solo já cortado pelas estradas nos seringais em plena exploração industrial? Os brasileiros, nessa primeira e desordenada fase de desbravamento, menosprezavam demarcações e soberanias. E mesmo não havia rumos definidos entre o Brasil e a Bolívia. Subir os rios, criar novos seringais, apoiado na lei do rifle e na coragem, era a norma geral que desconhecia complicações internacionais. O Estado do Amazonas levava pacificamente a sua jurisdição às novas estâncias da borracha. (TOCANTINS, 1971, p. 202).

Na interpretação de Tocantins, todo esse processo social de grande prosperidade criou um mundo próprio com suas relações, tipos humanos e estruturas:

[...] mecanismos comerciais centralizados em Belém e Manaus, com ramificações por toda a planície, numa teia de interesses que prendia desde o seringueiro, em sua barraca na floresta, ao patrão nos barracões à beira-rio, às Casas-Aviadoras, nas capitânicas, que, por sua vez, se ligavam aos exportadores. Tudo girava em torno da borracha. A troca de mercadorias e utilidades operava nas áreas mais remotas do vale, deixando para cada promotor comercial apreciáveis lucros, cingia-se ao leite da árvore sangrada, princípio e alvo de todos os desígnios econômicos. (TOCANTINS, 1971, p.233).

Diante da grande rede de produção extrativista orientada para o mercado externo, Leandro Tocantins descreve os três agentes típicos do mundo criados pela borracha a partir do seu lugar e função social na produção: o aviador, o seringalista e o seringueiro:

[...] o aviador de Belém ou Manaus, elemento propulsor do negócio que concedia crédito ao seringalista, o coronel, patrão, dono do seringal, aviador por seu turno do seringueiro ou freguês — o verdadeiro extrator do produto. (TOCANTINS, 1971, p. 233).

O termo *seringalista* não existia nos primeiros tempos da expansão gomífera. Todos eram chamados de seringueiros, sendo o dono do seringal alcunhado, nos primórdios, de *seringueiro-patrão* ou *coronel*, que era o dono da terra, uma espécie de senhor de engenho na Amazônia. Quanto ao seringueiro mesmo, verdadeiro proletário da terra por ser ele quem penetrava na floresta para a extração do produto, Leandro Tocantins descreve-o com tintas pouco favoráveis, baseado nas afirmações de Arthur Reis em seu livro *O Seringal e o Seringueiro* (1953), atribuindo-lhe indisciplina e desonestidade:

Este, realmente, não era um verdadeiro empregado do seringalista e sim um industrial por conta própria, porque pagava tributo por parelha de estrada que explorasse, vendendo ao seringalista o restante da borracha fabricada, depois de saldar o compromisso da sua dívida, correspondente ao aviamento de gêneros. Alheio à disciplina e técnica do seringalista, muitas vezes burlava as sindicâncias deste, desviando a borracha dos regatões, ou forçando os *mutás*⁶⁵ a capacidade produtiva das seringueiras. (TOCANTINS, 1971, p. 233-234).

Quanto ao regatão, uma espécie de comerciante ambulante que subia e descia os rios da Amazônia em barcos vendendo seus produtos, o autor de *Vida, Cultura e Ação* descreve-o como uma figura pitoresca:

Turco, sírio, libanês, o mascate feito navegante por imposição da geografia, vara os rios, furos, igarapés, na sua original canoa ou pequeno batelão movido a remo de fatia. Três, quatro toneladas de deslocamento, ou de proporções menores, a galeota cheia de quinquilharias, de secos e molhados, é coberta na parte da pôpa por uma tolda onde se abrigam pelo bufarinheiro, guindado em piloto, com duas cordas seguras pelas mãos, a movimentar o leme preso à extremidade posterior da embarcação. (TOCANTINS, 1971, p. 234).

65 Instrumento de madeira usado para aumentar o número de cortes da seringueira e assim potencializar a produtividade. Tocantins afirma que tal instrumento era proibido pelos donos dos seringais.

Era considerado uma figura fora da lei pelos seringalistas, pois fazia um comércio de escambo com os seringueiros, ao trocar quinquilharias por borracha, castanha e outros produtos silvestres:

O regatão, sorridente, mesuroso, abalando-se às maiores aventuras — porque sempre é mal visto, combatido e às vezes perseguido a tiro de rifle pelos agentes dos seringalistas — vai oferecendo, conquistando, tentando, enganando aquela gente rude da margem dos rios. A trôco de rendas missangas, pentes, pó-de-arroz, sabonete, xarque, cachaça, o couro, a castanha, as essências silvestres, tudo que represente valor comercial. É uma verdadeira sangria para o seringal, cuja renda se desvia, em parte, por caminhos contrários aos desejos e interesses dos proprietários. (TOCANTINS, 1971, p. 234).

Belém e Manaus tornaram-se as capitais da borracha, dando origem a palacetes, bulevares, teatros e outras obras públicas de vulto. Tal opulência durou até o início da Primeira Guerra, quando o ouro negro amazônico começou a perder competitividade para o seu concorrente asiático. Tocantins aponta que foram os ingleses que roubaram dos Amazônidas o domínio mundial da exportação de borracha. Também coloca a culpa na própria sociedade regional que, presa ao extrativismo, não pensou em cultivá-lo racionalmente e nem se antecipou aos revesses que poderiam ocorrer em um futuro próximo. Faz uma crítica às iniciativas do governo para estancar a crise, em especial ao plano de Defesa da Borracha, de 1912, que visava racionalizar a produção, mas que não chegou a criar resultados:

[...] os maus fados da política, conduzida nos limites estreitos do localismo e do interesse pessoal, veio prejudicar a execução do plano, já demais oneroso, modificando a estrutura primitiva para incluir outras regiões que não produtoras da Hevea. (TOCANTINS, 1971, p. 232).

As intrigas políticas, segundo Tocantins, acabaram deformando por completo o projeto:

Reformaram, discutiram, emendaram e aumentaram o plano de Defesa da Borracha, que afinal se tornou inexecutável e onerosíssimo. Postergaram realizações úteis e de alcance imediato a favor de outras para satisfazer interesses particulares. (TOCANTINS, 1971, p. 232).

A concorrência do látex asiático quebrou essa estrutura social e fez com que a civilização da borracha que havia se desenvolvido entrasse em decadência:

Enfraqueceram-se os fundamentos sociais, em virtude da falta de apoio econômico. As casa aviadoras suspenderam o crédito aos seringais, e muitas delas desapareceram, tragadas pela falência, pelas liquidações inevitáveis. Várias unidades da frota fluvial foram vendidas a firmas do sul do país e ao

estrangeiro, num esforço para reunir numerário que atendesse a compromissos financeiros. Os seringais despovoaram-se, e seus proprietários, endividados com os aviadores, por sua vez não recebiam o produto dos seringueiros, e este desinteressava-se de extraí-lo, por causa de seus preços ínfimos. No fim de tudo, desânimo e desolação entre as populações regionais. (TOCANTINS, 1982, p. 137).

Toda a euforia de lucros foi quebrada. O projeto de construção de grandes obras, como portos, estradas de ferro e teatros imponentes fora suspenso. A leva de imigrantes cortada e o início de implantação de um parque industrial, hipótese levantada por Leandro Tocantins comprovando que a diversificação econômica estava em vias de começar, interrompido. Se tivesse permanecido a prosperidade Manaus e Belém seriam ainda mais grandiosas.

Sintetiza o mundo da borracha como um processo adaptativo de caráter social e psicológico:

Logo se depreende como a borracha, influenciando temperamentos e comportamentos, é um fator de expressão psicossociológica, em que se integram culturas, grupos sociais, pessoas, em prolongamento universal [...] constituindo um lampejo de situações vitais que se tornam linhas auxiliares para a compreensão e interpretação da sociedade em que ela plasmou um tempo sociologicamente característico. (TOCANTINS, 1982, p. 141).

O período que vai de 1818 a 1942 é considerado por Tocantins como um prólogo para uma nova fase, de ajustamento à economia nacional. Se até a Primeira Grande Guerra a região estava bastante ligada ao mercado internacional, a partir do segundo conflito passou a se integrar à dinâmica brasileira. A dependência externa dava lugar à influência interna:

A Amazônia, depois de sua dependência externa (ciclo das drogas do sertão e ciclo da borracha) passou a subordinar-se ao que se poderia chamar de neocolonialismo interno. Sobretudo de São Paulo. É a regra quase sempre infalível na geopolítica, de que os organismos dinamizados ao auge pela ação humana tendem a expandir-se por outras que se mostrem indolentes em seu processo social e econômico, exibindo, além de tudo, espaço físico vazio. Paulistas são os novos pioneiros na ocupação da Amazônia. Implantaram indústrias urbanas, formam pastagens para o criatório de gado. Até no Estado do Acre os capitais de São Paulo chegaram um tanto impetuosos, porque iam causando desequilíbrios essenciais àquela sociedade (a dos seringais) e ao próprio meio físico, meio ecológico. Adquiriram vastíssimas terras de tradicional exploração nativa seringueira, e iniciaram a derrubada da mata formando pastagens. Com isto, desorganizavam seringais, ocasionando decréscimo da produção de borracha e deslocamento (e desemprego) de seringueiros. Surgiram conflitos em torno da posse da terra, e o Estado teve de intervir para salvaguardar a paz social e os trabalhos de extração de borracha. (TOCANTINS, 1982, p. 150).

A substituição da influência externa pela interna sobre a região criou uma espécie de colonialismo brasileiro sobre o espaço, aponta o autor paraense. As inversões de capitais, provindos em sua maioria do sul e sudeste do Brasil, e as intervenções políticas desagregaram o modo de vida tradicional, forçando os grupos sociais a ela ligados, como seringueiros, posseiros, quilombolas e ribeirinhos, a se deslocarem para as zonas urbanas:

Vê-se, pois, como a economia amazônica está ligada aos centros mais desenvolvidos do país, onde as indústrias reclamam a matéria-prima indispensável ao seu funcionamento. Houve uma troca de papéis: ao invés da Europa e dos Estados Unidos, o sul do Brasil passou a exercer a função de grande mercado para os produtos regionais, que voltam, depois à Amazônia, transformados em manufaturas. Continua na região certos setores quase no mesmo estágio de economia primária do passado: um organismo social rudimentar, produzindo gêneros tropicais para o resto do país e, alguns para o estrangeiro. (TOCANTINS, 1982, p. 153).

Nessa nova etapa de maior ligação à vida nacional, Manaus e Belém permanecem como verdadeiras “cidades hanseáticas”, exercendo o controle econômico e político da região norte, enquanto permanece em outras partes da região uma economia tradicional, extrativista e primária. Leandro Tocantins levanta a hipótese de que esse desequilíbrio se deve em virtude da grandiosidade do espaço amazônico. Desequilíbrio este que passaria a se tornar mais fraco à medida que o transporte terrestre passasse a substituir a via tradicional dos rios.

Quando se refere à formação histórica do Acre, que constitui um dos pontos mais importantes da sua obra, admite que ele não foi formado a partir da experiência portuguesa de colonização, por ser um território de domínio boliviano, mas fruto da expansão de levas humanas que devassavam a floresta em busca de seringueiras para alimentar as indústrias internacionais do século XIX. Não fora uma ocupação gerida pelo Estado, mas fruto da iniciativa privada. Também destaca a atuação do Barão do Rio Branco na elaboração do Tratado de Petrópolis, quando assegurou o território do Acre ao Brasil.

Para o autor, o episódio da conquista do Acre foi uma repetição do processo de expansão e conquista que Portugal plasmou no Brasil e na Amazônia:

E o que foi a conquista do Acre senão a repetir daquele mesmo espírito de Aventura, de descoberta de terras virgens, de atrevimentos magníficos, de paixões arriscadas, que caracterizou o expansionismo português durante os séculos 17 e 18? Com a mesma flama dos bandeirantes, os nordestinos — acreanos, afrontando a agressividade do meio, os perigos da selva, o drama sentimental dos retirantes, a morte a cada passo — e foram grandes as perdas de vida no Acre — chegaram à luta de armas na mão para que permanecessem numa terra a que eles deram o sinal de humanidade. (TOCANTINS, 1962, p. 61).

No livro *Formação Histórica do Acre* (1979), que lhe rendeu o prêmio Joaquim Nabuco pela Academia Brasileira de Letras, procurou narrar de forma aprofundada os fatores que deram origem ao Estado do Acre — as levas de seringueiros, as disputas militares e diplomáticas entre Peru, Bolívia e Brasil, a expansão demográfica que seguiu o rumo dos rios e a atuação do Barão do Rio Branco. No Acre, teria se formado uma sociedade tipicamente baseada no extrativismo gomífero. Louva, em especial, a obra do seringueiro nordestino em desbravar aquelas terras ainda bárbaras:

Ai o seringueiro, à frente o cearense [...] competiu realizar esta epopeia anônima: a criação de bases sociais e econômicas para erigir uma nova unidade territorial brasileira, que se constituiu em nossa última arrancada bandeirante. Epopeia de característica ímpar na história pátria: a de ser uma empresa totalmente levada a cabo pela iniciativa particular, fugindo, assim, daquele aspecto clássico de dilatação territorial que norteou, segundo provam os estudos do professor Arthur César Ferreira Reis, o Estado português nas plagas sul-americanas. Ao contrário, o Estado brasileiro, além de ficar alheio ao processo de colonização do Acre, nunca admitiu, até o ano de 1903, a ideia de considerá-lo nacional, porque o tinha como boliviano pelo ajuste de 1867. (TOCANTINS, 1979, V.I, p. 28).

Na respectiva obra, o autor procura enfocar os processos que deram uma nova fisionomia jurídica e geográfica ao Brasil. Não se detém apenas nos fatos que ocorreram no momento em que ele alcança o auge de expressão no mundo social, mas vai além, mostrando as condicionantes históricas de décadas e séculos. Para efetuar uma interpretação da formação do Acre, Tocantins relaciona os fatos sociais e suas consequências para as sociedades:

[...] para apreciar-se um episódio histórico não basta o simples exame dos fatores atuantes no momento em que ele alcança o apogeu de sua expressão como fenômeno social. Há, impreterivelmente, uma série de fatos encadeados, próprios da gênese das civilizações, que intervém, imprimindo rumos imponderáveis. Esses fatos, que exprimem o comportamento do homem diante da natureza e da sociedade no espaço de várias épocas, desenvolvem-se com vagar, até chegar à sua completa cristalização social. E virá, então, o desfecho definitivo. (TOCANTINS, 1979, V. I, p. 29).

Tocantins recua no tempo histórico, desde a conquista europeia e enfoca as mudanças históricas do mundo com o objetivo de entender a dinâmica da sociedade regional e acreana. Os fatos sociais, que são a expressão do comportamento humano diante da natureza, encadeados na dinâmica histórica, imprimem rumos imprevisíveis às sociedades. Seguindo essa linha de caráter mais global, defende que a história não pode ser subsumida a um único fundamento:

Não é possível julgar um fundamento isolado como o agente capital de certo sucesso histórico, ou situá-lo, inarticulável, em determinada época. Existe, sim, a *causa causans* que à História, na sua função de investigar, registrar e interpretar os fatos, compete trazer à sociedade juntamente com as outras causas menores e nem por isso menos importantes para a devida compreensão dos quadros históricos. (TOCANTINS, 1979, V.I, p. 29).

Na interpretação do autor, o Acre e a Borracha se confundem. Não fosse a busca pelo outro negro, não haveria o deslocamento populacional de brasileiros que resultaria na anexação daquele território pelo Brasil. A atuação de Rio Branco é vista por Tocantins como tão inovadora que escandalizava as instituições brasileiras. Atuando de forma pragmática e responsável, a política internacional brasileira deveria sempre se orientar pela ação do Barão. Procura refutar as acusações de imperialismo que são dirigidas ao Brasil e à Rio Branco, afirmando que o Tratado de Petrópolis foi erigido procurando dar todas as compensações possíveis à Bolívia:

A Bolívia é um caso à parte. Com efeito, o Acre não nos pertencia e o conquistamos inconscientemente, por uma fatalidade do nosso destino histórico e de causas especialíssimas da Geografia física e social da Bolívia. Mas, o Brasil, ao ajustar o Tratado de Petrópolis, ofereceu a nação andina todas as compensações morais e materiais, proporcionando-lhe uma tal soma de vantagens que hoje é unânime o julgamento público em considerar esse pacto um dos mais inteligentes e sábios do hemisfério. (TOCANTINS, 1979, V.I, p. 38).

Os brasileiros não encontraram nenhum impedimento quando transpuseram a fronteira Javari-Beni. De um lado, a expansão viva brasileira; do outro, uma fronteira despovoada e estática. O resultado foi o povoamento baseado na expansão da borracha e que só o Brasil teria condições de empreender. Tocantins colocava como explicação para esse fenômeno as características psicossociais de cada um dos povos:

Tenham-se em conta, nesse particular, os caracteres psicossociais do povo boliviano que não apresentam aquele ímpeto cultural dos pioneiros. Seus antepassados espanhóis transmitiam um modo de vida quase que imóvel ao pé dos Incas, à volta de seus tesouros. Não se ligavam à terra pelos vínculos de família ou de propriedade. Um historiador fixou a passagem do espanhol em certas regiões do Novo Mundo: chegar, acampar, saquear e sair. Sem o extremo das generalizações é possível dizer que o hispânico não agiu como o luso no Brasil, criando uma sociedade, com base na agricultura, na pecuária, na intensa miscigenação. Tudo isso, a seu modo, preparava as gerações que se deixaram fascinar pela conquista dos grandes desertos. É a linhagem dos bandeirantes cuja mobilidade delineou as nossas fronteiras. (TOCANTINS, 1979, V. I, p. 40).

Tocantins também enfoca que o povoamento do Acre estava tornando a região cada vez mais brasileira, devido ao desenvolvimento naquele espaço de instituições e culturas nacionais, como a forma de se vestir, a comida, a música e o idioma, provando que o Acre estava se tornando uma região integrada ao sistema cultural brasileiro. Com a plasticidade herdada do português, os seringueiros *abrasileiraram* o Acre. O tratado de 1909 marcou o fim de disputas de décadas entre Brasil, Bolívia e Peru:

1909 marca o fim do drama que a História armou em torno de uma linha. Sempre uma linha, a de Tordesilhas, símbolo do reencontro de portugueses e espanhóis no Novo Mundo. A linha Madeira-Javari ajustada pelas duas metrópoles. A linha Javari-Beni, criação do Brasil e da Bolívia [...]. O Acre nasce dessa linha oscilante que certo mapa, seguindo sugestão colorida da natureza, traduziu num simples e hipotético traço, a espírito e o conteúdo da história acreana; o drama da linha verde. Rio Branco transformou-a de linha singela no triângulo verde que é o mais difícil e belo trabalho diplomático do *Deus Terminus* das fronteiras nacionais. (TOCANTINS, 1979, V.II, p. 439).

A plasticidade do nordestino, herdada do português, foi fundamental para a ocupação do *último oeste brasileiro*. Não sendo obra de um Estado colonial demiurgo, como foi a política portuguesa sobre a Amazônia, as levadas populacionais domaram um ambiente hostil. Rio Branco, por sua tenacidade e pragmatismo, completou no século XX uma tarefa que havia se iniciado ainda no século XIX.

A interpretação da Amazônia em Leandro Tocantins tem como principal característica compreender como se formou a cultura regional. Também depõe pela positividade da colonização portuguesa e pela miscigenação entre europeus e índios, processo que teria ocorrido sem conflitos, obedecendo à lógica da conciliação e ao respeito à vida e à cultura do silvícola. Divide a história do Trópico Úmido em dois tempos: o primeiro tomado como um período de aventura e o segundo direcionado pelos imperativos do Ouro Negro. A partir do segundo conflito mundial aponta uma mudança de rota na influência sobre o Norte com maior preponderância da dimensão nacional. Para ele, as tradições e os valores criados por essa união cultural e social deveriam ser preservados e cultivados para ser os guias do futuro.

No próximo item, vamos analisar as formulações de Tocantins sobre a modernidade e qual seria o papel das tradições culturais e das regiões no futuro do Brasil.

7.4 Região, Tradição e Conciliação: uma proposta para a Modernidade.

Segundo Américo Lacombe, em prefácio de *Vida, Cultura e Ação* (1969), Leandro Tocantins possui uma visão de que o progresso deve estar inteiramente ligado com o legado da história, em respeito aos que contribuíram para com o passado e dele fizeram uma base para a formulação do futuro. Só podemos pensar no futuro se voltarmos ao passado e tirarmos dele os valores e aprendizados que nos faça enxergar mais longe. A modernidade seria a assimilação de valores novos aos valores já existentes, o que enriqueceria o patrimônio cultural de uma nação.

Há uma positividade da colonização brasileira que tornou possível forjar uma unidade territorial, linguística, cultural e de convivência entre as raças. Foi a colonização, com a fusão entre negros, índios e brancos, que se tornou o germe de uma nacionalidade e de uma tradição que deve ser sempre revisitada e reverenciada. Aqui, portanto, ele também possui vários pontos em comum com Arthur César Ferreira Reis e Gilberto Freyre.

O fenômeno cultural é uma das suas preocupações centrais ao qual devem unir-se em um esforço de realização e de aproveitamento de empreendimentos dos mais variados tipos, sejam eles científicos, técnicos, literários artísticos e folclóricos. A cultura, em sua perspectiva, é entendida como inserida na dinâmica da vida moderna e às realizações do homem. Procura despertar na juventude a importância dos valores brasileiros que, mesmo tidos como arcaicos pelo espírito moderno, possuem grande influência na vida nacional. Interpreta a tradição como valores que personificam um país tanto material quanto espiritualmente, valores que os homens podem cultivar com a modernidade. Sem embargo, as tradições são os costumes vivos que se reatualizam no tempo e não ideias fruto de estruturas ultrapassadas (TOCANTINS, 1969).

Em sua busca pela conciliação entre a tradição e a modernidade, vê na cultura o elo de ligação necessária entre as duas esferas, veículo que une o valor já existente com a dinâmica moderna. Tocantins conclui que a vida é um equilíbrio entre passado e futuro, sendo sempre orientada para um cenário incerto e plural. O passado se torna a bússola indispensável para se guiar em direção ao devir da história:

[...] toda essa experiência acumulada precisa de um novo ânimo, uma nova energia, uma nova luz, capazes de criar, recriar, inovar, renovar valores, porque não podemos aceitar integralmente a herança do passado, até mesmo do passado eficaz, porque o futuro não possui inteira consonância com o passado. É preciso vivermos integralmente o espírito da nossa época, alcançarmos sua realidade mais íntima, e extrairmos do passado as lições, os exemplos, os valores que sejam válidos e eficazes para a aventura de vivermos no presente e sua projeção no futuro (TOCANTINS, 1969, p. 13)

A dimensão da herança histórica e dos valores criados por ela são importantíssimos para dar sentido à vida social. A tradição e o costume são elementos vivos que personificam a alma de um povo e concedem o vigor para interpretar e enfrentar os tempos modernos. O passado situa-se no registro do presente e do futuro. Ele é o único instrumento para a construção do devir; modernidade e tradição caminham juntos. O olhar de Tocantins possui uma maior ênfase sobre o conservadorismo cultural como dimensão privilegiada de sustentáculo da comunidade humana.

Em uma época de agitação e negação dos valores estabelecidos, haveria um certo niilismo entre os jovens que se rebelam contra os valores sociais. Em termos de Brasil, novo em história e cheio de energia para criar algo superior, não é recomendado lançar mãos de ideologias alienígenas e extremistas para resolver a crise da sociedade brasileira, vista como um descompasso entre uma elite política desatualizada com ideias arcaicas e os desejos do povo por paz e prosperidade. É preciso criar uma nova elite política e uma nova fórmula de governar que possam conciliar valores tradicionais com os modernos:

A verdadeira política envolve ideias ou sistemas de ideias que tornem dinâmicas e progressistas as instituições, correspondendo ao ideal social de cada época. Exige aptidões para idealizar, executar e dirigir, reclama homens afirmativos. É a procura constante do “concreto e do vivo”, como disse Silvio Romero. A Política é, assim, o oposto do que se costuma praticar e preservar o poder: aquilo que Silvio Romero chama de Geografia de politicagem. (TOCANTINS, 1969, p. 15).

Ainda em diálogo com Romero, defende que se deve procurar a fundo na sociedade brasileira a resposta dos problemas nacionais, da sua dependência do messianismo e da panaceia de políticos pouco comprometidos com o Brasil. Aproximando-se do sociólogo sergipano e de Oliveira Vianna em sua crítica ao liberalismo da Primeira República, aponta que só procurando concretamente na realidade brasileira será possível encontrar a solução dos seus males.

A política tradicional deve ser substituída por uma forma mais preocupada com os destinos do homem e com o aproveitamento das suas energias. O foco na dimensão humana seria o substituto do jogo mesquinho de interesses, que corresponderá a uma nova época da história, de grandes descobertas científicas e de avanços tecnológicos. Entretanto, alerta que os novos valores criados por essa Nova Era devem vir amalgamados com os valores tradicionais:

É preciso ir nas raízes culturais do nosso povo, auscultar-lhes as tendências, sentir o processo de seu desenvolvimento histórico-social: para que a criação [...] atinja perfeito equilíbrio entre essas tendência psico-sociais, reveladas no largo magistério da História, e o sentido modernizante que o tempo presente

sugere. Uma inteligente fusão de experiência universal com experiência brasileira, sempre levando em conta o rico acervo de nossa Cultura [...] com amplo sentido histórico, sociológico e antropológico. (TOCANTINS, 1969, p. 17).

A cultura, personificada nos valores tradicionais, deve ser preservada porque ela possui um significado profundo na alma de um povo e de uma nação. Ela que dá sentido e cria um sentimento de identidade comum, podendo se tornar um porto seguro para as reformas sociais e para os direcionamentos que as nações resolverem tomar diante de períodos históricos turbulentos. Portanto, Tocantins opõe-se à despersonalização da cultura brasileira e ao processo de universalização gerados pela modernidade descontrolada, sem critérios ou referências. Precisamos da cultura brasileira, nosso ponto de partida para enfrentar o desconhecido:

A Cultura, em sua significação moderna, está integrada no desenvolvimento global do país, porque é intrínseca às formas de vida do grupo nacional: ela revela a ação dinâmica do Homem na História. E nada mais generoso do que seu fim: servir exclusivamente ao Homem. (TOCANTINS, 1969, p. 19).

Citando Arthur César Ferreira Reis, converge com o historiador amazonense ao afirmar que a Revolução Brasileira⁶⁶ deve levar o Brasil ao destino do qual ele tinha traçado. Propõe que é necessária a formação de uma nova elite intelectual que possa assegurar a construção de um futuro glorioso para o Brasil, convergindo modernidade e tradição, ou seja, adotando o espírito moderno sem, contudo, abandonar a cultura nacional e regional. Para isso, defende que, no meio tecnocrata, haja um equilíbrio entre a tendência econômica e a tendência cultural e social. Não se pode privilegiar somente o desenvolvimento econômico, pois, quando este não tem o apoio da Cultura, não se estrutura a longo prazo.

Convergindo com o poeta Cassiano Ricardo e com o sociólogo Gilberto Freyre, conclui que o intelectual deve lutar por um novo humanismo e se posicionar contra o tecnicismo que ameaça despersonalizar todas as culturas e povos do mundo. O intelectual deve lutar contra a maré universalizadora do mundo atual, dominado pela tecnologia, e valorizar o *ethos* nacional e regional. Assim, ele estaria lutando pela preservação do caráter único do seu povo (TOCANTINS, 1969).

Eis a razão pela qual defende a preservação da cultura amazônica, por seu papel na manutenção de uma vida adaptada à ecologia regional. Portanto, os projetos de modernidade

66 O autor refere-se à ruptura autoritária de 1964.

devem estar ligados à cultura regional, adaptados ao meio, respeitando as peculiaridades regionais e lançado mão das chamadas vantagens locais:

A cultura amazônica [...] sobressai na congregação de vários brasis com expressão singular, ecologicamente singular, que precisa ser entendida sobretudo pelos poderes públicos, pois a ação normativa e desenvolvimentista do Governo cabe, em primeiro plano, a responsabilidade de dinamização demográfica, social e econômica da Amazônia, desde que a Amazônia, o imenso deserto do Brasil, deve ser uma nova fronteira social e nunca individual. É o que se tornou filosofia de Estado, com objetivos definidos e práticos a partir do Governo do Presidente Castelo Branco, que lançou a chamada Operação Amazônia, de modernização e inovação de métodos e da infraestrutura administrativa dos órgãos operativos na região. E prosseguia pelo governo atual, graças à sensibilidade cívica e compreensão sócio política do ex-ministro do Interior, General Albuquerque Lima e do atual Ministro Costa Cavalcanti. (TOCANTINS, 1969, p. 49-50).

Leandro Tocantins interpreta a região norte como mais uma expressão dos vários brasis e como materialidade da diversidade cultural; o nacional se firma pela união do diverso. O governo, por meio do planejamento econômico, deve dinamizar as dimensões da vida regional, desde que esta ação esteja ancorada nas peculiaridades locais, na cultura e nos costumes do povo amazônida. A Operação Amazônia seria um reflexo dessa política pragmática ancorada nas vantagens locais. Também afirma que não só o Estado, mas as universidades, a arquitetura, a medicina e a agricultura da região devem se harmonizar com a vida regional respondendo às necessidades do homem regional.

A revolução cultural que deve ser implementada na região possibilitará ao homem, com suas ferramentas, elevar seu padrão de existência, deixando a Amazônia de ser uma mera exportadora de matérias-primas para se tornar uma região efetivamente integrada ao complexo cultural nacional. Contudo, alerta que esse espírito de progresso e de integração não deve resultar na destruição da cultura regional, de matriz luso-indígena, porque é ela que dá sentido à vida do homem amazônida e foi o resultado de um processo de adaptação e experimentação histórica de muitos séculos. Essa integração não deve resultar na despersonalização da Amazônia, ou seja, no exagero da unidade em detrimento das partes que, convergindo com Gilberto Freyre, assume o industrialismo americano, criador de uma monotonia cultural que anula a diversidade em favor do todo.

Nosso autor tem uma visão de integração bem próxima a do sociólogo pernambucano, para quem a integração significa harmonizar partes diversas:

Um processo que vise harmonização de aparentes discórdias. Aproximar ou conciliar entidades diversificadas numa reunião coesa. Não se trata assim, de subjugação, nem de uma parte, nem de outra, e sim de coexistência de valores,

que deve sempre caracterizar o pluralismo brasileiro. (TOCANTINS, 1969, p. 51).

No pensamento de Tocantins prevalece a tentativa de conciliar a modernidade com a tradição. Enxerga nos valores tradicionais uma fonte de equilíbrio na condução da sociedade e, tais valores, devem ser cultivados com o espírito moderno levando a mudanças sociais conciliadas. Para o autor, deve-se equilibrar a dimensão moderna com a tradicional valorizando o passado, seu legado e suas lições (RIBEIRO, 2010).

A valorização de uma suposta tradição amazônica surge dentro do horizonte de eventos de decadência das elites extrativistas e do ciclo econômico que as sustentava. Por isso, Ribeiro (2010) conclui que as tradições têm a função de preencher um vácuo político criado com o fim de uma ordem social anterior que ainda não foi preenchida novamente. Em outras palavras, elas se tornam o rito que se coloca sobre a substância das relações mascarando os conflitos sociais.

Portanto, o projeto intelectual e político de Tocantins, ao valorizar aquilo que ele classificou como tradição amazônica, foi uma tentativa de equilibrar um contexto de decadência social e conflitos de classe. Conciliar os valores tradicionais com os modernos era a chave para fugir do caos social e para restaurar um suposto equilíbrio e tolerância caros à cultura amazônica e brasileira. O autor defende a modernização sem que haja prejuízos ao nosso *ethos* tropical (RIBEIRO, 2010).

Para Tocantins, a introdução sem critérios ou referências de valores estrangeiros cria um desequilíbrio social, pois não está associada à nossa história, segundo Ribeiro. Esses valores não podem conviver de forma harmônica com a pluralidade de formas de vida brasileiras quando são tomados de forma rígida e inflexível, perdendo-se, assim, o caráter conciliador da nossa cultura. Os valores da modernidade e do industrialismo devem ser tomados como uma contribuição a mais na vida brasileira, e não como um dado absoluto que faz de tábula rasa a sociedade nacional:

Resgatar os valores regionais, tradicionais, mostrando que o modernismo universalizador que os apaga destrói, ao mesmo tempo, o sentido contemporizador que existe em seu seio. Em outros termos, que cada região encontrou uma específica solução para seus problemas. Modificar esse dado significa alterar o equilíbrio sócio-político nacional. É preciso, antes de tudo, recuperar o bom senso presente nas criações regionais. (BASTOS, 1984, p. 237-238).

Os valores regionais, testados pelo tempo e moldados de acordo com a experiência histórica da Amazônia, impedem que o mundo seja submetido ao processo de uniformidade da modernização. Em vista disso, os valores tradicionais se atualizam no presente e se projetam

no futuro como âncoras que impedem o caos social que a mudança desordenada poderia criar (RIBEIRO, 2010). Não obstante, a tradição equilibra os conflitos e mantém a ordem.

O pensamento do autor paraense está envolto às preocupações desenvolvimentistas do pós-guerra e pela questão da integração da região norte ao complexo cultural, social e político brasileiro, aponta Ribeiro. A defesa do projeto industrial e desenvolvimentista ocorre sem que haja uma ruptura com os antigos setores extrativistas, isto é, equilibrando as elites tradicionais, surgidas com a sociedade da borracha do extrativismo. Desse modo, Leandro Tocantins postula uma continuidade linear entre os períodos históricos, colocando a Amazônia nas preocupações desenvolvimentistas e industrialistas do pós-guerra. Manter os valores tradicionais no presente é uma forma de modernizarmos sem rupturas com a nossa raiz tropical e sem resvalar para a monotonia cultural. Nos trópicos, sejam brasileiros ou amazônicos, não há uma opressão de uma cultura sobre as outras, mas uma existência pacífica entre todas elas. O desenvolvimento deve se juntar ao legado luso-indígena e não simplesmente anulá-lo. Não obstante, o sentido de integração nacional vem na perspectiva de conciliar as diferenças regionais em um todo harmônico.

Pertencente à antiga aristocracia extrativista, Tocantins procura encontrar o lugar deste grupo social no novo contexto marcado pela industrialização de substituição de importações. Tenta resolver a questão da decadência das elites e do mundo gerada com o extrativismo ao propor um modelo de desenvolvimento protagonizado pelo Estado, onde haja um espaço para as elites decadentes. A esfera nacional deve resolver as contradições regionais, orientando e planejando os programas de desenvolvimento, pois o equilíbrio político brasileiro só será alcançado com a paridade econômica entre as regiões:

Nessa perspectiva o planejamento é instituído como uma política capaz de conduzir à integração econômica, cultural e social da Amazônia ao resto do Brasil. A presença do estado é a garantia da integração amazônica dentro dos padrões de modernidade e de cultura impostos pelo próprio processo de desenvolvimento da civilização brasileira, assim acreditava Leandro Tocantins. (RIBEIRO, 2010, p. 126-127).

Preconiza a integração regional dentro do arcabouço de ação do Estado nacional via substituição de importações e planejamento econômico. A criação do SPVEA na década de 1950 foi uma consequência de um espírito conciliatório que teria atendido tanto aos interesses do Estado nacional quanto aos interesses das elites regionais que desejavam ter acesso ao financiamento público para suas atividades econômicas. Participou de forma ativa nas políticas da instituição como assessor do primeiro diretor do órgão, Arthur César Ferreira Reis que, na

década seguinte, seria transformada na SUDAM. Entre 1964 e 1966 teve papel importante no governo do Amazonas ao lado de Reis e na formulação do projeto da Zona Franca de Manaus, que viria a substituir o projeto do Porto Franco (RIBEIRO, 2010).

Tendo diante de si um horizonte de problemas criados pela disparidade regional e por intensas mudanças políticas e sociais criadas pelo espírito do tempo, coloca como primordial na sua atuação política e cultural preservar as nossas raízes indígenas, lusitanas e africanas. A diversidade regional do Brasil não impede a unidade nacional. Somente respeitando e valorizando as regiões é que se pode fortalecer a unidade brasileira. Por isso, adere ao movimento regionalista do Recife, encabeçado por Gilberto Freyre, ao criticar o mimetismo e a transposição cultural, ao defender a cultura das regiões brasileiras como expressões máximas de brasilidade:

Assume por meio dessas observações uma postura crítica em relação aos Estados da região Sudeste, que procuravam impor seus interesses como interesses gerais do país, não levando em conta a diversidade regional, traço singular que define a nossa cultura e ao mesmo tempo rechaça a cópia passiva do estilo de vida europeu e norte-americano. Em segundo lugar, o regionalismo assume um papel significativo em sua estratégia para realizar a missão de incorporar a Amazônia ao debate nacional em curso. As teses do movimento respondiam em parte aos estigmas imputados ao clima e ao meio físico da Amazônia, tidos como obstáculo a qualquer empreendimento civilizador no trópico úmido. Estigmas, em grande parte, intensificados com o esgotamento do ciclo da borracha e o declínio econômico da região nas primeiras décadas do século XX. (RIBEIRO, 2015, p. 233).

Propunha a industrialização e apostava que ela só poderia ser efetiva se respeitada a cultura regional. Também era um crítico da supremacia do sudeste por impor suas políticas sobre as outras regiões. Tentava pôr em debate, assim como Ferreira Reis, a importância do Trópico Úmido para a afirmação da nacionalidade e de como os estigmas atribuídos a ele eram ilusórios. O Norte poderia ser desenvolvido se houvesse vontade política para tal. A situação da aristocracia extrativista, à qual pertencia o autor, possuía várias semelhanças com os grupos de elite do nordeste, enfraquecidos com a decadência do patriarcalismo, sendo decisivo para sua conversão e de seu grupo social à modernização autoritária, onde enxerga a ruptura de 1964 como opção viável para a resolução dos conflitos nacionais e como resposta aos dilemas amazônidas (RIBEIRO, 2015).

Essas preocupações estão situadas, continua Odenei Ribeiro, dentro de um contexto de grande mudança social, de metamorfoses do tecido societário brasileiro, de um país agrário e rural para um urbano e industrial, com a emergência de novas classes sociais. Dessa forma, os grupos sociais buscam assegurar lugares privilegiados de poder e status em uma ordem mais

dinâmica. Em outras palavras, os setores decadentes de uma ordem social anterior procuram assegurar vantagens e recuperar o prestígio outrora perdido com a emergência de uma nova ordem social:

Tendo como pressuposto de que as regiões são o espaço constitutivo de uma autêntica unidade cultural e política do Brasil, sua aproximação do movimento regionalista nasce de uma dupla identificação. A primeira diz respeito às afinidades intelectuais com as teses do movimento regionalista e com o método genético ecológico proposto por Freyre; e a segunda, com as posições políticas dos setores agrários do nordeste, abandonados à sorte da União, que privilegia o eixo sudeste-sul. Para Tocantins, havia uma situação semelhante entre o setor agrário no nordeste e o setor extrativo do Norte após o declínio do açúcar e a crise da borracha respectivamente. Os dois setores pareciam viver das glórias do passado e procurado de algum modo reverter o quadro político e econômico em que se encontravam. (RIBEIRO, 2015, p. 234).

Leandro Tocantins procura colocar o trópico úmido no cenário nacional e estabelecer um novo pacto político onde a região emerge como lugar privilegiado dos projetos governamentais. Assim, se aproxima de Arthur Reis, para quem a consolidação do Brasil como nação soberana passa pela integração da região e o aproveitamento das suas matérias-primas no processo de industrialização nacional. A defesa da ação do Estado como protagonista da dinamização social torna explícito um discurso antiliberal, em oposição ao modelo da Primeira República, onde predominava a falta de políticas para a região enquanto sofria com a crise da economia da borracha (RIBEIRO, 2015).

Para o movimento regionalista do Norte e Nordeste, o domínio científico era primordial para o alcance das suas aspirações políticas, continua Ribeiro. A ciência era um instrumento, colocado supostamente acima das classes sociais, acima da política e a favor da construção nacional, capaz de definir os destinos das sociedades e das regiões. O saber científico é tomado como legítimo e libertado de interesses facciosos, apresentando-se como caminho seguro para a implementação de uma determinada modalidade de economia política, que atraia os interesses dos políticos da época.

Converge com Reis ao defender que em 1964 se cria uma nova consciência em torno da região amazônica:

[...] apressar a criação de uma consciência nacional em torno da Amazônia, como se está criando em torno do Nordeste. Consciência nacional de que derivarão as implicações político-administrativas capazes não só de disciplinar as inversões financeiras da União na Amazônia, como de evoluir a mentalidade dos responsáveis pela condução dos negócios regionais, que parecem ainda estar despercebidos da mudança dos tempos, do amadurecimento político das massas, de uma aspiração para o melhor, para o

correto, para o justo, para o humano, envolvendo uma nova arte de governar, de administrar, de gerir a fortuna pública. (TOCANTINS, 1972, p. 19-20).

A criação de uma nova consciência nacional passa pelo equacionamento da problemática região-nação, onde os investimentos públicos ocupam uma posição central nos âmbitos da dinamização econômica e do amadurecimento para uma política de elevação da mentalidade da população. Ademais, segue a perspectiva de Jacques Lambert (1967) ao apontar a existência dos “dois brasis”, um evoluído e outro subdesenvolvido. Ainda em diálogo com Lambert, faz uma crítica à Primeira República, para quem o federalismo teria originado uma série de distorções nas regiões brasileiras. O Brasil seria formado por uma metrópole e suas colônias que, situadas dentro do próprio território, seriam desprovidas das condições institucionais e de vida que imperam no centro. O Amazonas era um exemplo disso, pois, apesar de ter necessidade de liberdade, não podia se governar sozinho, pois o norte era apenas um espaço geográfico e não uma comunidade política.

Leandro Tocantins também complementa seu argumento contra o federalismo a partir das reflexões de Oliveira Vianna, quando este afirma que, após a queda do Império, eram poucos aqueles Estados aptos a enfrentar a administração autônoma gerada pelo novo pacto político de 1889. Teria sido muito mais fácil limitar o federalismo em favor da União. Arremata dizendo que o federalismo é coisa do passado na história política brasileira e ressalta a presença cada mais ostensiva da União nos problemas nacionais.

É preciso colocar a região norte em paridade com as outras regiões mais desenvolvidas do país, fazer valer a soberania brasileira sobre ela e afastar a pressão dos interesses externos que tentam se assenhorar sobre esta parte do Brasil. Como exemplo dessa pressão, cita a tentativa de criação do Instituto do Hileia Amazônico, visto tanto por Reis quanto por Tocantins como uma iniciativa externa que ameaçava o espaço brasileiro; a participação da França, Inglaterra e Holanda se processaria em pé de igualdade com a participação brasileira — o que, se primeiramente seriam interesses puramente científicos, poderiam evoluir para processo de esvaziamento brasileiro sobre o espaço amazônico (TOCANTINS, 1972).

Propõe o cumprimento de uma política regional que seja de fato uma política de Estado e não um exercício refém dos primarismos e das disputas partidárias. Mais uma vez se aproxima da análise de Reis quando analisa as ações da República de 1946 para a Amazônia — em particular a atuação do SPVEA — ao concluir que se tornaram apenas instrumentos para a acomodação de facções partidárias, distorcendo seu caráter técnico; mesmo o próprio SPVEA já tinha se defasado diante da realidade social do país:

Era preciso uma radical modificação, convocar valores, instituir uma nova política administrativa dentro dos padrões de modernidade e de cultura impostos pelo próprio processo de desenvolvimento da civilização brasileira. À mentalidade estreita do localismo político devia-se antepor a visão regional, nacional e transnacional do problema amazônico. À indiferença ou descaso das Elites Políticas do País precisava-se demonstrar uma conscientização [...] cívica da problemática regional. (TOCANTINS, 1972, p. 31).

Essa política global de integração do trópico úmido ao complexo brasileiro só foi de fato implementada com o Regime de 1964 e com a Operação Amazônia, quando é vencida a indiferença e o pessimismo, incorporando-a de forma moderna e eficaz. Uma nova Era passou a vigorar no Brasil, caracterizada por uma “política realista e orgânica”, devidamente ligada às estruturas nacionais. Desse modo, elogia a renovação institucional implementada pela ditadura:

A SPVEA foi extinta, e em seu lugar surgiu a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), não só um rótulo novo, mas um órgão que apresenta reforma drástica de sua estrutura e renovação total no quadro de servidores. Inclui a modernização da metodologia para o desenvolvimento regional, afastando a rotina e o primarismo para alcançar objetivos e metas preestabelecidas pela congregação técnico-experimental. (TOCANTINS, 1972, p. 32).

Elogia a ação política dos governadores do Amazonas e do Pará alçados ao poder com o Golpe de 1964 e classifica-as como gestões esclarecidas e técnicas:

Por outro lado, as administrações esclarecidas dos Governadores do Amazonas e do Pará, Professor Arthur César Ferreira Reis e Coronel Jarbas Passarinho, encerraram um ciclo de atraso e obscurantismo, criando condições morais e espirituais, e normas de ação dinâmica propícias ao surto de progresso, ao qual já designei, em conferencia pronunciada em Belém e Manaus, de “começo da revolução amazônica. Revolução, bem entendido, na concepção sociológica. (TOCANTINS, 1972, p. 33).

A defesa de Reis acerca da modernização conservadora e seu estilo de administração atraíram Tocantins, que ansiava por políticas públicas próprias para a Amazônia. Sua estima pelo historiador era tanta que o chamou, em um dos cadernos de anotações (RAMOS, 2019b), de Capitão General de todas as Amazonas:

O governador do Amazonas, Arthur Cezar Ferreira Reis, que em sentido de coragem cívica sempre à medida do interesse da Nação, proporcionou a imagem de uma águia poderosa e horizontal, pode ser de alguma maneira, o símbolo, a identidade, que mais se adensam na alma da nacionalidade. Arthur Reis era um nacionalista claro, consciente, não estreito, tinha espírito universal, e, assim na defesa dos interesses nacionais ele sabia luzir a flama, alçar o objetivo que redime a graça de ser brasileiro, porém, chega a hora de

revelar esse prólogo de maioria feliz, que eu inicio com o título “O Capitão General de todas as Amazonas”, sim, não é só um título, é uma vocação, uma rajada missionária em que a verdade é a aurora da nação – da Amazônia [...] sinal signo de um alto destino para a região, para o Brasil⁶⁷.

Para Tocantins, a ruptura autoritária de 1964 foi um processo de renovação política, social cultural e econômica. O Estado deixou de ser refém das facções políticas e da corrupção e formou-se em uma filosofia global de integração regional e ação administrativa. A corrupção e o obscurantismo foram sepultados no Amazonas e no Pará com a ação destes governadores, alinhados ao braço militarista dos grupos sociais que tomaram o poder em 1964:

A integração da Amazônia no complexo social e econômico brasileiro é uma tarefa que decorre do estado de consciência amadurecida a que chegou a Nação, decidindo-se a incorporar este grande império do Brasil, que compreende cerca de 2/3 da área nacional [...] de estruturar processo regional de economia e de vida social, em face do crescimento do Brasil e da evolução de um mundo onde não mais se justifica a existência de áreas potencialmente ricas como mera expressão geográfica, e sim pela participação ativa que venham a ter na criação de valores essenciais ao bem-estar do humano. (TOCANTINS, 1972, p. 333).

Quando foi empossado como diretor da Representação do Governo do Amazonas no Rio de Janeiro, em 1964, por indicação de Ferreira Reis, então governador, afirma o compromisso do executivo estadual, em consonância com o regime autoritário, de colocar o Estado em uma nova era de prosperidade material e espiritual. A então nova administração, para Tocantins, estaria revivendo o mesmo ímpeto dos antigos estadistas coloniais, como Lobo D’almada, e do Império, como Tenreiro Aranha, e até mesmo da Primeira República, na figura de Eduardo Ribeiro, que se dedicaram a grandes realizações com a ajuda das elites dirigentes.

A grande capacidade do político e escritor amazonense, segundo Tocantins, estaria na mescla de valores modernos com suas tradições culturais, resultando em uma política plástica adaptada ao meio, expressão da identidade mais elevada do seu povo. Assim, seria a gestão do seu amigo, mentor e governador Arthur Reis, pragmática, realista e procurando colocar o Amazonas dentro dos padrões de vida em que estavam situados outros Estados, refletindo, assim, o clima de ordem e de trabalho que se reproduzia em todo o Brasil:

O Governador Arthur Reis é um administrador de pendores modernistas. Sua imaginação inquieta e positiva rompeu com qualquer forma de rotina para uma confrontação nova com a realidade. No Palácio Rio Negro ele também desempenha a função de educador público: um educador nos costumes e na ação governativa. Sua diretriz é a de um experimentalista e de um ativista.

67 Cadernos de Anotações, sem data. Acervo pessoal do Autor. Biblioteca da Floresta, Rio Branco, Acre.

Não é limitado pelos tabus econômicos e nem pelos fetiches doutrinários. E, sobretudo, possui autoridade moral e coragem para a construção e defesa de valores da sociedade que eventualmente dirige. Cremos que uma Revolução se faz pela mudança de ideias e atitudes, pela substituição de homens que não correspondem ao sentido inovador e que se mostrem incapazes de acompanhar o espírito de seu tempo. O Amazonas de hoje vive essa Revolução, que se procura dentro das próprias entranhas da vida regional inspirações e emulações para realizar-se e expandir-se. (TOCANTINS, 1975, p. 348).

Mesmo sendo partidário da modernização, alerta para os riscos da homogeneização forçada que pode ameaçar todo o modo de vida regional. Por isso, quando aponta para a conciliação entre modernidade e tradição, assinala para a junção harmônica entre a região e as técnicas modernas de produção, administração e governança. Elogia os trabalhos de Arthur Cézár Ferreira Reis, pois teria sido ele quem revelou a política realista e que deveria servir de inspiração para os tomadores de decisão contemporâneos.

Para Tocantins, a Amazônia era uma vasta região onde se movimentam variados grupos humanos e instituições. Para melhor compreendê-los era necessário usar a equação região, vida e expressão para entender a existência:

[...] do homem situado no ambiente físico, mas, igualmente, na íntima participação da ciência, da arte, da economia, da história, da política, a desejável harmonização de todas as formas regionais da vida animal, vegetal, e do mundo inorgânico. (TOCANTINS, 1971, p. 319).

Crítica o academicismo e o bacharelismo inférteis, que se afastam das formas de vida do povo em direção a uma aplicação uniforme de leis, estatutos e regulamentos:

Tendência uniforme de situações e na solução de problemas brasileiros, perigo que se afasta, pouco a pouco, com a presença na vida pública de novas gerações libertas do academicismo e do bacharelismo estéreis, mais grado existam hoje os perigos do *ortodoximismo* econômico. (TOCANTINS, 1971, p. 320).

A modernidade deve se adequar à Amazônia, e não o contrário. Em virtude disso defende que a arquitetura das cidades, por exemplo, esteja devidamente adaptada ao meio envolvente e às condições climáticas, fugindo da imitação dos modelos do sul e sudeste, impróprios para o modo de vida regional; arquitetura não é apenas uma expressão estética, mas o resultado da cultura, dos valores e dos modos de vida. Dessa adaptação também deve estar submetida a política, a economia e as universidades, comprometidas com a vida regional e com a resolução de problemas concretos da vida no Trópico Úmido — na elevação dos padrões de vida dos homens em obediência com sua cultura secular:

[...] temos de criar um estilo de vida amazônico, vida de uma só configuração forma-conteúdo, isto é, aproveitando sugestões de paisagem, de história, de valores culturais, de clima, de solo, de hidrografia, para constituírem artes e técnicas aplicáveis no processo de vida cotidiana, sem esquecer a harmonização plástica com outros valores que não sejam só os regionais. As próprias condições geográficas da Amazônia, que se mede no trinômio trópico-água, trópico-terra e trópico-floresta, formando, distintamente, uma ilha ecológica, estão a indicar política especial em relação a essa mesma ilha, que não seja somente uma política de definições acadêmicas, ou de discursos oficiais mais ou menos enfáticos. Que se faça um esforço de pesquisa, estudo e experimentação, como ponto de partida para a formulação de um estatuto da Amazônia, através do qual fosse avaliada a riqueza potencial do Amazônia e escolhido o caminho a trilhar no sentido de seu aproveitamento racional. (TOCANTINS, 1972, p. 320-321).

A arquitetura seria a expressão de valores caros à vida de um povo. Pensar em uma arquitetura verdadeiramente amazônica pode ser uma das saídas para adaptarmos modernidade e tradição na região:

Daí porque venho, há tempo, insistindo na criação de uma arquitetura amazônica, ecologicamente amazônica, assustado com a proliferação de casas inadaptáveis ao clima tropical, verdadeiras arrogâncias do mau senso, a causarem problemas de higiene, saúde, de bem-estar, nem sempre percebidos pelos moradores proprietários, muitos anhos em desfrutar uma casa “moderna” ou “funcional”, como erroneamente julgam, porque o moderno nem sempre se casa com o funcional, e nem o funcional se expressa daquela maneira no clima quente e úmido do equador. (TOCANTINS, 1971, p. 321-322).

Opoõe-se ao modernismo sem critérios, que nada tem de adaptável ao modo de vida regional. Cita como exemplo as casas modernas sendo erguidas em Manaus e Belém:

As casas estufas de Belém e Manaus são cópias servis de construções do Rio, São Paulo, e até dos Estados Unidos, implantadas artificialmente em “terras ardentes”, sem nenhuma conexão com o meio. Seu afastamento das vocações regionais é completo. (TOCANTINS, 1971, p. 322).

Em oposição a esta arquitetura alienígena, apresenta a funcionalidade das casas de madeira da população pobre e ribeirinha:

Em contraposição, vejam-se as barracas da população pobre, herança do taperi indígena. Muito embora elas aparentem falta de conforto, às vezes até falta de asseio, detalhes creditados às falhas do sistema social, jamais agridem a natureza, sempre se harmonizam com os ventos, com a vegetação com a água, com o tipo de solo [...]. A barraca, em seu estado de pureza, demonstra uma visível harmonização com o meio tropical amazônico. É um valor regional em

que o homem utiliza ea valoriza ao máximo a paxiúba, a madeira, a palha, o cipó, facilmente encontrados na mata. Uma habitação ecológica do começo ao fim. (TOCANTINS, 1971, p. 322-333).

A arquitetura é um fenômeno global, indo muito além da mera questão estética:

Sou daqueles que veem a Arquitetura como um fenômeno global. Não simplesmente estético. A arquitetura é uma soma de valores, começando pelo seu sentido social, em que não pode faltar o engenho, a arte, o bom-gosto, a harmonização ecológica. (TOCANTINS, 1971, p. 323).

Essa formação de um estilo de vida tipicamente regional está ligada a uma harmonização entre o novo e o tradicional, onde a pesquisa e a ciência seriam o elo de ligação. Sua visão de universidade e sua filosofia da ciência estão prenes da noção de regionalismo, visto como ponto nodal do social; dele se desdobram todas as relações que fazem com que os homens vivam juntos. O traçado da cidade, seus prédios, seus parques, suas praças, suas casas e sua política devem expressar uma cultura viva que dá o sentido de organização da vida social. Apenas com a ciência sendo guiada pelos valores e pelas tradições é que se consegue as condições para um desenvolvimento que atende a todo o povo, sem criar desordens sociais. Acredita que é um erro reduzir o exercício da política a uma tecnocracia. O correto é misturá-la com uma dimensão cultural, daí o que ele chama de “políticocracia”, mais adequada em um mundo de rápidas alterações:

Os tecnocratas e os economistas ortodoxos querem negar a preponderância da cultura, ignorando que ela estabelece condições para o desenvolvimento econômico. É a inteligência que serve à ciência e à técnica, e só o conhecimento de nosso passado, de nossas instituições, de nosso modo de ser como povo, são capazes de nos dar a verdadeira medida da personalidade nacional, e de promover uma política realista no campo da economia e da administração do país. (TOCANTINS, 1972, p. 351).

A política realista possui o mesmo sentido dado por Arthur Cézár Ferreira Reis, ou seja, uma forma de exercer o poder supostamente libertado das ideologias políticas, dos extremismos e das disputas partidárias, amparado no nacionalismo e na neutralidade científica. Valores nacionais e tradicionais sendo usados como guia para uma política científica capaz de conhecer os verdadeiros problemas brasileiros e atacá-los de forma objetiva e honesta.

Alerta para o risco de degradação ambiental e para o futuro da região caso se opte por uma modernização desordenada, onde não há a conciliação entre valores regionais e a modernidade:

[...] sua preocupação se volta para o futuro da região, que mergulhada num processo de pleno desenvolvimento econômico, poderia muito bem esquecer-se dos valores aos quais deram a sociedade amazônica as suas características e avançar em um processo de degradação ambiental que [...] já havia começado e não iria parar a menos que se tomassem medidas urgentes. (RAMOS, 2012, p. 70).

Inserida na problemática ambiental, a interpretação de Tocantins aponta para a necessidade da Amazônia dar sua própria contribuição para o Brasil, para o mundo e para a modernidade:

A Amazônia plasmará seu próprio modelo de civilização. Ao jeito de seus imensos recursos naturais. De suas peculiaridades físicas e ecológicas. Daí o novo mundo que ela representa para o Brasil. Nova fronteira aberta aos brasileiros [...] como ampliativos do espaço econômico e social do país. (TOCANTINS, 1982, p. 154).

Contudo, para que todo o seu potencial possa ser aproveitado, é preciso superar seus três problemas principais, que são:

[...] o extrativismo, em forma imperialista, o latifúndio, em dimensões desproporcionais, consequência do primeiro, e a pequena lavoura, mais de subsistência individual do que de significado econômico. Daí parte da diversificação de problemas: de isolamento, de saúde, de educação, de comunicação, de transporte, e tantos outros equacionados num espaço geográfico gigantesco, dramaticamente assinalado pela presença dispersa do homem. (TOCANTINS, 1982, p. 154).

Será necessário superar estas distorções, que criaram fortes raízes na vida regional, para que o trópico úmido possa utilizar todo o seu potencial a favor de si mesmo e do Brasil. A situação ímpar da Amazônia brasileira, com 612 quilômetros de fronteiras, cinco milhões de quilômetros quadrados, sua infinita reserva de recursos naturais e sua ocupação desproporcional do espaço, com duas áreas de grande densidade humana, Manaus e Belém, combinada com muitas outras de baixa ocupação, são um desafio para as classes dirigentes, principalmente em um contexto de bipolaridade da Guerra-Fria, época em que Tocantins escreveu sua obra:

[...] não pode escapar à percepção do homem público brasileiro. O mundo assiste, nesta hora, à luta de duas concepções filosóficas de vida, de dois

imperialismos políticos, e a tomada de posição, de uma e de outra parte (posição econômica e estratégica), nos territórios de maior relevo. A perda de áreas de influência do ocidente na Ásia, na África, o jogo difícil e perigoso que fazem os norte-americanos no Oriente Médio, tudo está a indicar a formação, em futuro bem próximo, de uma frente econômica americana na qual o Brasil, como a grande nação do hemisfério sul, desempenhará papel saliente, porém um papel que deve ser ativo, preponderante, e não o de simples fornecedor de bens primários, ou de passivamente seguir esta ou aquela política internacional. Evidentemente, o Brasil tem maiores destinos a cumprir. (TOCANTINS, 1982, p. 155).

A disputa de duas formas de imperialismo em todo o mundo indica que o Brasil, como maior nação do Sul, terá papel importante na grande ação econômica americana. Alerta para que esse protagonismo seja ativo e não um mero fornecedor de matérias-primas ou um ente passivo diante da conjuntura internacional. Tais preocupações se relacionam diretamente a uma questão geopolítica de integração regional, na qual a Amazônia seria um espaço à espera de ser ocupado pela técnica e pela civilização:

E na América, a Amazônia brasileira é um potencial econômico à espera da técnica e dos capitais para a sua plena integração no conjunto do país, eliminando essas perigosas diferenciações de desenvolvimento e subdesenvolvimento que caracterizam os dois Brasis. Não se deve esquecer que ela apresenta aquelas condições ideais de atraso e de pobreza tão bem exploradas pelo colonialismo nas áreas que adquiriram consciência cívica. E pelo neocolonialismo do mundo atual, sob disfarces vários. (TOCANTINS, 1982, p. 156).

A integração da Amazônia a partir do planejamento e da técnica é vista pelo autor como primordial para a segurança nacional e para equilibrar as desigualdades entre as regiões que caracterizam a tese compartilhada por ele dos dois Brasis. Contudo, alerta que toda a exploração do solo amazônico deve vir amparada por um direcionamento ético-moral:

Eis a nova modalidade de vida, ou um novo desafio, na Amazônia: a exploração intensiva, em nível industrial, dos recursos minerais, que se não for inteligentemente ordenada levará ao que os modernos sociólogos chamam de alienação produtivista mercantil. Há inúmeros perigos rondando esse trabalho humano. Há em estado latente o conflito natureza-sociedade técnica. Da depredação da natureza ao esgotamento acelerado e cruel das minas. Da artificial fixação do homem à terra ao abandono humano quando não mais existirem fatores de atração. Da formação de conglomerados populacionais [...] à ausência de uma assistência social, de medidas de âmbito político e comunal que dignifiquem o trabalho, a vida. De um sórdido tratamento do solo e de suas dependências vegetais e animais à degradação do meio ambiente, por intermédio de um espectro de agentes químicos. (TOCANTINS, 1982, p. 158).

Se o desenvolvimento não for direcionado por princípios éticos e morais como a tradição e os valores culturais de cada região, a alienação do homem e a depredação ambiental tornam-se iminentes, e nascerá daí um “tumor social”:

[...] o começo de exaustão dos recursos do subsolo, a poluição da ecosfera, o extermínio do solo, das plantas, das águas, dos animais. Problema ecológico que envolve futuros sociais. Questões, por exemplo, de luta de classes: estão hoje superadas. Mais dramaticamente atual é o que se convencionou chamar de “desarmonias”, isto é, os conflitos latentes entre sociedade e ecologia, ou meio ambiente. A cultura humana não preparada para cultivar harmonizações com a Natureza, e a Natureza em processo de esgotamento pelo uso de bens, agressivamente explorados. (TOCANTINS, 1982, p. 161).

A mensagem ecológica de Leandro Tocantins fica explícita no trecho acima. A questão da luta de classes, entre trabalhadores e empresários, estaria superada. O que se coloca como atual é o problema ecológico de harmonia entre homem e meio envolvente. Por isso, alerta, o desenvolvimento desordenado, sem valores, sem critérios e deslocado da tradição criará fatalmente o esgotamento dos recursos naturais e a desarmonia entre homem e o ambiente. No lugar da civilização industrial, centralizadora e devastadora, apresenta como solução o desenvolvimento amparado nos valores regionais, na valorização do meio ambiente, em tecnologias moderadas e no uso renovável dos recursos energéticos, principalmente a energia solar.

Para o autor, era hora de deixar o velho espírito de aventura que tomou conta durante a conquista e colonização do trópico úmido, e substituí-lo por um grande projeto de integração que preserve a tradição e as relações sociais dela decorrentes:

Ao concluir que a Amazônia necessita de um projeto de desenvolvimento perene para se integrar definitivamente à vida econômica e social brasileira, Tocantins expõe a face mais perversa dos ciclos intermitentes do extrativismo, o subdesenvolvimento e o atraso regional. A intenção do ensaio é entender a Amazônia na soma das inter-relações que observamos na teia complexa de homens ou instituições espacialmente distribuídas por meio de rios e de solo regional. Na lógica do complexo biossocial, meio, paisagem, população, cultura, o tempo se move em tempo-histórico, tempo-social, tempo-ecológico e tempo-memória, acervo das experiências passadas que nos atam as projeções do futuro. Eis o sentido conferido, por ele, à permanência da tradição em meio ao fluxo de transformações modernas, esboço inaugural da tese do elo entre tradição e modernidade e a cultura. (RIBEIRO, 2015, p. 268).

A memória, conforme aponta Ribeiro, não se resume àquela do indivíduo, mas pertence a uma dimensão maior, ligada à história e aos valores culturais, que resistem à mudança histórica. Portanto, o novo e o moderno, tomados como um grande projeto político e econômico,

devem preservar essa face mais longeva da experiência histórica que permanece no tempo e no espaço; este caracterizaria o segundo tempo na Amazônia:

O segundo tempo na Amazônia deve ser conduzido a partir de um projeto político-econômico dotado de perenidade e somente o Estado brasileiro tem instrumentos políticos, administrativos e jurídicos para intervir por meio de uma ação coordenada de órgãos e instituições federais para projetar um novo tempo, abandonando definitivamente o espírito de aventuras que ordenou a vida regional nos últimos trezentos e cinquenta anos sobre ciclos econômicos intermitentes. O seu discurso antiliberal em favor de uma intervenção do Estado como agente ativo do desenvolvimento regional o conduziu à modernização conservadora, solução autoritária tecida entre os setores conservadores, civil/militar, para conter os avanços democráticos do país, vistos por aqueles como uma ameaça. (RIBEIRO, 2015, p. 272).

A sua desilusão com a política partidária e com a república de 1946 desemboca no repúdio ao liberalismo e converge para a visão de que só a ação estatal seria capaz de resolver a questão regional e pôr fim à crise que o Brasil estava vivenciando, cuja causa, entre outras, era a falta de valorização das tradições por parte da juventude brasileira. Em outras palavras, a reorganização de um novo pacto social, agora de matriz conservador e autoritário, aparece como alternativa plausível:

A renúncia à tradição feita pelas novas gerações em favor de uma modernização deslocada de qualquer vínculo com o passado é vista por Tocantins como um dos principais problemas vividos pelo Brasil dos anos 1960. Para reverter este quadro, era necessário harmonizar os valores culturais com os modernos, produzindo, dessa maneira, uma síntese cultural que combinasse originalmente a tradição — entendida por ele como os valores herdados do nosso passado e que personalizam o espírito do povo brasileiro — e a modernidade, compreendida como os processos de mudanças que alteram todas as esferas da vida social a partir do desenvolvimento técnico-científico. Tradição e Modernidade combinadas em valores novos no horizonte de um Brasil urbano e industrial. (RIBEIRO, 2015, p. 273).

Tocantins procura interpretar a vida regional como uma soma de relações em uma teia de instituições distribuídas nos rios e no solo do trópico úmido, um complexo biossocial onde relacionam-se cultura, população e meio. No processo de adaptação progressiva, entende a vida como um todo e como unidade orgânica. Esse fenômeno o autor chama de Amazonotropologia, a ciência especialmente criada para compreender o feixe de forças que formam a vida regional, o concreto vivo, a interpelação entre homens e culturas e a vida existencial amazônica:

[...] visando ir ao encontro das verdadeiras fontes e vocações amazônicas. Casamento no civil e no religioso com a natureza: o ser humano construindo

valores adaptados à terra, às matas, aos céus, às águas, aos ventos, ao clima. (TOCANTINS, 1982, p. 17).

Segundo Gilberto Freyre, a civilização moderna nos trópicos tomou uma forma plástica e adaptativa onde negros, índios e portugueses criaram uma sociedade multicultural, miscigenada e equilibrada. Para interpretar essa civilização única, era preciso uma nova ciência, baseada na sociologia, na antropologia e na ecologia, que o autor chamou de Lusotropicologia. A partir dessas sugestões Tocantins propôs a Amazonotropicologia, cujo objetivo é entender a região amazônica não só a partir da dimensão regional e ecológica, mas também da perspectiva transregional. A proposta de Tocantins se torna um ramo da Lusotropicologia ao seguir os mesmos caminhos do autor de *Casa-Grande & Senzala*, pois considera o Brasil como uma constelação de regiões; a Amazônia seria uma delas.

Tocantins defende que essa nova ciência deveria ser uma obra coletiva. As Universidades da região teriam um papel importante em conhecer de forma precisa a realidade da Amazônia em suas dimensões social, antropológica, física, política, econômica histórica e biológica. Entre os intelectuais que tinham essa visão holística do problema amazônico destacava Djalma Batista, Amando Mendes, Arthur César Ferreira Reis, Araújo Lima e Mario Ypiranga Monteiro (RIBEIRO, 2015).

Colocava a Amazonotropicologia como uma ruptura com os tempos de aventura e extrativismo que imperavam na região até o século XX, caracterizados pela economia predatória e pela falta de planejamento, segundo Ribeiro. Os estudos da nova ciência serviriam como importante instrumento na criação de políticas públicas e para a formulação de um desenvolvimento regional equilibrado, validado e amparado pela tradição. Em outras palavras, os valores tradicionais entram como um alicerce direcionador da modernidade, como arrimo da identidade regional e, por fim, como fonte de inspiração para cientistas, escritores, políticos e arquitetos.

A nova ciência sugerida por Tocantins teria também a finalidade de harmonizar traços regionais com traços universais, promovendo o desenvolvimento técnico e buscando como ponto de partida os valores regionais, e não técnicas de lugares distantes que nada têm a ver com a vida regional. Dessa forma, a proposta do autor é buscar a inspiração técnica na cultura, na paisagem, na hidrografia, na música, na arquitetura, no clima e no solo amazônico. Em suma, o desenvolvimento técnico em consonância com a tradição regional:

A cultura, assim como a política, revela a ação dinâmica do homem situado na história regional, nacional e universal. O pressuposto dessa interpretação sócio-histórica da Amazônia e do Brasil, levado a termo por Tocantins, é a

compreensão de que o estatuto da cultura torna possível irmos às raízes das tradições de nosso povo, auscultar-lhes as tendências e qualidades e as qualidades duradouras, sentir o processo de seu desenvolvimento histórico e social, para que a criação [...] alcance um perfeito equilíbrio entre os valores tradicionais relevados no largo magistério da história, e o sentido modernizante que o tempo presente indica como um processo em direção ao futuro. (RIBEIRO, 2015, p. 286).

Portanto, na visão de Tocantins, a cultura se forja no processo de adaptação do homem ao meio e cria valores e tradições que se reatualizam com a história e não se perdem no processo moderno de avanço em direção ao futuro. A verdadeira política deve se amparar nos valores tradicionais se quiser promover as potencialidades do país e usar a vida regional como ponto de partida para uma modernização ordenada e sem grandes rupturas, única capaz de favorecer a todos.

Percebe-se que em Tocantins está presente uma forte preocupação ambiental, conforme aponta Teresa Ramos (2012), em relação a uma modernização que não esteja amparada nos valores culturais e em uma visão ecológica do mundo que resultaria em desordem e destruição ambiental. Portanto, preocupou-se com o futuro da região diante do contexto de desenvolvimento econômico iniciado com o regime de 1964. Reduzir as regiões brasileiras apenas à dimensão econômica era um grande erro que poderia trazer graves consequências.

Aponta que é necessário haver uma conexão entre o desenvolvimento e integração com o saber dos povos da Amazônia, detentores de um saber adaptado à realidade regional:

Desde os anos de 1960, este intelectual demonstrava através de suas obras o quanto acreditava no potencial criativo do homem amazônico, mesmo sendo esta região vista e denominada como região subdesenvolvida dentro do próprio Brasil. Por volta dos anos de 1980 sob um discurso ecológico, ressaltou a importância da participação deste homem amazônico para o êxito em qualquer projeto de desenvolvimento para a região, todavia sinalizou que um entrave para o pleno desenvolvimento humano na Amazônia poderia estar relacionado ao baixo nível educacional e sanitário das populações, agravado ainda pela dispersão territorial. Deste modo [...] afirma o quanto se faz necessário a instrução do homem amazônico, quanto ao uso das tecnologias e o investimento na questão educacional, pois caso essa problemática seja ignorada afirma, que poderá ser em vão o investimento em capitais financeiros e obras suntuosas, visto que essas populações, mesmo no caso de um rápido desenvolvimento econômico motivado por qualquer produto, como exemplo, o petróleo ou atualmente o gás natural, viverão sempre marginais a toda forma de progresso e bem estar, como se verificou em grande parte do Oriente Médio. (RAMOS, 2012, p. 89-90).

Aponta a importância que essas populações possuem para a elaboração de qualquer plano de desenvolvimento e na elevação dos padrões educacionais e sanitários das mesmas,

caso contrário, qualquer processo de modernização resultará na exclusão destas populações. Para o autor, a ciência e a técnica do mundo moderno podem ser aliados, desde que em consonância com os valores tradicionais e com as particularidades regionais (RAMOS, 2012).

A valorização da cultura e do regionalismo era um dos pontos fortes de sua atuação como Homem de Estado. Enquanto adido cultural da embaixada brasileira em Portugal, foi um negociador inserido na construção de um *softpower* da ditadura militar e na valorização internacional da cultura brasileira. É preciso frisar, o regime ditatorial usou o regionalismo brasileiro como propaganda para se legitimar:

Foi um homem de Estado. Foi um negociador chefe, eu entendo que Leandro Tocantins no cenário internacional se posicionou como um negociador chefe [...]. O uso da diplomacia cultural pela ditadura militar ela foi fundamental nos processos estratégicos do Brasil à época [...]. O Brasil interferiu tanto nos processos de independência da ex-colônias de Portugal, Angola, Moçambique. Então o Brasil estava interessado em expandir sua presença no cenário internacional e Leandro Tocantins foi uma peça chave nisso [...]. Na época da ditadura, não havia interesse em promover uma integração regional com a América Latina. Pro governo militar isso não era interessante. Era interessante promover essa interação nacional pra exaltar aquele lema [...] de um país ufanista que está se desenvolvendo economicamente [...]. Mas o Leandro, por ser um homem além do seu tempo, ele [...] enxergou essa necessidade de promover não só uma integração nacional, por meio [...] dos grandes projetos do governo militar para a Amazônia [...] para tirar aquele isolacionismo da Amazônia do resto do país, como promover uma integração regional com a América Latina, e isso Leandro Tocantins foi [...] um pioneiro. O governo militar utilizou muito a diplomacia cultural no campo do *softpower* [...]. (RAMOS, Entrevista de Campo, 2019a).

Sua chegada em Lisboa teve repercussão na imprensa lusitana, que destacou o seu grande conhecimento como historiador e sua intenção de tornar mais sólidas as relações entre Brasil e Portugal (O SÉCULO, 1970). Ajudando o regime militar a se legitimar internacionalmente, também enxergou nos grandes projetos de integração uma saída necessária para retirar a região do seu isolacionismo que já durava várias décadas. A ambiguidade era uma característica do pensamento e da atuação de Tocantins e se processava no fato de que era um conciliador, e não um linha dura como Arthur Reis, inserido em um regime de força como era a ditadura militar. A ditadura promovia o regionalismo no plano internacional, ao mesmo tempo em que esse mesmo regionalismo era oprimido internamente por mostrar que o Brasil era um país desigual:

Ele era muito estratégico. A ambiguidade era outro elemento que eu coloquei na tese. Como intelectual ele era ambíguo e como profissional da diplomacia

era muito ambíguo também. Ele ficou conhecido por promover e vender muitos filmes brasileiros que no Brasil tava passando por aquele processo de censura... Ai vem aquele processo de ambiguidade tinha que reprimir essa cultura mais regionalista [...] por conta do lema de suprimir de esquerdismo no Brasil, suprimir os regionalismos [...]. Porque o regionalismo mostrava as desigualdades regionais. Era interessante suprimir os regionalismos [...] por conta de um ideal político nacional [...]. O governo reprimiu essa cultura regionalista no Brasil por meio da censura, mas foi muito flexível com o uso dessa cultura regionalista fora. Então essa cultura regionalista foi o que Leandro Tocantins levou e vendeu [...]. Era o *softpower* [...]. Olha ai a ambiguidade, um intelectual regionalista foi cooptado pelo governo militar pra representar o governo militar na Europa [...]. Isso pro governo militar era estratégico, e do Leandro Também, [...] ele tem um projeto para a Amazônia, ele vai pra Europa com esse projeto e volta pra Europa mantendo esse projeto de Amazônia [...]. (RAMOS, Entrevista de Campo, 2019a).

O convite para a embaixada veio do presidente ditador Emilio Médici, que na época procurava abafar os escândalos do então Ministro da Justiça Gama e Silva⁶⁸, considerado um linha dura do regime. É importante notar que as embaixadas, que originalmente deveriam ter uma função neutra de relação entre os países, durante a ditadura foram usadas como veículos de propagando e legitimação política:

O convite para a diplomacia foi pelo Emilio Médici [...]. Havia uma estratégia sim [...] eu provo [...] a diplomacia, as embaixadas brasileiras foram usadas como mecanismo de uso da ditadura militar. As embaixadas e a diplomacia historicamente têm que manter uma neutralidade no cenário internacional [...]. Mas na época elas trabalhavam em favor do regime. Tanto foi uma escolha muito estratégica ter colocado um ex-ministro da Justiça como Gama e Silva [...] que foi linha dura [...] foi a mão de ferro, tem muitas mortes nas costas dele. Então numa carta eu encontro Leandro Tocantins citando o Gama e Silva que tava sofrendo perseguições. Então ele chega com Emilio Médici e fala “então eu vou renunciar ao cargo”. Ai Emilio Médici fala “você não vai renunciar, você vai assumir uma embaixada [...] eu tenho a de Buenos Aires e a de Lisboa.” Ai o Gama e Silva fala “então eu vou ficar na de Lisboa”. Tem umas cartas que ele fala que a embaixada brasileira em Lisboa era uma extensão do gabinete do Ministro da Justiça no Brasil [...] continuou o exercício [...] saiu mas não saiu. Isso foi em 69 [...]. Em 70 ele já estava em missão [...] As embaixadas brasileiras eram um instrumento da ditadura, do regime [...]. (RAMOS, Entrevista de Campo, 2019a).

A relação que a ditadura civil/militar teve com a cultura foi ambivalente, aponta Ramos (2019b), pois, se por um lado o regime criou instituições que visavam preservar uma identidade brasileira, por outro reprimiu a indústria cultural. Sua indicação ao posto de adido cultural em Lisboa se dá por ser considerado um ator capaz de difundir a cultura brasileira, ao mesmo tempo

68 No livro *Memória de Viver* (1971), o autor dedica o cântico *Poema Simples de Lisboa no Verão* à Gama e Silva.

em que o Estado reprimia os regionalismos e as ideias de esquerda no Brasil. Tanto o seu pensamento como sua ação enquanto intelectual foram marcadas por este traço conciliatório. Aceita alguns elementos da ditadura, como a integração da Amazônia ao Brasil, e discorda de outros, como a repressão ao regionalismo:

[...] Ele aceita alguns elementos da ditadura mesmo discordando de outros, ele se submete aos ditames [...] mesmo discordando de muita coisa. Mas ele aceita transitar por esses caminhos por conta desse projeto de Amazônia, pela preocupação dele. Ele sabia que era necessário a Amazônia sofrer a interferência dos grandes projetos militares [...] para superar esse isolacionismo [...] Mas ele entendia que se esses projetos não estivessem de acordo [...] se tivesse esse diálogo entre homem e natureza, se não manter esse diálogo vai ser frustrado [...]. Tanto que na velhice dele ele se torna um homem mais religioso. Nas obras dele ele fala muito relação homem, natureza e Deus [...]. O Leandro Tocantins maduro é mais espiritual [...]. O que ele discordava era da modernização sem critérios [...]. (RAMOS, Entrevista de Campo, 2019a).

No processo de conciliação entre modernidade e a preservação ambiental, o homem da Amazônia já saberia como preservar o meio ambiente, pois este já viveria adaptado ao seu meio em um perfeito equilíbrio ecológico. O que ele realmente necessita é de um direcionamento que o faça aproveitar o saber e a técnica moderna para o seu bem-estar. A Amazonotropologia seria uma ferramenta para estas populações e para a modulação do ecodesenvolvimento defendido por Tocantins. Como exemplo, defende que a arquitetura das cidades seja adaptada ao clima quente e úmido, típico da Amazônia, e deixe de imitar os prédios de vidro típicos das cidades do sul e sudeste, de clima ameno. Também aponta a possibilidade do uso da energia solar e eólica, que seria mais adequada para a peculiaridade da região (RAMOS, 2012).

Leandro Tocantins apresenta uma visão original e instigante sobre o lugar da tradição no mundo moderno, a forma como foi gerada a cultura amazônica e quais os caminhos que o Estado nacional deve seguir para corrigir as disparidades regionais sem que apague toda a rica variedade cultural, responsável pela ordem social das populações. As opções pelo culturalismo conservador e pela ação de um Estado autoritário foram as soluções encontradas por um pensador que acreditava na função social dos costumes e na conciliação entre as elites dirigentes e a nova dinâmica posta pelo Tempo. Isso não o impediu de ir além das preocupações simplesmente econômicas, se voltando para as consequências da modernização desordenada, como a degradação ambiental, sendo um dos primeiros a propor soluções para o equilíbrio entre economia e meio ambiente.

Nas próximas páginas, apresentaremos o desenvolvimento dos argumentos da tese e a interpretação do conservantismo amazônida.

O CONSERVADORISMO AMAZÔNIDA

A ordem social moderna exerceu uma ruptura com as formas de vida anteriores. Mesmo sendo o resultado de um desenvolvimento social que tornou as estruturas societárias mais complexas e especializadas, ela também originou-se de processos de fricção onde o mundo tradicional, aos poucos, foi desmoronando e dando lugar a relações e estruturas nunca vistas antes — o Estado nacional, o capitalismo e a racionalidade como parâmetro da vida entre os homens. As antigas formas sociais, como o feudalismo e o poder temporal e espiritual da igreja, logo dariam lugar ao secularismo, à primazia do mercado no mundo da vida, às mudanças nas relações de gênero e à homogeneização social e política propiciada pela emergência do Estado moderno, o que destruiria todas as lealdades locais em direção à centralização administrativa do território.

Se antes as relações de dominação e hierarquias eram protegidas pela capa da religião e do sagrado, agora, em tempos de capitalismo, elas se mostram explícitas. O mundo agrário, anteriormente limitado pelos seus próprios pressupostos, passa a ser dominado pelas cidades e o modo de produção capitalista apenas consegue se manter vivo ao tentar expandir-se por todos os territórios e mercantilizar todas as relações, estruturas e processos (CHAUÍ, 2006). O mundo enfrenta um processo de desencantamento e a ação social se torna cada vez mais dominada pelo cálculo em detrimento do imaginário mágico e estabilizador propiciado pelas antigas tradições. A solidariedade social se torna cada vez mais orgânica, passando a englobar e dominar as sociedades de solidariedade mecânica. As comunidades humanas historicizam-se ao tomarem a consciência de que suas leis foram feitas por homens e não por deuses ou heróis. Em condições de modernidade, as leis, tradições e costumes perdem sua dimensão sagrada diante dos olhos dos homens e mulheres e passam, portanto, a ser questionadas e modificadas. Uma autoconsciência sobre o lugar de cada um no mundo transforma-se em um dos pontos centrais de debates na *Ágora* moderna.

Essas mudanças logo teriam uma consequência inesperada na forma como os homens e mulheres interpretam a relação entre poder e sociedade. O conservadorismo, o socialismo e o liberalismo são produtos diretos dessa nova ordem social; são tentativas de grupos e indivíduos de interpretar o lugar do sujeito no mundo, assim como o modo que este mundo deveria ser ordenado. O socialismo, surgido com as contradições da revolução industrial e tendo como principal portador social a classe trabalhadora das indústrias, viu o presente como uma prisão de um passado que deveria ser superado por um futuro redentor de igualdade social, onde tanto os meios de produção quanto a política seriam geridos coletivamente sem a mediação de

instituições que apenas serviriam, na interpretação socialista, para a exploração do homem pelo homem e para a reprodução de uma configuração social arbitrária e injusta. O liberalismo, cujo propagador era a burguesia nascente, viu no absolutismo e nas tradições feudais empecilhos para o desenvolvimento do mercado, advogando um modelo de sociedade que deixasse os indivíduos livres, independentes e cosmopolitas para empreender e gerar riquezas. Ambas as ideologias se projetam no progressismo, isto é, na possibilidade de evolução social e no futuro como alternativas de superação dos problemas sociais. O conservadorismo, como mais uma ideologia do mundo atual, fia-se na valorização dos costumes e das tradições, tendo como principal portador, logo após a Revolução Francesa, a elite nobiliárquica. Ao idealizar o passado feudal como um tempo de harmonia e segurança, em oposição à situação de mudança e insegurança constante geradas pela emergência das instituições modernas, concedeu uma maior importância à questão da ordem e da coesão social, ao contrário do liberalismo, que valoriza o individualismo, e do socialismo, cujo epicentro está na dimensão da igualdade e da política como instrumento de reforma social.

A mudança não deve ser brusca, como defendem o socialismo e o anarquismo, e nem haver um excesso de individualidade que tire dos homens os vínculos que os unem à comunidade humana. A mudança deve ser lenta e conciliada. Pode-se argumentar a respeito dos limites teóricos e políticos desta ideologia ao perguntar: Mudança lenta e conciliada para quem? A experiência histórica mostra que os processos de mudança social conciliada, quando ocorreram, não englobaram a totalidade da sociedade, mas foram para determinados grupos que já controlavam o subsistema político e o subsistema econômico. A Operação Amazônia e o processo de abolição da escravatura são bons exemplos deste fenômeno.

O conservantismo desconfia dos grandes projetos de planejamento social ou de modelos de democracia baseados em ideais abstratos. Tais projetos, por não respeitarem as instituições testadas pelo tempo, resultariam em fracasso, e modelos de governo sem a mediação destas tradições teriam como resultado a criação de formas de opressão nunca vistas antes (KIRK, 2014). Eis porque essa espécie de ideologia valoriza as instituições sociais localizadas entre o indivíduo e o Estado, como a escola, a igreja e as associações de bairro.

As ideias não surgem no vácuo da história, mas se adaptam ao tempo e ao espaço. Por isso que, no processo de recepção e formação do conservadorismo no Brasil, ele recebeu algumas adaptações que o diferenciava do modelo original europeu. Sendo um país cujas raízes estão na dominação portuguesa, na expansão do capitalismo mercantil, no escravismo como principal relação de trabalho durante trezentos anos e na independência política negociada por

estratos majoritários, o conservadorismo precisou equacionar as peculiaridades nacionais. Sem ter uma Idade Média para usar como ideal de época, concentrou suas energias intelectuais na construção de uma narrativa onde a formação da nacionalidade derivava de um processo linear e evolutivo iniciado na colonização, na ênfase da mudança lenta e conciliada e no processo de construção de uma nação recém independente, cuja legitimação e estabilização do Estado nacional ainda eram tarefas por se fazer em um território vasto. As tradições, quando apareceram, eram a família patriarcal, o catolicismo e o arranjo político surgido com o Segundo Império — centralização do Estado, protagonismo da Coroa como agente civilizador e a manutenção dos interesses da lavoura (RICUPERO, 2010; LYNCH, 2010). A noção de Estado nacional surgiu antes da noção de nacionalidade, cuja população era escassa, espalhada pelo vasto território, mais afeita às lealdades locais e vivendo em grandes latifúndios que funcionavam de forma quase autárquica; a solidariedade a um poder central era escassa (REIS, 1998). Na construção desta ideia de nação é que se ocupou o conservadorismo nacional durante o século XIX, isso em suas versões geradas a partir da recepção das ideias de Edmund Burke — culturalismo conservador, conservadorismo estatista, reformismo ilustrado e liberalismo conservador (LYNCH, 2017).

A independência política e o modelo político gerados pela elite saquarema no século XIX favoreciam o processo de conciliação pelo alto. Os acontecimentos de 1822 foram gerados a partir da combinação de preceitos e valores da restauração, como a preservação da Monarquia, com valores progressistas advindos da Revolução Americana e Francesa — independência dos povos e liberalismo político (MERCADANTE, 1980). O arranjo político do Segundo Império resultou na conformação, por parte da lavoura, à centralização caso o Poder Central não interferisse nos seus interesses, ou seja, manutenção da mão-de-obra escrava (LYNCH, 2010). Conciliação entre passado e presente, modernidade e tradição, progresso e estabilidade. Se a relação entre escravismo e economia teve uma importância crucial para a mundialização do capitalismo (IANNI, 1978), no Brasil teve o papel de estabilizar a aliança entre elites e estado nacional, ao mesmo tempo em que o nosso país se posicionava em uma posição periférica no comércio internacional.

No século XX, esta forma de pensamento se transformou em duas vertentes principais. A vertente estatista, que valoriza a ação de um Estado autoritário na organização da nação, na implementação de uma ordem centralizada ao emular os conservadores do Império, e uma vertente tradicionalista, onde se pode colocar tanto católicos e monarquistas quanto conservadores culturalistas propriamente ditos, cujas ideias giravam basicamente em torno da

restauração da monarquia, da valorização do patriarcalismo/agrarismo como instituição capaz de arrefecer os conflitos sociais e no temor em relação ao avanço do secularismo e do comunismo, ansiosos que estavam pela volta de uma ordem estável, hierárquica e baseada em uma suposta vontade divina (ALENCAR JÚNIOR, 2018; PANSARDI, 2009; BRANDÃO, 2007).

O surgimento do conservantismo amazônico só pode ser entendido dentro de um contexto de crise e busca por caminhos para a modernização da Amazônia na primeira metade do século XX. Nesse sentido, ele se aproxima do seu congênere europeu, pois também surge em um contexto de crise, onde os alicerces que davam sustentação às elites dirigentes se esvanecem com a decadência do extrativismo gomífero e se aproxima da vertente nacional quanto à missão de desenvolvimento, ao se imbuir da tarefa de desenvolver e construir uma nova Amazônia.

Era o anseio das elites dirigentes e dos seus intelectuais construir um papel para a Amazônia no Brasil por meio de uma modernização controlada pelo alto, através de um Estado forte e interventor, transformando a antiga sociedade, de feição basicamente extrativista, em uma de estruturas urbanas e industriais, amparadas no saber científico, tecnocrático e em um Estado autoritário. Se os problemas de desenvolvimento e integração tivessem se resolvido dentro dos horizontes políticos da República de 1946, talvez os grupos dirigentes regionais não tivessem acolhido com tanto entusiasmo a ruptura autoritária de 1964.

A partir da classificação de Lynch (2017), quando analisou o conservadorismo brasileiro no século XIX, podemos encontrar algumas similaridades com a versão Amazônica. Possui amplos traços do reformismo ilustrado, quando transfere a tarefa de guia e organização de uma sociedade para uma elite ilustrada amparada no saber tecnocrático, neutro e supostamente acima da política. Apresenta convergências com o estatismo conservador, ao apresentar o Estado nacional como dimensão privilegiada de organização e guia do processo civilizatório, em outras palavras, da modernização. Por fim, agrega traços do culturalismo conservador, pois constrói a positividade de uma sociedade surgida com a união, ao seu ver harmônica, entre o índio e o português, o que resultaria em um processo natural de adaptação ao meio ambiente. Não foi encontrado traços do liberalismo conservador ou de conservadorismo moderado. Isso se deve ao fato de que, na época do seu surgimento, o liberalismo político e suas instituições estavam em franca decadência, com as ideologias autoritárias e estatistas ganhando cada vez mais espaço nos debates políticos. Também há o desencanto de Reis e Tocantins com a democracia parlamentar liberal, afetada, na visão dos autores, pela incapacidade de resolver os problemas

amazônicos. A saída encontrada, vista como estratégica para estes autores, foi a apologia do autoritarismo e dirigismo estatal.

O conservantismo amazônico possui ainda mais semelhanças com o Pensamento Político Brasileiro (PPB), quando usada a tipologia de Lynch (2016). O sentido de pedagogismo é explícito, quando delega a uma elite intelectual a função de guia de um povo amorfo e incapaz de caminhar rumo à civilização. A consciência do atraso amazônico em relação às outras regiões brasileiras também salta aos olhos nos escritos. Enquanto o PPB compara o descompasso brasileiro em relação à Europa e Estados Unidos, para o Pensamento Político Amazônico (PPA) esse descompasso do Norte é medido em relação ao sudeste, lugar de vanguarda da industrialização nacional. Era necessário equiparar a região ao mesmo padrão de desenvolvimento industrial que o sudeste estava passando. Também se enfraquece o ímpeto de generalização teórica e rumo em direção à resolução de problemas práticos — conhecer cientificamente a Amazônia, combater os preconceitos sobre ela e mostrar os caminhos para superar o subdesenvolvimento.

O uso do argumento de autoridade apresenta-se com intensidade. Mas, ao contrário dos autores nacionais, que propunham se legitimar basicamente a partir dos argumentos de autores estadunidenses ou europeus, na Amazônia o fenômeno ocorre na mobilização de autores nacionais, como Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Alberto Torres e Azevedo Amaral, principalmente no que tange a discussões sobre a formação do caráter nacional. As soluções políticas apresentadas também possuem inspiração estrangeira, embora filtrada pelo pensamento nacional, como o unitarismo e o autoritarismo para resolução da questão regional.

O tradicionalismo amazônico possui uma ligação direta com o pensamento de Gilberto Freyre, embora o tradicionalismo, como fenômeno em si, não seja apenas de ocorrência nacional. Basta ver as reflexões de Kirk (2014) e Scrutton (2015). O primeiro valoriza o saber e os costumes do homem comum americano, enquanto o segundo faz o elogio da Lei Comum Inglesa. O tradicionalismo, portanto, é mais uma vertente do conservadorismo que se adapta no tempo e no espaço, respondendo a propósitos políticos determinados. O louvor à tradição, à religião e aos costumes já eram um traço recorrente nos primeiros conservadores, como Burke (1982), quando mostrava a centralidade dos costumes e da monarquia na França, e Joseph De Maistre (TRINDADE, 1978), quando defende a religião católica e o direito divino dos reis. Era preciso encontrar, como destaca Ribeiro (2010, 2015), em um contexto de crise e mudança social, o lugar das elites extrativistas e das antigas práticas e preceitos surgidos com a

colonização — o rio, a comida, a arquitetura, os dialetos, as vestimentas, a música, a pintura e as hierarquias que davam uma sensação de estabilidade e segurança.

A Amazonotropologia seria o auge dessa tentativa de encontrar o lugar das práticas de um mundo basicamente rural e extrativista em uma sociedade cujas elites clamavam por integração e industrialização. O risco gerado pela modernização, a uniformidade dos costumes, apontado por Gilberto Freyre (1947), serviu como ponto de partida para Tocantins formular sua estratégia de defesa da tradição, dos costumes e (por que não?) de uma *Lei Comum Amazônica* que permanecerá importante no futuro, assim como é no presente, se a juventude se engajar na defesa do legado amazônico.

O imperativo modernizador surge como uma consequência direta, sendo outro traço comum do Pensamento Político Brasileiro, a partir da tipologia de Lynch (2016). O diagnóstico de crise, de retração da economia regional, de incapacidade da política nacional de propor uma solução imediata, de esfacelamento do comércio, da volta de práticas de escambo na Amazônia profunda e de esvaziamento tanto do interior quanto das cidades, fez também com que o conservantismo amazônico aderisse a mais essa dimensão do pensamento nacional, embora em proporções e conjunturas diferentes. A modernização conservadora foi aqui definida por Barrington Morre Jr. (1967) como o controle da força de trabalho por membros da elite agrária durante o processo de dinamização social, e que Domingues (2005), em diálogo com o autor inglês, definiu como o controle dos processos de desençaixe, de liberdade e de pluralidade social por grupos situados no controle do Estado e da economia. A escolha por este modelo político atendeu aos anseios do conservantismo amazônico por uma dinamização e diferenciação social guiada por cima para manter a coesão e impedir a desordem. O apoio político e teórico à Operação Amazônia, aos empreendimentos agropecuários na sua parte oriental, à experiência industrial no seu lado ocidental (Zona Franca de Manaus) e à abertura de estradas, entre as quais a Transamazônica, surgem como emblema de uma nova Era de integração e modernização, que se apresenta como uma verdadeira missão épica do Estado brasileiro em civilizar um espaço supostamente bárbaro e hostil.

Também podemos analisar a linguagem do pensamento político a partir das categorias de *langue, parole e lance* (POCOCK, 2013; ARAÚJO, 2017). O primeiro corresponde às várias linguagens políticas que esta forma de pensamento combinou para se formar: autoritarismo, tradicionalismo, conservadorismo, unitarismo. A segunda categoria se encaixa na capacidade dos intelectuais conservadores em usar esta linguagem e atuar na sociedade em busca de um objetivo específico, que é a efetivação de um projeto de modernização da Amazônia, criando

uma linhagem própria de interpretação política cuja ênfase está na integração nacional. Tais discursos promoveram alterações profundas na forma como a região vê a si mesma e nas próprias estruturas sociais ao se tornarem basilares na justificação e criação de projetos políticos. O conservadorismo tomou essa forma na Amazônia, pois foi esse o contexto discursivo vigente, onde ideias como nacionalismo, combate ao comunismo e a primazia de um Estado forte na condução da vida nacional tinham um papel hegemônico. O horizonte de eventos no tempo e no espaço, aliados às aspirações mais caras de determinados grupos mandantes, toraram possível a afinidade eletiva com essas ideias.

O nacionalismo é outra dimensão presente. É sobre as categorias de nação, povo e pátria que são absorvidas todas as diferenças de classe, etnia, gênero e cor. Não há divisão entre trabalhadores e empresários, pobres e ricos, homens e mulheres, negros e brancos, ocidentais e indígenas, pois existe apenas o povo brasileiro. A questão das desigualdades de renda, gênero ou status não se tornam problemas legítimos. As hierarquias sociais, longe de serem uma questão do exercício da política ou de dominação de uma classe sobre a outra, expressam o resultado da marcha natural das sociedades e ajudam na manutenção da coesão social. A única desigualdade digna de receber atenção é a desigualdade entre as regiões brasileiras; é em resolvê-la que o conhecimento realístico da Amazônia deve se ocupar.

É pela nação que a Amazônia se tornará plena. A integração nacional e a transformação do Brasil em uma grande potência passa pela ocupação intensa e extensa do trópico úmido. O destino-nação brasileiro, ser uma potência econômica no sul do hemisfério, apenas se concretizará com a industrialização e ocupação em moldes capitalistas da região Amazônica — desenvolvimento controlado de cima para baixo por uma elite esclarecida e tecnocrata que possa livrar a Amazônia da cobiça de outras potências estrangeiras. O Norte é legitimamente brasileiro, pois fora anteriormente dominado e domesticado por Portugal, que soube compreender as peculiaridades do meio e trazê-lo para a civilização, resultando, da união do europeu com o indígena, em novas formas de vida e de sociabilidade (REIS, 1982).

Outra faceta desse nacionalismo reside na positividade do processo de colonização capitaneado por Portugal (REIS, 1966, 1982; TOCANTINS, 1969, 1962). A colonização trouxe a civilização para um território bárbaro. A escravidão, a família patriarcal e as políticas de Estado na criação de uma nova sociedade nos trópicos, com seus heróis e figuras emblemáticas que, por suas qualidades individuais, souberam ser os guias da nacionalidade, são elementos que devem ser louvados e ensinados para as gerações mais novas. A elegia de uma

nacionalidade conservadora tem uma função política de educar a juventude para os problemas regionais e nacionais.

As ações dos heróis da colonização e do Império são fatos a serem copiados pelos homens de Estado contemporâneos. Explícito é o elogio de Reis e Tocantins ao Marques de Pombal e suas políticas de planejamento e desenvolvimento econômico para o Brasil e para a Amazônia, estas realizadas pelo seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que fomentou a agricultura, o comércio e a manufatura no trópico úmido. São exemplos de homens de Estado que souberam implementar uma política realística de mudança social. Também há uma interpretação positiva dos chamados estadistas do Império, ao destacar a importância de figuras como Tavares Bastos e Visconde do Uruguai que, apesar de não terem uma política explícita para o norte, tiveram o mérito de manter o território unido.

O conhecimento realístico deriva do pragmatismo português no Brasil e na Amazônia. Visto como uma forma de ver o mundo sem ideias pré-concebidas e guiado pelo imperativo do meio, era algo a ser copiado pelos estadistas contemporâneos, apresentando-se como uma forma de ver o mundo em sua concretude e sem ilusões para, a partir dele, formular soluções para o progresso das sociedades. Se o *realismo lusitano* foi indispensável para a conquista da Amazônia e para a construção do Brasil, também deveria ser na Era do Brasil moderno.

Da valorização desse realismo converge também a elegia ao passado. Não precisaríamos procurar no estrangeiro fórmulas e modelos de governança que nada tem a ver com a nossa experiência histórica. Basta olharmos para as experiências tentadas em nosso passado, formuladas pelos nossos estadistas nacionais e regionais. Emblemáticas são as figuras do Visconde do Uruguai e Marques de Pombal no contexto nacional, e Lobo D'Almada e Francisco Xavier de Mendonça Furtado, no contexto regional. Basta as elites dirigentes se espelharem nas experiências históricas para encontrar as saídas para o presente — que conciliaram a tradição com o moderno, compreenderam a índole e cultura regional e guiaram suas ações políticas e econômicas a partir delas. Esse é um traço forte do Iberismo presente no conservantismo amazônico; crítica a modelos estrangeiros, principalmente ao liberalismo e ao federalismo, valorização da herança deixada pelos grandes homens e das experiências testadas pelo tempo que deixaram um legado na sociedade.

A plasticidade regional consiste nessa capacidade de conciliar os conflitos e na adaptação ao meio ambiente amazônico a partir de um pacto ecológico resultante da união entre o indígena e o branco. Não seria da índole regional o conflito ou o caudilhismo. O homem regional sempre foi pacato, trabalhador e avesso a questões ideológicas. Essa seria a

justificativa para ambos ao autores deplorarem os chamados conflitos de classe e manifestações de forte caráter contestatório.

Sendo a história brasileira vista como um processo evolutivo, onde as sociedades vão se dinamizando e se adaptando em direção a estágios mais complexos, então as questões do conflito e da dominação política são colocadas para segundo plano. A fricção entre classes e grupos, quando surge, é apenas algo episódico, exceção à regra. Os momentos de demandas sociais só são considerados como uma contribuição importante se liderados por uma elite esclarecida que os faça de forma ordeira e organizada. Alguns exemplos são os movimentos autonomistas e abolicionistas. Se os movimentos sociais surgem das camadas mais pobres e possuem forte carga contestatória, são pintados por Reis com tintas mais escuras, como fenômenos desordeiros que apenas criam caos social e desagregam a produção econômica, como foi o caso da Cabanagem (GOMES, 2009).

Vista de forma etapista, a partir de cima, dos grandes movimentos políticos e administrativos do Estado, os momentos da história do Brasil são tomados a partir de suas contribuições para a formação nacional (REIS, 1966, 1982). Depois que essa contribuição cessa, o período não tem mais razão de ser e perde sua função. A colonização serviu como embrião da formação do Brasil e em seguida, quando a nacionalidade já estava bem desenvolvida em finais do século XVIII, foi um passo natural a independência política e a Constituição de 1824 — uma peça política outorgada por um Imperador que soube contornar o suposto jacobinismo da Assembleia Constituinte. O Império, por sua vez, teve como principal função manter o território unido quando aconteciam muitas revoltas e riscos de desagregação. Quando esse risco passou, era natural a forma monárquica dar lugar à República e, assim, fazer o Brasil unir-se à comunidade americana de nações, todas sob o sistema republicano de governo. A Primeira República, contudo, não conseguiu resolver as convulsões econômicas pelas quais o Brasil passava com seu sistema federado, que deixava os Estados totalmente abandonados, principalmente os da Amazônia Legal. A mudança para uma ditadura centralizadora, como foi o período Getúlio Vargas, se apresenta como um movimento natural na história. O mesmo argumento é usado para explicar o esgotamento da República de 1946 e justificar a ditadura de 1964 — incapaz de coibir a corrupção, o comunismo e a inflação, o resultado natural seria a ruptura civil-militar (REIS, 1967). Ambos os autores abordados viram o Regime de 1964 como a grande saída para os problemas regionais, muito embora houvesse uma gradação entre eles. Arthur Ferreira Reis considerava-se um “linha dura da revolução” e não se isentou de perseguir, caçar e intimidar quem quer que fosse para fazer valer os ideais da ditadura. Leandro Tocantins,

por sua vez, tinha um perfil mais conciliador, tanto que foi funcionário da diplomacia. Aceitou o novo regime, acreditava que ele era benéfico para a região, contudo, mesmo que aceitasse os grandes projetos de desenvolvimento, não acreditava na repressão aos regionalismos. Em ambos os autores, o pensamento se materializava na sua atuação política. O primeiro era um autocrata defensor do papel do Estado na construção da civilização; as ideias e o estilo de escrita eram duros e diretos, seus livros são repletos de dados econômicos e referências a documentos antigos. O outro era um negociador que sabia conciliar com diversos pontos de vista, como poeta, ensaísta e memorialista; estilisticamente, seus livros, como o *Amazônia: Natureza, Homem e Tempo*, apresentam um relato ensaístico, literário e sociológico sobre a vida amazônica.

O discurso regionalista surgiu no bojo da crise da economia extrativista como uma estratégia das elites locais de fomentar uma saída para a estagnação econômica. A partir do fluxo e da contradição da expansão desigual e combinada do capitalismo que os grupos sociais são retirados de suas posições estanques e colocados em movimento contínuo. A noção de regionalismo se apresenta nestes autores como uma construção arbitrária da identidade regional destinada a um fim político específico. Sendo o regionalismo a valorização dos aspectos únicos da cultura determinada no tempo e no espaço, Arthur Reis e Leandro Tocantins construíram uma identidade para a Amazônia baseada na seleção de alguns traços particulares da cultura e da história; o legado do empreendimento colonial luso e o tipo de sociedade surgida da amalgamação de culturas indígena e europeia se apresentam como verdades que justificam uma ação política legítima de grupos sociais sobre o espaço amazônico — a Amazônia indígena e quilombola foi propositalmente esquecida.

O Poder se apresenta ligado à sua concepção de Estado no pensamento conservador amazônico. Ele é visto como um instrumento de desenvolvimento e integração das sociedades, limitado a um grupo esclarecido de homens de Estado e intelectuais que, munidos de um conhecimento realístico do meio envolvente, possam propiciar a ordem e o progresso. Não há possibilidade de desconcentração do poder, visto como um monólito indiviso e um instrumento a ser exercido de cima para baixo. Se o povo não sabe ou não conhece o autogoverno, então ele deve ser controlado pelo Estado. Aqui, a concepção autoritária se faz presente em sua faceta hobbesiana mais explícita — manter a ordem para não ocorrer a guerra de todos contra todos, impedir a desagregação do território e a tomada da Amazônia pelas potências estrangeiras. O Leviatã se impõe sobre a sociedade. A ocorrência de governo misto, desconcentrado, torna possível o aparecimento de interesses particularistas e de lutas de facção.

Sendo o Poder visto como um instrumento para manter uma determinada conformação social, o liberalismo político é interpretado como uma forma degenerada de exercício deste mesmo poder, lugar do engano e de interesses particularistas. A política parlamentar se torna uma luta entre grupos políticos que buscam não o bem da nação, mas apenas os próprios ganhos. O desencanto de Arthur Cézár e Leandro Tocantins com a República de 1946 os fizeram largar o nacional desenvolvimentismo e aderir à modernização conservadora. A política convencional deveria ser substituída por uma forma neutra, sem ideologias, baseada na concretude da vida nacional e no respeito ao passado (REIS, 1972; TOCANTINS, 1969). Eis porque o chamado conhecimento realístico do meio é tão importante para estes autores, na medida em que deve amparar uma ação neutra do Estado para corrigir as desigualdades regionais e impor uma uniformização econômica a todo o Brasil; a filiação ao autoritarismo de Azevedo Amaral e Oliveira Vianna é explícita.

Se a política parlamentar liberal não serve, então deve ser substituída pela política autoritária e conservadora. O liberalismo econômico, para os autores, está identificado à economia desordenada, sem planejamento e refém das modulações estrangeiras, como foi a Era do Extrativismo; tudo o que o Brasil e a região norte não precisavam. O que necessitavam era de um Estado forte, servido por uma tecnocracia especializada e neutra, com executivo proeminente, capaz de passar por cima das querelas partidárias e resolver os problemas nacionais e regionais. A atuação de Arthur Cézár Ferreira Reis como governador do Estado do Amazonas, com Leandro Tocantins ao seu lado, é um bom exemplo deste pensamento político posto na prática. Acusado de autoritário por desafetos, perseguiu a magistratura local, mandou a polícia invadir a Assembleia legislativa, destruiu de forma autocrática a antiga Cidade Flutuante, foi louvado por setores conservadores ao colocar o Amazonas na rota do desenvolvimento e fora da ameaça comunista. A grande maioria das pessoas perseguidas e que tiveram seus processos publicados nos Sumários dos Inquéritos, senão todas elas, pertencia ao bloco político deposto pelo Golpe de 1964 (DANTAS, 2011; GOMES, 2009).

Percebe-se o distanciamento dos autores em relação as outras linhagens de pensamento, como a de Sérgio Buarque de Holanda (1995), que aponta uma suposta falta de planejamento da colonização portuguesa no Brasil, e a perspectiva de Raymundo Faoro (2008), quando destaca o estamento burocrático e o peso do Estado como heranças negativas na formação nacional. Contra Holanda, postulam não o improviso como característica da colonização, mas o planejamento econômico, materializado na forma de vários dispositivos e estatutos que valorizaram o espaço dominado. Quanto ao segundo, opõem-se à visão negativa da ação do

Estado em nossa história, destacando que nele não reside a raiz dos nossos problemas, mas sua solução, sendo uma instância basilar de organização do social.

A formação da Amazônia se apresenta em um duplo aspecto: primeiro, apenas se considera a história a partir da chegada dos portugueses e, segundo, os protagonismos do Estado português e dos heróis da colonização são colocados em primeiro plano. Há uma diferenciação entre as tribos dóceis, que ajudaram o português em seu empreendimento de dominação, e as tribos que resistiram à conquista. As primeiras são pintadas de forma mais branda, pois tiveram um papel importante para o começo da civilização. Já as segundas são tomadas como bárbaras que mereceriam o peso do gládio europeu (DANTAS, 2011; REIS, 1931). Os abusos cometidos pelos colonizadores são abrandados, vistos como erros isolados e justificados por fazerem parte de uma obra maior, que era a conquista da Amazônia.

Da união da cultura do português e do índio é que surgiu a cultura amazônica (TOCANTINS, 1982). União ocorrida de forma conciliada, onde o índio, em posição inferior, cede sua cultura para o português conquistador. Esse processo de aclimação entre as duas culturas, tendo o europeu um lugar dominante, teve o poder de gerar uma tradição própria, com sua família patriarcal, uma população miscigenada e com uma forma própria de equilibrar os antagonismos. A diferença entre Tocantins e Reis é que, para o primeiro, ancorado em Gilberto Freyre, o foco de análise estava na sociedade, nas relações sociais e na cultura que se formavam espontaneamente no processo de aclimação do pacto ecológico amazônico. Reis concorda com Freyre e Tocantins sobre a importância da miscigenação, patriarcalismo e do equilíbrio de antagonismos, mas seu foco de análise está no Estado e nos grandes movimentos políticos e administrativos que tornaram possível o surgimento de todo esse complexo cultural.

A forma como estes autores enxergam a problemática amazônica está relacionada à questão nacional. O binômio desenvolvimento x subdesenvolvimento liga-se à dicotomia da sociedade tradicional, de matriz extrativista, e a sociedade industrial, com inversões de capital de empresas estrangeiras e nacionais, tendo os grupos dirigentes locais um componente importante nesse processo. O emblema dessa defesa da industrialização é a Operação Amazônia, cuja implantação teve amplo apoio dos grupos dirigentes locais e que resultou em várias consequências inesperadas no espaço amazônico; a proletarização forçada ou desaparecimento de populações tradicionais, sejam elas quilombolas, ribeirinhos e indígenas, o esvaziamento do campo (IANNI, 1986), o crescimento desordenado das cidades e o aumento do fluxo migratório (BENTES, 1983), o surgimento de novas classes sociais propiciado pelo industrialismo (BENEVIDES, 1985), mudanças nas relações de trabalho ocorridas no chão de fábrica (VALLE,

2007), a mudança no perfil das classes empresariais que se passaram a se adaptar à nova conjuntura surgida na Zona Franca de Manaus (SERÁFICO, 2011), alterações nas relações de gênero e inserção da mulher em novas relações (COSTA, 1985), a relação das indústrias na selva com o capitalismo mundial (FREITAS PINTO, 1986) e as mudanças nas políticas públicas para os mais pobres (SHERER, 1987) são apenas algumas das consequências já bastante estudadas pela intelectualidade local.

Tais consequências expõem as facetas paradoxais da modernização conservadora. A modernidade constrói e destrói, cria esperanças, mas também horrores. A modernização controlada e conciliada pode ter sido assim sentida por amplos setores da classe média e alta da sociedade regional, mas não o foi para as populações mais vulneráveis. Para elas, a modernização se mostrou em sua face mais brutal, destruindo e desagregando toda as relações e referências. A dinamização social e a racionalização das formas de produção são acompanhadas pela destruição lenta, abrupta ou brutal de formas de vida milenares. Florestan Fernandes (2008), quando refletiu sobre formas de dominação a partir de Durkheim, mostrou como sociedades de solidariedade complexa e orgânica se expandiam e englobavam sociedades de estruturas mais simples. O processo, que começou ainda no século XVII e teve um novo fôlego com a ditadura civil/militar, permanece latente até hoje. Conforme escreveu Marcio Souza (2010), quando não houver mais meio ambiente e nem as populações tradicionais este espaço deixará de ser a Amazônia; então ele deverá receber um outro nome. A famosa metáfora de Max Weber (2009) se aplica bem ao Trópico Úmido — quando a última tonelada de carvão fóssil tiver sido queimada, tudo estará acabado.

Os grandes projetos de desenvolvimento do regime ditatorial defendidos pelos autores como uma panaceia dos problemas regionais tiveram várias consequências imprevistas para o mundo amazônico. A rodovia Transamazônica (BR-230), por exemplo, com seus mais de cinco mil quilômetros e cruzando norte e nordeste, não foi concluída e uma parte considerável ainda não foi asfaltada, e pouco mais de dez por cento recebeu asfalto. Durante os períodos de chuva, dezembro a março, o trânsito se torna impossível. A devastação ambiental também foi um dos pontos mais dramáticos desta que é um dos símbolos da integração da Amazônia. Durante sua construção, cortar uma árvore castanheira de quinhentos anos de idade não era crime, mas símbolo de desenvolvimento. O trecho de 700 quilômetros ligando Manaus a Lábrea (AM) ainda é um importante registro de violência no campo e devastação ambiental. Os municípios que acompanham a estrada possuem um IDH baixíssimo, sendo dependentes de repasses federais. A paisagem é dominada por áreas de pastos sem utilização e unidades de conservação

e reservas indígenas sob pressão crescente de madeireiras. A maioria das pessoas sobrevive da coleta de ouro e da extração ilegal de madeira (ALMEIDA, 2016).

O genocídio indígena também funcionou de forma acelerada na Amazônia. As investigações da Comissão Nacional da Verdade apontam que durante a construção das rodovias Transamazônica, Perimetral Norte (ligando Manaus e Boa Vista) e Cuiabá – Santarém, cerca de oito mil índios de várias etnias foram dizimados. Uma das práticas comuns eram as chamadas *Correrias*: expedições armadas ocorridas até o final da década de setenta para dizimar populações tradicionais. Aldeias e famílias inteiras eram destruídas por bombas e pelo fogo. Muitos índios corriam para tentar se esconder em sítios afastados ou em outras aldeias amigas (SANSON, 2013).

A SUDAM sofreu uma série de mudanças desde sua fundação em 1966 até o século XXI. A mudança de paradigma que sofreu o capitalismo na década de noventa fez com que o modelo de desenvolvimento guiado pelo Estado e amparado na noção desenvolvimentista de inesgotabilidade dos recursos naturais fosse questionado. A partir de então, a ação da autarquia passa a ser guiada também pela preocupação com a sustentabilidade. Contudo, a perda de operacionalidade da instituição tem feito com que as propostas fiquem mais no nível das intenções (BRITO, 2001).

Em 1998-1999, a instituição sofreu uma das suas maiores crises, com o desvio de cento e trinta e dois milhões de reais. O Ministério Público apontou o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) como o principal responsável. Em 2001, o então presidente Fernando Henrique Cardoso extinguiu a autarquia e criou a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA). Em 2007, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva remodelou a ADA, recriando a SUDAM. Atualmente, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e a SUDAM estudam firmar parcerias para o desenvolvimento regional. As ideias e projetos propostos pelo conservantismo nortenho, mesmo que tenham resultado em algum desenvolvimento econômico, atualmente, em condições de esvaziamento do papel do Estado como agente indutor de políticas de desenvolvimento ou de ações anticíclicas que revertam um contexto de crise, aparentam não ter a mesma força de décadas anteriores.

As Ideias Força predominantes no pensamento conservador amazônico são: desenvolvimento, integração nacional, autoritarismo, tradição, modernidade, planejamento e industrialização. A integração nacional é interpretada a partir do binômio *Estado x Empresa*. Cabe aqui perceber como essa integração com vistas ao desenvolvimento está ligada à implantação de uma sociedade industrial, com intensa especialização de funções e com elevado

grau de coesão, onde cada organismo e célula social saberia seu lugar. A tradição regional em condições de industrialização funcionaria como suporte para manutenção da coesão social, impedindo a anomia, prevenindo o aparecimento de ideias subversivas e servindo como suporte ideológico. O autoritarismo, por sua vez, aparece como o único caminho possível para a superação desta sociedade isolada em si mesma. A modernidade possível é a controlada por meios autocráticos. Reis foi explícito sobre esse tema em suas memórias políticas, ao descrever que recebeu carta branca do presidente/ditador Humberto de Alencar Castelo Branco para vencer, sejam quais meios possíveis, o imobilismo estadual (1967). Tocantins, em palestra publicada em livro (1969), aprovou essas ações quando afirmou que a administração de Reis era digna dos grandes estadistas, chegando a definir seu mentor como um “Pombal com ares de Nassau”, em outras palavras, como alguém que conseguiu incentivar tanto a cultura quanto a economia regional.

O planejamento regional está diretamente amparado na defesa de um estado unitário e centralizado, intervindo nas regiões por meio de instituições e autarquias criadas especialmente para a engenharia social. O SPVEA, transformado em SUDAM com o Golpe de 1964, é um exemplo claro desse exercício do Estado tecnocrático e ditatorial sobre o mundo da vida. Mais explícito foi a defesa de Reis da criação do *Ministério da Amazônia* para agir diretamente na ação e planejamento regionais, tornado mais forte a intervenção federal na esfera regional. Esse é um dos traços que deixam claro a raiz saquarema e autoritária do pensamento de Reis, e em certa medida de Tocantins, ao afirmar que só o Estado pode ser o vetor das demandas nacionais e da vontade geral; é pelo Estado que a nação se firma, é pelo Estado que as regiões se desenvolvem.

Como apontou Villas Bôas (2006), a escolha pelo passado ou pelo futuro resulta em consequências políticas importantes. No caso do pensamento político em questão, importa não apenas essa escolha, mas a forma como equaciona o passado e o futuro. O passado foi equacionado, recortado e construído de forma a servir aos propósitos importantes de integração e desenvolvimento. Uma tradição com seus heróis e vilões foi inventada para justificar uma cultura amazônica, ao mesmo tempo em que se voltava para a implantação, por meio de um regime de força, de relações capitalistas intensas e extensas nos meios urbano e rural. Não se pode deixar de perceber a ambiguidade e os limites do pensamento destes autores, pois ao mesmo tempo em que diziam defender certas tradições e os povos regionais, defendiam um modelo de desenvolvimento que simplesmente os ignorava. Uma das justificativas para a economia política da ditadura para a região residia em um suposto vazio demográfico que não

se confirmava na realidade, devido à pluralidade de formas de vida aqui existentes que tem pelo menos dez mil anos. Desde o século XVI, a legitimidade destes povos como ocupantes do território sempre foi questionada e quase nunca levada em conta. Essa noção de vazio demográfico ainda permanece latente no senso comum brasileiro e serve, hoje mais do que nunca, como justificção para seu extermínio e expropriação.

A ênfase na ordem e na coesão social, questões caras ao pensamento conservador, fez com que essa forma de pensamento político na região não enxergasse outras dimensões igualmente importantes da sociedade regional. Não levaram em conta que toda ordem social não é natural, não se faz linearmente, mas se produz a partir de conflitos e embates políticos entre grupos, indivíduos, ideologias e projetos. Toda ordem social agrega, mas também segrega. Não levaram em conta os custos humanos desse pacto ecológico de aclimatação para as civilizações que entraram em embate contra os portugueses, e que aos indígenas o que restou foi desfigurar-se culturalmente, fugir para as terras inférteis da terra firme ou lutar até a chegada do extermínio inevitável.

O método de pesquisa utilizado por Reis também apresenta limites. Os documentos conservados nas bibliotecas e outros prédios públicos foram tomados como atestados da verdade histórica. Mas não se perguntou o professor *por quê* aqueles documentos é que foram preservados, e nem *por quê* estavam escritas *aquelas* informações e não outras. O olhar a partir dos de cima, para usar um termo de Florestan Fernandes, pode revelar muitas coisas, mas também esconde muitas outras. Reconstruir a realidade significa desenrolar um novelo de lã, desvendando seus amplos aspectos. É preciso ir na raiz do processo social. O novelo de lã dos nossos autores ficou apenas parcialmente desenrolado. Como exemplo, basta lembrar a forma pouco aprazível como Tocantins, tomando como referência as afirmações de Reis no livro *O Seringal e o Seringueiro* (1953), se refere aos trabalhadores extrativistas — indisciplinados que tentavam a todo custo desviar a produção de borracha e vendê-la para o regatão, ocasionando prejuízos para o coronel seringalista. Não foram na raiz do fenômeno social ao mostrar que aquilo era uma estratégia de sobrevivência diante da terrível situação de escravidão por dívida a que eram submetidos⁶⁹.

Os autores também apresentam uma visão positiva da atuação do clero na região. Responsáveis pelo processo brando de conversão dos indígenas e suas consequentes transformações em entes civilizados, dotados de cultura e razão; com os seus “carinhos”, teriam

69 Teixeira (2009) demonstra a forma como ocorria esse processo de escravidão e como alguns castigos infligidos contra os seringueiros eram muitas vezes cruéis como, por exemplo, jogar os empregados desobedientes em um buraco cheio de cobras.

feito a obra de cristianização na Amazônia. Narrativa que também possui seus limites, pois não joga uma luz sobre o quanto os Descimentos e os Regimento das Missões se tornavam, na prática, uma forma de escravidão velada, onde o excedente do trabalho realizado pelo índio era direcionado para a Igreja e/ou para o Estado (IANNI, 1978). Também decidiram ignorar um fenômeno muito comum à época nas regiões do Tropicó Úmido: o rapto ou *doação* (sic) de crianças e mulheres indígenas⁷⁰.

Márcio Souza (2010), em ensaio citado em capítulos anteriores, fez pesada crítica às elites amazonenses pelo seu adesismo porque, tendo bom trânsito pelos espaços de poder, viviam a “mendigar” migalhas do poder central para ações na Amazônia⁷¹. Narra, por exemplo, a ocasião em que o então ministro da ditadura Delfim Neto, em sua viagem ao Amazonas, solicitou um relatório da burocracia local a respeito da situação geral do Estado e lhe foi entregue um texto em versos alexandrinos. Também escreve sobre a subserviência que os grupos mandantes locais tinham em relação às ditaduras, sempre esperando favores em troca, como a censura de um artigo de jornal inteiro, em vez de apenas alguns trechos, como pedia o regime varguista, apenas para deixar claro que não havia dúvidas da adesão dos donos do jornal à ditadura. O tom usado pelo autor é caricatural e expressionista, mas consegue transmitir a postura e o clima de setores majoritários da sociedade local em relação aos favores que esperavam conseguir de quem estivesse no Poder, independente de ideologias.

A Amazônia contemporânea e o pensamento conservador que ela gerou são frutos diretos do processo macro-histórico de implantação da modernidade periférica. É o ápice de um processo de expansão do capitalismo que se inicia com a chegada dos portugueses no século XVI e se radicalizou a partir de 1964 com a modernização conservadora baseada na coerção violenta. O binômio *Ordem e Progresso*, na região, poderia muito bem ser substituído pelo de

70 Heloísa Costa (2005) descreve o fenômeno: A venda de crianças era muito comum. Os brancos (...) as encomendavam aos barqueiros índios. As aldeias indígenas eram atacadas de surpresa por índios de outra tribo, os Miranha, mudo temidos, pois tinham fama de serem canibais. Estas (...) não ofereciam resistência. Os pais eram mortos ou escorraçados para o mato, sem que tivessem tempo de salvar os filhos. Durante o transporte (...) muitas crianças morriam (...) Mulheres e crianças eram levadas, por encomenda, aos municípios. Houve casos de até serem encaminhadas, como presentes, às autoridades da Capital e até mesmo no Rio de Janeiro. Crianças, sob o manto da adoção, tornavam-se servas eternas (...) As autoridades sabiam das ocorrências, mas não tomavam providências (...) Outra dificuldade, que sempre pairou sobre as crianças pobres foi que, sob o manto da orfandade, se camuflava e se legalizava a situação de muitas crianças que na realidade tinham sido raptadas ou compradas. As leis do Império, ao considerar órfãs todas as crianças filhas de pais não casado, abria esse espaço de corrupção (p.320 - 323)

71 Apesar de não citar nominalmente, essa elite é a mesma da qual pertencia Arthur Reis. Embora não cite nominalmente o autor, Márcio Souza também tece na mesma obra várias críticas à historiografia oficial do Amazonas, do qual Reis foi o principal formulador, taxando-a de conservadora. Contudo, em *História da Amazônia* (2019), rasga vários elogios ao ex-governador, classificando sua administração de republicana e moderna. Não sem surpresa, Souza foi um dos intelectuais que participaram da gestão de Arthur César frente ao executivo amazonense.

Segurança e Desenvolvimento, dentro do qual estava inserida a ideologia de Segurança Nacional do Estado autoritário. Ele expressa o auge do processo da revolução passiva à brasileira, onde as mudanças sociais ocorrem preservando o passado e a modernidade vai se instalando a conta gotas, retardando ao máximo os processos de desencaixe e de liberdade das formas de vida social.

O pensamento político de Reis e Tocantins pode ser definido como uma vertente *conservadora-autoritária-tradicionalista*, onde traços do conservantismo, do autoritarismo e do conservadorismo culturalista se fundem em uma visão própria sobre a Amazônia e sobre seu papel na promoção da grandeza nacional. Ele foi uma forma da região norte interpretar o Brasil e ao mesmo tempo interpretar a si mesma. Pode-se dizer que o empreendimento político e teórico destes autores conseguiu alcançar o objetivo desejado. Ao mesmo tempo em que mudaram a visão corrente sobre a região, acabaram por tornar as suas próprias interpretações versões oficiais da história, com seus méritos e defeitos, alcances e limites. Permanecem no imaginário regional figuras como Ajuricaba, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o Forte do Presépio como germe da cidade Belém e o Lugar da Barra como o embrião de Manaus, a riqueza gerada pelo extrativismo gomífero, a luta pela abolição, a tragédia gerada pela Cabanagem e a consciência de que as pessoas daquela parte do Brasil são diferentes das de outras regiões — o que seria motivo de orgulho e não de vergonha.

Luiz Fernando de Souza Santos (2018), em estudo sobre o marxismo na Amazônia, aponta para a formação de um marxismo *que vem de dentro*, cuja chave de interpretação reside na compreensão dos processos e estruturas a partir da perspectiva do ribeirinho, do indígena, do quilombola e do caboclo. Partindo dessa classificação, pode-se chamar o conservantismo amazônida de conservadorismo *que vem de dentro*, cujo olhar vem da perspectiva das elites dirigentes e do Estado colonial e/ou nacional. É a expressão de grupos sociais desejosos em impor um determinado modelo de civilização na Amazônia.

Em linhas gerais, a proposta política ideal para o Brasil e para a Amazônia baseia-se na República como forma de governo, no presidencialismo como sistema, na ditadura como regime e na forma unitária como organização do Estado — amparada em uma elite esclarecida e neutra, sem ideologias, guardiã das tradições e dos valores sociais. É síntese de uma *modernidade controlada*, em que a necessidade de ordem e de interação nacional se impõe sobre todas as outras esferas da vida social.

O empreendimento político dos autores, atuando como homens de Estado para mudar a relação entre região e nação, também chegou a contento. A Operação Amazônia mudou

radicalmente a face da região; a formação social e econômica do Trópico Úmido é uma consequência direta das articulações ocorridas nas décadas de sessenta e setenta, onde Reis e Tocantins tiveram papel importante. Pode-se chamar estes autores de *intelectuais militantes*, pois tiveram uma dimensão tanto de pesquisadores, professores e palestrantes, quanto de homens de Estado que participaram ativamente do Poder. Foram ideias que se institucionalizaram e hoje fazem parte do imaginário e do léxico político e social da região norte.

A modernidade se expandiu por novos lugares e integrou o mundo inteiro em uma rede mundial de trocas de produtos, informações, pessoas e, acima de tudo, de ideias. Assim como o capitalismo se adaptou às peculiaridades locais, regionais e continentais, as ideias políticas também realizam o mesmo processo ao se tornarem um instrumento para os grupos sociais interpretarem o seu lugar no mundo e formularem estratégias de ação política. O caso do pensamento conservador amazônico, conforme vimos nos capítulos anteriores, obedece a mesma lógica estrutural e fenomênica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de focar um espaço de tempo que vai da década de trinta à década de setenta do século XX, esta tese foi escrita pensando no momento presente. A discussão a respeito do conservadorismo da época traz várias questões que ressurgem hoje, na segunda década do século XXI. A função de um Estado com executivo forte que passe por cima das querelas partidárias, a descrença com a política parlamentar liberal e suas instituições, a preocupação com a ocupação do espaço amazônico com uma política de segurança nacional, a valorização dos costumes por grupos conservadores em oposição à desordem moral e social causada por um tipo supostamente subversivo de modernidade e a luta contra um inimigo comum são apenas alguns dos temas tratados pelo pensamento político da época que se repetem na contemporaneidade.

Falar do passado também é falar do presente. Mesmo que procuremos observar a história por dentro, a partir dos seus próprios valores, o nosso olhar, de alguma forma, sempre será atraído para questões e temas que mais fazem sentido para o mundo contemporâneo: Amazônia, meio ambiente, Estado, autoritarismo e democracia são apenas algumas problemáticas mais discutidas hoje no âmbito da política e da academia. A linhagem de pensamento estudada nesta tese se reatualiza no tempo presente. A defesa das vantagens Amazônicas como elemento para criar modelo econômico próprio encontra vozes em políticos liberais locais que veem na Zona Franca de Manaus, hoje Polo Industrial de Manaus, um modelo ultrapassado pelo capitalismo globalizado⁷². A defesa da ação do Estado e do fortalecimento das autarquias federais no desenvolvimento de projetos que geram emprego, bem como preocupações com a sustentabilidade ambiental, encontram eco em políticos de matiz trabalhista⁷³.

Apesar dessas confluências de temas, aquela direita do século XX, pela profundidade com que tratou seus objetos de pesquisa e a forma como atuou politicamente como agente do Estado, apresenta um preparo muito maior do que possui esta nova direita, cujas concepções sobre política, Estado e desenvolvimento se parecem mais como sombras distorcidas pelo vulgarismo de teorias conspiratórias. Intelectuais como Leandro Tocantins e Arthur César Ferreira Reis eram de fato conhecedores do Brasil e da Amazônia, e tinham uma visão sólida, amparada em décadas de estudos e pesquisas, sobre os caminhos que o país deveria seguir e

72 Em entrevista para minha dissertação, (SILVA, 2014), Deusamir Pereira (PSDB) afirmou-me categoricamente que a “Zona Franca morreu.”

73 Serafim Corrêa (PSB) é um dos exemplos.

como deveria ser organizado a relação entre Estado e Sociedade. A direita do século XX lia Durkheim, Freyre, Vianna e Azevedo Amaral. A direita atual lê Olavo de Carvalho, Steve Bannon e Rush Limbaugh.

A ciência é essencialmente crítica. Cabe a ela desconstruir as peças que regem a estrutura social, compreender e interpretar os fenômenos, apontar processos de conflitos, fricção e desencaixe e, por fim, demonstrar as regras do jogo que permanecem escamoteadas no jogo de interesses e disputas que compõem o mundo social. Sem uma visão cética sobre a vida em sociedade, não há ciência, apenas justificação e racionalização do que já está posto. Por isso nos propomos não apenas a descrever por dentro o conservadorismo na Amazônia e relacioná-lo com os processos macro-históricos mais amplos, mas também apresentar seus alcances e limites, suas contribuições e distorções de formulações que hoje se tornaram a ideologia oficial. O pensamento conservador foi uma das formas de autoconsciência da região em relação ao seu papel no mundo, resultado direto do fenômeno de reflexividade da modernidade, foi a forma como grupos procuraram racionalizar certas concepções de mundo e justificar uma determinada economia política para o Norte.

Uma das dificuldades de se estudar o pensamento político brasileiro é que as questões postas por ele estão sempre quentes nos debates políticos. Deixar que o calor das discussões da política contemporânea acabe contaminando a análise e fazendo com que o pesquisador cometa certos juízos de valor é um dos perigos a ser prevenido com bastante vigilância epistemológica. Obviamente que a neutralidade total é impossível, mas a fidelidade ao método é um caminho seguro para um conhecimento válido, capaz de ser compreendido tanto por um amazônida quanto por um chinês.

As pesquisas na área do pensamento social já são uma tradição no Brasil. Na Amazônia é clássico o estudo de Renan Freitas Pinto sobre a relação entre ideias e sociedade na região (2008). A série de livros *Vozes da Amazônia* (2007; 2014; 2016) também tem dado uma grande contribuição para a pesquisa sobre a temática. Recentemente, a tese de Santos (2018) sobre o marxismo na Amazônia apresentou uma nova frente de estudos sobre a relação entre as grandes matrizes teóricas do pensamento moderno e a problemática regional. Ramos (2019b) inaugurou uma nova frente de estudos ao relacionar o pensamento social e político com relações internacionais. A presente tese de doutoramento se encaixa na pesquisa do pensamento político brasileiro, onde o foco reside na interpretação do Poder, do Estado e da Política.

Dentro desta linha de pesquisa, novas frentes se abrem para um vasto campo ainda inexplorado pela ciência social e política, como a emergência de uma nova direita na Amazônia,

as articulações na construção de uma internacional de direita no mundo, o movimento monarquista e tradicionalista no mundo atual, a relação entre Estado e Sociedade no marxismo e no liberalismo produzido na região amazônica, a sociologia política dos grandes projetos de desenvolvimento regional e a forma como o governo atual mobiliza um imaginário idílico da ditadura militar, utilizando-o para justificar uma reedição da Operação Amazônia no século XXI são apenas alguns dos caminhos abertos. Aquele que se propor a percorrê-los, parar usar as palavras de Dante Alighieri, “abandonai toda a esperança”, fuja de respostas fáceis para perguntas complexas, sempre desconfie da sua própria interpretação dos dados, testando a todo momento a sua validade e, acima de tudo, saiba que para cada questão resolvida, outras cinco aparecerão. Analisar as consequências da modernidade para a Amazônia, que se apresenta como uma floresta quase infinita de problemas, objetos e hipóteses, é compreender como os processos globais de mudança e dominação se adaptam em uma região específica. Os processos uniformizadores de vida e cultura são constantemente desafiados pelo legado amazônico.

Os estudos sobre o mundo amazônico têm confluído para a conclusão de que ele, como espaço histórico e político, foi inventado pelo devassamento e incorporação impostos pelas civilizações ocidentais (SILVA, 1997, 2012; SANTOS, 2014, 2018; GONDIM, 1994). Os processos macro-históricos da modernidade, ao atravessarem esse espaço, deram-lhe nova identidade, novos significados e classificações diversas daquelas dadas pelas civilizações pré-modernas. Coube ao conservantismo dar sua contribuição para a construção da identidade regional, que ainda se atualiza no século XX.

O que o europeu ou ocidental convencionou chamar de Amazônia, um lugar virgem e intocado, para as civilizações autóctones era um grande espaço humanizado, dividido entre centenas de grupos sociais com variadas relações de suserania e vassalagem. O pensamento ocidental homogeneizou algo que não podia ser homogeneizado. A região Amazônica põe questões que desafiam a epistemologia contemporânea e os grandes projetos de integração (SILVA, 1997). Conforme afirmou Djalma Batista (2008) em texto hoje clássico, a Amazônia é uma esfinge a ser desvendada. Ainda hoje permanece como um mundo à parte na realidade nacional brasileira. As grandes distâncias, a variabilidade de formas de vida e a densidade ambiental, outrora elementos interpretados como paraíso bem como o inferno, são apenas algumas das dificuldades que desafiam o Estado nacional e o pensamento moderno. Essa peculiaridade, como um dos últimos grandes ecossistemas do mundo, recoloca a problemática do desenvolvimento. Não se deve cair no erro de que desenvolvimento econômico resulta mecanicamente em desenvolvimento social. A experiência histórica no Trópico Úmido aponta

para uma relação problemática e não linear entre um e outro — e não uma relação determinista de causa e efeito. A elevação dos padrões de vida das populações regionais, talvez, perpassasse por uma outra lógica de ação que não seja a exploração indiscriminada do bioma e a proletarização forçada das populações.

Decifrar a Amazônia, para a civilização ocidental, pode ser um desafio político e acadêmico, mas, para as populações tradicionais, esse enigma já foi desvendado há dez mil anos, pelo menos. Se quisermos compreender o trópico úmido, talvez devêssemos nos aproximar desse saber milenar e pelo menos cogitar que certas coisas, como o meio ambiente e as populações de matriz cultural *não-moderna*, não se encaixam na nossa lógica civilizacional.

A Amazônia é uma totalidade ainda a ser desvendada.

REFERÊNCIAS

A NOTÍCIA. **Governador do Amazonas: “Plínio Coelho é Ladrão e por isso foi detido”**. Rio de Janeiro, 1964.

ALENCAR JÚNIOR, Moacir Pereira. **Conservadorismo Católico na Era Vargas (1930-1945):** Liberais, Integralistas e Comunistas segundo Plínio Corrêa de Oliveira. Rev. Sem Aspas, Araraquara, v. 7, n. 1, p. 68-89, jan./jun., 2018. ISSN: 2358-4238. DOI: 10.29373/semaspas.unesp.v7.n1.jan/jun.2018.11880

ALMEIDA, Fabiano Maisonnave e Lalo de. **Transamazônica, crime e abandono:** Pobreza, desmatamento e extração ilegal de madeira e ouro margeiam rodovia na floresta. In: <https://amazonia.org.br/2016/10/transamazonica-crime-e-abandono-pobreza-desmatamento-e-extracao-ilegal-de-madeira-e-ouro-margeiam-rodovia-na-floresta/> Acesso em: 20/12/2019.

ARAÚJO, Pedro Henrique Barbosa Montandon de. **Pocock e a historiografia como linguagem política**. Resgate - Rev. Interdiscip. Cult., Campinas, v. 25, n. 1 [33], p. 275-294, jan./jun. 2017

AZEVEDO AMARAL, Antônio J. **Ensaio brasileiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: Omena e Barreto, 1930.

AZEVEDO AMARAL, Antônio J. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Brasília: Editora da UnB, 1981.

BASTOS, Elide Rugai. **As criaturas de Prometeu:** Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira. São Paulo: Global editora, 2006.

BASTOS, Elide Rugai. **Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1986.

BASTOS, Elide Rugai. Polifonia da Amazônia. In: BASTOS, Elide Rugai; PINTO, Renan Freitas (orgs.). **Vozes da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

BASTOS, Elide & FREITAS PINTO, Renan. Os intelectuais e a questão regional. In: BASTOS, Elide Rugai; PINTO, Renan Freitas (orgs.). **Vozes da Amazônia**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BECKER, Bertha. Construindo a Política Brasileira de Meio Ambiente para a Amazônia: Atores, Estratégias e Práticas. In: **Ibero-Amerikanisches Institut**, Berlin, 2017. In: http://publications.iai.spk-berlin.de/servlets/MCRFileNodeServlet/Document_derivate_00001611/. Acessado em 16/05/2019.

BENEVIDES, Nice Ypiranga. **O milagre dos Manauaras: Zona Franca de Manaus** (Uma análise do processo de industrialização implantado em Manaus e da Universidade como formadora de mão de obra especializada). Dissertação (Mestrado). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1985.

BENTES, Rosalvo. **A Zona Franca e o processo migratório para Manaus**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1983.

BENTIVOGLIO, Júlio. A história conceitual de Reinhart Koselleck. **Dimensões**, vol. 24, 2010.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1988.

BÔAS, Gláucia Villas. **Mudança Provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRAGA, Robério. **Arthur Cezar Ferreira Reis**. Manaus: Imprensa Universitária, s.d.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do Pensamento Político Brasileiro**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2007.

BRITO, Daniel Chaves. A SUDAM e a crise da modernização forçada: reforma do Estado e sustentabilidade na Amazônia. **Revista Ambiente e Sociedade**, n. 8, Campinas, 2001.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução em França**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

CAMPOS, Roberto. **Lanterna na Popa: Memórias**. São Paulo: Top Books, 1994.

CARVALHO, José Murilo. **A Construção da Ordem: a elite imperial**. Teatro das Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTRO, Edna. Políticas de Estado e Atores Sociais na Amazônia Contemporânea. *In*: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEJKA, Marcel (orgs.). **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Editora Globo, 2010.

CEPÊDA, Vera. O Sentido da Industrialização: políticas econômicas, mudança social e crise do liberalismo na primeira república. *In*: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André (orgs.). **Revisão do Pensamento Conservador: Ideias e políticas no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, FAPESP, 2010.

CHAUÍ, Marilene. A História do Pensamento em Marx. *In*: Atilio BORON, Boron; AMADEO, Javier; GONZALES, Sabrina. (orgs.). **Teoria Marxista Hoje: problemas e perspectivas**. Expressão Popular. CALCISO Livros, Buenos Aires, 2006.

CHAGURI, Mariana. **Ideias, romance, região**. In: RUGAI BASTOS, Elide; FREITAS PINTO, Renan (orgs.). Manaus: EDUA, 2016.

CONSTANT, Benjamin. **Princípios políticos constitucionais** (Princípios políticos aplicáveis a todos os governos representativos e particularmente à Constituição atual da França – 1814). Rio de Janeiro: Liber Juris, 1989.

CORREIO DA MANHÃ. **Artur Reis: “Mandei fechar dois jornais”**. Rio de Janeiro, 1964.

CORREIO DA MANHÃ. **Aberto Curso sobre sesquicentenário**. Rio de Janeiro, 1972.

COSTA, Heloisa Lara Campos. **As mulheres e o Poder na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2005.

COSTA, Heloisa Lara Campos. **Patriarcado e dominação capitalista**: uma análise da reprodução da subordinação feminina do espaço doméstico ao espaço fabril. Dissertação (Mestrado), Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

COSER, Ivo. **Visconde do Uruguai**: centralização e federalismo no Brasil (1823-1866). Rio de Janeiro: Editora UFMG, IUPERJ, 2008.

DANTAS, Hélio da Costa. **Colonização e Civilização na Amazônia**: escrita da história e construção regional na obra de Arthur Reis. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, 2011.

DANTAS, Hélio da Costa. **Arthur César Ferreira Reis**: trajetória intelectual e escrita da história. Jundiaí, Paco Editorial, 2014.

DIÁRIO CARIOCA. **Ai, meu passarinho!** Rio de Janeiro, 1964.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Reis: “Renunciei para Mostrar que não costumo usar saias”**. Rio de Janeiro, 1964.

DIÁRIO DE SÃO PAULO. **Governador do Amazonas fecha jornais e manda prender jornalistas**. São Paulo, 1964.

DINIZ, Eli. O Estado novo: Estrutura de Poder e relações de classe. *In: O Brasil republicano*: História da civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1983. Vol. 3.

DOMINGUES, José Maurício. **Ensaio de Sociologia**. Minas Gerais: Editora UFMG 2004.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DURKHEIM, Émile . **A sociologia de Talcott Parsons**. São Paulo: Annablume, 2008.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2008.

FAULHABER, Priscila; TOLEDO, Peter Mann (orgs.). **Conhecimento e fronteira história da Ciência na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes sociais na América Latina**. 4 ed. São Paulo: Global, 2009.

FERNANDES, Florestan. **Sociedades de Classes e subdesenvolvimento**. 5°. São Paulo: Global, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças Sociais no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Sociologia Crítica e Militante**. Octavio Ianni (org.). São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. O pensamento político de Alberto Torres: a reforma constitucional e o Estado brasileiro. *In*: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André (orgs.). **Revisão do Pensamento Conservador**: Ideias e políticas no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, FAPESP, 2010.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *In*: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André (orgs.). **Revisão do Pensamento Conservador**: Ideias e políticas no Brasil.. São Paulo: Editora Hucitec, FAPESP, 2010.

FOLHA DO NORTE. **Amazônia abre sesquicentenário**. Belém, 1972.

FREITAS PINTO, Renan. **Viagem das idéias**. Manaus: Valer, 2008.

FREITAS PINTO, Renan. **A sociologia de Florestan Fernandes**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2008.

FREITAS PINTO, Renan. **Como se produzem as Zonas Francas**. Trabalho apresentado no seminário “A Amazônia sob a divisão internacional do trabalho”. Belém: NAEA/UFPa, set., 1986.

FREITAS PINTO, Renan. **Prefácio**. *In*: BENAION, Noval. **Subordinação Reiterada**: imperialismo e subdesenvolvimento no Brasil. Manaus: Editora Universidade Federal do Amazonas, 2006.

FREITAS, Marilene Corrêa da Silva. **Metamorfoses da Amazônia**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) -Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

FREITAS PINTO, Renan. **A Sociologia crítica e a questão social**. Manaus: Academia Amazonense de Letras, 2018.

FREITAS PINTO, Renan. **O Paiz do Amazonas**. 3 ed. Manaus: Valer, 2012

FREYRE, Gilberto. Unidade e Diversidade, Nação e Região. *In*: **Interpretação do Brasil**: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1947.

- GAZETA DO POVO. **Plínio Coelho diz que sua prisão tem sentido de intriga**. Curitiba, 1964.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 1992.
- GIDDENS, Anthony. **O Estado-Nação e a Violência**. São Paulo: EDUSP, 2008.
- GILBERT, Martin. **História do Século XX**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2016.
- GILENO, Carlos Henrique. A Carta Constitucional de 1824 e a organização da estrutura de poder institucional no Brasil. **Revista Escrita da História**, Ano III – vol. 3, n. 6, jul./dez. 2016.
- GOMES, Leila Margareth Rodrigues. **Movimentos Sociais na Obra de Arthur Reis**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.
- GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. **Sumário dos inquéritos**. Manaus, 1965
- HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A Invenção das Tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- HOBBSAWN, Eric. **Era dos extremos: O breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- HOBBSAWN, Eric. **A Era das Revoluções: 1789 - 1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- HOBBSAWN, Eric. **A Era dos Impérios: 1875 - 1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- HOBBSAWN, Eric. **A Era do Capital: 1948 - 1875**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- HOBBSAWN, Eric. **Nações e Nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- HOEFFEL, João Luiz de Moraes; REIS, Jussara Christina. O Conceito de sustentabilidade na teoria social Latino Americana. *In*: FERREIRA, Leila da Costa. (org). **A questão Ambiental na América Latina**, Campinas: Editora Unicamp, 2011.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLLANDA, Cristina Buarque de; COSER, Ivo. Realismos Autoritário e Liberal: Aspectos da Imaginação sobre Representação Política em Fins do Século XIX e Princípios do XX. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 59, n. 3, 2016
- IANNI, Octavio. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978**. 2 ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1986.
- IANNI, Octavio. **Escravidão e Racismo**. Hucitec, São Paulo, 1978.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **Perfil**: Arthur Cezar Ferreira Reis. *In*: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/acfreis.html>. Acessado em: 08/10/2019.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **Perfil:** Leandro Góes Tocantins. In: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/lgtocantins.html>. Acessado em: 08/10/2019.

JORNAL DO COMMERCIO. **Com Artur Reis e Mena Barreto, “Linha Dura” vence no Amazonas e São Paulo.** Rio de Janeiro, 1964.

JORNAL DA TARDE. **O que fazer para salvar a Amazônia.** São Paulo, 1973.

JORNAL DO COMMERCIO. **Oitocentos Milhões para a Valorização da Amazônia.** Recife, 1955.

JORNAL DO BRASIL. **Celso chama Reis de Covarde.** S/L, 1967.

JÚNIOR, Barrington Moore. **As Origens Sociais da ditadura e da democracia:** Senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: Edições Cosmos, 1967.

KIRK, Russell. **A Política da Prudência.** São Paulo: Editora Realizações, 2014.

KOSELLECK, R. **Futuro passado.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LAMBERT, J. **Os dois Brasis.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

LAMOUNIER, Bolívar. **Tribunos, profetas e sacerdotes:** intelectuais e ideologias no século XX. Companhia das Letras, São Paulo: 2014.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo Enxada e Voto:** o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LIMA, Araújo. **Amazônia, a terra e o homem.** São Paulo: Editora Nacional, 1975

LOWY, Michael. **A Jaula de Aço:** Max Weber e o Marxismo Weberiano. São Paulo: Boitempo Editora, 2014.

LYNCH, Christian Edward Cyril. A Primeira encruzilhada da democracia brasileira: Os casos de Rui Barbosa e de Joaquim Nabuco. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 16, 2008b.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Conservadorismo Caleidoscópico: Edmund Burke e o Pensamento Político do Brasil Oitocentista. **Lua Nova**, v. 100, 2017.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Necessidade, contingência e contrafactualidade. A queda do Império reconsiderada. **Topoi. Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 190- 216, mai./ago. 2018. Disponível em: <www.revistatopoi.org>.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O Discurso Político Monarquiano e a Recepção do Conceito de Poder Moderador no Brasil (1822-1824). **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 48, n. 3, 2005.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O império é que era a república: a monarquia republicana de Joaquim Nabuco. **Lua Nova**, São Paulo, v. 85, 2012,

LYNCH, Christian Edward Cyril. **O Pensamento Conservador Ibero-Americano Na Era Das Independências (1808-1850)**. **Lua Nova**, São Paulo, v. 78, 2008a.

LYNCH, Christian Edward Cyril. **Pensamento Político Brasileiro: conceito, história e estado da arte**. In: AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos; BRAGA, Maria (orgs.). **A Ciência Política no Brasil (1960-2015)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

LYNCH, Christian Edward Cyril. **Quando o regresso é progresso: a formação do pensamento conservador saquarema e de seu modelo político (1834-1851)**. In: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André. **Revisão do Pensamento Conservador: Ideias e políticas no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, FAPESP, 2010.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia: uma introdução à sociologia do conhecimento**. Rio de Janeiro, 1972.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia**. Marialice Firacchi (org.). São Paulo, 1982

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Jardim dos Livros, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Introdução crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

MENDES, Rogério Baptistini. **Azevedo Amaral e o Brasil Moderno: a via autoritária de modernização**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

MENDONÇA, Carlos Vinicius de. **O êxtase autoritário: O pensamento político de Azevedo Amaral**. **SINAIS – Revista Eletrônica. Ciências Sociais**, Vitória, n. 7, v. 1, Jun. 2010.

MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

MICHALET, Charles Albert. **O que é mundialização?** São Paulo: Loyola, 2003.

MORAES, Péricles. **Os intérpretes da Amazônia**. Manaus: Valer, 2001.

MOORE Jr, Barrington. **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. Lisboa: Editora Cosmos, 1967.

NIETZCHE, Friedrich. **Além do Bem e do Mal: prelúdio a uma filosofia do futuro**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2006.

NIETZCHE, Friedrich. **Obras Incompletas**. Ed. Nova Cultural, 2005.

NOGUEIRA, Flavio Schluckebier. **A Busca pela Modernização: uma Análise Comparativa entre a Rússia Imperial (1861-1914) e a Rússia Soviética (1921-1939)**. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 2013.

O GLOBO. **Governador negou-se a cumprir decisão do Tribunal de Justiça**. Rio de Janeiro, 1964.

OLIVEIRA, Antônio Pereira de. **Zona Franca de Manaus**: análise dos discursos intelectuais nas categorias estado e desenvolvimento regional. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Manaus, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2001.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **A ciência e o indiferentismo religioso**. *O Legionário*, n. 61, Jul. 1930.

O POPULAR. **Governador do Amazonas conta porque fechou Assembleia**. Goiânia, 1964.

PACHECO, Alexandre. A narrativa heroico-nacionalista de Arthur Reis na representação da defesa da Amazônia pelos portugueses e luso-brasileiros em A Amazônia e a cobiça internacional - anos de 1960. **História da Historiografia**, Ouro Preto, 2012.

PAIVA, Marco Aurélio Coelho. **A Conquista Intelectual Do Amazonas (1900-1930)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – São Paulo, Universidade de São Paulo, 2000.

PANSARDI, Marcos Vinicius. **Reinterpretando o Brasil**: Da revolução burguesa à modernização conservadora. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

PARSONS, Talcott. **O sistema das sociedades modernas**. São Paulo: Pioneira, 1974.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Seis interpretações sobre o Brasil. *In: Dados. Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 25, n. 03, pp.269-306, 1982.

PINHEIRO, Júlio Cesar Ferrão. Ecos de Nietzsche na Teoria de Marx Weber. *In: Revista de Filosofia Argumentos*, ano 2, n. 4, 2010.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do Ideário Político**. MICELI, Sérgio (org.). São Paulo: EDUSP, 2013.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. Conservadorismo Coroado: movimentos monarquistas no Brasil atual. **Estud. sociol. Araraquara**, v.22, n.42, p.15-34, jan/jun. 2017.

RAMOS, Tereza. **A Amazônia de Leandro Tocantins**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

RAMOS, Tereza. A Hermenêutica do pensamento amazônico de Euclides da Cunha e Leandro Tocantins. *In: TORRES NETO, Diogo Gonzaga. (org.). ESCRITOS INTERDISCIPLINARES III: Hermenêutas da Amazônia*. 1. ed, Olinda: Livro Rápido, 2019.

RAMOS, Tereza. **Escritos diplomáticos e a Amazônia**: Leandro Tocantins e a diplomacia cultural brasileira durante o regime político militar no Brasil. Manaus, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e cultura na Amazônia, Tese de Doutorado, 2019b.

REIS. Elisa Pereira. **Processos e escolhas**: estudos de sociologia política. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 1998

REIS, Arthur Cézar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. **A Amazônia e a Integridade do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2001.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. **A Amazônia que os portugueses revelaram**. Rio de Janeiro: MEC, 1956.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. **A Política de Portugal no Vale Amazônico**. Belém: Oficina Gráfica da Revista Novidade, 1940.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. **Aspectos da Formação Brasileira**. Brasília: Editora José Olympio, 1982.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. **Como Governei o Amazonas**. Manaus: Edições Governo do Estado, 1967.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. **Épocas e Visões Regionais do Brasil**., Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.

REIS, Arthur Cézar Ferreira . **História do Amazonas**. 1 ed. Manaus: Tipografia Reis, 1931.

REIS, Arthur Cézar Ferreira . **O impacto Amazônico na Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Paralelo, 1972.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. O planejamento regional: suas características e particularidades: ensinamentos decorrentes de experiência estrangeiras. *In: Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 1958.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1953.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. **Um mundo em mudança**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1987.

RIBEIRO, Odenei de Souza. **Tradição e Modernidade no Pensamento de Leandro Tocantins**. Manaus: Editora Valer, 2015.

RIBEIRO, Odenei de Souza. **Região e Conciliação**. Manaus: Editora Valer, 2010.

RICUPERO, Bernardo. Conservadorismo Difícil. *In: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André (orgs.). Revisão do Pensamento Conservador: Ideias e políticas no Brasil*. São Paulo: Editora HUCITEC, FAPESP, 2010.

RODRIGUES, Ana Maria Moog. Visconde do Uruguai e a ética do estadista. **Revista Estudos Filosóficos**. n. 7, 2011

SANSON, Cesar. **Construção de rodovias no governo militar matou cerca de 8 mil índios.** In: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/524054-construcao-de-rodovias-no-governo-militar-matou-cerca-de-8-mil-indios> Acesso em: 20/12/2019.

SANTOS, Luiz Fernando de Souza. **O Panóptico Verde: a invenção ambiental da Amazônia.** Manaus: Editora Valer, 2014.

SANTOS, Luiz Fernando de Souza. **Entre o Mágico e o Cruel: a Amazônia no pensamento marxista brasileiro.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

SERÁFICO, Marcelo. **O empresariado local e a Zona Franca de Manaus: reprodução social e globalização econômica.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SCHERER, Elenize Faria. **Assistência aos desassistidos manauaras: gênese e história da gestão estatal dos segmentos pobres da cidade de Manaus.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1989.

SCRUTON, Roger. **Como ser um Conservador.** Rio de Janeiro: Ed. Record, 2015.

SILVA LOBATO, Sidney. Estado, Nação e Região na Obra de Arthur César Ferreira Reis. **Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, vol. 13, n. 3, 2009.

SILVA, Juremir Machado da. **Raízes do Conservadorismo Brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SILVA, Michel Goulart. Introdução: Pensamento Conservador e Modernidade. **Temáticas**, Campinas, v. 40, n. 20, p. 07-12, ago/dez. 2012.

SILVA, R. L. da. **Os Mandarins Amazonenses: as representações da elite intelectual local sobre Zona Franca de Manaus e globalização.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

SILVA, Ricardo Lima da; RÉGIS, Alex Sander Pereira; MARINHO, Venâncio José Michiles. O Enigma da Esfinge: O Pensamento Político de Samuel Benchimol e Djalma Batista. **Rev. Sem Aspas**, Araraquara, v. 8, n. 1, p. 30-44, jan./jun. 2019. ISSN: 2358-4238. DOI: 10.29373/sas.v8i1.12601.

SOUZA, Lademe Correia de. **Arthur Reis e a História do Amazonas: um início em grande estilo.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

SOUZA, Marcio. **A Expressão Amazonense.** 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2010.

SOUZA, Marcio. **História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.

SKINNER, Quentin. **Maquiavel.** Porto Alegre: L&PM, 2012.

TEIXEIRA, Carlos. **Servidão Humana na Selva: O aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia.** Manaus: Ed. Valer, 2009.

TOCANTINS, Leandro. **Acre, Rio Branco e o Espírito Luso.** Rio de Janeiro: Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia, 1962.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia: Natureza, Homem e Tempo.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.

TOCANTINS, Leandro. **A Memória de Viver.** Rio de Janeiro: Arte Nova, 1971.

TOCANTINS, Leandro. **Brasil: alguns valores essenciais.** Manaus: Edições Governo do Amazonas, 1966.

TOCANTINS, Leandro. **Cosmoinfância: poemas desgarrados.** Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1969b.

TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. v. 1.

TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. v. 2.

TOCANTINS, Leandro. **O Rio Comanda a Vida: uma interpretação da Amazônia.** Rio de Janeiro: Editora Companhia Americana, 1972.

TOCANTINS, Leandro. **Vida, Cultura e Ação.** Espírito Santo: Editora Arte Nova, 1969a.

TORRES, Alberto. **A Organização Nacional.** São Paulo, Nacional, 1978.

TORRES, Alberto. **O Problema Nacional Brasileiro.** Nacional, 1978.

TRINDADE, Liana. **As raízes Ideológicas das teorias sociais.** São Paulo: Editora Ática, 1978.

ÚLTIMA HORA. **“Ditador” “Ajustou” Assembleia.** Rio de Janeiro, 1964.

VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras.** Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.

VIANNA, Oliveira. **O Ocaso do Império.** Rio de Janeiro: ABL, 2006.

VIANNA, Luiz Werneck. Americanistas e Iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, 1991.

VIANNA, Luiz Werneck. Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 39, n. 3, 1996.

WACQUANT, Loic. Poder Simbólico e Fabricação de Grupos: Como Bourdieu reformula a questão de classes. **Novos Estudos**, 2013.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. Campinas: Cortez, 2001b

WEBER, Max. **Conceitos Básico de Sociologia**. São Paulo: Centauro, 2002.

WEBER, Max. **Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 2001a.

ANEXOS

JORNAL DO BRASIL
RIO DE JANEIRO

4
Novembro
1969

Artur Reis louva em Minas existência de consciência nacional sôbre a Amazônia

Belo Horizonte (Sucursal) — O presidente do Conselho Nacional de Cultura, professor Artur César Ferreira Reis, afirmou ontem que “hoje existe uma política de Estado, resultado de uma consciência nacional que se criou em tórno da Amazônia, que já não representa uma assunto exótico ou sensacional, em qualquer região do país.”

Numa conferência que pronunciou a convite da Universidade Federal de Minas, o Sr. Artur Reis declarou que os assuntos referentes à Amazônia preocupam seriamente as autoridades governamentais e a própria população brasileira, que tomaram consciência da importância “de uma região que representa dois tórços do Brasil.”

MODIFICAÇÕES

Entende o professor Artur Reis que “as modificações na Amazônia não podem ser feitas da noite para o dia, porque um dos problemas mais sérios da região é o de sua própria ocupação. E não se devem interromper os projetos para a Amazônia, que precisam ser dinamizados, para significar a maturidade do Brasil.”

— Nunca houve uma cogitação muito séria — prosseguiu — no sentido de internacionalizar a Amazônia. Mas houve idéias, de elementos estrangeiros, de atuar de maneira estranha à soberania brasileira. Mas a internacionalização nunca passou, realmente, de suspeita. Desde o período colonial, houve um interesse profundamente perigoso, inicialmente para a soberania portuguesa, depois para a soberania brasileira.

O ÍNDIO E A TERRA

Sôbre o relacionamento dos colonizadores com o indígena

brasileiro, disse o presidente do Conselho Federal de Cultura, que “a preocupação de alterar as condições culturais do índio existiu desde quando os portugueses desembarcaram no Brasil.” Contudo, o professor considera positivo o trabalho de integrar o índio na civilização, “o que vem sendo executado pelas missões religiosas e pela Fundação Nacional do Índio.”

O professor Artur Reis denunciou, em sua conferência, que “houve venda de terras para estrangeiros no Pará, na Bahia e na região Centro-Oeste e os inquéritos mostram que grande parte dessas vendas foi fictícia, envolvendo documentos com assinaturas falsificadas, inclusive de Governadores. Pessoas sem escriptulos usaram de tais processos para enganar estrangeiros.” Por esse fato, acredita o professor Artur Reis que não houve uma efetiva transferência de domínio de terras, pelo menos em grande escala, para cidadãos estrangeiros.

Nas muitas palestras que proferiu, Reis defendia os grandes projetos para a Amazônia. Fonte:

<https://www.facebook.com/ArthurCezarFerreiraReis>

O JORNAL

MANAUS — Domingo, 27 de Junho de 1965

FATOS EM REVISTA

EM DESTAQUE



* LEANDRO Tocantins, escritor primoroso, é o representante do Governo amazonense na Guanabara. Em meio às tarefas administrativas da função que desempenha — e não são poucas — ainda consegue tempo para escrever coisa séria, de interesse para a cultura brasileira. Não faz muito tempo lançou com extraordinário sucesso um livro sobre a cidade de Belém. Agora, o festejado homem de letras pretende coligir elementos para escrever sobre Manaus. Leandro Tocantins encontra-se nesta capital participando dos festejos do 1º aniversário do Governo Arthur Reis. Aqui ainda se demorará alguns dias para justamente recolher o material tão necessário à obra que pretende escrever sobre a nossa querida capital.

NOTA GERAIS

* TARDE de ontem, no Palácio Rio Negro, o sr. Lutz Higino, representante do Governo do Acre, em Manaus, fez a entrega ao governador Arthur Reis, autorizado pelo governador Edgard Cerqueira Filho, daquela vizinha unidade da Federação, de uma caneta de ouro a fim de que o Primeiro Mandatário amazonense firme os atos no 2º. ano de seu Governo, com aludida pena que constitui expressiva homenagem do povo acreano. O governador Arthur Reis ficou emocionado com a oferta, agradecendo-a.

* OS SERINGALISTAS amazonenses estão unidos para dar combate à idéia de extinção do monopólio da borracha. No entender do sr. Leopoldo de Menezes, presidente do Sindicato da Indústria da Extração da Borracha, o fortalecimento do Banco de Crédito da Amazônia, através a ampliação do seu capital de Cr\$ 150 milhões para Cr\$ 20 bilhões, permitirá total desafogo no atual encaixe daquele órgão de crédito, e se essa solução é mais demorada S. Sa. possui outra mais ligeira: compre a União ao BCA 50% da borracha ora em estoque, fazendo reserva nacional e a Amazônia estará livre da

ameaça de colapso da produção da goma elástica.

* TEVE receptividade em nossa capital a realização do Curso da Escolinha Walita, que funcionou no Atlético Rio Negro Clube, gentilmente cedido pela sua Diretoria. Cerca de 1.200 pessoas tomaram parte nas aulas ministradas por uma técnica mandada de Recife, constituindo essa estatística novo recorde para aquela pujante indústria nacional que é a Walita.

* DIANTE da notícia divulgada anteontem, pelo O JORNAL, de que a Câmara dos Deputados aprovava projeto de lei estabelecendo o grau mínimo de 50 pontos para aprovação em concurso para o Serviço Público Federal, já podem se considerar aprovados — se a nova lei retroagir na sua vigência — os candidatos amazonenses Aldo Archer Pinto, José Assis Nunes, Joaquim Donato, José Renato de Almeida e Aluisio Nobre, que prestaram exames para Agente Fiscal do Imposto de Consumo, realizado em todo o Brasil, em setembro passado.

Leandro Tocantins como assessor do Governo do Estado do Amazonas do Rio de Janeiro.

Fonte: <https://www.facebook.com/ArthurCezarFerreiraReis>



O professor Artur Reis disse ontem na Escola Superior de Guerra, analisando a cobiça internacional em relação à Amazônia, que "vai chegar o momento em que o Brasil não poderá ficar estranho a esta pressão, originada no superpovoamento de determinadas áreas, e terá que aceitar contingentes imigrantes."

— O que é preciso é que nos organizemos desde já de forma que estes elementos se incorporem e sejam absorvidos sem dificuldades. Por outro lado, acrescenta, se escolhendo ele próprio os

Cobiça internacional preocupa Artur Reis

o Brasil poderia antecipar grupos imigrantes que apresentassem melhores condições de serem integrados.

COLONIZAÇÃO

O professor Artur César Ferreira Reis, presidente do Conselho Federal de Cultura o ex-governador de Amazonas não indica prazos para esta realidade que ele considera "fatal" acontecer.

Adiantou que o governo, ao contrário do passado, está atento ao problema, do que é exemplo a coloniza-

ção que se faz atualmente às margens da Transamazônica, "em que o colono não se sente abandonado à própria sorte, dispondo de assistência oficial e com a garantia de posse legal de terras através de um atestado de propriedade.

Defendeu a colonização japonesa na área, "admirável em todos os sentidos, inteiramente absorvida e sendo responsável pela introdução do cultivo da juta e da pimenta-de-raízes, hoje trabalhando pra caboclos amazonenses e representando o sustentáculo da economia dos dois Estados.

Reis alerta para uma suposta pressão internacional sobre a Amazônia

Fonte: <https://www.facebook.com/ArthurCezarFerreiraReis>

ARTUR REIS: MANDEI FECHAR 2 JORNAIS

Ao desembarcar ontem, no Aeroporto Santos Dumont, o governador Artur Reis, do Amazonas, confirmou à imprensa que mandara fechar "O Trabalhista" e "A Gazeta", de Manaus, estabelecendo censura nos outros jornais. Disse que a medida extrema foi motivada "pela ação subversiva dos órgãos de divulgação que deturpavam os objetivos da administração do Governo amazonense. Os jornais já foram reabertos e circulam normalmente".

OBJETIVO

O sr. Artur Reis declarou ao CORREIO DA MANHÃ que o principal objetivo de sua vinda ao Rio é tratar de assuntos de interesse de seu Estado com o presidente Castelo Branco. Suprimento de verbas de pagamento e recursos de ordem técnico-adminis-

trativa, eletrificação, previdência social, sindicalização e outros problemas trabalhistas são os principais temas da audiência com o presidente da República.

SITUAÇÃO

O governador ficará no Rio até 4 de setembro. "É de calma a situação no Amazonas", afirmou. Para explicar os últimos acontecimentos concederá entrevista coletiva nos próximos dias. Sobre o paradeiro do ex-governador Plínio Coelho, "é assunto que ignoro completamente, pois o caso está afeto exclusivamente ao Exército".

Dizendo-se satisfeito com a solução encontrada para o impasse, em Manaus, disse que a Assembléia Legislativa revogou o aumento de subsídios dos magistrados, aceitando a mensagem do governo que reformulou os vencimentos em bases em que não há mais instabilidade de categorias entre juizes e desembargadores. "Executivo-Legislativo mantêm relações normais."

IRREGULARIDADES

O governador também mencionou irregularidades que encontrou ao assumir o governo amazonense. Lembrou o caso do ex-diretor do Sanatório dos Lázarus, sr. Mário Rosas, que confessou o desvio de Cr\$ 100 milhões destinados à alimentação dos doentes.



Uma das muitas medalhas que Tocantins ganhou. Fonte: Acervo pessoal do autor disponível na Biblioteca da Floresta, Rio Branco, Acre.



Outra medalha oferecida a Tocantins. Fonte: Acervo pessoal do autor disponível na Biblioteca da Floresta, Rio Branco, Acre.

COM ARTUR REIS E MENA BARRETO, "LINHA DURA" VENCE NO AMAZONAS E S. PAULO

A chamada «linha dura» da Revolução está sendo considerada vitoriosa nos acontecimentos políticos-militares do Amazonas e de São Paulo. No Amazonas, depois de ter renunciado, o governador Artur César Ferreira Reis resolveu voltar ao cargo, por ter o Presidente Castelo Branco concordado em aceitar as suas exigências: indicar os ocupantes dos cargos federais para o Estado, revigorar os inquéritos militares e manter a prisão do Sr. Plínio Coelho, ex-governador do Estado, que havia sido beneficiado por «habeas corpus» concedido pelo Tribunal de Justiça local.

Em São Paulo a vitória da «linha dura» se fez presente com a manutenção do general Menna Barreto à frente do IPM, apesar de todas as

«démarches» do governador Ademar de Barros junto ao ministro da Guerra e ao general Hugo Panasco Alvim, presidente da Comissão Geral de Investigações.

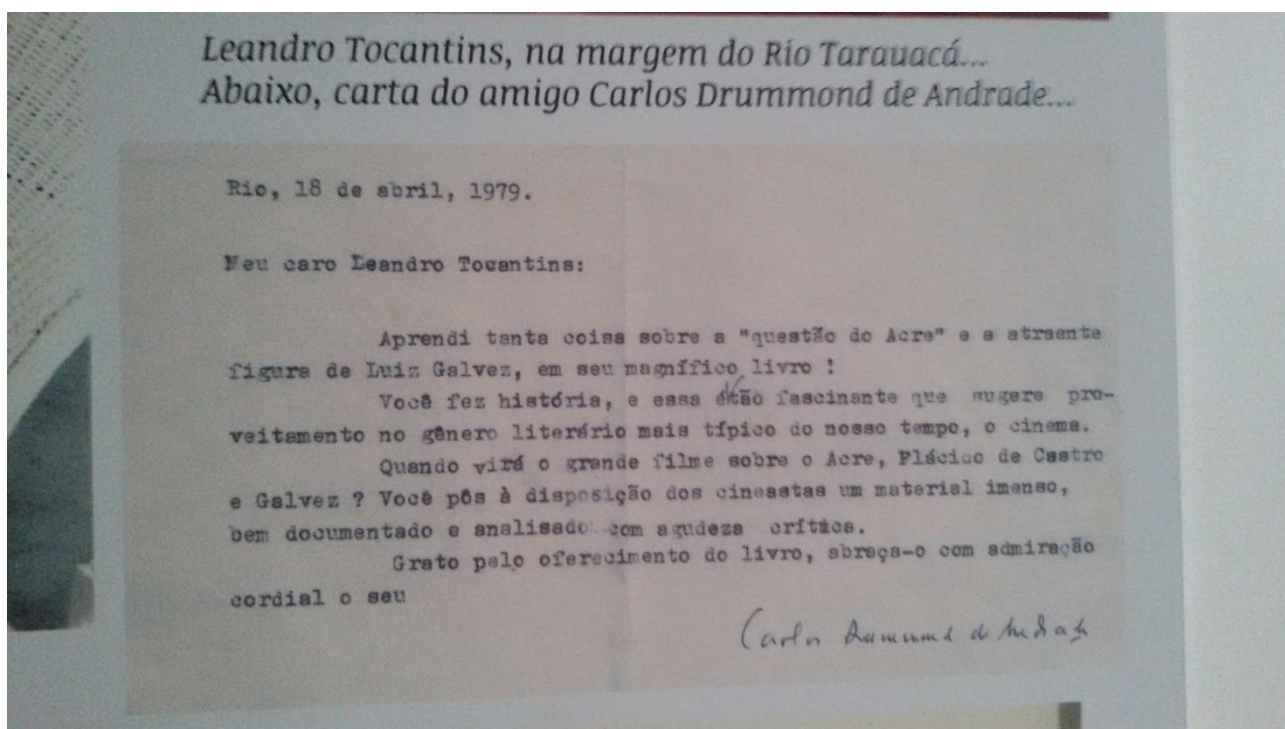
A manutenção do general Menna Barreto como presidente do inquérito de São Paulo foi ontem admitida pelos generais Golbery do Couto e Silva, do SNI, e Cordeiro de Farias, ministro para Assuntos Regionais que hoje estarão no Rio acompanhando o Presidente Castelo Branco.

A vitória da «linha dura» em São Paulo, que não era esperada, revela que o Governo Federal não pretende fazer política de conciliação com qualquer espécie de corrupção.

trabalhava numa usina de açúcar, na Paraíba. O chefe da Nação exigia, porém, de seu auxiliar que respeitasse a proibição de nomeações para o serviço público. A solução foi encontrada através da admissão de João Cristiano dos Santos na Sociedade de Abastecimento de Brasília.

Reis se considerava alguém da "Linha Dura da Revolução" Fonte:

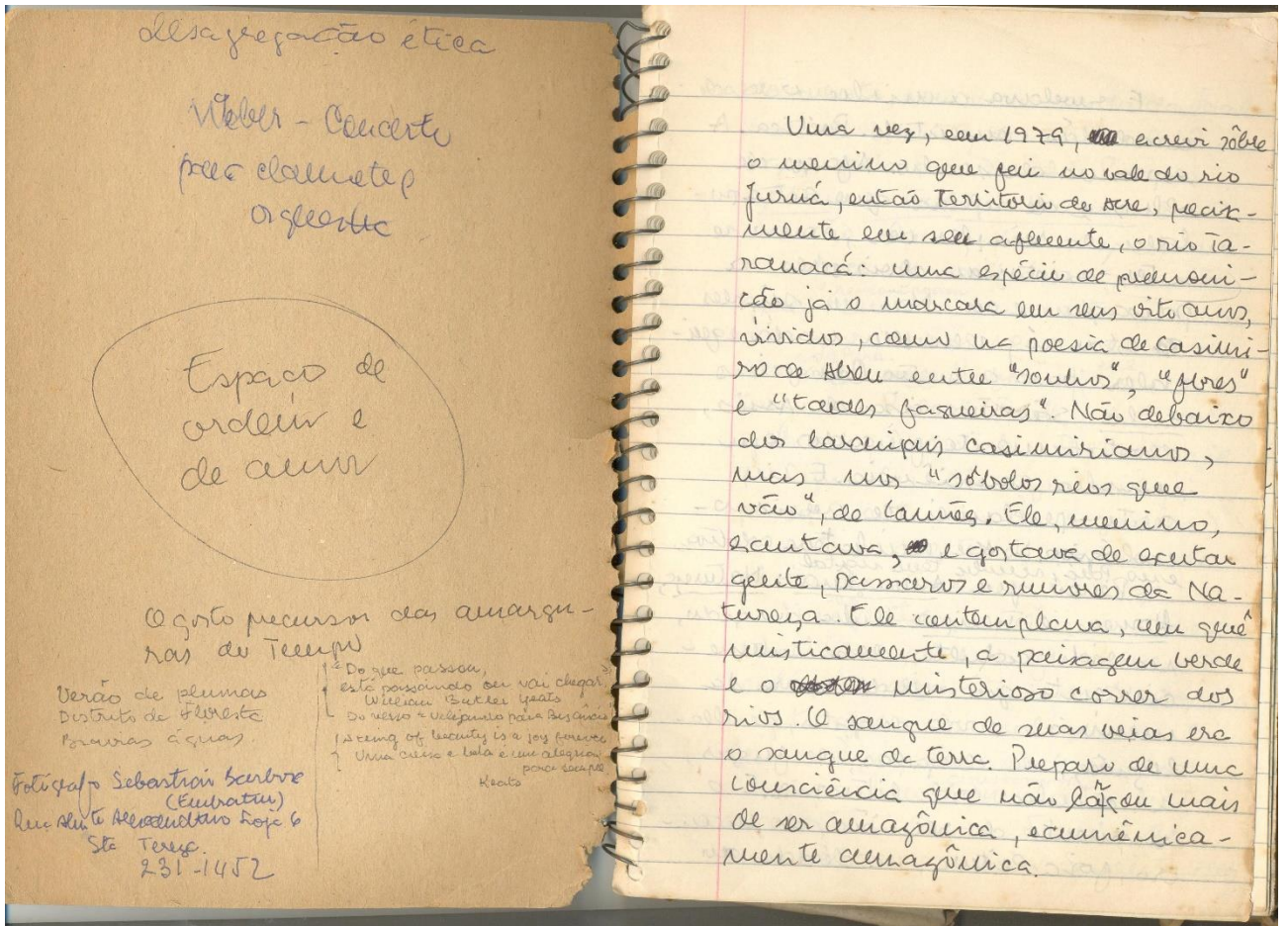
<https://www.facebook.com/ArthurCezarFerreiraReis>



Telegrama de Carlos Drummond de Andrade a Tocantins elogiando Formação Histórica do Acre. Fonte: Acervo pessoal do autor disponível na Biblioteca da Floresta, Rio Branco, Acre.



Uma das últimas entrevistas de Tocantins, em 2003, para o programa Leituras, da TV Senado.
Fonte: TV Senado



Um dos muitos Cadernos de Anotações de Tocantins. Fonte: Acervo pessoal do autor disponível na Biblioteca da Floresta, Rio Branco, Acre.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

27-5-1972 — PÁGINA 5



Personalidades do maior relevo nos meios literários de Lisboa estiveram ontem numa livraria da capital, onde o escritor Leandro Tocantins, adido cultural junto à Embaixada do Brasil, apresentou duas das suas obras: «O Rio Comanda a Vida» (impressões sobre a Amazônia) e «A Memória de Viver», uma bela colectânea de poemas que transmitem as vivências da sua estada no nosso país. Obras do maior interesse, estes dois livros revelam-se indispensáveis para o curioso ou estudioso da literatura do Brasil.

Tocantins em lançamento dos seus livros em Portugal. Fonte: Acervo pessoal do autor disponível na Biblioteca da Floresta, Rio Branco, Acre.



antes,
por
disse a
ções.
uma
preciso
rio do
ficou
mou o
ro da
está o
ar do
heço
tem
assim.
procu-
Zona
logo
a toda

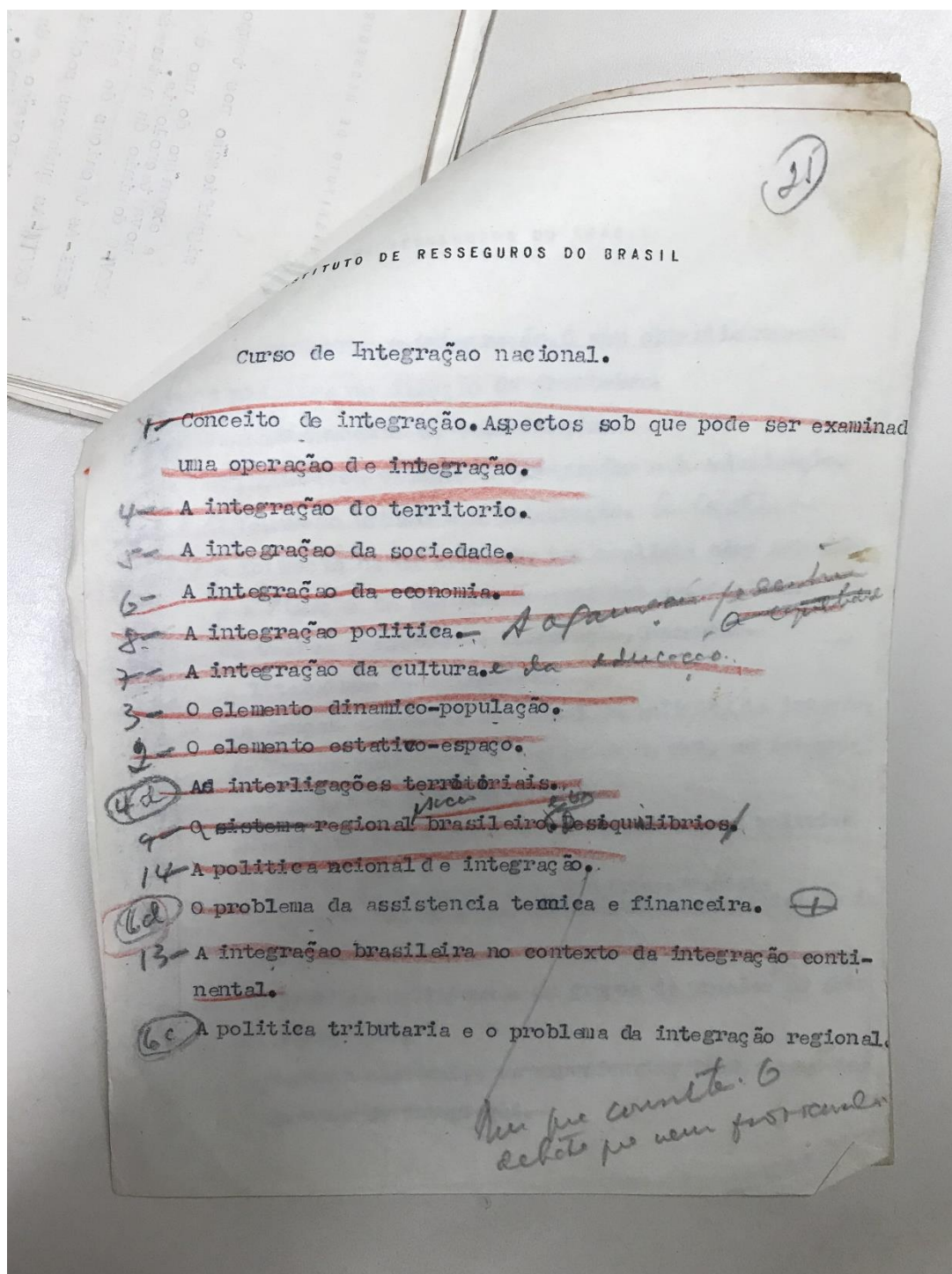
presentante do governo do Amazonas na comissão do Ministério do Planejamento que iria estudar o projeto. E assim foi a Zona Franca de Manaus. Não passou desse estreito corredor.

— O rio ainda comanda a vida?

— Sim. O rio comanda a vida, ainda. O desejo do nosso grande Getúlio Vargas que queria que a civilização tomasse conta da Amazônia, produzisse os efeitos sociais, econômicos, ainda não se realizou, embora tenha um exemplo nessa querida cidade de Manaus que hoje se tornou uma metrópole da selva.

**Lisboa,
1971
Ferreira
de Castro,
tomando
café,
durante
jantar na
residência
de
Leandro
Tocantins,
no bairro
Restelo,
em Lisboa**

Reunião com o Escritor Ferreira de Castro, autor do romance amazônico A Selva. Fonte: Acervo pessoal do autor disponível na Biblioteca da Floresta, Rio Branco, Acre.



Conteúdo programático de um dos cursos de Reis sobre integração nacional.
 Fonte: Acervo Pessoal do autor disponível no Centro Cultural Povos da Amazônia, Manaus,
 Amazonas.

UNIVERSITÉ DE PARIS
 INSTITUT DES HAUTES ÉTUDES
 DE L'AMÉRIQUE LATINE

Paris, le 24 - junho - 1963

Téléphone { BABylone 35-93
 - 35-94
 - 35-95

28, Rue Saint-Guillaume
 (PARIS VII^e)

Exmo. Sr.
 Dr. Artur Cezar Ferreira Reis
 m.d. Governador do Estado de Amazonas
 Brasil.

Prezado Amigo Dr. Artur Cezar Ferreira Reis,

Deixe-me em primeiro lugar cumprimentá-lo, não pela alta posição em que venho encontrá-lo, mas por finalmente o Senhor estar ocupado um posto à altura de sua capacidade e do grande amor que o Senhor sempre manifestou pelo seu Estado natal. Na Europa, onde me encontro desde novembro de 1963, fiquei contente de saber que finalmente o Amazonas tinha à sua frente quem o conhece melhor do que ninguém, e quem está disposto a todos os sacrifícios para acelerar o seu desenvolvimento. E' o seu Estado que está de parabéns.

Tem esta por fim, também, apresentar ao Senhor minha amiga Madame Alfred Métraux, que resolveu fazer uma viagem a fim de conhecer regiões de nossa terra de que seu marido lhe falava com muita admiração e encanto. Madame Métraux já esteve no Brasil, mas em Belo Horizonte e em S. Paulo. Sei que ela gostaria de conhecer coisas que em geral os turistas não vêem, e tomo então a liberdade de recomendá-la ao Senhor, que conhece tão profundamente os mais variados aspectos de seu Estado natal.

Agradecendo o que o Senhor puder fazer por ela, e enviando minhas melhores lembranças, aqui me despeço muito cordialmente,

Maria Isaura Pereira de Queiroz

Maria Isaura Pereira de Queiroz

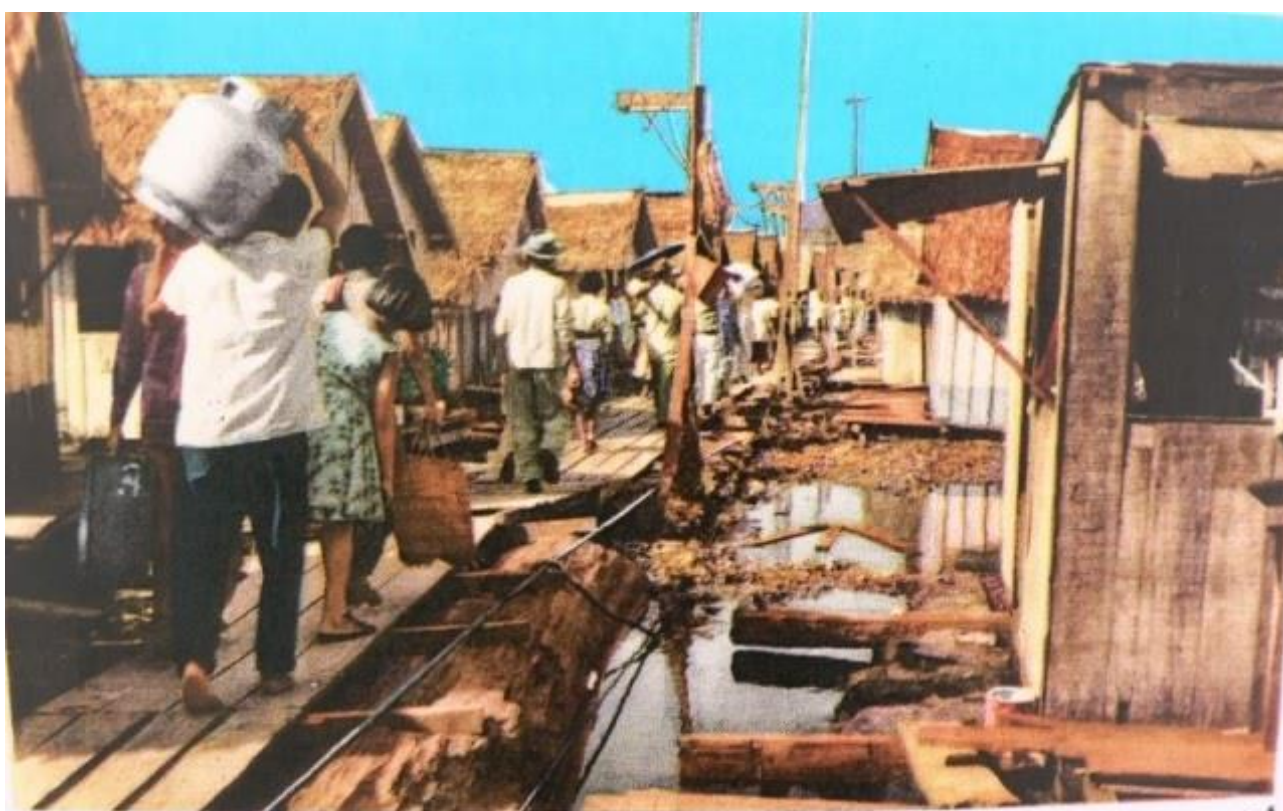
Carta da socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz para Arthur Reis
 Fonte: Acervo Pessoal do autor disponível no Centro Cultural Povos da Amazônia, Manaus,
 Amazonas.



Cidade Flutuante

MANAUS - AMAZONAS - BRASIL

Cidade Flutuante, Manaus. Década de 1960. Fonte:
<http://catadordepapeis.blogspot.com/2011/01/cidade-flutuante.html>



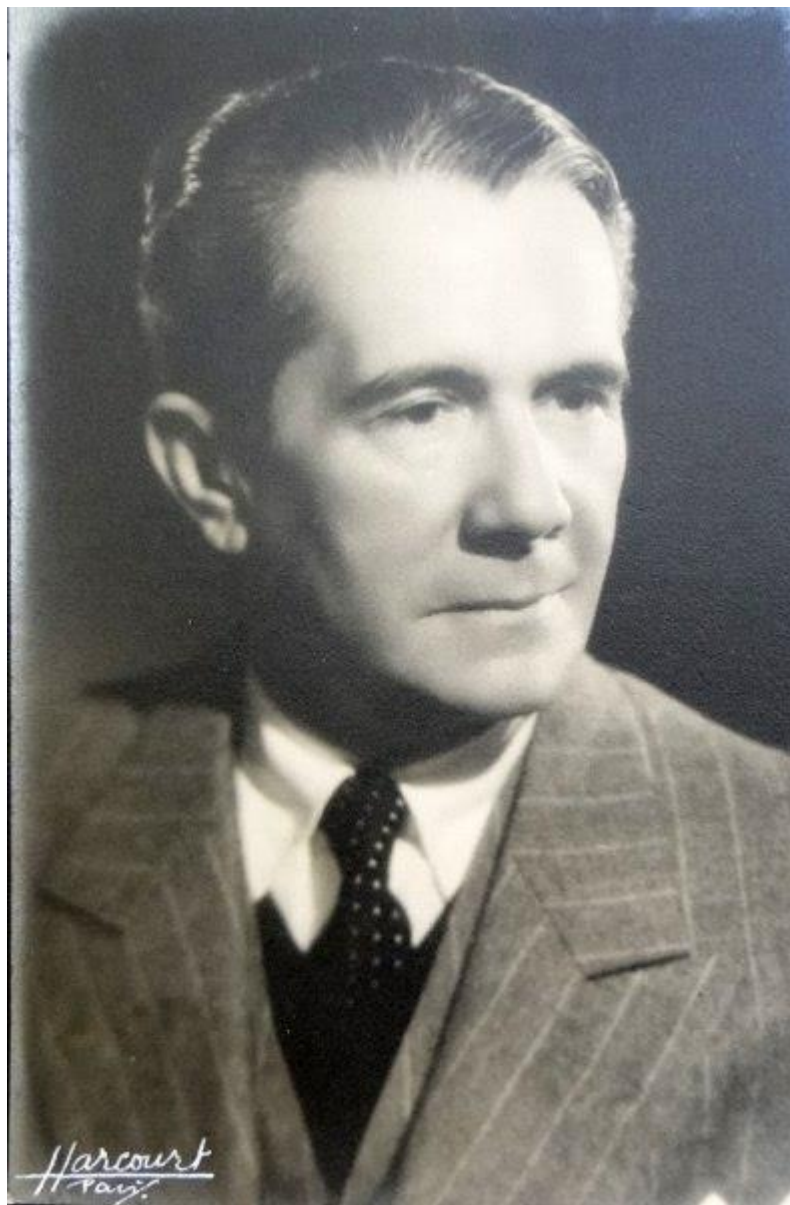
Rua da Cidade Flutuante

MANAUS - AMAZONAS - BRASIL

Visão de dentro da Cidade Flutuante: <http://catadordepapeis.blogspot.com/2011/01/cidade-flutuante.html>



Arthur César Ferreira Reis. Fonte:
<https://www.facebook.com/ArthurCezarFerreiraReis>



O Político e escritor amazonense Alvaro Botelho Maia: mestre de Arthur Reis durante a juventude: <http://manausdeantigamente.blogspot.com/2017/02/governador-alvaro-botelho-maia.html>



Seringueiros da Amazônia. Fonte: <https://ferdinandesousa.com/2019/09/13/os-seringueiros-da-amazonia-ou-seguindo-o-canto-das-sereias/>

O GLOBO
«RIO DE JANEIRO»

4
Agosto
1971

Artur Reis fêz palestras em Portugal

Ao regressar ontem de Portugal, o presidente do Conselho Federal de Cultura, Professor Artur César Ferreira Reis, disse que os portugueses estão muito interessados no desenvolvimento do Brasil. Em Lisboa, o Professor Artur Reis fêz conferências sôbre a "Política Cultural do Brasil" na Academia Internacional de Cultura Portuguesa.

Uma das muitas palestras de Reis no exterior. Fonte:
<https://www.facebook.com/ArthurCezarFerreiraReis>

O Brasil
de hoje1032
**O que
fazer para
salvar a
Amazônia****Para o ex-governador
Artur Reis, é preciso
adotar uma política
que considere a opinião
dos cientistas.**

Uma advertência do professor Artur Cesar Ferreira Reis, ex-governador do Amazonas: a ação predatória na região amazônica não perdeu sua intensidade; chegou o momento de se adotar uma política levando em consideração o pensamento dos cientistas, preservando a floresta, sem revelar ao mundo uma imaturidade, que não é o estado de espírito do governo e do povo brasileiro.

— Fala-se que há até projetos de aproveitamento das vastas áreas da floresta amazônica para fazendas de criação de gado. Não tenho informações positivas a respeito. Mas, se estes projetos existirem, podem e devem ser executados nas áreas de campos naturais existentes, sem prejudicar as matas.

Os comentários a que o professor Artur Reis se refere mencionam interesse de frigoríficos estrangeiros por trás dos projetos de grandes rodovias na região.

O professor Ferreira Reis apontou diversos lugares que considera bons para a criação de gado sem prejudicar a floresta da Amazônia, em particular no território de Roraima, por onde passará a rodovia Perimetral Norte.

O ex-presidente do Conselho Federal de Cultura indicou ainda, como próprias para grandes rebanhos de gado, áreas ao Norte de Mato Grosso, que ainda não foram utilizadas, e trechos de campos do território do Amapá.

E o que o professor Harald Sioli, ecologista do Instituto Max Planck, afirmou recentemente no Rio, em conferência sobre os problemas amazônicos, tem todo fundamento. Não se faz necessário destruir a floresta para abrir novas perspectivas para a Amazônia com o negócio rendoso do gado.

Para o professor Ferreira Reis, a devastação na



Reis: preservar a floresta.

Amazônia tem sido praticada especialmente pelo homem regional. Até agora, com desprezo pelos conselhos e projetos dos ecologistas. "O resultado é que chegamos hoje, quando se executam obras da maior importância política, econômica e estratégica, e portanto de segurança nacional, a quase um estado de imaturidade".

O Estado de "quase imaturidade" ocorre porque "o que os homens de ciência revelaram, com seus estudos e pesquisas, não foi utilizada como devia ter sido. A ação predatória não perdeu o ímpeto. Chegou o momento de adotar uma política que considere aquelas reflexões e conclusões dos homens de ciência".

Na opinião do professor Artur dos Reis, um dos pontos nevrálgicos dessa política consiste na preservação da floresta, que "não pode ser mais usada pelos métodos anteriores sem que comprometamos a segurança da região e reveleamos ao mundo a imaturidade que realmente não é mais um estado de espírito do governo e do povo brasileiro".

Ao fazer uma rápida síntese da ocupação da Amazônia, que inicialmente foi feita sem um plano pré-estabelecido, o professor Ferreira Reis afirmou que "o resultado é que ocorreu realmente uma aventura, positiva, que nos assegurou inclusive novas áreas territoriais".

“É preciso ouvir os cientistas”, diz Reis: afirmação que, se dita hoje, em tempos de obscurantismo e anti-intelectualismo, seria tomada como indício de “subversão”. Fonte:

<https://www.facebook.com/ArthurCezarFerreiraReis>